

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
CAMPUS DE RIO CLARO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO**

NAÍLA KELLY DO NASCIMENTO LIMA

**ARTESANATO COMO EXEMPLO DE TRABALHO INFORMAL EM UMA REGIÃO
ECONÔMICA PERIFÉRICA: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DO AGLOMERADO
PRODUTIVO DE PALHAS E BORDADOS DA REGIÃO NORTE DO PIAUÍ.**

**RIO CLARO - SP
2015**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
CAMPUS DE RIO CLARO**

NAÍLA KELLY DO NASCIMENTO LIMA

**ARTESANATO COMO EXEMPLO DE TRABALHO INFORMAL EM UMA REGIÃO
ECONÔMICA PERIFÉRICA: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA DO AGLOMERADO
PRODUTIVO DE PALHAS E BORDADOS DA REGIÃO NORTE DO PIAUÍ.**

**Tese de Doutorado apresentada ao
Instituto de Geociências e Ciências
Exatas do Campus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, como parte dos requisitos
para obtenção do título de Doutor em
Geografia.**

**Orientadora: Profa. Dra. Silvia Selingardi -
Sampaio**

**RIO CLARO - SP
2015**

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter permitido o alcance de mais esse ideal;

Ao meu pai Vicente e minha mãe Marilene por toda a educação, compreensão e amor depositados em mim. Obrigada pelo carinho e dedicação.

A Profa. Dra. Sílvia Selingardi-Sampaio pela orientação, incentivo, oportunidade, e confiança que me proporcionou;

Aos professores doutores Auro Aparecido Mendes e Elson Luciano Silva Pires, Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza, Marcos Kazuo Matushima e Fabio Betioli Contel pelas contribuições e incentivos dados no Exame de Qualificação e na defesa da Tese.

Aos excelentes profissionais e amigos Thiago Carvalho, Bianca Negreiros, Jéssica Magalhães e Edjofre Coelho por terem me ajudado na elaboração e conclusão do meu trabalho, cada um na sua especialidade. Agradeço muito pelo tempo dedicado a mim.

Aos meus irmãos, cunhadas e amigos, especialmente Cláudia Sales, Everardo Dias, Kássia Pereira, Verônica Castelo Branco e Danielly Oliveira, pela torcida constante que serviu de estímulo no alcance de mais uma meta importante da minha vida profissional.

Ao meu namorado, Rafael Graham-Bell pelo apoio, pela paciência nos momentos de estresses, pelos incentivos diários, por estar sempre do meu lado e por nunca ter me permitido desistir. Amo você de verdade.

A minha tia Ana Maria Lima pelo incentivo de iniciar essa batalha que é o doutorado, além do exemplo de disposição e capacidade que me fizeram ir até o fim.

Aos artesãos e presidentes das associações do aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí que responderam aos formulários, fundamentais para a realização da pesquisa.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta tese.

RESUMO

A falta de emprego formal em localidades com baixo crescimento econômico e a existência de moradores com grau de instrução inferior ao que o mercado de trabalho exige são fatores que, atrelados à necessidade de sobrevivência dos mesmos, têm resultado na busca cada vez mais constante de ocupações informais e de baixa remuneração. No caso do Norte do Piauí, essa realidade pôde ser constatada por meio do estudo do artesanato, principalmente de palhas e bordados, devido à grande quantidade de matéria-prima disponível na natureza e da tradição cultural, passada de “pai pra filho” pela difusão de conhecimento tácito. Por ser uma atividade de significativa importância econômica para a região, pois gera renda para centenas de artesãos e suas famílias, geralmente beneficiários do Programa Bolsa Família, ela teve, a partir da década de 2000, incentivo do Governo Estadual e Federal, dando origem ao maior aglomerado produtivo de artesanato do Piauí. Em face dessa realidade, a pesquisa desenvolvida teve como objetivo analisar as especificidades das dinâmicas produtivas do trabalho no aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí, com enfoque na informalidade. A investigação, realizada junto aos artesãos e aos presidentes das associações de trabalho revelou que a produção realizada é quase em sua totalidade doméstica, prevalecendo o trabalho feminino e com o auxílio de outros membros da família. Por se tratar de uma prática informal, o trabalhador não usufrui de direitos trabalhistas como, salário fixo, aposentadoria, férias, seguro contra acidentes etc. No que se refere ao aglomerado produtivo na atualidade, as ausências de cooperação entre as associações e de apoios técnico, gerencial e financeiro de instituições públicas e privadas inviabilizam uma governança eficiente e fazem com que os resultados estejam aquém da capacidade produtiva dos artesãos e da quantidade de matéria-prima disponível na região. Daí decorre o fato da atividade artesanal não poder ser a única fonte de renda das famílias, o que as deixa economicamente vulneráveis e as mantêm subjugadas pelos programas assistenciais governamentais.

Palavras-chaves: Artesanato, Informalidade, Aglomeração produtiva, Trabalho doméstico.

ABSTRACT

The lack of formal employment in localities with low economic growth and the existence of residents with lower level of education than labor market demands are factors that, linked to the need for survival, have resulted in constant increase search for informal and low-paid employment. This reality was observed through the study of the handicraft in North of Piauí, mainly using straw and needlework, due to the large amount of material available in nature and cultural tradition, passed through generations by diffusion of tacit knowledge. For being a significant economic activity in the region due to the income generation for hundreds of artisans and their families, usually beneficiaries of the social government program “Bolsa Família”, it had Federal and State government support from the 2000s, creating the most productive handicraft agglomeration of Piauí. Therefore, the developed research aimed to analyze the specifics of productive labor dynamics in the handicraft agglomeration production of North Piauí, focusing on informality. The research, carried out with the artisans and the presidents of the work associations, revealed that production output is almost entirely domestic, mainly by female work with family members help. Because it is an informal practice, the workers don't have labor rights, as fixed salary, retirement rights, vacation, accident insurance etc. Nowadays the absence of cooperation among the associations and the lack of technical support, managerial and financial, by public and private institutions prevent efficient governance and make the results fall short of the production capacity of artisans and the amount of material available in the region. As a result, the handicraft activity cannot be the only source of income, which leaves them economically vulnerable and keeps them subjugated by government assistance programs.

Keywords: Handicraft, Informality, Productive agglomeration, Domestic work.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Potencialidades e limitações do aglomerado produtivo local de artesanato da região norte do Piauí.....	28
Quadro 2	Comparação do PIB de 2009 e 2011 no Piauí, Nordeste e Brasil.....	31
Quadro 3	Cinco pontos característicos do artesanato.....	72
Quadro 4	Classificação do artesanato.....	73
Quadro 5	Tipos de Aglomerações Espontâneas.....	93
Quadro 6	Características da Governança Territorial.....	110
Quadro 7	Tipos de Governança.....	112
Quadro 8	APLs no Brasil.....	123
Quadro 9	Identificação de arranjos produtivos no Estado do Piauí – 2004.....	136

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	O Estado do Piauí.....	54
Figura 2	Região Norte do Estado do Piauí.....	57
Figura 3	Nas origens da crise do fordismo: apresentação geral das quatro interpretações.....	106
Figura 4	Fotografia dos panos de pratos produzidos pelas artesãs da associação e da cooperativa das bordadeiras Lili Escórcio.....	129
Figura 5	Fotografia de exemplares da produção dos artesãos associados a CAMPAL.....	130
Figura 6	Fotografias da produção das artesãs da associação Maria dos Agaves.....	132
Figura 7	Fotografia de exemplares da produção dos artesãos da Associação Nova Vida de Carnaubal.....	133
Figura 8	Fotografias de exemplares da produção das rendeiras de bilro do Morro da Mariana.....	134
Figura 9	Fotografia de exemplares da produção dos artesãos da associação de trançados da Ilha Grande de Santa Isabel.....	135

Figura 10	O trabalho feminino no aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí – Associação de Trançados da Ilha de Santa Isabel.....	144
Figura 11	O trabalho feminino no aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí – Associação Maria dos Agaves e Associação Nova Vida de Carnaubal, respectivamente.....	147
Figura 12	Fotografias da Associação Trançados da Ilha de Santa Isabel	152
Figura 13	Fotografias da Cooperativa artesanal mista de Parnaíba – CAMPAL.....	154
Figura 14	Loja localizada no shopping em Luis Correia, cedida pela PRODART para a exposição e venda das peças produzidas nas associações do aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí.....	158

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução populacional do município de Buriti dos Lopes entre os anos de 1991 e 2010.....	62
Gráfico 2	Grau de escolaridade das artesãs do aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí.....	140
Gráfico 3	Participação dos membros das famílias das artesãs entrevistadas no processo produtivo.....	156
Gráfico 4	Renda obtida com o artesanato e o sustento das artesãs entrevistadas.....	157
Gráfico 5	A maneira como as artesãs aprenderam o ofício.....	165

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição da população residente em Parnaíba nos anos de 2000 e 2010.....	59
Tabela 2	Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos informais, por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2011.....	84

Tabela 3	Média de anos de estudos das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos informais, por sexo, segundo as Grandes Regiões – 2011.....	85
Tabela 4	Percentual do rendimento médio das mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em relação aos homens, segundo as Grandes Regiões – 2011.....	85
Tabela 5	Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal e em afazeres domésticos, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas e em trabalhos formais e informais, por sexo, segundo as Grandes Regiões- 2011.....	86

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – TEMA, PROBLEMA, ÁREA DE ESTUDO: EXPLANAÇÕES E DELIMITAÇÕES NECESSÁRIAS	17
1.1 Aprofundando a problemática estudada.....	17
1.2 Contextualização regional e nacional do aglomerado produtivo.....	30
1.2.1 Brasil e a região Nordeste.....	30
1.2.1.1 Região econômica periférica – Breve contexto histórico do Brasil e do Nordeste.....	32
1.2.1.2 O esboço de um perfil sociocultural do Nordeste.....	46
1.2.2 O Estado do Piauí.....	49
1.2.2.1 Realidade socioeconômica do Estado do Piauí.....	53
1.3 Contexto histórico e sócio demográfico dos municípios em que o APL de artesanato da região Norte do Piauí está localizado.....	57
1.3.1 Parnaíba.....	57
1.3.2 Buriti dos Lopes.....	61
1.3.3 Luis Correia.....	63
1.3.4 Ilha Grande.....	64
1.4 Procedimentos metodológicos.....	66
CAPÍTULO 2 – ARTESANATO, TRABALHO INFORMAL E ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: A BUSCA DE UM REFERENCIAL TEÓRICO	70
2.1 Artesanato	70
2.2 Trabalho Informal.....	77
2.3 Arranjo Produtivo Local – Conceito.....	87
2.3.1 Cooperação.....	101
2.3.2 Governança.....	105
2.3.3 Aprendizado e Inovação.....	113

2.3.4	APL e Desenvolvimento	118
2.3.5	Aglomerações produtivas no Nordeste do Brasil.....	123
CAPÍTULO 3 – AGLOMERADO PRODUTIVO DE ARTESANATO DA REGIÃO NORTE DO PIAUÍ E O TRABALHO – ORGANIZAÇÃO E TRABALHO.....		126
3.1	As estruturas técnico-produtiva e financeiro-organizacional do aglomerado.....	126
3.2	As especificidades do trabalho informal no aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí.....	138
3.2.1	O nível de escolaridade das artesãs do aglomerado de artesanato da região Norte do Piauí e sua relação com a escolha do ofício.....	138
3.2.2	O trabalho feminino na aglomeração de artesanato.....	142
3.2.3	Trabalho a domicílio.....	148
3.2.4	Regime de trabalho e remuneração dos artesãos do aglomerado produtivo local de artesanato da região Norte do Piauí.....	155
3.3	Cooperação, Aprendizado local e Governança.....	160
3.4	Espacialização do aglomerado produtivo local de artesanato da região Norte do Piauí.....	170
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		174
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		181
ANEXO A: FORMULÁRIO DE ENTREVISTA DOS ARTESÃOS.....		195
ANEXO B: FORMULÁRIO DE ENTREVISTA DOS RESPONSÁVEIS LEGAIS DAS ASSOCIAÇÕES.....		197

INTRODUÇÃO

As mudanças constantes ocorridas no mercado e na economia fazem com que as relações socioeconômicas se tornem cada vez mais complexas. Diante disso, as empresas precisam buscar, efetivamente, estratégias não apenas de competição, mas em alguns casos de sobrevivência. É devido a essa realidade que modelos de aglomerações produtivas aparecem como opções para que as micro e pequenas empresas possam concorrer com outras organizações, uma vez que as dinâmicas das articulações e das proximidades dão origem às forças competitivas dos aglomerados produtivos locais.

Pode-se definir, de maneira superficial, aglomerações produtivas como um conjunto de empresas especializadas em um produto ou serviço que atuam em uma área geográfica delimitada. Apesar da existência de tipos diferentes de aglomerações produtivas, como os Clusters, os distritos industriais, etc., a fundamentação teórica do presente trabalho dará ênfase ao arranjo produtivo local (APL) por ser a denominação usada oficialmente pelos governos Federal e Estadual para identificar o aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí. No entanto, faz-se necessário esclarecer que o uso do termo “aglomeração produtiva de artesanato” para se referir ao objeto do estudo em questão deve-se ao fato de ter sido considerada a denominação mais apropriada após o desenvolvimento da fundamentação teórica e da análise das estruturas técnico-produtiva e financeiro-empresarial do aglomerado, apresentadas ao longo do trabalho.

De acordo com Cassiolato e Lastres (2003), as sinergias coletivas provenientes dos APLs aumentam as chances não só de crescimento, mas também de sobrevivência das micro e pequenas empresas, além de serem uma importante fonte geradora de vantagens competitivas. Afirmam também que a aprendizagem coletiva, juntamente com a cooperação e dinâmica inovativa desses conjuntos de empresas, colabora, de maneira positiva, para o enfrentamento de novos desafios colocados pela Sociedade da Informação, crescentemente globalizada.

No entanto, para que os aglomerados produtivos sejam vistos como uma estratégia de competição das micro e pequenas empresas, é necessário que haja, essencialmente, um compartilhamento do aprendizado, que a cooperação e a integração entre os atores sejam praticadas e que exista uma governança eficiente.

Entretanto, o que se nota em aglomerações nordestinas, em especial a de artesanato da região Norte do Piauí, é a ausência desses elementos, dificultando, dessa forma, a melhoria na qualidade de vida dos agentes formadores e, em maior grau, o desenvolvimento da região.

Tahim (2008) afirma que cada aglomerado produtivo possui características específicas e, portanto, estudos feitos em outros APLs não servem como padrão para formulação de políticas públicas em uma localidade específica. Dessa forma, para se compreender determinados arranjos produtivos, faz-se necessário conhecer as suas especificidades dentro dos setores em que estão inseridos. Já para Santos (2012, p.273), “[...] cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”. Diante disso, a importância de estudar os lugares reside na possibilidade de captar suas características centrais e os valores locais para compreender as possibilidades de interação com as ações solidárias hierárquicas. Ainda segundo o autor, cada lugar busca realçar suas virtudes através dos seus símbolos herdados ou elaborados, para que possa utilizar a sua imagem como atrativo.

O Piauí tem um destaque negativo em meio ao conjunto socioeconômico brasileiro, pois além de ser avaliado pelo IBGE como o segundo Estado mais pobre da federação, possui o terceiro pior índice de desenvolvimento humano do país e parte significativa da população considerada pobre ou extremamente pobre que vive de programas assistenciais do governo como o Bolsa Família. Devido à presença inexpressiva de indústria, bem como o setor terciário pouco desenvolvido, o Piauí apresenta um baixo crescimento econômico, resultando ao Estado o 23º PIB do país e o pior do Nordeste.

No caso do litoral piauiense, a abundância da matéria-prima e a experiência passada de “pai pra filho” das técnicas de produção parecem ter sido fatores chaves para o desenvolvimento do artesanato na região e, posteriormente, para a formação do aglomerado produtivo. Além disso, o fato da disseminação do trabalho artesanal através do conhecimento tácito ser cultural e já existir na região há muitas gerações, pode ter funcionado como estímulo para que o governo estadual desenvolvesse um programa de apoio ao aglomerado produtivo da região, que tinha como objetivo principal a geração de emprego e renda.

Entretanto, através das jornadas de trabalho feitas às associações que formam a aglomeração, pode-se observar que a produção deixa a desejar em

qualidade e quantidade, apesar da plena capacidade produtiva dos artesãos, tanto no que se refere à parte técnica quanto à disponibilidade de matéria-prima. Supõe-se, portanto, que a falta de cooperação e interação entre as associações, a inexistência de uma governança ativa e a baixa instrução dos artesãos podem ser algumas das razões para que os atores tenham um desenvolvimento aquém do esperado e, por consequência, quase nenhum deles sobreviva apenas do que produz.

É indiscutível que a cooperação e a governança são aspectos fundamentais nas análises sobre a temática dos APLs, entretanto, a questão do trabalho artesanal, em si, não pode ser desprezada ou negligenciada, principalmente pelo fato de que, por ser tratar de artesanato, toda a produção depende basicamente do trabalho dos artesãos e da matéria-prima utilizada. A capacidade de inovação e os mecanismos de aprendizagem dos artesãos, atrelados à eficiência da realização e das condições de trabalho, devem ser vistos pelas empresas como elementos impulsionadores estratégicos para o alcance de bons resultados.

No aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí, o trabalho é predominantemente doméstico e totalmente informal. Segundo Mesquita (2008, p. 9), a informalidade é caracterizada, principalmente, por “[...] atividades não regulamentadas ou protegidas pelas autoridades públicas, seja pelos dispositivos formais, seja pelos procedimentos usuais”. Essa prática é prejudicial aos artesãos, pois os priva de direitos trabalhistas, como salário fixo, auxílio doença, 13º salário, aposentadoria, férias remuneradas, salário maternidade etc., além de impedir o desenvolvimento das regiões nas quais o trabalho informal se destaca, pois não gera impostos que poderiam servir de meios para a melhoria da comunidade.

Mesmo assim, para um Estado tão pobre como o Piauí, um aglomerado produtivo de artesanato pode adquirir um significado socioeconômico essencial. Por outro lado, tendo a autora o Piauí como origem e berço, casa e ambiente de entorno, e convivendo toda a vida com sua bela natureza e cruel realidade econômico-social, é como que “natural” que o espírito investigativo tente mostrar essa realidade que lhe é tão próxima, confrontando-a com a teoria pertinente e buscando chegar a uma explicação científica que, talvez, possa contribuir para alguma melhoria na situação vigente.

O conhecimento fatural da dinâmica social e produtiva das comunidades integrantes da região Norte do Piauí funcionou como diretrizes para que fossem

formuladas as seguintes questões (ou problemática) que serão respondidas no decorrer do trabalho.

- 1- Qual a efetiva importância econômica do artesanato para a região em estudo?
- 2- Quais as origens de tal atividade e os fatores que a propiciaram?
- 3- Quais as características do artesanato como trabalho informal nessa região?
- 4- As associações e cooperativas de artesãos funcionam como entidades agregadoras para o local? Ou desenvolvem entre si a competição perversa?
- 5- Dadas as condições de proximidade geográfica entre os elementos formadores do aglomerado (associações, cooperativas, artesãos, pontos de venda), pode-se afirmar que na aglomeração existe cooperação, boa governança, inovação e difusão de conhecimento?
- 6- Poderá o artesanato vir a alavancar o desenvolvimento do lugar? Ou apenas outras estratégias e outros agentes tornarão isso possível?
- 7- Como o aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí se especializa?

A argumentação fundamental a ser desenvolvida nesse trabalho tem como suporte a tese (ou ideia central) de que localidades com baixo crescimento econômico, devido principalmente ao frágil dinamismo da economia (quase ausência da indústria moderna e fraca oferta de atividades terciárias), e ainda com moradores com escolaridade inferior àquela que os novos mercados de trabalho e estrutura de emprego exigem, tendem a ter alto nível de desemprego formal e uma quantidade significativa de ocupações informais, entre as quais o artesanato propende a se destacar.

Pode-se estabelecer, assim, um círculo vicioso no quadro socioeconômico local, cuja ruptura pareça muito difícil ou quase impossível, se ficar exclusivamente dependente de atores e forças endógenas.

Essa observação parece muito pertinente à realidade da região Norte do Piauí, em especial nos municípios de Parnaíba, Ilha Grande, Buriti dos Lopes e Luis Correia, nas quais, devido a pouca oferta de empregos formais, resultado de uma prolongada condição econômica precária, a informalidade, sob a forma de produção artesanal, pode ter surgido e permanecido como uma estratégia de sobrevivência da população local, de muito baixo grau de escolaridade. De outro lado, a grande quantidade de matéria-prima encontrada na região e a fácil difusão do “saber fazer” por meio do conhecimento tácito, podem ter sido, também, fatores determinantes

para o desenvolvimento das várias modalidades de artesanato existentes nas referidas localidades.

Isto posto, o estudo em questão tem como objetivo principal analisar as especificidades das dinâmicas produtivas do trabalho do aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí, com enfoque no trabalho informal. Mais especificamente, serão abordados: as origens do aglomerado de artesanato na região Norte do Piauí; os processos de interação/cooperação entre os seus membros formadores; as características do trabalho domiciliar dos artesãos e seus mecanismos de aprendizagem e a forma como o trabalho informal é desenvolvido na aglomeração local; e as possibilidades do desenvolvimento futuro da aludida região com conseqüente melhoria do nível de vida da população.

Para melhor compreensão, a seqüência lógica do estudo foi estruturada em 3 capítulos. A primeira parte, ou introdução, mostra os objetivos geral e específicos, a justificativa, a problemática, além da exposição da argumentação central ou tese e as partes que compõem o trabalho em questão.

No capítulo 1, é feito, inicialmente, um aprofundamento da problemática proposta expondo características do trabalho informal e do aglomerado produtivo em estudo. A contextualização regional e nacional da região Norte do Piauí é abordada no item seguinte, no qual são mostradas as realidades socioeconômicas do Nordeste e do Piauí, bem como uma descrição dos municípios sedes do aglomerado produtivo local de artesanato estudado, apresentando a história local e a atual condição econômica, social e demográfica, finalizando com os procedimentos metodológicos.

O capítulo 2 apresenta a fundamentação teórico-conceitual, baseada na definição de artesanato, de trabalho informal, e de Arranjo Produtivo Local. Posteriormente, encontram-se abordagens teóricas sobre cooperação, governança, aprendizado e inovação e, por fim, a importância do APL no desenvolvimento local e a situação dos APLs na região Nordeste. Esses fatores foram descritos por serem condições indispensáveis para a existência e sucesso de um arranjo produtivo local.

O capítulo 3 apresenta o estudo empírico do aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí, realizado com base em pesquisa de campo, com intuito de compreender as especificidades das dinâmicas produtivas do trabalho artesanal, com enfoque no trabalho informal e domiciliar, nos processos de

interação/cooperação entre os agentes formadores, nos mecanismos de aprendizagem e na espacialização do aglomerado.

O texto finaliza com as considerações finais, bem como as reais contribuições científicas e práticas deste trabalho, as referências bibliográficas e os formulários aplicados.

1 TEMA, PROBLEMA, ÁREA DE ESTUDO: EXPLANAÇÃO E DELIMITAÇÕES NECESSÁRIAS

1.1 – Aprofundando a problemática proposta

O trabalho é tão antigo quanto o homem, por essa razão não se pretende esgotar a matéria nem estudar todos os fatos que de maneira direta ou indireta se relacionaram ao trabalho. O intuito é situar as condições a que foi submetido o ser humano no passar dos tempos, para que, posteriormente, se possa explicar de maneira mais detalhada o trabalho artesanal, objeto de estudo da pesquisa em questão.

Ao analisar no contexto histórico mundial, é possível perceber que o trabalho apresenta diferentes fases que vão desde a escravidão, passando pelo sistema de servidão e corporações de ofício e, finalmente, até a Revolução Industrial. No entanto, desde a pré-história o homem já é levado a trabalhar como forma de atender suas necessidades básicas como comer e assegurar sua defesa pessoal. Desde o início de sua existência o homem precisou caçar e pescar para obtenção de alimentos e, posteriormente, fabricar armas e instrumentos de defesa para se proteger de animais ferozes e de outros homens.

De acordo com Reis (2012), a escravidão tem origem nesses combates que os homens travavam contra seus semelhantes. A princípio, essas lutas acabavam na morte dos mais fracos, principalmente para usá-los como alimentos. No entanto, com o passar do tempo, os vencedores começaram a perceber que ao invés de matá-los, era mais útil escravizá-los e usufruir de seu trabalho. Ainda segundo o autor, os escravos eram responsáveis pelos trabalhos manuais exaustivos, pois, além de serem cansativas, essas funções eram vistas como impróprias e até desonrosas para os homens válidos e livres.

Surge então a escravidão, primeira forma de trabalho, em que o escravo era considerado apenas como objeto, desprovido de direitos, tratado que era como propriedade. No Brasil, os índios foram os primeiros a serem escravizados pelos portugueses que descobriram o território. Com o direcionamento do foco das atividades econômicas para a extração do pau-brasil e o cultivo da cana, surge a necessidade de escravizar os negros africanos, pois a agricultura não era atividade desenvolvida entre os indígenas, prejudicando assim os resultados pretendidos. “Em

13 de maio de 1888, a Lei Áurea aboliu a escravidão no Brasil, e essa, sem dúvida foi a lei trabalhista de maior importância promulgada no ordenamento jurídico brasileiro”. (REIS, 2012, p. 4)

Em um segundo momento da história do trabalho, o regime de escravidão é substituído pelo sistema de servidão, no qual o trabalhador aos poucos vai se personalizando. Nesse sistema, o senhor da terra é que detinha o poder e todo o trabalho deveria ser realizado como forma de beneficiar exclusivamente suas vontades. De acordo com Vianna (1991), a servidão pode ser vista como um tipo de escravidão, pois os indivíduos não dispunham de liberdade, além de estarem sujeitos às mais severas restrições como, por exemplo, a impossibilidade de livre locomoção e a obrigação de entregar parte da produção rural aos senhores feudais em troca de proteção e do uso da terra.

Insatisfeitos com o regime de servidão, alguns servos começaram a fugir dos campos onde o poder dos nobres era quase absoluto, formando, assim, as primeiras vilas e cidades. Surgem, daí, as corporações de ofícios formadas de três espécies de trabalhadores: os mestres, os companheiros e os aprendizes. Segundo Vianna (1991), nesse sistema ainda estava presente a escravidão, mesmo que de forma velada, pois eram impostas aos aprendizes regras muito rígidas, não apenas nos métodos de produção, mas também na contraprestação do serviço prestado, pois era o mestre que explorava economicamente o ramo de atividade e quem definia o valor que o aprendiz deveria ganhar com cada peça produzida. Reis (2012) afirma que o mestre, além de senhor da disciplina profissional, era também senhor pessoal do trabalhador.

Os aprendizes eram jovens trabalhadores, submetidos à pessoa do mestre, que aprendiam o ofício. Essa aprendizagem era um sistema duro de trabalho e os mestres sempre impunham aos aprendizes um regime férreo de disciplina, usando largamente dos poderes que lhes eram conferidos pelas normas estatutárias da corporação. Terminada a aprendizagem, subiam eles à categoria de companheiros, que eram oficiais formados, mas sem condições de ascenderem à mestria, pela compressão exercida pelos mestres, que desejavam, dessa forma, impedir a concorrência, e assegurar a transmissão dos privilégios das mestrias aos seus filhos ou sucessores. (REIS, 2012, p.5).

Pode-se observar que até os séculos XVII e XVIII, os tipos de trabalho existentes eram de escravidão ou servidão. Foi a partir da Revolução Industrial que as condições de vassalagem e as corporações de ofícios foram desaparecendo,

passando a dar lugar às relações de trabalho remuneradas, com a locação de serviço civil (VERA, 2009).

Segundo Oliveira (2003), no Brasil, a passagem do trabalho escravo ao trabalho assalariado é marcada pela dinâmica da economia cafeeira. Entretanto, a contratação de europeus como solução para o problema de mão-de-obra na expansão do café implica a primeira segmentação do mercado de trabalho que estrutura a moderna economia brasileira. Para o autor, essa segmentação é reforçada pelo aspecto étnico, uma vez que os postos mais baixos do mundo do trabalho, antes ocupados por escravos, passaram a ser disputados pelos brancos imigrantes e negros.

No entanto, a imigração de colonos europeus e o benefício do fim da escravidão não abrangeram todas as regiões brasileiras. No Nordeste, o escravo liberado se transformou em boia-fria ou empregado temporário que tinha sua força de trabalho utilizada apenas em períodos de picos por demanda por mão-de-obra no complexo açucareiro (OLIVEIRA, 2003).

Através da Revolução Industrial e com o grande desenvolvimento do maquinismo e das invenções industriais, surge o trabalho em massa caracterizado, principalmente, por atividades simples e repetitivas e pela superespecialização do trabalhador. Segundo Vera (2009), a Revolução Industrial foi considerada um período de terror para o trabalhador, devido às condições desumanas de trabalho, e ao descaso do Estado para com essas condições. No entanto, como os trabalhadores eram livres e possuidores de direitos, “[...] esta época também foi marcada pelos conflitos de classe, devido às más condições de segurança e higiene do trabalho, remuneração, jornadas, trabalho feminino e infantil”. (VERA, 2009, p. 20)

Segundo Navarro e Padilha (2007, p. 15), o capitalismo traz consigo várias contradições a respeito do trabalho, pois “[...] ao mesmo tempo em que o trabalho é a fonte de humanização e é o fundador do ser social, sob a lógica do capital se torna degradado, alienado, estranhado.” Marx (1989) afirma ainda que, a partir do capitalismo, o trabalhador volta à condição de mercadoria e sua pobreza tem uma proporção direta em relação ao poder e à extensão de sua produção. Em outras palavras, quanto mais riqueza o trabalhador produz, mais pobre ele se torna, pois o objeto produzido, na maioria das vezes, tem preços superiores ao que os seus salários teriam condições de pagar.

Para Andrade (1991, p.2), “[...] a produção de mais-valia é o fundamento da existência do modo de produção capitalista” e é no prolongamento da jornada de trabalho que ela se constitui. De acordo com o autor, o trabalhador produz o equivalente necessário para que, parte da produção, pague a sua força de trabalho (salário) e a outra parte, o trabalho não pago, seja apropriada pelo capitalista. Segundo Marx (1984, p.40), “[...] os capitalista, na condição de personificação do capital, anseiam por quantidades cada vez maiores de mais-valia”, que só era possível “[...] mediante o prolongamento da jornada de trabalho ou intensificação das tarefas de tal maneira que o tempo de sobre trabalho aumentasse, enquanto se conservava igual o tempo de trabalho necessário”.

[...] trabalho necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho. A redução do tempo necessário provoca um prolongamento do mais trabalho e, desse modo, o trabalhador produz em menos tempo, o equivalente ao seu salário e, em consequência disto, o capitalista adquire uma maior quantia de mais-valia ao ser realizada. (ANDRADE, 1991, p.3).

Ainda de acordo com Marx (1984) o essencial do modo de produção capitalista era a mais-valia relativa, ou seja, aquela resultante do acúmulo de inovações técnicas, pois elevam a produtividade social e exige menor tempo do uso da força de trabalho. Dessa forma, “[...] se diminuiu o tempo de trabalho necessário, deve crescer, em contrapartida, o tempo de sobretrabalho.”

Diante dessa realidade, os capitalistas têm procurado meios, métodos e condições de produção cada vez mais eficientes, com intuito de produzir mais em um menor intervalo de tempo. No entanto, o próprio detentor do capital, tem consciência que o prolongamento da jornada de trabalho não pode causar o exaurimento do trabalhador, pois isso causaria, imediatamente, a sua escassez. Além disso, é necessário que o empregado receba salário que lhe permita, mesmo de maneira difícil, satisfazer suas necessidades físicas e biológicas e as de sua família.

Observa-se que inúmeras foram as transformações das condições de trabalho às quais o ser humano esteve submetido. Indo desde os trabalhos forçados, na época da escravidão até a desumanização, durante a Revolução Industrial. Atualmente, graças à proteção do Estado, o trabalhador possui inúmeros direitos assegurados. No Brasil, a Constituição de 1988 garantiu aos trabalhadores

receberem um salário mínimo, em dia, décimo terceiro salário, aposentadoria, período de descanso, licença maternidade remunerada; e também o poder de recorrer à justiça, caso alguns dos seus direitos, previstos em lei, não sejam cumpridos.

De maneira a explicar melhor a nova forma de ser do trabalho, Antunes e Alves (2004) sugerem uma concepção mais ampliada da classe trabalhadora.

[...] Ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário. (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 342)

Já o artigo 3º da CLT define como empregado “[...] toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob dependência deste e mediante salário”. Dessa forma, a CLT não é aplicada ao trabalhador autônomo, pois o mesmo não é subordinado àquele que contrata sua prestação de serviços, não estando sujeito ao poder do empregador, exercendo sua atividade de acordo com sua conveniência. A partir do momento que eles começam a frequentar mais a empresa, respeitando horários, seguindo suas normas e reportando-se a membros da organização, deixam de ser autônomos e se transformam em empregados. Entende-se, assim, que a subordinação, por exemplo, às jornadas de trabalho e ordens, técnicas ou disciplinares, emanadas do empregador, configurará o vínculo de emprego, seja urbano ou rural.

Migliora (2010) afirma que o artigo 7º da Constituição Federal equiparou os trabalhadores urbanos e rurais, garantindo-lhes direitos iguais.

Assim, não mais aproveita a definição de trabalhador rural contida na CLT, mas, sim, aquela da Lei 5.889/73, que ficou conhecida como lei do trabalhador rural. Diz o artigo 2º que empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviço de natureza não eventual a empregador rural, sob dependência deste e mediante salário. [...] Já o trabalhador urbano é aquele que se dedica as atividades exercidas no ambiente urbano, dentro das cidades (MIGLIORA, 2010, p. 31).

No entanto, existe uma diferença entre a forma como o trabalho acontece entre os empregados da economia individualizada e os da economia dita camponesa. No caso da economia individualizada, o trabalho deve necessariamente ser remunerado aos indivíduos como forma de sustento, já na economia camponesa tanto a unidade de produção quanto o consumo são o resultado do trabalho de toda

a família, estando voltado para a satisfação das necessidades do conjunto do núcleo familiar e não apenas do indivíduo sozinho, ou seja, é visível a presença do trabalho informal. Dessa forma, é comum a extensão da jornada de trabalho bem como as flutuações sazonais, que geram uma intensidade de trabalho enorme em determinados momentos e outros momentos com produção zero, que muitas vezes são preenchidos, dependendo das circunstâncias, com a manutenção de equipamentos, artesanato, migração para trabalho temporário, dentre outros.

Segundo Matsuo (2009), apesar do trabalho informal existir de longa data, o tema foi predominante a partir da década de 1970. Com a crise do mercado de trabalho que atingiu o Brasil de maneira significativa, a partir da década de 1990, pode-se observar uma elevação desse tipo de ocupação, pois grande parte dos postos de trabalho eliminada pela crise econômica só ressurgiu na informalidade. Com as novas formas de organização de trabalho constituída no processo de reestruturação produtiva e na globalização, bem como a maior exigência da capacidade intelectual do trabalhador, ocorreu forte presença do desemprego tecnológico-estrutural, resultando no desenvolvimento, também, de mais trabalhos informais como forma de suprir a carência do emprego formal, e garantir, pelo menos, a sobrevivência. Para Portugal e Garcia (1997), as principais razões do desemprego atual estão associadas a dois aspectos ligados exclusivamente à forma como o mercado de trabalho vem funcionando. São eles:

[...] um processo crescente de rigidez na determinação dos salários reais, promovido pela ampliação dos benefícios sociais e do grau de sindicalização; uma alteração no padrão tecnológico vigente, que produz mudanças na composição demográfica da força de trabalho, alterações na estrutura ocupacional dos setores da produção e um aumento da demanda por mão-de-obra mais bem qualificada. (PORTUGAL; GARCIA, 1997, p. 56)

Migliora (2010) afirma que, nas décadas de 1980 e 1990, o mercado formal foi incapaz de absorver o grande número de trabalhadores novos e desempregados, forçando não só os negócios informais, como, em alguns casos, as práticas ilegais na área trabalhista. Já Portugal e Garcia (1997) mostram que essas décadas foram marcadas pelo declínio dos níveis de produção e investimentos, pela queda do PIB de 2,1% ao ano e, conseqüentemente, pela queda do emprego formal, aumento das taxas de desemprego aberto e retração de salários e rendimentos em todos os segmentos ocupacionais. “O custo de um contrato formal de trabalho, observada a

legislação trabalhista, forçou empregadores a optar pela informalidade e pela ilegalidade, dependendo do caso”. (MIGLIORA, 2010, p. 10)

Matsuo (2009, p. 7) define o trabalho informal conforme citação a seguir:

O trabalho informal é considerado como um desdobramento do excedente de mão-de-obra, com ocupações no setor não-organizado do mercado de trabalho (desemprego invisível). Isso equivale a dizer que ele se define a partir de pessoas que criam sua própria forma de trabalho como estratégia de sobrevivência, ou como parte de formas alternativas de ocupação utilizadas pelas empresas capitalistas na produção – por exemplo, o trabalho em tempo parcial ou casual, o trabalho temporário, o contrato de prestação de serviços, além de subcontratações estabelecidas com pequenas empresas terceirizadas para produção de bens e serviços (MATSUO, 2009, p. 7).

Já para Guimarães (2002), as atividades informais não necessariamente estão relacionadas a baixos níveis de renda, mas a estratégias de sobrevivência ou de ascensão social. De acordo com a autora, a não qualificação suficiente, ou mesmo a falta de educação ou hábitos de trabalho condizentes com os requerimentos do setor formal, ou ainda por não terem oportunidade, ou falta de interesse em se submeter ao tipo de ocupação ou aos salários oferecidos, são motivos que levam as pessoas a recorrerem ao trabalho informal como fonte de renda ou de sobrevivência. Para a Organização Internacional do Trabalho, mesmo que alguns ganhem mais na economia informal do que os trabalhadores da economia formal, os trabalhadores e as unidades da economia informal vão ser sempre vistos como pobres, impotentes, excluídos e vulneráveis.

Correa e Lopes (2009) diferenciam o trabalho formal do informal tomando como base, principalmente, a legislação trabalhista. Segundo os autores, o trabalho formal atende às relações contratuais reguladas por legislação específica, e os representantes possuem contrato jurídico, são vinculados com a Previdência Social, protegidos pelo seguro desemprego e ainda possuem Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (no caso de funcionários celetistas). Já o trabalhador informal é aquele sobre o qual a intervenção do governo é quase nula, bem como as legislações fiscais e trabalhistas. Além disso, não possuem contratos registrados junto à seguridade social e não têm definidos, de forma clara, itens básicos como função, horas trabalhadas, descanso semanal remunerado, entre outros.

No Brasil, a identificação dos trabalhadores informais não é difícil, pois a legislação exige que assalariados possuam uma carteira de trabalho assinada ou uma portaria de posse (funcionários estatutários). Dessa forma, quem não apresenta

nenhum desses elementos acaba automaticamente sendo associado à informalidade. É o caso dos artesãos do aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí, que, mesmo usando do seu ofício e dos seus conhecimentos técnicos para obtenção de renda para sua sobrevivência e de sua família, não possuem carteira assinada e tampouco direitos trabalhistas. Segundo Correa e Lopes (2009, p.11):

Apesar de serem múltiplos e complexos os motivos que levam os trabalhadores a informalidade, é grande a quantidade de autores que acreditam que, invariavelmente, a deterioração do emprego e o aumento do mercado informal estão relacionados com as mudanças estruturais, a baixa capacidade de geração de postos de trabalho formais e a presença gradual do desemprego. Assim, o mercado de trabalho informal tornou-se uma alternativa de sobrevivência e complemento de renda para aqueles que têm dificuldade em inserir-se no mercado formal, seja por causa da idade, sexo, habilidade, condições físicas ou pela redução de custos das empresas.

Mesmo ocupando e gerando renda para a população desempregada, a informalidade é vista de forma negativa pelos governantes, pois interfere no crescimento econômico do País e ainda causa déficit previdenciário, gerado pela ausência de recolhimento de INSS pelos trabalhadores informais. Além disso, “[...] os empreendimentos informais não geram impostos e empregos formais, como também não estão representados nos números oficiais de crescimento do PIB brasileiro.” (MIGLIORA, 2010, p. 10).

A despeito dos pontos negativos da informalidade, o autor supracitado afirma que, no Brasil, a tendência é o aumento desta prática, devido ao alto custo do emprego formal, que impede que novos postos de trabalho sejam criados, fazendo, inclusive, com que muitas empresas estabeleçam suas atividades produtivas em países onde o custo do trabalhador seja mais baixo. Percebe-se a presença de um círculo vicioso, pois a informalidade prejudica o crescimento econômico, que gera o aumento do desemprego formal, tendo como consequência o surgimento de mais empregos informais.

No caso da região Norte do Piauí, os artesãos são exemplos de trabalhadores informais. As cidades litorâneas piauienses são consideradas atrasadas economicamente e com presença significativa de pessoas desempregadas, devido não só a pouca quantidade de empregos formais, como também à baixa formação escolar dos seus habitantes. A necessidade de sobrevivência e a presença abundante de matéria prima fizeram com que parte da população usasse seus

conhecimentos tácitos na produção de artesanato, gerando uma renda e ajudando no seu sustento e de sua família.

Em uma definição genérica, o artesanato pode ser caracterizado como uma atividade manual, o que impossibilita a existência de produtos totalmente iguais, sendo as diferenças consideradas marcas de perfeição das peças. Outra característica está relacionada à presença da cultura local como agregadora de valor, no entanto, as mudanças e as inovações são, perfeitamente, aceitáveis e, algumas vezes, estimuladas. No que se refere ao tempo de produção, o ritmo de trabalho é definido pelos próprios artesãos, que produzem de acordo com a demanda, ou ainda, para suprir suas necessidades básicas.

O artesanato brasileiro envolve aproximadamente 8,5 milhões de pessoas, movimentando cerca de 28 bilhões de reais por ano (correspondente a 2,8% do PIB – Produto Interno Bruto) e superando a renda gerada pelas indústrias tradicionais, como, por exemplo, a de vestuário, que tem uma representação de 2,7% do PIB (SEBRAE, 2006). Ainda no que se refere ao cenário nacional, o artesanato proporciona integração com o turismo, fazendo com que os dois setores desenvolvam intensiva ocupação de mão de obra e maior geração de renda para a população. Sendo considerada uma das formas mais espontâneas de expressão do povo brasileiro, é possível encontrar uma produção diferenciada do artesanato usando como base a cultura local e a disponibilidade de matérias-primas.

De acordo com o SEBRAE (2006), 3,5 milhões dos artesãos se encontram na região Nordeste, representando 40% das pessoas envolvidas com artesanato. Observa-se, assim, que o Nordeste é uma região que valoriza esse tipo de prática e que detêm uma grande diversidade de produtos de identificação cultural, artística e utilitária. Para Lima (2011), o destaque do artesanato no Nordeste se deve, entre outros fatores, ao seu potencial turístico, sendo uma região favorável ao surgimento de pólos de desenvolvimento artesanal, pois, os produtos são bastante demandados pelos turistas domésticos e internacionais.

Apesar da importância do artesanato para a região Nordeste, e, segundo Lima (2011), apesar de 614 municípios nordestinos (34,4%) possuírem alguma atividade artesanal, no ano de 2000 apenas 79 tinham condições, no que se refere à infraestrutura, para atender de maneira adequada o mercado consumidor, e somente 59 eram aptos a competir no mercado externo.

No Estado do Piauí, o setor ocupa o segundo lugar na renda familiar, dando ofício, aproximadamente, a 25.000 famílias que, através do uso, principalmente, de fibras naturais de plantas nativas da região como carnaúba, buriti e cipó de leite na produção de rendas, cestarias, bordados e tecelagem, conseguem obter o seu sustento. A produção piauiense é voltada principalmente para a arte santeira, reproduzindo imagens de santos e anjos em madeira e barro, refletindo a influência da religiosidade herdada da colonização, e para produtos destinados à decoração de casas como colchas bordadas em *richelieu* ou ponto cruz, redes adornadas com varandas feitas com renda de bilro ou crochê, além de produtos feitos com fibras naturais, que também servem para decorar as residências da população local e de turistas.

No caso do aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí, objeto de estudo do presente trabalho, o carro-chefe é a produção de cestaria e trançado, renda de bilro, bordados, cerâmica vermelha e calçados artesanais. Sua comercialização se dá ao nível local, regional e nacional, além da participação em feiras e eventos internacionais.

Santos et al. (2010) destacam os benefícios gerados pelo forte vínculo entre os setores de artesanato e turismo. Para os autores, a inserção do artesão e seu local de produção nos roteiros turísticos, bem como a comercialização de produtos regionais em pontos turísticos e a ambientação de hotéis e restaurantes com produtos artesanais que evidenciam a identidade cultural local, exercem importância significativa para o desenvolvimento da prática de artesanato, bem como para a melhoria de vida da população local.

Tendo em vista que a região Norte do Estado tem um potencial turístico e belezas naturais que poderiam atrair turistas, além de ser possuidora do maior aglomerado produtivo de artesanato do Estado, localizado nos municípios litorâneos de Parnaíba, Ilha Grande, Luis Correia e Buriti do Lopes, sendo inclusive classificado pelo Governo do Estado como Arranjo Produtivo Local, ao pesquisador com origens locais a possibilidade e, mesmo, a necessidade de avaliar tal aglomeração produtiva surgiu como que “naturalmente”, e assim investigar os seus elementos formadores, suas estruturas e a dinâmica do trabalho artesanal desenvolvido pelos artesãos. Para isso, será necessário, primeiramente, resgatar as origens do aglomerado de artesanato da região Norte do Piauí identificando suas características passadas e atuais.

Em 2008, a SEDET, juntamente com o SEBRAE, identificaram alguns APLs no Estado, dentre eles, o aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí, que foi nomeado pelas instituições como Arranjo Produtivo Local. Segundo o BNDES (2010), a metodologia usada pelas instituições para nomear o aglomerado produtivo já existente na região Norte de APL foi baseada no “Termo de referência para atuação do Sistema SEBRAE em arranjos produtivos”, desenvolvido pelo próprio SEBRAE em parceria com a RedeSist:

O termo de referência estabelece alguns pressupostos para a atuação do SEBRAE em arranjos, isto é, requisitos que vão além do econômico, quais sejam: o capital humano, o capital social, a governança e o uso sustentável do capital natural. Neste contexto, identificam os arranjos como aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, e que tragam sinais de identidade coletiva (culturais, econômicos, políticos, ambientais, etc), que tenham expectativas de desenvolvimento convergentes, firmem parcerias e compromissos para sustentar os investimentos dos diversos atores no próprio território, promovam um desenvolvimento integrado e compartilhado com redes locais (empresariais, sociais e institucionais). [...] Além disso, estabelece que, após uma prévia seleção de arranjos participarão do programa aqueles que: a) produzirem produtos que apresentem características mínimas de homogeneidade; b) tenham capacidade de contribuir para a elevação das exportações, ou para a substituição competitiva de importações e, ainda, tenham potencialidade de mercado e capacidade para gerar emprego e renda; e c) tenham um número de participantes e de pessoas ocupadas que seja significativo, quando confrontado com a dinâmica do território considerado. (BNDES, 2010, p.24)

Posteriormente à identificação dos supostos APLs no Piauí e com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos piauienses, com a exploração do artesanato, o Governo do Estado do Piauí desenvolveu um programa de inserção para apoio aos arranjos produtivos locais, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico - SEDET. O projeto do governo tem como principal objetivo a geração de emprego e renda, através da adoção de políticas baseadas em princípios que envolvem a autonomia local, a coordenação, a cooperação no âmbito regional e a busca da equidade. Para isso, concentra seus esforços em dois eixos interdependentes e complementares: fortalecimento da governança local e apoio ao desenvolvimento endógeno dos territórios.

No que se refere ao aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí, a SEDET desenvolveu um Plano de Desenvolvimento Provisório do Artesanato da Região Norte, que foi elaborado pelo Grupo de Trabalho de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais, com base em informações colhidas em diagnósticos participativos do SEBRAE, PRODART (Programa de Desenvolvimento do

Artesanato Piauiense), SETRE (Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo), dentre outros trabalhos consultados. Para por o plano em prática, inicialmente foi detalhada a situação atual do aglomerado, sendo listadas as potencialidades e limitações existentes, conforme quadro 1.

Quadro 1

Potencialidades e limitações do aglomerado produtivo local de artesanato da região Norte do Piauí

POTENCIALIDADES	LIMITAÇÕES
<p>Existência de produção artesanal diversificada: renda, bordado, crochê, cestaria, fibras, couro, cerâmica, tecelagem, madeira;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Artesanato de Parnaíba, Buriti dos Lopes, Luis Correia e Ilha Grande, com bom padrão tecnológico, sendo reconhecido dentro e fora do estado; - Central de Artesanato para comercialização de produtos em Parnaíba; - Atuação do PRODART e SEBRAE na capacitação e difusão tecnológica com ênfase na produção, comercialização e organização dos artesãos; - Incubadora de pequenos grupos produtivos em Porto das Barcas, em Parnaíba. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de formação de mercado como resultado da inconsistência da oferta de produtos artesanais, de novos designers e de uma marca; - Ausência de uma marca regional para a produção artesanal; - Desconhecimento da possibilidade de produção e comercialização em rede; - Falta de qualidade e personalização dos produtos em algumas regiões; - Desconhecimento do mercado: demandas e nichos especiais; - Responsabilidade coletiva ainda em fase de aprendizado; - Pouca produção artesanal dos municípios pequenos com as atividades de turismo dos territórios; - Linhas de crédito existentes e pouco acessadas pelos artesãos; - Baixo incentivo governamental; - Irregularidade na oferta de produtos.

Fonte do quadro: Plano de desenvolvimento do artesanato da região Norte – Governo do Estado do Piauí (2013, p. 8)

Pode-se observar que o aglomerado possui potencialidades que, quando bem exploradas, poderiam gerar lucros significativos para os artesãos, pois, além de produzir uma diversidade de tipos de produtos, indo da renda e do bordado à tecelagem em madeira, ainda possui um centro de artesanato para comercialização do que é produzido. Percebe-se, também, a presença do SEBRAE e da PRODART como ponto positivo na capacitação dos membros, além de auxiliar na comercialização e na organização dos artesãos, permitindo dessa forma o reconhecimento da produção não só a nível local, mas nacional e até internacional.

Entretanto, alguns entraves precisam ser observados e removidos, pois a quantidade de limitações que o aglomerado produtivo possui é superior às

potencialidades, prejudicando, dessa forma, o sucesso dos artesãos e o reconhecimento do mesmo como um arranjo produtivo local. A ausência da produção e comercialização em rede e da responsabilidade coletiva, o baixo incentivo governamental, a falta de acesso dos artesãos às linhas de créditos existentes, a má qualidade e a não personalização dos produtos em algumas regiões, dentre outros aspectos, são algumas das evidências que fazem supor que o aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí está em desacordo com as teorias referentes aos APLs.

Deve-se deixar claro que as limitações e potencialidades citadas no plano de desenvolvimento do APL da região Norte do Piauí do Governo do Estado serviram apenas de base para um estudo mais aprofundado da região. Para isso, fizeram-se necessárias jornadas de trabalho e entrevistas nos locais de produção, bem como aos artesãos, e ainda intensas observações sistemáticas e anotações nos locais estudados, com o intuito de esclarecer a realidade atual do aglomerado produtivo e a forma como o trabalho artesanal é desenvolvido, dentro e fora das sedes que compõem o aglomerado.

Na pesquisa de campo, pôde-se notar que a produção é familiar e, na maioria das vezes, feita nas próprias residências dos artesãos; no entanto, as associações e cooperativas servem de apoio para as pessoas que precisam de um lugar para produzir, além de ser ponto de exposição e venda das peças produzidas. Mesmo havendo cerca de 330 artesãos registrados, na prática a quantidade é bem maior, pois em alguns casos, os familiares produzem de maneira informal, com o objetivo de aumentar a produção, a venda e a renda obtida.

Os produtos artesanais requerem, na sua maioria, apenas matéria-prima, utensílios domésticos e a mão de obra do artesão. A renda de bilro, produzida pelas artesãs do Morro da Mariana em Ilha Grande (PI), pode ser considerada uma exceção, pois é feita através de um tear de bilro, pequenos objetos de madeira usados pelas rendeiras para dar forma ao bordado. Pelo fato de a produção não necessitar de tecnologia avançada, o ofício é passado de mestre para aprendizes, tendo, assim, o domínio do conhecimento tácito em relação ao explícito, na medida em que a experiência, a linguagem informal e os procedimentos aprendidos estão mais presentes que esquemas ou explicações escritas.

Observou-se, também, durante as estadias na região Norte do Piauí que, no que se refere à quantidade de matéria-prima, utensílios domésticos e capacidade

produtiva dos artesãos, o aglomerado possui características positivas que o levariam a resultados financeiros e sociais superiores aos atuais. Entretanto, a ausência da articulação, da interação e da cooperação que deveriam existir entre os artesãos, como condição *sine qua non* para uma maior capacidade produtiva e inovativa e para sustentabilidade, pareceu atrapalhar, de maneira significativa, essa positividade dos resultados, pressuposto que a investigação feita deve confirmar ou não.

Em busca de respostas para as questões citadas na introdução, faz-se necessário primeiramente, analisar a região Norte do Piauí, contextualizando-a no cenário regional e nacional. Nos subcapítulos seguintes, serão mostrados elementos históricos e atuais da região Nordeste, do Piauí e, mais precisamente, dos municípios que compõem o aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí, ou seja, Parnaíba, Ilha Grande, Buriti dos Lopes e Luis Correia.

1.2 – Contextualizações regional e nacional do aglomerado produtivo

1.2.1 – Brasil e a região Nordeste

O Brasil é uma república federativa formada de 26 Estados e um Distrito Federal, divididos em 5 regiões: Norte (Acre, Amazônia, Rondônia, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins), Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), Sudeste (Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo), Centro-oeste (Brasília (DF), Goiás e Mato Grosso, Mato Grosso do Sul) e Sul (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina). De acordo com o IBGE (2015) o país possui uma população de mais de 205 milhões de habitantes.

Possuidor de uma economia relativamente forte e sólida, o Brasil, em 2014, tinha um PIB de R\$ 5,52 trilhões e uma renda per Capita de R\$ 27.230, ocupando o 7º lugar no ranking das maiores economias do mundo. Esses dados só provam a grande desigualdade social existente no país, pois o salário médio da população brasileira é de aproximadamente R\$ 2.104,16. A situação piora quando os salários são analisados por região. De acordo com o IBGE (2014), os maiores salários médios, foram identificados no Distrito Federal (R\$ 3.729,00), Florianópolis (R\$ 3.186,60), Rio de Janeiro (R\$ 2.983,20), São Paulo (R\$ 2.915,40) e Vitória (R\$

2,847,60). Já os menores salários estão localizados na região Nordeste, mais precisamente, em Maceió, João Pessoa, Fortaleza e Teresina (R\$ 1.830,60).

Analisando a média salarial nos Estados do Nordeste, bem como a realidade do padrão de vida da maioria dos nordestinos, pode-se observar um contraste no que se refere à distribuição de renda, pois a região possui um PIB de R\$ 595,3 bilhões e a renda per capita de R\$ 11.045,00 (IBGE 2012). Dessa forma, conclui-se que a distribuição de renda acontece de forma muito desigual, pois enquanto existem pessoas que vivem no mais alto padrão de vida e de consumo, a maioria permanece em condições precárias de sobrevivência.

Outro dado que merece ser citado é o IDH, ou índice de desenvolvimento humano, que tem o objetivo de avaliar o bem-estar de uma população. É uma medida comparativa que envolve riqueza, educação e esperança média de vida. De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil-2013, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Alagoas, que possui um índice de 0,631, é o Estado com menor IDH do Brasil, seguido do Maranhão (0,639), Piauí e Pará (0,646).

Já no que se refere à renda, o Atlas de Desenvolvimento Humano mostra que o Maranhão é o Estado mais pobre da Federação, pois 22,47% da população são extremamente pobres e 39,53% pobres. O Piauí ocupa o segundo lugar no ranking, com 18,77% das pessoas extremamente pobres e 34,11% pobres.

O quadro 2 mostra exatamente a disparidade do PIB do Piauí em relação ao Nordeste e ao Brasil. Pode-se notar que, apesar do desenvolvimento dos últimos anos, ainda há uma distância significativa a ser percorrida.

Quadro 2

Comparação do PIB de 2009 e 2011 no Piauí, Nordeste e Brasil

	2011		2009	
	PIB (1.000.000 R\$)	PIB Per Capita R\$	PIB (1.000.000 R\$)	PIB Per Capita R\$
Piauí	24.607	7.835	19.033	6.051
Nordeste	555.325	10.379	437.720	8.168
Brasil	4.143.013	21.535	3.239.404	16.918

Fonte dos dados: Cepro (2012)

Observa-se que o Piauí está não só entre os Estados mais pobres do Brasil, mas também possui um índice de desenvolvimento humano considerado muito baixo pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Apesar de ter subido no ranking, pois durante muito tempo foi considerado o Estado mais pobre do país, a maioria dos piauienses ainda vive em condições precárias em todos os aspectos, como saúde, moradia, educação, entre outros.

Pode-se observar que é na região Nordeste que se encontram os Estados com maiores problemas de pobreza e desenvolvimento humano. Para compreender melhor essa realidade, sentiu-se a necessidade de analisar o contexto histórico do país e, mais precisamente, da região Nordeste.

1.2.1.1 – Região econômica periférica – Breve contexto histórico do Nordeste

A evolução da história do Brasil é marcada, desde a descoberta, pela presença forte e crescente do Estado, manifestado através do seu caráter autoritário e sua legitimação por meio do paternalismo. “Seja pela omissão do Estado, seja por sua ação direta, o autoritarismo se torna o vetor principal do poder central. E forma, com o caráter paternalista, o traço de união do binômio Estado-Nação.” (BURSZTYN, 1984, p.17)

Outro fato que também marca a história do Brasil é o caráter patrimonial do Estado português como um fator dominante da formação da economia nacional, bem como da formação econômico-social. Portugal via em sua nova colônia americana um enorme campo para extração de riquezas, tornando, assim, a administração colonial estritamente financeira, mesmo em se tratando de problemas políticos.

Segundo Andrade (1973), a costa nordestina foi, dentre a grande extensão litorânea brasileira, a primeira a ser explorada. Na verdade, os estuários dos pequenos rios foram as causas principais do povoamento do Nordeste, pois além das terras serem propícias às culturas da cana-de açúcar, possuía vários trechos navegáveis que desembocavam no Atlântico permitindo assim o embarque do açúcar produzido diretamente para o Reino.

A economia de *plantation*, que estava relacionada com os interesses dos proprietários de terras nos lucros enormes provenientes das culturas de exportação, consolidou, no Brasil Colônia, o latifúndio, isto é, “[...] a grande propriedade rural, a

vinculação dependente do país em relação ao exterior, a monocultura de exportação, a escravidão e suas consequências” (ALCOFORADO, 2006, p.115).

O primeiro produto explorado pela Coroa Portuguesa em solo brasileiro, mais precisamente no Nordeste, foi o Pau Brasil. O produto, mesmo sem muito valor agregado e com baixo retorno para Portugal, era aceito pelos Europeus, pois tanto a madeira era utilizada na construção de naus, quanto a tinta vermelha era útil para confecção e tinturaria têxtil. Apesar da escassez do produto, a partir de 1555, e o desinteresse dos portugueses pelo seu comércio, a exploração do Pau Brasil ajudou a Coroa Portuguesa no conhecimento mais profundo das novas terras descobertas e, a partir daí, buscou maneiras de melhor aproveitamento das mesmas (FAUSTO, 1930)

Em 1530, ainda na região Nordeste, os portugueses começaram a explorar a cana-de-açúcar, tendo seu ápice de 1646 a 1654, sendo superado somente no século XIX pelo café. Segundo Bursztyn (1984), o produto possuía uma grande procura pelos europeus, apresentando um ritmo intenso de expansão e tornando a região Nordeste a mais explorada do país durante os dois primeiros séculos de colonização. Diferentemente do Pau Brasil, que teve sua exploração reduzida graças à escassez na orla marítima e ao aumento do custo de exploração, a cana-de-açúcar teve seu declínio devido à saturação do mercado, provocada por excesso de oferta do produto.

Ao lado dos canaviais existiam outras atividades econômicas que, apesar de feitas em menor escala tinham alguma importância. É o caso da cultura do algodoeiro que, devido à descoberta da máquina a vapor, o algodão passou a ser largamente consumido na Europa pela indústria de tecidos. “Outras culturas como mandioca, o milho, o feijão e as fruteiras nativas e exóticas eram largamente cultivadas [...] garantindo não só o abastecimento da população rural, como da urbana” (ANDRADE, 1973, p.85)

Alcoforado (2006) ressalta que, apesar das dimensões relativamente grandes do mercado açucareiro, capaz de atuar como fator dinâmico do desenvolvimento de outras regiões do Brasil, a pouca expressão do mercado interno do país desviou o impulso dinâmico em sua quase totalidade para o exterior. Dessa forma, a economia açucareira não contribuiu para dinamizar o restante das regiões brasileiras.

A exploração em abundância das terras com a plantação da cana de açúcar gerou, no próprio Nordeste, um segundo sistema econômico, dependente da

economia açucareira, e baseado na criação de gado, em que a ocupação de terra era extensiva. “Essa atividade econômica induzia a uma permanente expansão, fato esse que fez com que se transformasse em um fator fundamental de penetração e ocupação do interior brasileiro” (ALCOFORADO, 2006, p.116).

É necessário deixar claro que a rentabilidade na fase inicial da criação de gado era baixa, além de ser induzida pela economia açucareira. A renda gerada por essa atividade tinha origem na venda do gado no litoral e do couro para exportação. Alcoforado (2006) afirma que, ao contrário da economia açucareira, a criação de gado era restrita à própria subsistência de sua população, resultando em uma estrutura social pobre, pouco diferenciada e com uma posição na estrutura de poder regional que não chegava a ser notada.

Enquanto a economia açucareira do Nordeste, que dependia fundamentalmente da procura externa, passava por um processo de decadência, devido a forte concorrência antilhana e à redução dos preços do açúcar à metade, a economia mineira se expandia no centro-sul do país, atraindo mão-de-obra especializada, elevando os preços dos escravos e reduzindo ainda mais a rentabilidade da empresa açucareira.

Nessa mesma época, a capital do país é transferida de Salvador para o Rio de Janeiro como um efeito do deslocamento do eixo principal da economia do Brasil, da cana-de-açúcar do Nordeste em direção à mineração de Minas Gerais. Entretanto, o que se observa é que esse deslocamento não implicou na ruptura do equilíbrio das forças sociais e da estrutura de poder no Nordeste, que ainda continuava tendo o açúcar como atividade predominante e a estrutura social mantida.

Nos últimos 25 anos do século XVIII, a economia brasileira se apresentava com um conjunto de sistemas em que alguns se articulavam entre si e outros permaneciam praticamente isolados. As articulações se processavam em torno de dois pólos principais: as economias do açúcar e do ouro. Articulada ao núcleo açucareiro estava a pecuária nordestina e, ao núcleo mineiro estava o *hinterland* pecuário sulino que se estendia de São Paulo ao Rio Grande do Sul (ALCOFORADO, 2006, p.120)

Segundo Bursztyn (1984), o predomínio da atividade açucareira e a manutenção da estrutura social no Nordeste são de grande importância para a compreensão da formação e da sedimentação da estrutura de poder local na região. Para o autor, o deslocamento geográfico do vetor principal da economia nacional para outras regiões não implicou na ruptura do equilíbrio das forças sociais e da

estrutura de poder locais. “Assim sendo, os grupos dominantes na colônia, ainda que tenham se revezado na hegemonia ao nível nacional, nunca tiveram sua posição abalada nas esferas regional e, sobretudo, local” (BURSZTYN, 1984, p.19).

O autor afirma ainda que, a expansão espacial do poder político tinha como objetivos reforçar a presença política da Coroa e viabilizar seu fiscalismo. No entanto, a falta de recursos humanos e financeiros de Portugal o impediu de ocupar efetivamente a posição de controle em uma terra tão vasta, mesmo contando com uma estrutura política teoricamente rígida. Dessa forma, as autoridades portuguesas foram obrigadas a delegar poder aos grandes senhores de terras, apesar do sistema político extremamente centralizador da administração “fiscalista” da metrópole. (FAUSTO, 1930)

Ao observar a evolução política do Brasil, encontra-se ao longo da história, o Estado Centralizador marcado por seu caráter autoritário-paternalista e os senhores de terra assumindo a forma de patriarcalismo e exercendo uma tirania ao nível local, similar à do Estado sobre a Nação. É a partir das relações paternalistas da sociedade patriarcal que a estrutura social rural se constitui. O paternalismo se torna um mecanismo ideológico e social fundamental para contrabalançar o autoritarismo, tanto do Estado quanto do patriarca local.

Segundo Bursztyn (1984), o paternalismo que se iniciou nos primórdios do período colonial com a transferência ao poder local das prerrogativas de Estado em troca do reconhecimento da soberania da Coroa sobre os senhores de terras, permanecia ainda na primeira República, sendo manifestado através do caráter omissivo do Estado em relação à preeminência do poder local. Essa realidade permaneceu até o governo de Vargas, quando o Estado começa a transformar seu caráter autoritário por omissão em autoritário ativo, através da intensificação do intervencionismo. É necessário deixar claro que a omissão do setor público no Nordeste era muito mais presente que a sua intervenção, tendo como fato marcante, ao longo do tempo, a transferência ao capital das prerrogativas de Estado, gerando assim, a hipertrofia do poder local a níveis econômico, social e político.

Apenas no início do século XX é que o Nordeste começa a se integrar à dinâmica nacional, tendo como referência o processo de industrialização da região Sudeste, característica típica de uma região periférica que, por ser carente de força própria, responde apenas a uma racionalidade adaptativa condicionada: de fora para dentro, [...] “pelas características do processo de difusão desigual do progresso”

(FURTADO, 2005, p.6). Ainda segundo o autor supracitado, as premissas históricas responsáveis pelo desenvolvimento não estão presentes nas economias subdesenvolvidas e “[...] a situação periférica e a reprodução de grandes assimetrias sociais criam bloqueios à inovação e à difusão do progresso técnico que inviabilizam a endogeneização do movimento de transformação capitalista”.

[...]o subdesenvolvimento é o produto de uma situação histórica, que divide o mundo em uma estrutura "centro-periferia", e de uma opção política, que subordina o processo de incorporação do progresso técnico ao objetivo de copiar os estilos de vida das economias centrais. O problema decorre do fato de que a discrepância entre as economias centrais e periféricas quanto à capacidade de elevar a produtividade média do trabalho e quanto ao poder de socialização do excedente entre salário e lucro faz com que o estilo de vida que prevalece no centro não possa ser generalizado para o conjunto da população periférica. (FURTADO, 2005, p.7)

Já Carcanholo (2008) define economia periférica como sendo a região, que apresenta, em geral, instáveis trajetórias de crescimento, fragilidade financeira atrelada à alta dependência de fontes externas de capital como forma de financiar suas contas correntes, além de uma vulnerabilidade externa e altas concentrações de renda e riqueza. De acordo com o autor, o subdesenvolvimento e o desenvolvimento, são, ao mesmo tempo, antagônicos e complementares, visto que o subdesenvolvimento de alguns países/regiões resulta precisamente do que determina o desenvolvimento dos demais. Dessa forma, “[...] as características de uma economia periférica possuem um caráter estrutural, determinado pela própria condição de dependência, não passíveis de superação/solução pelo mero manejo “adequado” do instrumental de política econômica” (CARCANHOLO, 2008, p.253).

A própria CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, criada em novembro de 1947 durante a Assembleia Geral da ONU, com o objetivo de analisar a periferia de sua própria ótica e procurar meios de transformar sua realidade, principalmente no que se refere às mudanças no processo de industrialização, admite o atraso das economias periféricas frente às economias já industrializadas e a utópica possibilidade dessas regiões ou países se desenvolverem em proporções suficientes que as permitiriam atingir o status de localidades desenvolvidas.

Segundo Gomes (2010, p.56), o método histórico-estrutural utilizado pela CEPAL para analisar as características específicas da realidade socioeconômica dos países subdesenvolvidos, “[...] denuncia a assimetria nas relações econômicas

entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, amparada em um histórico em que se constatou uma deterioração dos termos de troca”. Dessa forma, a teoria econômica hegemônica não teria quase nenhuma aplicabilidade nas regiões periféricas, direcionando as ações da CEPAL a adoção de políticas industriais coordenadas pela ação do Estado como solução para a melhoria do subdesenvolvimento, e não necessariamente para a sua superação.

Pode-se observar que as regiões periféricas têm sua origem em fatos históricos de dependência das regiões centrais, dificultando, dessa forma, a sua saída dessa condição, pois estarão sempre marcadas por um atraso em relação às experiências históricas de desenvolvimento. No entanto, é necessário apoio político, econômico e social que objetive melhorar a situação da região e diminuir as disparidades dos níveis de renda e do ritmo de crescimento entre as regiões centrais e periféricas, conforme aconteceu no início do século XX no Nordeste brasileiro, época que surgiram as primeiras medidas de caráter planejado através da criação de um conjunto de instituições federais. Dentre as instituições criadas estavam a Chesf e o DNOCS em 1945, a Codevasf em 1947, o BNB em 1952 e, por último, a Sudene em 1959.

Carvalho (2008, p.2) afirma que “[...] a partir da segunda metade do século XX, com o processo de industrialização comandado pela Sudene, o Nordeste expandiu e transformou sua estrutura produtiva”. Nas décadas seguintes, o lento crescimento característico da economia nordestina é substituído por forte dinamismo, graças a inúmeras atividades desenvolvidas na região.

Apesar da instalação de indústrias, desde a de base até de tecnologia de ponta, fazendo com que o Nordeste alcançasse altos níveis de crescimento, na economia da região, ainda predomina o setor primário, mais precisamente, agricultura e pecuária. Além da agricultura, pecuária e as indústrias, outras atividades econômicas existentes no Nordeste são: o petróleo, principalmente no Rio Grande do Norte e Bahia, dando ao Nordeste o título de segunda maior região produtora de petróleo no Brasil; e o turismo, que atrai milhares de pessoas de dentro e fora do país, devido às características da região, como a localização (litoral), o clima e a própria cultura local.

Mesmo não sendo tão significativo quanto as outras atividades econômicas já citadas, o artesanato possui sua importância, principalmente no que se refere à sobrevivência das pequenas comunidades, que possuem a prática como principal

fonte de renda. Nesse caso, pode-se incluir a cerâmica em Pernambuco, o couro na Paraíba, bordados e redes para dormir no Ceará e Rio Grande do Norte e os objetos de palhas no Piauí.

Segundo Guimarães Neto (2004), o Nordeste conheceu quatro fases distintas na sua trajetória entre 1960 e 2000. Essas fases, conforme o autor, seguiram a evolução da economia brasileira, sendo expansivas quando a economia nacional crescia e reduzindo a intensidade de suas atividades à medida que a nação registrava desaceleração.

Essa trajetória foi aberta com a *fase inicial de expansão*, nos anos 1960, quando beneficiado, em parte, pelo planejamento regional –, recebeu investimentos básicos, sobretudo em rodovias e energia elétrica, crescendo a uma taxa média de 4,4%. Nos anos 1970, apoiado pelo “milagre econômico” e pelos projetos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) vem a *fase de continuidade do crescimento*, na qual os investimentos de infra-estrutura foram complementados pelos empreendimentos produtivos, principalmente os industriais, e a região se expande a uma taxa anual de 9,4%. Os anos 1980 correspondem à *fase de desaceleração*, coincidindo com a crise fiscal e financeira, que causou um impacto negativo. A taxa média diminuiu, então, para 4,3%. No entanto, nos anos 1990, o Nordeste, refletindo a instabilidade econômica e a experiência da desregulamentação e da abertura econômica, obteve taxas menores que nas décadas anteriores, uma média de 2,6%, configurando a *fase de continuidade da desaceleração e crise* (GUIMARÃES NETO, 2004, p. 153-154).

De acordo com a Sudene (1999), os setores econômicos que alavancaram o crescimento da economia do Nordeste, entre 1970 e 1997, foram o setor industrial, com uma taxa média anual de 4,7%, e o de serviços, com uma taxa de 6,4%, superando o crescimento médio anual do país que foi de 4,2% (indústrias) e 5,1% (serviços). O único setor que não superou o desempenho nacional foi o agropecuário, devido às constantes estiagens que se abateram sobre a região nesse período. Sudene (1999) mostra também que em 1996, das vendas do Nordeste para o exterior, 78% eram de produtos industrializados e que essa expressiva venda de produtos regionais para o exterior se deu principalmente pela instalação de novas empresas dotadas de tecnologias avançadas, bem como a forte modernização das já existentes.

Sobre esse crescimento rápido da região Nordeste a partir de 1960, Furtado (1981) mostra que se dependesse do desenvolvimento da própria produção industrial da região e de importações do Exterior para abastecer o mercado local, possivelmente o processo de modernização teria sido mais lento.

[...] a entrada líquida de recursos, que aparece na contabilidade social da região, tem como contrapartida um elevado nível de investimentos estéreis destinados a modelar o mercado regional às exigências da estrutura industrial do Centro-Sul, na qual predominam as indústrias de bens duráveis. Somente assim se explica a baixa relação produto-capital, ou seja, o baixo rendimento médio dos investimentos que aí se realizam. (FURTADO, 1981, p.14).

Segundo Carvalho (2008), apesar do crescimento econômico do Nordeste ao longo das décadas de 1960 a 1990 e do PIB da região ter passado de US\$ 8,6 bilhões para US\$ 91,4 bilhões nesse período, os traços mais fortes da região, como a distribuição de renda e de terra desiguais, o baixo índice de desenvolvimento humano e a concentração espacial da indústria na faixa litorânea, localizadas principalmente nas capitais dos estados maiores, permaneceram inalterados. O autor afirma ainda que houve um avanço dos indicadores sociais entre 1970 e 1990, no que diz respeito aos índices de esperança de vida ao nascer, mortalidade infantil e alfabetização, mas este avanço mantém a região Nordeste distante da média nacional. Nessa mesma época, o número de pobres aumentou de 19,4 milhões para 23,7 milhões, além de ter sua participação no total de pobres do país aumentada de 43,5% para 53%.

Para Furtado (1981), a problemática do atraso sócio-econômico do Nordeste tem como causa a dependência cultural desta região para com a região Sudeste do Brasil. De acordo com o autor, o subdesenvolvimento de uma região era função do desenvolvimento da outra. A população trabalhadora rural vivia em uma situação de calamidade, e se não fosse a ajuda do governo federal, parte dela seria dizimada pela fome ou migraria. “Essa população miserável era mantida sob dependência dos grandes fazendeiros, que a transformava em curral eleitoral”. (GODOY, 2013, p.61).

A justificativa de Furtado no que se refere ao atraso econômico da região Nordeste pode ser confirmada também pela lei do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky (1977). Segundo Trotsky (1977), as localidades atrasadas tinham sua história marcada pela assimilação das práticas modernas dos locais avançados, bem como sua adaptação a condições materiais e culturais arcaicas. Isso se dava principalmente pela incapacidade das regiões coloniais e semicoloniais se desenvolverem de maneira autônoma, sofrendo influências diretas, financeiramente e culturalmente, das localidades avançadas.

No que se refere ao Brasil, Demier (2007) afirma, que o país possui entraves estruturais que o limitam a alcançar transformações econômicas, tendo sua

“revolução” baseada apenas na associação e dependência do capitalismo internacional. Ao analisar a região Nordeste a realidade é ainda pior, pois essa mesma “revolução”, já atrasada se comparada aos países desenvolvidos, acontece no Nordeste com um atraso ainda maior, pois depende das participações política, econômica e cultural das regiões brasileiras ditas avançadas, como a região Sudeste.

Celso Furtado, então diretor no Banco Nacional de Desenvolvimento, criou em 1959 o documento “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”, creditado ao Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Esse documento parte da constatação de que o ritmo do crescimento da economia nordestina apresentava-se em média inferior ao da economia do Sudeste, devido, principalmente, a política de industrialização seguida pelo Governo Federal nas décadas de 1940 e 1950, que tinha como foco os maciços subsídios aos investimentos industriais que favoreciam significativamente a região Sudeste e inibia o desenvolvimento da região Nordeste. (PELLEGRINO, 2003)

Outro fato que o GTDN (1959) chama atenção no documento “Uma política de desenvolvimento econômico do Nordeste” está relacionado ao duplo fluxo de renda que caracteriza as relações econômicas entre as regiões Nordeste e Sudeste. Segundo o grupo, o setor privado nordestino atuava como instrumento de transferência de recurso contra o Nordeste enquanto o setor público (governo federal) a favor. Dessa forma, é possível observar que as transferências de recursos por parte do governo federal, muitas vezes maiores do que a arrecadação local, têm um caráter mais assistencial do que produtivo, não fomentando o desenvolvimento econômico da região.

Após a realização do diagnóstico da problemática do atraso da região Nordeste, o GTDN (1959) traçou seu plano de ação em torno de quatro diretrizes básicas. A primeira delas foi a reformulação da política de aproveitamento de solos e águas na região semiárida, através da construção de açudes, irrigação e outras formas de aproveitamento das águas, tornando a região mais resistente ao impacto da seca. A segunda diretriz proposta estava relacionada à reorganização da economia da região semiárida e à abertura de frentes de colonização, com base no deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, no intuito de incorporar à economia da região as terras úmidas do Maranhão. Posteriormente, foi proposta pelo grupo a intensificação dos investimentos industriais com intuito de elevar a produtividade do

trabalho, mais precisamente indústrias manufatureiras devido aos escassos recursos existentes na região. E, por fim, transformação na estrutura da economia agrícola da zona úmida (da Mata) visando ao aumento da oferta de alimentos nos centros urbanos, nos quais a industrialização seria estimulada.

Massuquetti e Franco Jr (2008, p.812), ao compararem a desigualdade da região Nordeste e Sudeste, afirmam que a baixa renda per capita da região Nordeste pode não ser consequência de características da região, mas sim dos indivíduos locais. Dessa forma, as políticas de combate à desigualdade deveriam ser direcionadas aos indivíduos e não à região, por se tratar de um problema social e não apenas regional. Segundo os autores, uma política de desenvolvimento regional poderia não ser a solução dos problemas no Nordeste, devido à péssima distribuição de renda nessa região.

Godoy (2013, p. 78) confirma que não era a seca o problema do Nordeste, mas sim o latifúndio. “A concentração da propriedade fundiária e da renda, dos recursos naturais e infraestruturais é que produzia o flagelo da seca. O flagelo tinha origem social e não ambiental.” Dessa forma, era necessária uma política que substituiria o foco no combate à seca pelo convívio da melhor forma possível com ela, promovendo a agropecuária com base nos potenciais e na ecologia da região. Entretanto, o que se pode observar com os programas desenvolvidos por Juscelino Kubitschek, de melhoria de vida dos nordestinos, foi o favorecimento das elites agrárias, através de renúncias fiscais, de estímulos diretos, da compensação de dívidas e do crédito governamental, na construção de obras de interesse particular dos grandes proprietários do semiárido.

O autor supracitado afirma, ainda, que o império do latifúndio não gerou quaisquer mudanças que ajudassem na modernização ou industrialização das atividades agrícolas. Ao contrário disso, o latifúndio teve o intuito de manter a ordem senhorial e a dominação política oligárquica e coronelista, sendo considerado o fundamento das desigualdades e a causa da dominação exercida pelos grandes proprietários.

Como não houve modernização e industrialização do campo que promovesse aumento de produtividade, a economia do açúcar gerou um padrão decrescente de acumulação. Essa acumulação, entretanto, não se transformou em poupança que promovesse inversões produtivas, mas verteu-se, prioritariamente, para o consumo das elites rurais aristocráticas, impedindo qualquer ganho de competitividade. (GODOY, 2013, p. 83)

O resultado dessa dependência e estagnação da economia nordestina, bem como de seus rendimentos decrescentes, foi a exploração da mão de obra como forma de manutenção do alto padrão dos aristocratas de consumo, padrão esse totalmente em desacordo com a realidade econômica regional. Além disso, a decadência política, social e econômica do Nordeste, fez com que a cultura popular da região fosse substituída pelos valores e referenciais culturais exógenos.

É impossível uma nação moderna conviver com as desigualdades sociais alarmantes que existem no Brasil, mais precisamente no Nordeste. Diante disso, Furtado (1981) definiu três eixos principais para o desenvolvimento da região Nordeste. O primeiro seria uma transferência significativa de recursos financeiros e técnicos para a região, no período de pelo menos dez anos. Essa transferência teria como objetivo central melhorar as estruturas rurais, dar condições de saúde e de educação decentes para a população, desenvolver amparo para novas implantações industriais e dar vitalidade às pequenas e médias empresas diretamente ligadas à satisfação das necessidades da população de renda modesta. Para o autor, o baixo nível de vida do homem nordestino interfere diretamente na estrutura social do conjunto do País, dessa forma se faz necessário desenvolver mecanismos de melhoria da forma de viver do povo dessa região.

O eixo seguinte teria como objetivo introduzir mudanças estruturais que gerassem melhorias nas condições de vida e na capacidade de iniciativa da massa trabalhadora rural. Segundo o autor, este eixo só seria possível se o desenvolvimento alcançasse resultados imediatos e perceptíveis para uma parcela importante dos trabalhadores rurais, pois essa é a única forma de inspirá-los a produzir.

Já o último eixo visaria aumentar de formar considerável a participação do Nordeste na industrialização do País como complementação do Centro-Sul, mas levando em conta as particularidades sociais e ecológicas da região mais pobre. De acordo com Furtado (1981, p.17), além das atividades industriais que são projeções do Centro-Sul, “[...] uma série de outras atividades manufatureiras poderão desenvolver-se na região, sob a forma de pequenas e médias empresas, se adequadamente amparadas”.

Apesar de todo esforço de Celso Furtado em desenvolver políticas de intervenção que gerassem o desenvolvimento da região Nordeste, “[...] com o Golpe Militar, a onda desenvolvimentista – iniciada nos anos cinquenta e aprofundada na

década seguinte, que havia dado espaço para a definição das políticas de planejamento para o Nordeste – teve seu fim decretado”, e Furtado foi exilado após ser acusado de corromper a juventude. (GODOY, 2013, p.81).

Pode-se observar que as soluções sugeridas por Celso Furtado no século passado, ainda são viáveis, mas para isso precisaria de um apoio estatal para planejar e financiar os investimentos, com intuito de romper com o parasitismo das elites oligárquicas. Entretanto, ao contrário disso, a forma encontrada pelos governantes foi a de desenvolver programas de governos, como por exemplo, a Bolsa Família que, com o tempo, vem diminuindo cada vez mais a capacidade produtiva do nordestino e tem mantido o Nordeste no patamar de região mais pobre do País.

Segundo Leite e Peres (2013), esses programas assistenciais surgiram entre as décadas de 1990 e 2000 com intuito de combater a pobreza e a desigualdade de renda, tendo como proposta o repasse financeiro à parcela mais pobre da população, desde que houvesse o cumprimento de contrapartidas por parte dos beneficiados. O Banco Mundial foi o primeiro a promover programa de combate à pobreza e à desigualdade de renda, após ter percebido que esses elementos são pré-requisitos para o não desenvolvimento econômico e social dos países. “Desta forma, os anos 1990 podem ser definidos como a era da focalização extensiva, na qual houve um aumento do gasto social médio na América Latina, capitaneado pelo maior gasto em seguridade e assistência social.” (LEITE; PERES, 2013, P. 353).

No caso específico do Brasil, a Comissão Mista Especial do Congresso Nacional propôs, em 1999, uma emenda constitucional dando origem ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza que, posteriormente, gerou um consenso político que definiu a transferência de renda condicionada como a melhor forma de combater a pobreza.

De acordo com Leite e Peres (2013, p. 364), foi no penúltimo ano do Governo de Fernando Henrique Cardoso que ocorreu uma expansão dos programas de iniciativa do Governo Federal em desenvolvimento e a criação de novos, tendo como destaque o Programa Bolsa Escola e o Programa Bolsa Alimentação, cujas características foram posteriormente aperfeiçoadas no Bolsa Família, abrangendo mais de 5.560 municípios brasileiros.

No início do Governo Lula, em 2003, havia cinco programas de transferência de renda condicionada em curso (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás,

Cartão Alimentação e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti). Em fevereiro de 2003, o então Presidente criou o Programa Nacional de Acesso à Alimentação, com objetivo de implementar o Fome Zero, desenvolvido em 2001 pelo Instituto Cidadania. Já em outubro do mesmo ano, através da liderança da então Secretária Executiva do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), ocorreu a unificação dos programas de transferência de renda no Programa Bolsa Família. (SOARES, 2010).

Com relação aos valores efetivamente pagos às famílias, existem duas formas de benefícios: 1) básica, voltada para as famílias que se encontram em situação de extrema pobreza, independente do número de filhos; 2) variável, destinada à unidades familiares, pobres ou extremamente pobres com gestantes, nutrizes, crianças de zero a doze anos ou adolescentes de até 17 anos (Lei 10.836/04 -art.2º). [...] Assim, os valores dos benefícios pagos pelo Bolsa Família variam de R\$ 32 a R\$ 242, de acordo com a renda per capita mensal da família e com o número de crianças e adolescentes de até 17 anos. (ABREU, 2011, p.101-102)

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o programa Bolsa Família recebeu do Governo Federal, em 2013, aproximadamente 25 bilhões de reais, beneficiando cerca de 14 milhões de famílias pobres do país. Pode-se observar, através do relatório de Gestão do Programa Bolsa Família de 2013, que houve um aumento de 1,2% no número de famílias beneficiadas, se comparado com a cobertura do programa em 2012. Tomando como referência as informações de dezembro de 2013, segundo o relatório do MSD do mesmo ano, tem-se a seguinte distribuição regional de famílias selecionadas para a concessão: Nordeste, 29,53%, Norte, 17,75%, Sudeste, 33,45%, Sul 9,93% e Centro Oeste, 9,32%.

No que se refere ao perfil dos titulares do programa, segundo a pesquisa realizada pelo IBASE (2008), pode-se observar que a maioria é do sexo feminino (94%), entre 15 a 49 anos (85%), pretos ou pardos (64%), sendo 78% residentes em área urbana e 22% em áreas rurais. No tocante ao uso dos recursos provenientes do Programa, seus beneficiários chegam a gastar 87% do que recebem com alimentação. No Nordeste, esse percentual chega a 91%. Dentre os alimentos que tiveram um aumento no consumo a partir do recebimento do benefício do Bolsa Família, podem-se destacar o arroz e o feijão, principalmente entre as famílias de baixa renda, as proteínas de origem animal, leite e seus derivados, biscoitos, óleos e gorduras, açúcares e alimentos industrializados e, em menor proporção, vegetais e hortaliças.

No geral, a dieta das famílias mostra que alimentos de maior densidade calórica e menor valor nutritivo prevalecem na decisão de consumo. O comportamento desfavorável do padrão alimentar contribui para o aumento da prevalência de excesso de peso e da obesidade, como também de doenças, certos tipos de câncer e outras enfermidades crônicas associadas a dietas com alta densidade energética. (IBASE, 2008, p. 07).

No contexto das políticas públicas, segundo o IBASE (2008), o Programa Bolsa Família tem uma importância significativa no processo de melhoria das condições de vida das famílias. Entretanto, como a insegurança alimentar grave está diretamente relacionada à baixa escolaridade, à exclusão do mercado formal e à precariedade no acesso a serviços públicos, como saneamento básico, realidade essa vivida pela maioria dos beneficiários do programa, o Bolsa Família não garante índices satisfatórios de segurança alimentar, apesar de aumentar o consumo da quantidade de alimentos. “Deixa-se o alerta de que políticas públicas direcionadas ao enfrentamento destes problemas, certamente aumentarão as chances dessas famílias superarem a pobreza.” (ABREU, 2011, p. 136).

É indiscutível que os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, fazem diferença na vida dos cidadãos, pois movimentam a economia local, além de estimular as pessoas a lutarem pela conquista de novos direitos. No entanto, é preciso esclarecer que a pobreza não é apenas insuficiência de renda, dessa forma o seu combate deve transpor o repasse de recursos financeiros para as famílias mais pobres, fazendo-se necessária a articulação dos programas de transferências de renda com outras políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento das capacidades dos seus beneficiários, “[...] sempre ligadas diretamente às condições de vida da população, ao desenvolvimento sustentado, à independência financeira e à dignidade dos indivíduos” (ABREU, 2011, p. 173).

Diante do que foi exposto sobre a relação do Nordeste com o Brasil, é mister observar que muita coisa ainda precisa ser feita para melhorar a qualidade de vida dos nordestinos. A começar pela redução da desigualdade social e a melhoria na educação e na saúde. O próprio programa Bolsa Família, que hoje representa a renda de uma parte significativa da população, pode ser usado não como um meio de apaziguar os conflitos da localidade, mas como um instrumento de correção, melhorando a vida dos beneficiários e da sua comunidade.

1.2.1.2 – O esboço de um perfil sociocultural do Nordeste.

O nordestino é caracterizado por Ataíde (2007, p. 51) como um “[...] tipo humano com traços psicológicos como solidão, solidariedade, fatalismo, tradicionalismo e, também, ligação com a terra de origem, pouca escolaridade e cultura rural”. A autora afirma ainda que, complementando esse “passado idílico”, o destaque do paternalismo oligárquico como protetor e provedor faz com que o nordeste seja sempre visto como um celeiro de pobres, que precisa ser mantido pelos ricos e pelo Estado. Já para Zaidan Filho (2001), a identidade nordestina é retratada como nominativo de uma humanidade ferida, muito empobrecida pela seca, analfabetismo, condições econômicas e vítimas das oligarquias e do latifúndio.

Essas características foram mostradas pelo cearense José de Alencar, em “O Sertanejo”, 1875, no qual o autor traçou um retrato da seca, da fome e da miséria do interior do Nordeste, e por Euclides da Cunha, na obra “Os Sertões”, que reforçou a imagem da região abandonada através da descrição da “[...] luta diária contra as agruras do meio, que exigiria do homem uma resistência característica em face do ambiente inóspito e do domínio do latifúndio” (Godoy, 2013, p. 64).

Ainda no livro “Os Sertões”, Euclides da Cunha identifica o sertanejo no seu “fanatismo”, ao mesmo tempo em que Josué de Castro, em “Geografia da Fome” associa o fenômeno “fanatismo” ao fenômeno “fome”. Até Celso Furtado, relacionando o retrocesso socioeconômico do sertão à decadência da grande empresa açucareira, não deixa de apontar a ligação indissolúvel entre o sertanejo e o seu misticismo. Observa-se, assim, que a dimensão religiosa do mundo do sertão está diretamente relacionada à religiosidade penitencial e sofridora. O próprio significado da procissão, realizada por ocasião da seca, tem uma ligação com a penitência, na qual os devotos saem das suas casas portando imagens de santos, rezando benditos e pedindo que São José faça chover. (POMPA, 2004).

A seca é a manifestação de um desequilíbrio cósmico: castigo divino pelos pecados e pela falta de devoção. Para restabelecer o equilíbrio, a cultura popular institui a mediação horizontal, na própria terra, levando os santos para ressacralizar o espaço profanado pelo pecado. [...] Uma vez cumprida a tarefa, o santo tem de voltar ao seu lugar. No nono dia, a penitência termina. Nesses momentos e espaços, suspensos e protegidos, são fortalecidas as relações com os santos e também entre os membros do grupo, aqueles sendo testemunhas destes. (POMPA, 2004, p. 79).

Observa-se, assim, que a falta de chuva foi incorporada à liturgia cristã, tendo o padre como intermediário entre os sertanejos e Deus na busca da salvação. A confissão era a principal forma de reconciliação com Deus, pois era a única maneira dos pecadores ficarem com suas consciências ajustadas e sua salvação segura. Para os sertanejos, Igreja e padres são símbolos e garantia institucional de uma salvação já dada, e movimentos religiosos e beatos o são de uma salvação que ainda deve acontecer. Talvez essa seja a razão da devoção popular no sertão se voltar para figuras como as de Padre Cícero e Frei Damião, que são mais reconhecidos como beatos do que como padres.

Outros escritores foram intérpretes do Nordeste, tendo como marco o movimento regionalista liderado por Gilberto Freyre. Dentre os responsáveis em tornar o Nordeste popular e reconhecido por seus valores, formas de vida, estilos musicais e gastronômicos, podem-se citar: José Lins do Rego, José Américo de Almeida, Vicente Rego Monteiro, Manuel Bandeira, Câmara Cascudo, Francisco Brennand, Cícero Dias, Raquel de Queiroz, João Cabral de Melo Neto, Jorge Amado, Ariano Suassuna e Dias Gomes.

Segundo Gilberto Freyre, em seu manifesto regionalista lido no Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo em 1926 e publicado em 1952, o valor do Nordeste vai além dos sequilhos feitos por mãos pernambucanas ou paraibanas e das rendas e redes feitas por cearenses e alagoanos. Para o autor, a região já contribuiu grandemente para dar à cultura ou à civilização brasileira autenticidade e originalidade, e não apenas doçura e tempero. “Apenas nos últimos decênios é que o Nordeste vem perdendo a tradição de criador ou recriador de valores para tornar-se uma população quase parasitária ou uma terra apenas de relíquias” (FREYRE, 1996 [1952], p. 3).

Freyre (1996 [1952]) afirmou, ainda, que as características típicas da cultura nordestina, mesmo que provincianas, tinham a função de dar sentido à identidade nacional, por meio de sua expressão regional e da integração com culturas de outras regiões.

A maior injustiça que se poderia fazer a um regionalismo como o nosso seria confundi-lo com separatismo ou com bairrismo. Com anti-internacionalismo, anti-universalismo ou anti-nacionalismo. Ele é tão contrário a qualquer espécie de separatismo que, mais unionista que o atual e precário unionismo brasileiro, visa a superação do estadualismo, lamentavelmente desenvolvido aqui pela República - este sim, separatista - para substituí-lo por novo e flexível sistema em que as regiões, mais importantes que os Estados, se completem e se integrem ativamente.

criadoramente numa verdadeira organização nacional. Pois são modos de ser - os caracterizados no brasileiro por suas formas regionais de expressão - que pedem estudos ou indagações dentro de um critério de interrelação que ao mesmo tempo em que amplie, no nosso caso, o que é pernambucano, paraibano, norte-riograndense, piauiense e até maranhense, ou alagoano ou cearense em nordestino, articule o que é nordestino em conjunto com o que é geral e difusamente brasileiro ouvagamente americano. (FREYRE, 1996 [1952], p. 3).

No entanto, apesar da influência do Nordeste na criação da identidade nacional, Gilberto Freyre lamentava a degradação ambiental e as mudanças geradas pelo desenvolvimento industrial. Para ele, as usinas haviam destruído as relações do patriarcalismo da época. “O autor recusava o aburguesamento das relações entre patrões e empregados, pois eliminava a subserviência filial dos tempos senhoriais”. (Godoy, 2013, p. 71).

De acordo com Ataíde (2007), à medida que a globalização se consolida na segunda metade do século XX, e se presenciaram grandes mudanças sociais e econômicas, há uma redução da importância das macro-identidades regionais, pois as mesmas são substituídas por múltiplas, descentradas e fluidas identidades pós-modernas.

Segundo a autora supracitada, na fase atual, mais precisamente nos últimos 30 anos, a identidade nordestina, caracterizada por homens e mulheres sertanejas, pobres de pouca ou nenhuma instrução, ingênuos, migrantes, moradores na periferia, operários ou desempregados e moradores de rua, tornou-se um estigma, atribuído aos excluídos, e o termo nordestino passou a designar migrantes de região do mesmo nome, que se dedicavam a tarefas mais simples e menos valorizadas ou eram desempregados. A própria classe nordestina mais privilegiada (universitários, profissionais qualificados, políticos, entre outros) encobre ou mesmo nega suas origens, de acordo com seus próprios interesses.

O que se pode observar em relação à identidade nordestina é que a mesma procura se amoldar às tendências do mercado competitivo e da globalização excludente. No entanto, dificilmente uma nação moderna sobreviveria com desigualdades sociais brutais como as existentes no Brasil, em especial, no Nordeste. Dessa forma, é necessária uma intervenção estatal e políticas públicas que reduzam essas desigualdades e que rompam o parasitismo das elites oligárquicas.

1.2.2 - O Estado do Piauí

Partindo do pressuposto que os fatos históricos servem de instrumentos para a compreensão da realidade presente, sentiu-se a necessidade de iniciar a caracterização do estado do Piauí a partir da sua colonização. Posteriormente, será feita a contextualização da dinâmica do território piauiense, com destaque para características econômicas e sociais do estado.

O Piauí está localizado no Nordeste do País, ocupando uma área de 251.529,86km², fazendo dele o terceiro maior Estado da região, sendo superado, em área, apenas pelo Maranhão e Bahia. As primeiras invasões de caráter exploratório ao território piauiense ocorreram no século XVII, por exploradores provenientes das regiões litorâneas da Bahia, São Vicente, Maranhão e Pernambuco. As incursões geraram guerras, o extermínio das populações nativas e a implantação das experiências de criação de gado e de agricultura de subsistência, devido à presença abundante de pastos naturais, recursos hídricos e o clima salubre da região. (CEPRO, 2003). Ainda sobre as características da região no século XVII, Façanha (2009) afirma que:

O território nesse período foi marcado por uma baixíssima ocupação populacional aliada a alguns “traços físicos” como o potencial de uma rica bacia hidrográfica, de condições climáticas favoráveis, de um quadro de vegetação que, aliada a outros fatores, como o relevo e a base geológica situada em uma área de transição entre o Nordeste e a Amazônia, possibilitaram as condições iniciais para a formação de uma sociedade com características diferenciadas ao processo em construção que ocorria no País à época (FAÇANHA, 2009, p 54).

De acordo com o CEPRO (2003), a sociedade piauiense começou a se organizar próximo a bacia do Parnaíba, mais precisamente no Alto Gurgueia, rio Piauí e Canindé e boa parte do Poti. Diferentemente do que aconteceu com os outros estados do Nordeste, o Piauí foi ocupado do Centro para o litoral, devido à penetração da pecuária e a lei existente no começo do século XVII, que proibia a criação de gado a uma distância mínima de 10 léguas da costa marítima. Dessa forma, as fazendas de criatórios adentravam pelo sertão nordestino, alcançando o interior do Piauí e Maranhão, a certa distância do litoral, obedecendo à lei da época. As condições físicas da região serviram como atrativos, pois além da possibilidade de criação de gado, ainda existia uma boa oferta de produtos coletáveis e animais de caça que ajudavam na sobrevivência da população.

Castro (2006) afirma que o primeiro agente a promover a ocupação do território piauiense foi o índio, graças à sua capacidade de caça, além de servir como mão-de-obra e elemento militar; no entanto, esse fator inicial de atração foi substituído pelo interesse dos criadores de gado pelos pastos naturais, em abundância, encontrados na região piauiense.

Segundo Façanha (2009), logo no início da colonização, ou seja, na segunda metade do século XVII, a pecuária tornou-se a principal atividade econômica, ocupando as margens dos principais rios piauienses, entre eles o Piauí, o Canindé, o Paraim e o Gurgueia. “Essa atividade que acontecia em um ritmo muito crescente; impulsionou a ocupação dos sertões com um papel fundamental desempenhado pelos vaqueiros e arrendatários.” (FAÇANHA, 2009, p. 56).

Façanha (2009) afirma, ainda, que o alto valor de mercado que algumas peças e artefatos de uso familiar e de trabalho tinham devido ao isolamento da região, em meados de 1760, fez com que houvesse uma ampliação das atividades realizadas com os artefatos do couro, pelos próprios produtores de gado e suas famílias. Dessa forma, apesar das dificuldades enfrentadas e da pecuária ser a base para a sobrevivência dos moradores da região, a ocupação dos principais rios fez com que o Piauí começasse a adquirir expressão econômica e humana.

Com base no fato de que a formação da sociedade piauiense aconteceu concomitante ao desenvolvimento da pecuária, segundo Castro (2006), as principais características da região eram a baixa densidade demográfica e a fraca mobilidade social. O autor afirma também que, nas grandes fazendas, em sua maioria de militares, os trabalhadores formados por escravos, vaqueiros e posseiros, viviam em uma relação aristocrática, autoritária e militarizada. A sociedade do Piauí, na época da sua formação, era basicamente formada por dois grupos: os escravos negros, que foram trazidos junto com os gados pelos colonizadores, e as pessoas livres, que eram os grandes fazendeiros, vaqueiros, posseiros e os sitiantes (homens que não possuíam a posse da terra, mas eram proprietários de gado, pois arrendavam lotes dos grandes fazendeiros).

De acordo com Façanha (2009), a urbanização no Piauí, no século XVIII, tinha como predomínio os núcleos urbanos com populações de caráter flutuante, bem como a presença de sítios e fazendas de gado. O autor utiliza como justificativa da frágil urbanização a permanência da pecuária como uma atividade de

subsistência, que ocupava extensões significativas de terras e, por consequência, originava pouca concentração de pessoas.

É interessante mostrar que a criação de gado no Piauí serviu como forma de ocupação do território, entretanto, como atividade produtiva, foi fundamental para a formação de um sistema econômico primitivo, tradicional, frágil e incapaz de gerar outras atividades produtivas (CASTRO, 2006). Para Façanha (2009), a renda gerada pelas exportações de gado não era suficiente para enriquecer os criadores, além de levar a economia à estagnação.

Em consequência, a criação de gado moldou uma sociedade com iniciativas próprias bastantes limitadas, desde cedo acostumada a ser dependente. Primeiro, os moradores das fazendas dependiam dos senhores da terra, e estes dependiam da natureza; depois, a população acomodou-se aos desígnios dos governantes, os quais, muitas vezes, só podiam esperar, em vão, os auxílios do poder central para realizarem as obras mais significativas (CASTRO, 2006, p. 3)

Segundo Façanha (2009), um dos aspectos importantes da geopolítica piauiense foi a transferência política, em 1852, da capital do Estado de Oeiras para a cidade de Teresina. De acordo com o autor, a estagnação econômica na cidade de Oeiras, causada por uma crise intensa, bem como a localização, que não acompanhava as transformações que ocorriam no território piauiense, foram as causas principais para que Oeiras deixasse de ser a capital do Piauí.

No que se refere a escolha de Teresina para assumir o lugar de Capital do Piauí, Façanha (2009, p.60) afirma que a localização foi fator decisivo, pois “[...] a situação geográfica da nova capital possibilitaria os canais de comunicação com os centros mais dinâmicos, além de estar situada às margens do rio Parnaíba e do importante centro econômico regional na cidade de Caxias.”

A inserção do Piauí no comércio mundial aconteceu a partir do início do século XX, com a exportação de algodão, borracha de maniçoba, a cera de carnaúba, o couro de gado, as peles de cabra e o gado para países como Alemanha, Inglaterra e os Estados Unidos. No entanto, as atividades econômicas do Piauí, até meados do século XX, são caracterizadas principalmente pela exploração dos recursos naturais abundantes, as pastagens nativas, próprias para a criação de gado, os rios perenes utilizados para o transporte comercial, bem como as palmeiras para o extrativismo vegetal. (FAÇANHA, 2009)

De acordo com Braz (2007, p.7) apesar do extrativismo ter gerado superávits consideráveis através da exportação, ele não resultou em mudanças significativas na estrutura econômica do Estado, muito menos foi capaz de proporcionar a sustentabilidade desejada ao crescimento econômico. “É certo que grande parte dos recursos gerados no comércio internacional financiava o déficit interestadual, diluía-se no consumo das elites e destinava-se a não residentes no Estado”. Entretanto, para o autor, a real dificuldade estava na dominação política local e na falta de interesse dos grupos hegemônicos em incentivar qualquer tipo de mudanças, pois a realidade era satisfatória.

Para Santana (2001, p. 125), outras possíveis causas da decrescente posição do Piauí no cenário nacional são:

A excessiva ocupação da força de trabalho nas atividades agropastoris e extrativas; a menor produtividade da força de trabalho, as diferenças setoriais de produtividade; as modificações estruturais violentas no setor agrícola e as irregularidades climáticas.

Braz (2007) afirma que o Piauí, após a Segunda Guerra Mundial, ficou novamente às margens do processo de desenvolvimento nacional, por não ter infraestrutura necessária para se inserir no novo modelo de substituição de importações, implantado no país na época, com intuito de reduzir as importações, produzindo aqui o que antes era importado. “Enquanto, por exemplo, os estados do Nordeste oriental já eram supridos por energia elétrica de Paulo Afonso a partir de 1948, somente dez anos depois foram iniciados os estudos para implantação de Boa Esperança”. (BRAZ, 2007, p.7).

Entre os anos de 1979 e 2001, a Agência Internacional de Cooperação Japonesa – JICA, juntamente com o Ministério da Agricultura do Brasil, executaram um programa, financiado pelo Governo Japonês, que tinha como objetivo estimular a produção de milho, arroz, feijão, trigo, algodão, soja, café e a frutícola, nos cerrados brasileiros. No entanto, apesar da capacidade produtiva do Piauí, e de áreas significativas de cerrados, o Estado não participou do programa, o que gerou consequências duras e visíveis atualmente. Mesmo após 20 anos de exploração dos cerrados, o Piauí utiliza apenas 10% da sua capacidade produtiva, além de possuir uma infraestrutura inadequada e muitas vezes até inexistente. Diante dessa realidade, é certo que o efeito multiplicador da exploração dos cerrados será menos expressivo no Piauí do que nos outros Estados. (BRAZ, 2007)

Em resumo, pode-se observar que o Piauí teve sua base econômica assentada na exploração dos recursos naturais existentes na região, entretanto de maneira inadequada e sem infraestrutura suficiente para resultar em vantagens econômicas para a região. Além disso, a prática política adotada na região é de dominação, indo contra a política eficiente de desenvolvimento econômico, fazendo assim com que se perpetue o atraso do Piauí em relação aos outros Estados do Brasil.

Após a contextualização histórica do Piauí, bem como a caracterização do desenvolvimento econômico da região, será feita agora uma descrição da atual situação do Estado no intuito de mostrar a realidade sócio-econômica local.

1.2.2.1 – Realidade socioeconômica do Estado do Piauí

O Estado do Piauí tem uma área de aproximadamente 252 mil km², com limites geográficos ao norte com o Oceano Atlântico, ao leste com o Maranhão, a oeste com o Ceará e Pernambuco e ao sul, Bahia e Tocantins. Possui um clima semiárido no interior e tropical no restante do território. No que se refere ao relevo, a região é formada por planalto, com exceção da região litorânea que é formada por terrenos baixos e arenosos e na área Sudoeste, por depressão. O Estado possui como principais rios Canindé, Parnaíba, Poti e Gurgueia; as cidades mais populosas são Teresina (capital), Parnaíba, Picos e Piripiri.

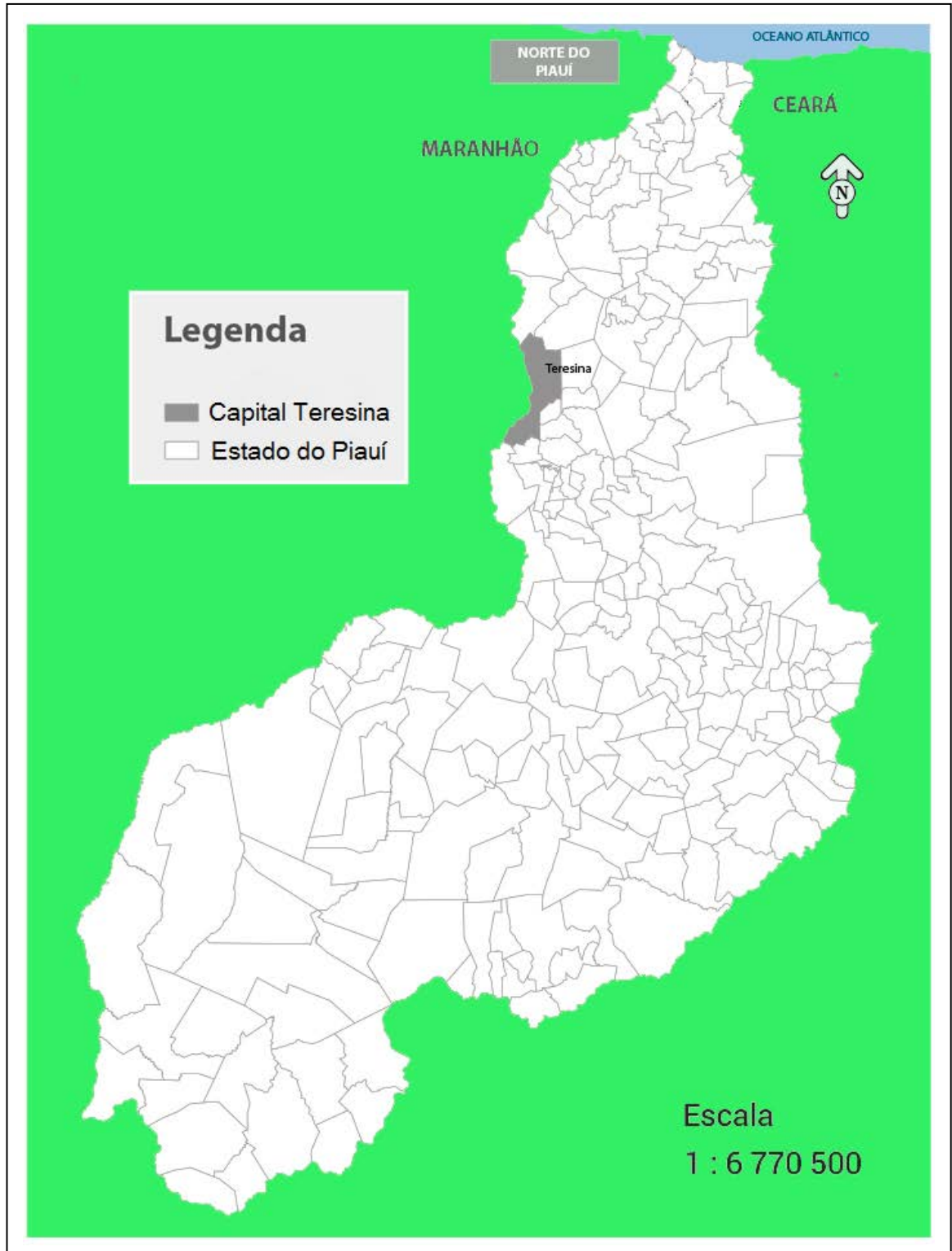


Figura 01: O Estado do Piauí
 Fonte: Adaptação bases cartográficas do IBGE

O Piauí, em 2010, tinha, de acordo com o IBGE (2010), uma população de 3.118.260 habitantes, distribuídos em 224 municípios, possuindo uma densidade demográfica de 12,40 hab/km². Dos 848.413 domicílios particulares permanentes existentes no Estado, 214.702 têm um rendimento mensal de 2 a 5 salários

mínimos, 36.279 não possuem rendimento e apenas 13.727 domicílios têm uma renda de mais de 20 salários mínimos. No que se refere à renda da população, 44,27% ganha entre $\frac{1}{4}$ a 2 salários mínimos, provando assim a situação de pobreza em que vivem os piauienses.

Outras estatísticas alarmantes estão relacionadas à educação e ao saneamento básico do Estado. Sobre a educação, segundo IBGE (2010), 1.626.674 pessoas são analfabetas ou possuem um ensino fundamental incompleto e apenas 132.757 habitantes têm ensino superior completo. Já sobre o saneamento básico, 70,2% dos domicílios possuem fossas sépticas, 95,9% possuem iluminação elétrica, 93,6% dos domicílios são abastecidos de água canalizada e apenas 59% têm coleta de lixo.

Em relação aos serviços de saúde oferecidos no Estado, o IBGE (2010) mostra que existiam no Piauí, em 2009, 2.093 estabelecimentos de saúde, sendo 1.498 públicos e 595 privados, tendo apenas 293 privados atendendo pelo SUS. Em todo o estado, existiam apenas 31 mamógrafos, 40 tomógrafos, 8 equipamentos de ressonância magnética e 262 de hemodiálise, forçando a população a se deslocar aos grandes centros para ter um diagnóstico mais preciso de algumas doenças, como câncer de mama, por exemplo. De todos os estabelecimentos de saúde, só 109 atendem emergências e 146 têm possibilidade de internação, perfazendo um total de 7.731 leitos (IBGE, 2010). A situação da saúde no estado piora, pois além de ter uma quantidade insuficiente de estabelecimentos para atender a população piauiense, é comum pessoas de outros estados como Ceará, Maranhão e Pará se deslocarem das suas cidades para obter atendimento médico no Piauí.

O Estado do Piauí tem como principais atividades econômicas o comércio e serviços, além de uma participação significativa da agricultura, pecuária e o extrativismo vegetal e mineral. De acordo com o IBGE (2011), o comércio, com suas 20.366 unidades, dava ocupação, em 2011, a 93.795 pessoas, enquanto as 4.649 empresas de serviços geravam 53.857 empregos. A agricultura é basicamente de subsistência, sendo a produção agrícola comercial modesta. São cultivados: milho, arroz, mandioca, feijão, cana-de-açúcar, banana, laranja, manga, alho, entre outras, como o algodão arbóreo. Já a extração de babaçu e carnaúba para serem usados como matéria-prima na produção de cosméticos, peças automotivas, celulose, é a principal atividade de extrativismo vegetal.

As indústrias, apesar de pouco percebidas na paisagem, também têm sua parcela de contribuição no desenvolvimento da região. Em 2011, segundo IBGE (2011), o Estado possuía 1.079 indústrias e 27.197 pessoas ocupadas, gerando um valor bruto da produção industrial de R\$ 3.914.505. Dentre as indústrias existentes no Estado pode-se destacar, de acordo com SEDET (2010), as indústrias de transformação, têxteis, cimento, açúcar e álcool, bebidas, beneficiamento de soja e de extração vegetal, bem como a produção de mel, caju, cera de carnaúba, couros e peles, medicamentos, indústria de cerâmica, indústria química e de alimentos. .

No que se refere ao turismo, pode-se observar uma presença pouco significativa, principalmente na região do litoral, apesar da existência de um aeroporto internacional na cidade de Parnaíba que, até o início de 2014, não recebia voo de nenhuma empresa aérea, prejudicando assim o desenvolvimento da região que, apesar de possuir belas praias, além do único delta das Américas a céu aberto, ainda é muito pouco visitada. Além do litoral, o estado possui outras localidades turísticas como São Raimundo Nonato, Sete Cidades, Pedro II, Teresina, dentre outras.

Após a contextualização do Piauí no cenário nacional e regional, os próximos itens do texto tratarão da caracterização dos municípios, nos quais está situado o aglomerado produtivo de artesanato da região norte do Piauí, objeto de estudo do trabalho em questão. Será mostrada a história dos municípios de Parnaíba, Ilha Grande, Buriti dos Lopes e Luis Correia, bem como suas características socioeconômicas.

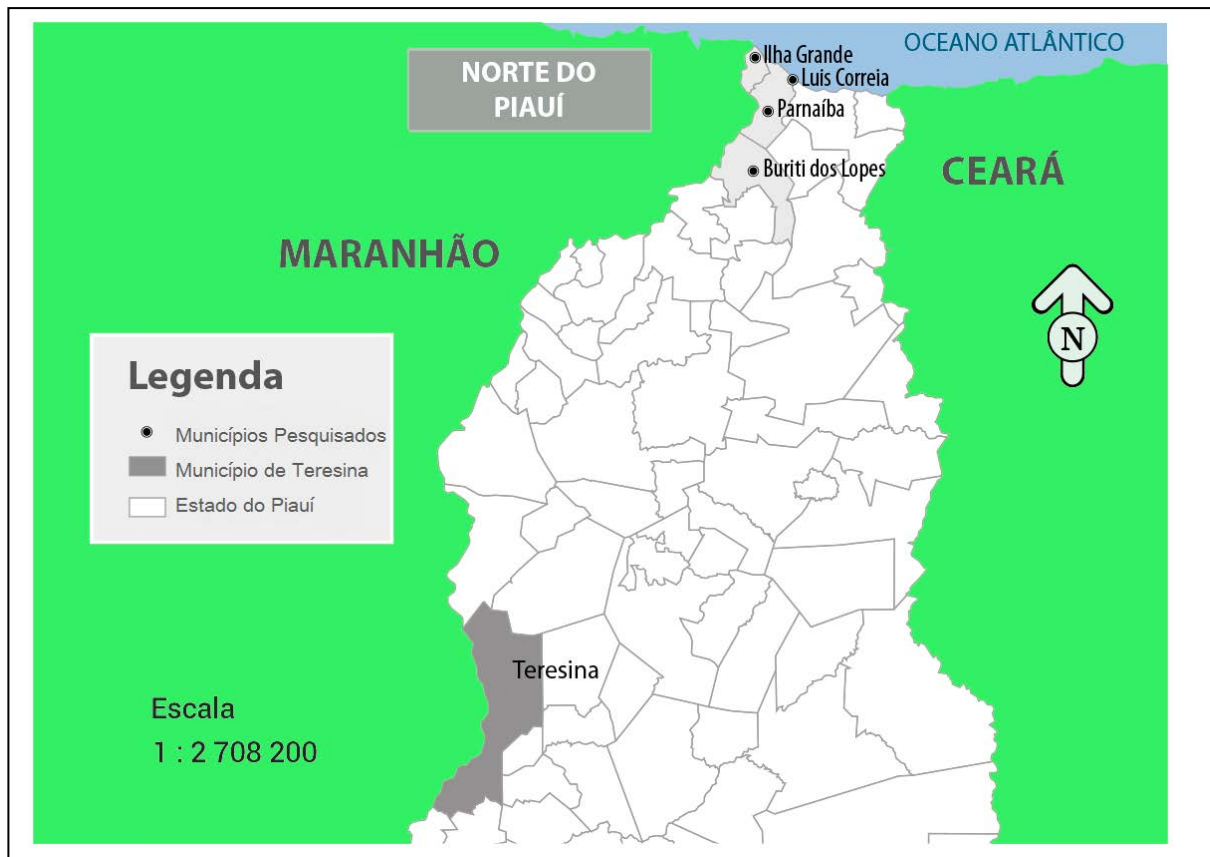


Figura 2: Municípios Pesquisados na região Norte do Piauí
 Fonte: Adaptação bases cartográficas do IBGE

1.3 – Contexto histórico e sócio demográfico dos municípios em que o APL de artesanato da região Norte do Piauí está localizado.

1.3.1 – Parnaíba

Em 1669, o português Leonardo de Sá e seus companheiros lutaram contra os índios Tremembés, exímios guerreiros e nadadores da região localizada entre o rio Igarçu e a Serra da Ibiapaba e, graças ao resultado dessa luta, obtiveram uma sesmaria às margens do rio.

Em 12 de janeiro de 1699, o Conselho Ultramarino determinou a sondagem do rio e a viabilidade da criação de um porto e de uma vila na região do Delta, região esta propícia para construção de uma feitoria devido ao fato da Carta Régia, datada de 1701, proibir a criação de gado a menos de 10 léguas do litoral. Essa proibição levou os comerciantes de gado a subir o rio para guardar os animais em um

entreposto próximo às embarcações, onde eram mortos e sua carne levada para regiões distantes.

Em 1758, passou a funcionar no entreposto uma charqueada de propriedade do português Domingos Dias da Silva que, juntamente com seus companheiros, iniciou as atividades agrícolas e comerciais. Sendo um homem de grande visão e possuidor de navios próprios para exportação e importação, passou a vender o charque para outros estados do Brasil e países de Europa, notadamente, Portugal e Espanha.

O negócio expandiu-se rapidamente, atingindo anualmente a venda de 1.800 toneladas de charque, e o local das charqueadas foi denominado por Domingos Dias da Silva como Porto das Barcas. O significativo comércio da região e, por consequência, a movimentação de embarcações fizeram nascer uma vila, em 1762, chamada Vila São João da Parnaíba.

Além do charque, outro comércio que significava um altíssimo investimento para a região foi o de escravos. Grandes lotes eram vendidos para o Maranhão, Ceará e municípios vizinhos. Os jovens escravos negros eram mais caros dos que os que possuíam mais de 50 anos, enquanto as escravas só tinham os seus valores superiores aos dos homens quando apresentavam habilidades domésticas e ainda fossem consideradas geradoras de filhos.

Em 14 de agosto de 1844, a Vila São João da Parnaíba é elevada a categoria de cidade pela Lei nº 166, promulgada pelo presidente da província do Piauí, José Ildefonso de Sousa Ramos. A cidade recebeu o nome de Parnaíba, cujo significado na língua tupi guarani é “rio não navegável”.

Parnaíba é um município do litoral do Piauí, localizada a 339 km da capital Teresina e banhada pelo rio Igarçu (braço do Delta do Parnaíba) e pelo Oceano Atlântico. Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, ao sul com Buriti dos Lopes e Bom Princípio, ao leste com Luis Correia e a Oeste com Ilha Grande, além de ser porta de entrada do Delta do Parnaíba, único em mar aberto das Américas e o terceiro maior do mundo. (IBGE 2010).

O município possui uma área de 436 km, representando 0,17% da área do Estado e uma população de 146.729 habitantes, dividida em urbana (137.507 pessoas) e rural (8.222 pessoas), resultando em uma densidade demográfica de 435,9 hab/km² e uma taxa de urbanização de 94,49%. O crescimento e a

distribuição da população de Parnaíba nos anos de 2000 e 2010 estão expostos na tabela 1:

Tabela 1
Distribuição da população residente em Parnaíba nos anos de 2000 e 2010

População residente, sexo e situação de domicílio.			
Discriminação	2000	2010	Crescimento da população
	Número de habitantes	Número de habitantes	
Total	132.282	146.729	10,92%
Urbana	124.988	137.507	10,01%
Rural	7.294	8.222	12,72%
Homens	62.813	69.727	11,00%
Mulheres	69.469	75.978	9,36%

Fonte dos dados: IBGE: Censo Demográfico, 2000 e 2010

De acordo com a tabela 01, pode-se observar um aumento de quase 11% da população entre os anos de 2000 e 2010. Esta estatística pode indicar que, nesse período, o município dependeu apenas do crescimento vegetativo, e não desenvolveu nenhum atrativo que fizesse com que houvesse alguma migração significativa. O IBGE (2010) expõe ainda o número de 37.267 mulheres e 39.060 homens economicamente ativos, com rendimento médio, em 2010, de R\$ 510,00. Dos 38.609 domicílios existentes em Parnaíba, 34.434 possuem água encanada, 38.008 energia elétrica e 32.640 usam do serviço de coleta de lixo.

Apesar de ter como limite o Oceano Atlântico, a possibilidade de navegação é extremamente reduzida e de porte inexpressivo na quase totalidade das unidades hidrográficas, com exceção do trecho do rio Parnaíba à jusante da barragem de Boa Esperança. A pesca é pouco explorada, sendo considerada apenas uma atividade de subsistência para a população ribeirinha e possui uma pequena importância no trecho do Baixo Parnaíba e em lagos marginais desta região, adjacentes ao leito do rio Parnaíba.

Segundo maior município do Estado do Piauí, possuía em 2010 de acordo com o IBGE, o PIB de R\$ 947.088,00, renda per capita de R\$6.498,97 e índice de desenvolvimento humano municipal de 0,687. Em 2011, existiam cerca de 15.000 assalariados com pagamento médio de 1,9 salários.

Os centros de educação de Parnaíba destacam-se principalmente nos níveis médio e superior, atraindo pessoas das cidades da região. Dentre os maiores centros, podem-se citar: Universidade Federal do Piauí (11 cursos, sendo 1 mestrado), Uespi (10 cursos), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (cursos técnicos e superiores), Faculdade Maurício de Nassau (8 cursos), Faculdade de Teologia do Brasil, Instituto Superior de Teologia Aplicada (2 cursos), Escola Técnica Estadual Petrônio Portela, Academia de Polícia Militar e Instituto Superior de Educação Antonino Freire (Escola Normal). A cidade ainda possui unidades do SENAI/FIEPI, SENAC, SESI e SESC, responsáveis pela qualificação dos moradores de Parnaíba e das proximidades.

No que se refere à saúde, o município possui a maior quantidade de estabelecimentos de saúde da região Norte do Estado, atendendo dessa forma a população não só de Parnaíba quanto das cidades próximas, inclusive localidades de fora do Piauí, integrantes dos Estados de Maranhão e Ceará. De acordo com o censo do IBGE, Parnaíba possui 56 estabelecimentos privados e 29 públicos, incluindo emergências, internações, maternidades, ambulatórios, UTIs, dentre outros.

A principal atividade econômica de Parnaíba é a exportação da cera de carnaúba, retirada dos carnaubais que compõem a paisagem local. Atualmente, passou a se investir também no mercado de frutas orgânicas e nas fazendas de camarões, ambos produtos para exportação. O turismo, muitas vezes vinculado ao Delta do Parnaíba, por suas belezas e riquezas naturais, em termos de economia local demonstra pouca representatividade. Existem vários projetos de construção de hotéis e resorts sem efetividade quanto à implantação, o que desestimula os visitantes.

O artesanato, apesar de não ser uma das principais atividades econômicas do município, até mesmo pela falta de incentivo das autoridades, é fonte de sobrevivência dos artesãos que utilizam, muitas vezes, da matéria-prima retirada do próprio ambiente para produzir suas peças e vender para os moradores e turistas locais, bem como para empresários de outros estados, interessados na cultura piauiense.

1.3.2 – Buriti dos Lopes

O atual município de Buriti dos Lopes foi fundado há mais de 200 anos pelo português Francisco Lopes, o primeiro habitante que se estabeleceu às margens do riacho Buriti, nome dado em virtude dos buritizais ali existentes. O topônimo resultou da associação do nome do riacho, com o sobrenome do fundador. Ângelo Antônio Lopes, sucessor de Francisco Lopes, foi morto em 1839 aos 90 anos de idade, em luta com os balaíos, em sua fazenda Tinguís, provocando uma revolta que resultou na organização de uma força mista de cavalaria e infantaria, sob o comando do Prefeito de Parnaíba Tenente-Coronel José Francisco de Miranda Osório para combater os rebeldes, no dia 31 de janeiro do mesmo ano.

O povoado foi elevado à categoria de Vila em 2 de agosto de 1890, por ato do então Governador Dr. Joaquim Nogueira Parnaguá. Em 1907, o nome Buriti dos Lopes foi mudado para o de Vila do Baixo Longá, pela lei estadual nº 428, de 27-06-1897, voltando ao topônimo primitivo em 1911, pela lei nº 641, de 13-07-1911. Em 1931, o município foi extinto, ficando seu território incorporado ao de Parnaíba, até 1933, quando foi restaurada a sua autonomia. (SEBRAE, 2010).

Buriti dos Lopes possui como limites Parnaíba e o Estado do Maranhão, ao Norte, Caxingó e Murici dos Portelas, ao Sul, Parnaíba, Bom Princípio do Piauí e Caxingó, a Leste, e Murici dos Portelas e o Estado do Maranhão a Oeste.

Sobre a população, pode-se observar no gráfico 1 que houve uma queda no número de habitantes, justificada principalmente pela busca por melhores condições de vida em municípios maiores, como a capital Teresina e Parnaíba. De acordo com o último censo do IBGE, em 2010 o município possuía 19.074 pessoas, sendo 9.623 homens e 9.451 mulheres, 10.294 moradores da zona urbana e 8.780 na zona rural. A área territorial é de aproximadamente 691 km², resultando em uma densidade demográfica de 27,6 habitantes por metro quadrado. Dos 5.824 domicílios existentes no município, 3.246 possuem abastecimento de água da AGESPISA e apenas 4.503 são abastecidos de energia elétrica pela ELETROBRÁS.

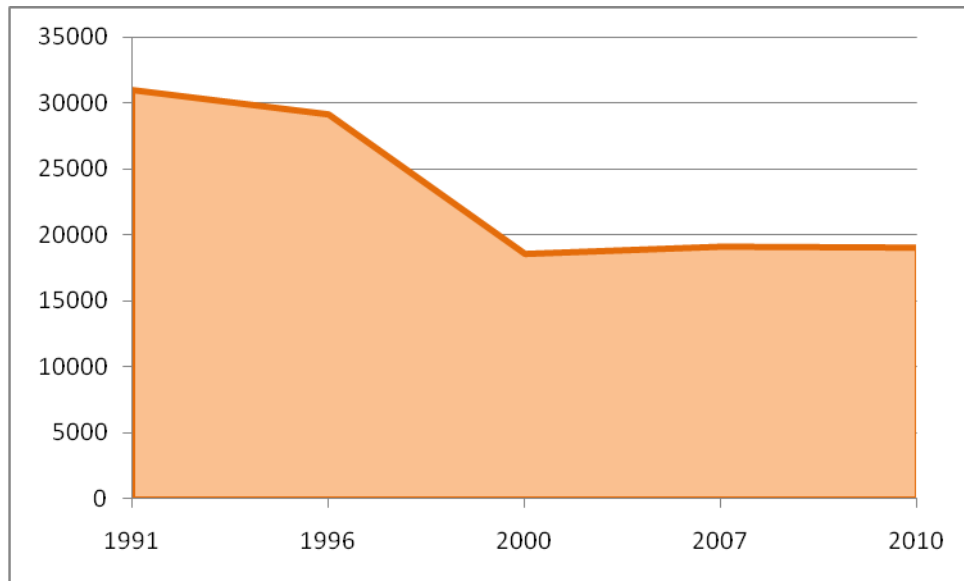


Gráfico 1: Evolução populacional do município de Buriti dos Lopes entre os anos de 1991 e 2010

Fonte dos dados: IBGE 2010

De acordo com o IBGE (2010), o município possui um PIB de R\$ 90.521, a população economicamente ativa é de 5.343 pessoas, o rendimento médio de R\$ 400,00 e o índice de desenvolvimento humano de 0,565.

Em Buriti dos Lopes existem 23 escolas de ensino fundamental, 3 de ensino médio, 18 de ensino pré-escolar, sendo a maioria municipal. Graças à Universidade Aberta do Brasil, a cidade conta com alguns cursos superiores na modalidade educação à distância, permitindo que os moradores tenham uma melhor formação acadêmica sem precisar se deslocar para outras regiões. Os cursos oferecidos são: Pedagogia, Letras/Espanhol, Letras/Português, Administração, Gestão em saúde, Biologia, Filosofia, Letras/Inglês, Matemática e Sistemas de Informação.

No que se refere à saúde, o município possui 14 estabelecimentos públicos de Saúde e 1 privado, onde 14 deles atendem pelo SUS e apenas 1 com condições de internação, o que mostra a necessidade dos habitantes se deslocarem para os grandes centros quando precisam de atendimentos mais específicos e de melhor qualidade.

Cerca de 80% da população de Buriti dos Lopes não tem uma fonte de renda centralizada em uma atividade remunerada, vive da agricultura e de algum programa do governo federal. O plantio de arroz e o bordado são as principais fontes de renda dos moradores do município, apesar de não haver incentivo e o retorno ser mínimo. O comércio é pouco significativo, pois a população não possui sobra de dinheiro

para consumo de alguns tipos de produtos. As 167 empresas atuantes no município empregam apenas 637 pessoas com um salário médio de R\$ 1.500,00.

Observa-se que a falta de incentivo das autoridades faz com que Buriti dos Lopes, conhecido como a cidade do bordado, tenha dificuldade em fazer jus à denominação, pois faltam integração, governança e, principalmente, inovação tecnológica não só nesse setor, mas em todos os outros da região.

1.3.3 – Luis Correia

Inicialmente conhecida como Amarração, o município de Luis Correia foi povoado em 1820 por pescadores que ali se instalaram. Posteriormente, foi ocupada por tropas que estavam em combate com os revoltosos na guerra dos Balaios graças a sua posição geográfica estratégica. Embora pertencente ao Piauí, em 1865 foi elevada a categoria de distrito pela Assembleia Provincial do Piauí e, em 1875, ainda por deliberação cearense, se transformou em Vila.

O Governo do Piauí reivindicou seu território, readquirido em 1880, por determinação do Governo-Geral, em troca de dois importantes Municípios, Independência e Príncipe Imperial, hoje Crateús. A Vila possuía um Porto marítimo que recebia navios do Maranhão, Pará, Ceará e Pernambuco, além dos vapores que saíam da Guiana Francesa em direção à Inglaterra. Em 1888, os grandes e espaçosos armazéns construídos para facilitar os embarques e desembarques de mercadorias foram completamente destruídos por grandes marés e dunas, obrigando os habitantes a deixarem suas casas e o próprio lugar.

Em 1931, Amarração perde a autonomia, passando a integrar o município de Parnaíba, como Distrito. E, em 1935, teve o nome mudado para Luis Correia, em homenagem ao ilustre homem público jornalista e literato, Luís Morais Correia, nascido no Município. Três anos mais tarde, readquiriu a autonomia administrativa, tendo como sede o município de Luis Correia.

O município está localizado na microrregião do Litoral Piauiense, compreendendo uma área irregular de 1.072,20 km, tendo como limites ao norte o oceano Atlântico, ao sul Cocal, a leste Cajueiro da Praia e o estado do Ceará, e a oeste Parnaíba e Bom Princípio do Piauí.

O município possui a população de 28.406 habitantes e uma densidade demográfica de 26,52 hab/km². De acordo com o IBGE (2010), do total de

moradores 14.593 são homens, 13.813 mulheres, 12.645 residem na zona urbana e 15.671 na zona rural.

As 343 empresas localizadas no município empregam 2.249 pessoas, com remuneração média mensal de 0,9 salários mínimos. Além das empresas, outra fonte de renda pode ser encontrada em Luis Correia já que, de acordo com o IBGE (2010), 6.440 homens e 3.673 mulheres são considerados economicamente ativos. No que se refere a salários, 1.253 pessoas economicamente ativas ganham até $\frac{1}{4}$ de salários mínimo, 1.612 pessoas entre e 1 a 2 salários mínimos e apenas 8 pessoas ganham mais de 15 salários mínimos. O PIB é de R\$125.723,00, sendo o PIB per capita de R\$ 4.423,43, o que mostra a grande desigualdade social existente, pois o rendimento nominal médio mensal das pessoas economicamente ativas é de R\$ 591,57.

Luis Correia agrupa 7.024 domicílios, dos quais 1.806 possuem abastecimento de água feito pela AGESPISA, sendo o restante através de água da chuva, cisterna, carro-pipa, poço ou nascente. Pode-se observar, ainda, que 6.597 residências são abastecidas de energia elétrica pela Eletrobrás e 463 não possuem energia elétrica.

O setor de saúde é problemático, pois só existem 18 estabelecimentos de saúde, todos atendendo pelo SUS, e apenas um com serviço de internação. Em se tratando de educação, podem ser encontradas no município 61 escolas de ensino fundamental, 4 de ensino médio e 41 de ensino pré-escolar.

Tem sua economia voltada basicamente para o turismo, alavancando as vendas dos produtos artesanais produzidos na região, principalmente a cestaria em taboa, produto feito da fibra encontrada em abundância. Tal produção destacou-se em passado recente como principal atividade, superando até mesmo a pesca. Apesar das belas praias existentes em Luis Correia, ainda se percebe que o turismo é pouco explorado, prejudicando dessa forma o comércio de artesanato e, por consequência, o desenvolvimento local.

1.3.4 – Ilha Grande

Ilha Grande era inicialmente conhecida como povoado Vila da Mariana, referência à primeira moradora do local, a viúva Mariana Alexandre Viana, que se instalou, junto com seus seis filhos, na ponta da Coroa Grande, próxima ao igarapé

que se ligava ao rio Igaracu, braço importante do rio Parnaíba. Possuía uma flora rica, formada principalmente de caju, murici, guajiru e puçá e uma fauna abundante com destaque para raposas, gatos maracajás, cutias, peixes e mariscos. O local era privilegiado por uma beleza exuberante, principalmente em época de chuva, pois as águas invadiam as trilhas e matas, deixando Coroa Grande isolada de Parnaíba com acesso apenas por canoas através de seus igarapés. (Almanaque de Parnaíba, 2000)

Após a construção da capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, pelo genro de Dona Mariana, João Branco, a pedido da sogra para homenagear sua neta falecida, a localidade começou a crescer vagarosamente, até ser elevada a categoria de município e distrito, com a denominação de Ilha Grande, pela Lei Estadual nº 4680, de 26-01-1994, sendo desmembrada de Parnaíba.

Ilha Grande é um dos quatros municípios litorâneos do Piauí e possui uma população de 8.914 habitantes, sendo 4.557 homens e 4.357 mulheres, onde 1.469 residem na zona rural e 7.445 na zona urbana. A área da unidade territorial é de aproximadamente 134 km², resultando em uma densidade demográfica de 66,36 hab/km².

Localizada a 6 km de Parnaíba e a 340 km de Teresina, tem como limites ao norte o oceano Atlântico, ao sul o município de Parnaíba, a leste Parnaíba e o oceano Atlântico, e a oeste o estado do Maranhão.

O município possui um PIB de R\$ 40.180,00 e PIB per capita de R\$ 4.507,00. Dos 8.914 habitantes, 2.754 são considerados economicamente ativos e 1.419, possuem rendimento, mas não são economicamente ativos, possuindo renda através de programas do governo, pensão e aposentadoria. O rendimento médio da população é de R\$ 300,00, mostrando a penúria social existente na localidade.

A agricultura praticada no município é baseada na produção sazonal de arroz, cana-de-açúcar, mandioca e milho. O destaque econômico é para as rendeiras da Vila Mariana que, através da renda de Bilro, conseguem ter um salário e sobreviver de sua arte. O bilro é o principal instrumento para tecer a renda e consiste numa varinha de madeira com o tucum em uma extremidade, ficando a outra livre para enrolar a linha. É o conjunto de vários bilros que faz surgir à peça de renda, em cima de uma almofada de palha de arroz, forrada por panos de chita coloridos, e em cima dela aparecem os pontos com nomes bem sugestivos: o ponto falso, o meio trocado, a charita, e outros.

A tradição das rendas da ilha Grande de Santa Isabel teve origem no século XVII, quando famílias de portugueses vieram morar no Piauí e hoje a renda é conhecida não só no Piauí, mas até fora do país, tendo as rendeiras participado inclusive de um dos maiores eventos de moda do país, o São Paulo Fashion Week, através do estilista Walter Rodrigues, em 2001. Também vestiram a ex-primeira-dama, Marisa Letícia, durante a posse do segundo Governo petista, em 2007.

Atualmente, as rendeiras já ministram cursos fora do Estado e trabalham através da Associação, local onde também expõem os produtos criados e recebem turistas e visitantes em geral.

1.4 – Procedimentos Metodológicos

Neste subcapítulo, é descrito o método utilizado para o desenvolvimento da pesquisa. São apresentadas as características do estudo (método e natureza) e a sua abrangência, ou seja, as empresas pesquisadas e os critérios metodológicos para a escolha dos participantes. O instrumento utilizado para a coleta de dados também está exposto nessa parte do projeto, bem como a sua forma de aplicação e o tratamento fornecido aos dados oriundos das respostas aos formulários.

Com base no fato de que o objetivo da investigação é analisar as especificidades das dinâmicas produtivas e inovativas do trabalho artesanal do aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí, com enfoque nos processos de interação/cooperação entre os agentes formadores, no trabalho domiciliar, bem como nos mecanismos de aprendizagem e práticas inovativas, definiu-se a natureza da pesquisa como descritiva.

A pesquisa descritiva “[...] permite ao pesquisador a obtenção de uma melhor compreensão do comportamento de diversos fatores e elementos que influenciam determinado fenômeno”. (OLIVEIRA, 1997, p. 114). De acordo com Gil (1999), pesquisas que têm como objetivo estudar as características de um grupo são consideradas descritivas. Uma de suas peculiaridades, ainda segundo o autor, está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário ou formulários e a observação sistemática.

Para o alcance dos objetivos propostos, foram utilizadas pesquisas qualitativas e quantitativas, pois, além da aplicação de formulários junto aos líderes das associações e artesãos, foram feitas pesquisas bibliográfica e documental com

o intuito de coletar fontes para caracterização do aglomerado produtivo local de artesanato da região Norte do Piauí.

No caso da pesquisa bibliográfica, foram exploradas, principalmente, fontes relacionadas a: Arranjos Produtivos Locais, interação-cooperação, inovação, aprendizado local e o trabalho artesanal, pois é em torno de tais conceitos que se desenrolará a discussão teórica da pesquisa.

Para conseguir fontes mais precisas sobre o aglomerado produtivo, sentiu-se a necessidade de elaborar dois formulários. O primeiro deles, com características semi-estruturadas, pois possui perguntas abertas e fechadas, foi aplicado com líderes das associações, e teve como objetivo coletar informações sobre as empresas formadoras, auxiliando na análise das estruturas técnico-produtiva e financeiro-empresarial do aglomerado. Já o segundo teve como respondentes os próprios artesãos, pois se observou a necessidade de se conhecer também as características dos membros que formam o aglomerado.

Primeiramente, entrou-se em contato com a SEDET e a PRODART com o intuito de saber exatamente quantas associações e quantos artesãos cadastrados cada uma possuía. Chegou-se ao número de 9 associações e 328 artesãos cadastrados. Foi feito um cronograma para aplicação dos formulários, levando-se em consideração a proximidade das associações, já que são quatro municípios diferentes que formam o aglomerado, e também a disponibilidade dos líderes e dos artesãos.

Depois de conhecer esses dados, aplicou-se um pré-teste, para que fosse verificada a necessidade de melhorias na elaboração das perguntas, bem como na compreensão dos termos empregados; o objetivo é que, após o pré-teste, os formulários tenham questões que não gerem dúvidas e que os dados coletados sejam realmente necessários à pesquisa (MARKONI; LAKATOS, 1999). Segundo Hair et al. (2004), o pré-teste deve ser aplicado a um grupo pequeno de respondentes, mas com características semelhantes a da população alvo. Diante disso, escolheu-se o Polo Cerâmico do Poty Velho, em Teresina, para aplicação do pré-teste, pois é um aglomerado produtivo de artesanato semelhante ao aglomerado da região Norte do Piauí, justificando assim a escolha do local.

A aplicação dos formulários foi feita in loco por dois motivos. Primeiro, porque se sentiu a necessidade de conhecer a real situação das associações e dos artesãos (local de produção e venda, condições de trabalho, ferramentas e matéria-

prima utilizadas, dentre outros), bem como a qualidade dos produtos fabricados. E segundo, pelo baixo grau de escolaridade dos representantes legais e artesãos, o que impossibilitava o envio de formulários para que fossem devolvidos após a finalização.

No caso do formulário aplicado aos artesãos, para a população em questão, que é de 328 pessoas, Gerardi e Silva (1981) definem que a amostra deveria ser de 180 indivíduos, mas após a aplicação do pré-teste e da análise de outros trabalhos de características semelhantes, percebeu-se que as respostas tendiam sempre para a igualdade. Resolveu-se, dessa forma, realizar a pesquisa utilizando amostra induzida, na qual o total de 180 foi reduzido à metade.

Outra dificuldade encontrada está relacionada ao fato da maioria dos artesãos trabalharem em suas próprias residências, em horários definidos por eles próprios. Diante disso, o acesso a esses produtores foi difícil, obrigando a pesquisadora a selecionar 10 artesãos de cada associação tomando como base a proximidade de sua residência ao local das sedes, bem como a disponibilidade dos mesmos durante o período escolhido para aplicação dos formulários.

Apesar do interesse em aplicar os 90 formulários, as dificuldades apresentadas anteriormente impediram que isso fosse possível, pois além de nem sempre o artesão estar na residência, pois muitos deles possuem outras atividades geradoras de renda, alguns se recusaram a participar da pesquisa, alegando principalmente falta de interesse. Dessa forma, foram entrevistados 76 artesãos, todas mulheres. A quantidade de formulários aplicados é representativa, pois, de acordo com Baylina (1997), deve-se seguir o princípio da saturação, ou seja, momento a partir do qual os dados coletados não trazem mais informações novas. A aplicação dos formulários foi feita no mês de abril de 2014 pela própria pesquisadora.

O modelo de ambos os formulários aplicados seguiu, com adaptações à realidade do objeto de estudo do presente trabalho, os tipos aplicados por Carneiro (2013) em pesquisa de campo feita na aglomeração produtiva de redes de dormir em Jaguaruana – Ce.

Findada a pesquisa de campo, foi utilizado o software Excel para a análise estatística dos dados obtidos na aplicação dos formulários e para a confecção de tabelas e gráficos. No caso do formulário aplicado aos líderes das associações, por

possuir questões abertas, será feita, além da análise quantitativa, uma análise qualitativa, expondo e comparando as respostas dadas pelos representantes legais.

2- ARTESANATO, TRABALHO INFORMAL E ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: A BUSCA DE UM REFERENCIAL TEÓRICO.

2.1 – Artesanato

A produção artesanal acompanha o homem em sua história, sendo definida como segmento de trabalho na Idade Média, quando a produção concentrava-se nas mãos dos artesãos e, posteriormente, foi transformada em um modo de trabalho cooperado, pois os produtores passaram a se unir para suprir as necessidades latentes do mercado de trabalho e consumo.

De maneira resumida, artesanato pode ser definido como a transformação da matéria-prima em produto criativo, de valor cultural, com ou sem expectativas econômicas, além de ser uma atividade essencialmente manual, feito em sua totalidade, na maioria das vezes, por apenas um indivíduo (artesão), que detém o domínio integral de técnicas, podendo durante o processo de desenvolvimento, utilizar de ferramentas e utensílios. Já o artesão é visto como o sujeito que executa o trabalho artesanal e “[...] é considerado o que tem o poder de realizar algum tipo de técnica manual, e que altera e cria peça por peça com diferentes formas e tipos de materiais”. (SANCHES; SANTOS, 2010, p.5).

Segundo Martins (1973), para se configurar artesanato, algumas características são essenciais:

- a) O trabalho deve ser manual, utilizando apenas ferramentas e aparelhos simples, normalmente de criação própria ou doméstica. Dessa forma, não pode haver nenhum tipo de energia mecânica durante a produção, por mais simples que seja.
- b) Por ser um trabalho manual, cada peça é única e revela a qualidade pessoal do artesão, que emprega a inteligência e comanda as mãos. Os objetos são fabricados de maneira tradicional e não em moldes ou formas, nem mesmo em série.
- c) Objetos úteis são, normalmente, os resultados do trabalho artesanal, não impedindo, dessa forma, o afloramento do bom-gosto do artesão, podendo, assim, gerar peças com qualidades artísticas.
- d) Emprega-se, no artesanato, o material disponível, gratuito ou de pequeno valor pecuniário. No caso do artesanato da região norte do Piauí, a maior parte da matéria-prima é extraída no lugar, com exceção de alguns itens como anilinas, linhas, tecidos, que são adquiridos no comércio, com preços baixos ou ainda

- através de doação. É preciso deixar claro, que apesar do uso de matéria-prima não retirada da natureza, a produção desses produtos não deixa de ser artesanal.
- e) O tipo de produtos e a especialidade do artesão são escolhidos de acordo com os recursos naturais abundantes no lugar. Pode-se citar, como exemplo, o uso da palha de carnaúba na produção do artesanato em Ilha Grande e do uso da taboa como matéria-prima dos produtos em Luis Correia. Observa-se que cada associação usa os recursos mais próximos e em maior quantidade do local de produção.
 - f) Na maioria das vezes, o trabalho do artesão é desenvolvido em regime de trabalho caseiro e com a participação da família, inclusive dos menores. É comum que as ferramentas e os instrumentos de trabalho se misturem aos utensílios da casa.
 - g) Para o artesão, não existe a divisão do trabalho, pois ele realiza todas as operações ou movimentos necessários à produção da obra.
 - h) Em se tratando o artesanato como uma manifestação da vida comunitária, a produção está direcionada a objetos de uso mais comum no lugar, seja em função utilitária, lúdica, decorativa ou mesmo religiosa.
 - i) No que se refere à forma de disseminação da prática da produção do artesanato, pode-se dizer que existe o domínio da aprendizagem informal e, por consequência, do conhecimento tácito. A observação, a vivência ou mesmo a imitação do trabalho de outros membros da família e dos vizinhos durante a elaboração das peças são as formas mais comuns de aprendizado dos artesãos. São raras as aulas teóricas, pois se aprende a fazer fazendo, gerando um acentuado cunho pessoal e subjetivo no trabalho artesanal.

Já para Lima (2005, p.2), o artesanato é definido por uma dupla condição, que seria: “[...] o fato de que seu processo de produção é em essência manual” e “[...] a liberdade do artesão para definir o ritmo de produção, a matéria-prima e a tecnologia que irá empregar, a forma que pretende dar ao objeto, produto de sua criação, de seu saber, de sua cultura.” Com base nessas condições, o autor destaca cinco pontos característicos do artesanato, conforme quadro 3.

Quadro 3
Cinco pontos característicos do artesanato

1- O artesanato não é mera mercadoria e traz, embutido em si, valores, crenças, culturas.	O artesanato deve ser visto como um produto diferenciado, pois está embutida nele uma dimensão cultural agregadora de valor, fazendo com que o objeto seja mais valorizado e mais caro.
2- Artesanato não é produto de máquina. Sendo manual, ele é irregular, perfeitamente irregular.	Devido ao fato do trabalho ser manual não existe, sequer, a menor possibilidade de existir produtos completamente iguais, sendo as irregularidades consideradas, pelo autor, marcas de perfeição das peças e da maneira como é produzido.
3- O artesanato não é algo imutável	Apesar da cultura local estar presente nas peças produzidas pelos artesãos, não existem empecilhos para mudança, ou mesmo para inovação. Dessa forma, é perfeitamente possível agregar coisas novas aos padrões antigos desenvolvidos pelas comunidades.
4- Artesanato é ritmo, artesanato é tempo de produção	No que se refere ao objeto artesanal no Brasil, quem define a produção são fatores que variam desde o compromisso com santo de devoção até a promessa feita a outras pessoas que obriga o artesão a trabalhar, sem esquecer o motivo sobrevivência, ou seja, se produz quando existe a necessidade de comprar algum produto de consumo ou uso pessoal.
5- Artesanato pressupõe autoria e portanto tem a ver com os direitos de autor.	De acordo com Lima (2005), essa questão é pouco discutida e praticada no Brasil, pois não existe legislação que proteja os direitos coletivos e que defendam as comunidades e seus patrimônios imateriais. Diante disso, qualquer outro artesão, (e mesmo indústrias) que tiver capacidade de copiar a peça produzida, fará isso sem pagar qualquer valor ao criador pelos seus direitos patrimoniais.

Fonte dos dados: Lima (2005)

Observa-se, de acordo com as definições citadas, que os fatores definidores do artesanato são semelhantes entre os autores. A análise feita pelos estudiosos para conceituar a prática artesanal tem como principais pontos o trabalho manual sem o uso de máquinas, com base na cultura local, não havendo uma produção com horários e quantidades previamente definidas, com a demanda não previsível e variando constantemente. É o contrário da chamada indústria moderna, que é caracterizada pela presença de máquinas, robôs e computadores de última geração, pela divisão e especialização do trabalho, pela produção em série e o homem aparecendo como um mero instrumento da cadeia produtiva (SOUZA; MELO; GOMES, 2012).

Quanto aos tipos de artesanatos, o Programa do Artesanato Brasileiro (2012, p.28) classifica-os “[...] conforme a origem, natureza de criação e de produção do artesanato e expressa os valores decorrentes de produção, das peculiaridades de

quem produz e do que o produto potencialmente representa.” Dessa forma, para o PAB, os artesanatos podem ser classificados conforme quadro 4.

Quadro 4
Classificação do artesanato

Artesanato indígena	Resultado do trabalho produzido no seio de comunidades e etnias indígenas, onde se identifica o valor de uso, a relação social e cultural da comunidade.
Artesanatos de reciclagem	É o resultado produzido a partir da utilização de matéria-prima que é reutilizada
Artesanato tradicional	Conjunto de artefatos mais expressivos da cultura de um determinado grupo, representativo de suas tradições e incorporados à vida cotidiana, sendo parte integrante e indissociável dos seus usos e costumes.
Artesanato de referência cultural	Sua principal característica é o resgate ou releitura de elementos culturais tradicionais da região onde é produzido.
Artesanato contemporâneo-conceitual	Objetos resultantes de um projeto deliberado de afirmação de um estilo de vida ou afinidade cultural. Inovação é o elemento principal que distingue este artesanato das demais classificações.

Fonte do quadro: Programa de artesanato brasileiro (2012, p. 28)

Diante dos vários tipos de artesanatos existentes, Marinho (2009) define como características comuns a todos eles a utilidade, a funcionalidade e a seriação em pequena escala. Segundo a autora, o que diferencia a produção artesanal em determinado local é basicamente a relação entre a forma de produzir e a interpretação da cultura, bem como a utilização de matéria-prima disponível na região.

Devido a sua extensão e as influências de diversos povos, o artesanato brasileiro é um dos mais ricos do mundo e conta com vários tipos de matérias-primas, podendo ser de origem vegetal, animal ou mineral, gerando, dessa forma, distintos tipos de produtos, tendo como exemplos: o bordado sobre o linho branco de Alagoas, as tecelagens em labirinto de Maceió, as pinturas feitas à base de tinta e cera de abelhas na Paraíba, as cestarias no Piauí, os objetos de barro no Ceará, os produtos em madeira da Bahia, dentre outros tipos. Diante dos exemplos citados, é necessário esclarecer que é possível encontrar em uma mesma região formas diferentes de produtos, como é o caso da região Norte do Piauí, que possui produtos feitos com palhas (carnaúba, agaves e taboa), bordados em ponto cruz e renda de

bilro, e do Ceará, que produz cestarias e trançados, objetos em barro, redes de dormir, produtos em couro etc.

Segundo Barroso Neto (2000, p.7), o desenvolvimento industrial fez com que o artesanato entrasse em um processo lento de decadência e marginalização social e econômica, “[...] sobrevivendo como alternativa de consumo para as populações periféricas, afastadas, ou de menor poder aquisitivo, impossibilitadas economicamente de acesso aos bens e serviços industriais”. Para o autor, essa realidade se deveu, principalmente, ao fato de que dificilmente as atividades exercidas em pequenas unidades produtivas conseguiriam gerar produtos que pudessem competir em eficiência com o produto industrial de larga escala. No entanto, não se pode desconsiderar a importância social e cultural do artesanato, pois além de empregar uma quantidade significativa de pessoas, é considerado uma expressão clara do saber e do fazer popular.

Santos (2012) afirma que o artesanato tem uma ligação direta com questão do emprego, visto que, em locais de baixo desenvolvimento econômico, é usado como solução para inserção de parcela significativa da população no mercado de trabalho, pois não requer investimentos e grau de instrução elevados. Ainda para o autor, o processo de produção artesanal tem a função de resgatar valores humanos, entre eles, habilidades pessoais, subjetividade, criatividade, liberdade de produção, autonomia e beleza.

Com objetivo de geração de trabalho e renda e de melhoria do nível cultural, profissional, social e econômico do artesão brasileiro, foi desenvolvido o Programa do Artesanato Brasileiro - PAB, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, conforme Decreto nº 1.508, de 31 de maio de 1995, compondo a estrutura da Secretaria de Comércio e Serviços. A finalidade do PAB é coordenar e desenvolver atividades que visem valorizar o artesão, desenvolver o artesanato e a empresa artesanal. No entanto, segundo Oliveira e Veiga Neto (2008), a eficácia do programa é questionável, uma vez que a maioria dos artesãos não usufrui dos benefícios profissionais ou sociais do PAB por falta de conhecimento da existência do mesmo.

Além do PAB, Abbonizio (2009) cita outros programas criados para intervir no artesanato brasileiro. São eles e seus respectivos agentes: SEBRAE artesanato (SEBRAE), Talentos do Brasil (Ministério do Desenvolvimento Agrário), Programa de apoio a Comunidades Artesanais (Ministério da Cultura) e Artesanato Solidário

(Organização da Sociedade Civil de Interesse Público). Apesar de cada programa ter objetivos específicos, todos foram criados com intuito de melhorar as condições dos artesãos no Brasil, bem como estimular a produção artesanal, utilizando-a como solução para a melhoria de vida da comunidade, ou mesmo da região. Realidade essa, nem sempre vista nas localidades que os programas atuam, como é o caso da região Norte do Piauí.

A prática artesanal é vista como uma tradição, pois o saber fazer é passado de pai pra filho ou de mestre para discípulo durante muitas gerações, no entanto, este conhecimento dos materiais e técnicas tem um caráter subjetivo, fazendo com que a transformação da matéria-prima resulte em um produto único, com uma identidade cultural e um valor social. É preciso esclarecer que, apesar do artesanato ser uma forma de expressar a cultura popular local, é necessário que o mesmo seja estritamente comercial, ou seja, que seja atrativo a algum nicho de mercado e que atenda a necessidade do consumidor. Afinal, como já dito anteriormente, a venda das peças produzidas deve servir de forma de sustento, total ou parcial, para o artesão e sua família.

O artesão precisa de uma compensação financeira imediata para o seu produto, pois não dispõe de tempo ou recursos para investir em técnicas, estética, qualidade, capacitação e pesquisa ou para esperar que o mercado reconheça o valor, imaterial, do seu trabalho. Por mais que os mecanismos e ferramentas utilizados na produção artesanal limitem a escala de produção, o artesão fabrica em série para sobreviver (MARINHO, 2009, p. 6).

Diante dessa realidade, o artesão passa a ter consciência de que a produção artesanal vai além de simplesmente fazer o produto, mas o mesmo deve estar ligado à cultura local, ter qualidade e estar acessível ao consumidor. Uma alternativa para facilitar o alcance desses elementos fundamentais para o bom resultado do artesão é o estímulo à atuação mais coletiva, baseada, principalmente na construção de redes produtivas.

Linke e Velho (2010, p 30) afirmam que quando o trabalho artesanal é feito em grupo se fortalece e se desenvolve mais rapidamente, uma vez que cada artesão possui experiências próprias, gerando técnicas de produção e produtos variados. “Dentro deste contexto, convém ressaltar que o trabalho em grupo promove o desenvolvimento individual e coletivo por meio do aperfeiçoamento de processos e troca de experiências.” Para que essas vantagens da produção em grupo aconteçam, é necessário que haja integração e colaboração entre os membros

envolvidos, pois só assim se efetivarão alianças estratégicas responsáveis em dinamizar o mercado e aumentar a satisfação dos consumidores.

Para Lemos (2011), o artesanato tem deixado de ser visto como uma atividade econômica marginal e passado a ser tratado como uma atividade regular inserida no mercado competitivo. De acordo com a autora, em países desenvolvidos, como Finlândia e Dinamarca, as atividades artesanais são geradoras de produtos de qualidade, normalmente, superior e de alto valor agregado, destacando-se pela inovação e design criativo, arrojado e moderno, além de contribuir para o crescimento econômico de várias pessoas.

No Brasil, essa atividade, antes rudimentar, vem sendo considerada por algumas grifes e estilistas renomados como geradora de produtos de luxo, graças, principalmente a sua relação com o comércio justo e o compromisso com o desenvolvimento sustentável. Segundo o SEBRAE (2003), é possível encontrar o artesanato brasileiro em lojas tradicionais dos Estados Unidos, França, Itália e Portugal, além de ser usado para decoração de interiores de grandes redes brasileiras de hotéis.

A inclusão do design nas peças é outro fator que tem estimulado a valorização dos produtos artesanais e, conseqüentemente, tem agregado valor ao produto final e aumentado a sua competitividade, seja no mercado nacional ou internacional. É cada vez mais comum no Brasil, os artesãos contarem com o auxílio de designer no que se refere a técnicas de produção, comercialização ou mesmo na manipulação de novas matérias-primas. Na região Norte do Piauí, o SEBRAE é o principal responsável por essa ajuda, através da contratação de profissionais para ministrarem cursos com conteúdos diversos, indo desde a utilização da matéria-prima acessível na região, até a sugestão de novas cores e modelos para as peças produzidas.

O fato de o artesanato ser uma atividade manual faz com que o mesmo ofereça uma exclusividade em casa peça, permitindo, dessa forma, que seja agregado um valor maior do que o produto industrializado da mesma linha. No entanto, para que o negócio seja lucrativo, é necessário que haja uma administração inovadora e otimista, e que seja vendido no local certo e para um público adequado. A presença do Estado como mediador nesse cenário de mudanças é imprescindível, principalmente no que se refere à criação de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento da atividade artesanal.

Diante dessa realidade, pode-se concluir que o artesanato tem uma importância econômica significativa para algumas regiões brasileiras, em especial, o Nordeste, uma vez que é gerador de renda para uma grande parte da população. No entanto, é necessário que os governantes participem de maneira direta no desenvolvimento dessa prática, influenciando e incentivando a produção artesanal, estimulando a cooperação entre os artesãos e a governança, pois dessa forma pode-se conseguir que o artesanato interfira de maneira positiva no desenvolvimento da comunidade.

2.2 – Trabalho Informal

O trabalho artesanal é uma atividade tradicionalmente informal, realizada no interior das residências dos artesãos, caracterizada pela relação de família e de vizinhança, formada, na maioria das vezes, por mulheres de baixa renda e em localidades com baixo desenvolvimento econômico. Apesar dos órgãos do governo divulgarem a existência de 8,5 milhões de artesãos no país, esses dados são imprecisos, devido à quantidade significativa de trabalhadores informais. Um dos motivos da informalidade é a falta de interesse dos artesãos em se cadastrar nos projetos governamentais, por medo de perder benefícios como Bolsa Família ou, no caso de beneficiários da agricultura familiar, ficarem impedidos de receberem aposentadorias.

Essa realidade é comum e antiga no Brasil, uma vez que no país, mais precisamente em regiões pobres como o Nordeste, sempre existiu um grande número de pessoas trabalhando distante de quaisquer vínculos empregatícios formalizados e direitos trabalhistas. Alves e Almeida (2009, p. 240) mostram que o lado estruturado do mercado de trabalho, formado de trabalhadores assalariados, sempre conviveu com o segmento não estruturado, “[...] composto por trabalhadores informais, analfabetos ou de baixo nível de escolaridade; fenômeno presente nas economias capitalistas da periferia do sistema”.

A principal diferença entre o trabalho formal e informal refere-se às relações contratuais de trabalho. No caso da ocupação formal, essas relações são reguladas por legislação específica, dando aos trabalhadores direitos como Previdência Social, seguro desemprego e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Já no trabalho informal, prevalece o mínimo de intervenção do governo, o não cumprimento das leis

fiscais e trabalhistas e a ausência de contratos registrados junto à seguridade social. Nesse caso, os trabalhadores estão mais sujeitos a demissões, excesso de horas trabalhadas, acidentes de trabalho, além de baixos salários (CORREA; LOPES, 2009). Para Krein e Proni (2010, p.25), a informalidade, em geral, corresponde a condições desfavoráveis aos trabalhadores, como:

[...] indefinição do local de trabalho, condições de trabalho prejudiciais à saúde e à segurança, baixos níveis de qualificação e de produtividade do trabalho, rendimentos baixos e irregulares, extensas jornadas de trabalho, falta de acesso à informação e à tecnologia, além das dificuldades para a obtenção de financiamento e para uma inserção legal no mercado. Os trabalhadores da economia informal, na maioria das vezes, não são reconhecidos pelas agências governamentais, são imprecisamente mensurados nas estatísticas oficiais, não estão contemplados pela legislação trabalhista e se beneficiam de forma limitada da seguridade social.

Nas localidades em que as pessoas possuem um baixo nível de escolaridade, como é o caso da região Norte do Piauí, a realidade é ainda pior, pois as mudanças ocorridas no novo modo de trabalho têm substituído o modelo fordista – no qual o trabalhador era visto como uma máquina incapaz de pensar e pago para realizar as atividades mais simples e rotineiras – por indústrias totalmente inovadoras, que exigem alta capacidade intelectual e dinâmica dos empregados. “Nesse contexto, o novo tipo de trabalho é baseado na polivalência e multifuncionalidade do trabalhador, na produção flexibilizada, inspirada no modelo japonês”. (ALVES; ALMEIDA, 2009, p. 241).

Essa reestruturação produtiva teve início no Brasil no final da década de 80, sendo caracterizada pelo enxugamento no quadro de empregados em todos os níveis hierárquicos, e exigindo dos que ficavam maior responsabilidade e participação nas tomadas de decisões das organizações. Costa (2010) afirma que, a abertura econômica e as privatizações, decorrentes dos ajustes econômicos “pró-mercado” implementados pelos governos de Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, pressionaram a mudança na forma de produção, sobretudo no setor secundário, afetando o nível de emprego e sua qualidade, graças à flexibilização dos vínculos e dos regimes de trabalho.

Além da reestruturação produtiva, a recessão ocorrida na década de 1990, seguida de políticas anti-inflacionárias que geraram o pequeno e lento crescimento da atividade econômica, as crises financeiras, a ampla incorporação da força de

trabalho pelo setor de serviços e a queda do emprego industrial, foram outras causas do aumento do desemprego e da informalidade no país.

Segundo Correa e Lopes (2009), o avanço da informalidade tornou-se evidente no Brasil a partir do momento em que a nação perdeu sua capacidade de gerar empregos, principalmente com registro formal. De acordo com Costa (2010) a eliminação de cerca de 3,3 milhões de postos de trabalho formais na economia, ocorrida na década de 1990, gerou uma onda de desemprego em massa e o aparecimento de diversas experiências de subcontratação, que foram decisivas para a desestruturação do mercado de trabalho e, por consequência, para a ampliação da informalidade no país. A autora mostra ainda que, no ano 2000, a soma das ocupações por conta própria, dos sem remuneração e do total de desempregados cresceu de 34,1% para 40,4% da População Economicamente Ativa, enquanto a participação dos empregados formais caiu de 53% em 1991, para 45% em 2000.

Observa-se assim uma relação direta entre a desverticalização da típica organização fordista e o aparecimento de arranjos informais de emprego, afinal os desempregados e os novos integrantes da PEA, sobretudo os jovens pouco instruídos, precisavam ter o mínimo para o seu sustento e de sua família, sendo à informalidade, com suas mais variadas formas de trabalho a solução encontrada.

Krein e Proni (2010, p.9) consideram o setor informal como resultado do excedente estrutural de mão-de-obra. Para eles, a nova estrutura produtiva dava origem a dois setores no mercado de trabalho: “[...] de um lado, o mercado formal, onde são geradas ocupações em empresas organizadas; de outro, o mercado informal, relacionado a atividades de baixo nível de produtividade exercidas por trabalhadores independentes”. Desse modo, enquanto o setor formal era responsável pela determinação do nível de emprego e renda da economia, o informal servia como uma forma de absorver o excesso de mão-de-obra na fase recessiva, tendo como característica definidora a grande vulnerabilidade ocupacional e os baixos rendimentos. Os autores afirmam, ainda, que a informalidade é marcada pela inserção precária no mercado de trabalho e pela ausência de proteção de leis sociais e trabalhistas provenientes da regulação estatal e da negociação coletiva.

“[...] esses ocupados dificilmente têm assegurado o seguro desemprego, o seguro acidente, o auxílio doença e a aposentadoria. Mesmo quando têm acesso, geralmente o patamar e abrangência são menores do que os do assalariado comum. Na mesma direção, pode-se afirmar que os direitos

básicos do trabalho tendem a não ser respeitados, especialmente no que diz respeito ao tempo de trabalho”. (KREIN; PRONI 2010, p.25).

Apesar de o setor informal estar associado, na maioria das vezes, a condição de trabalho precário e ser colocado em uma posição inferior se comparado ao sistema formal de produção, Ferreira (2007, p.29) afirma que este setor pode assumir diversos conteúdos, dentre eles: “[...] trabalhadores autônomos, empregadores com até cinco empregados, trabalhadores domiciliares, trabalhadores por conta própria, empregados sem carteira assinada e empregados domésticos”. A autora afirma ainda que, devido à nova reestruturação produtiva, o trabalho informal deixou de ser apenas uma alternativa de resolução de problemas de geração de empregos da classe dos despossuídos e passou a ser visto como uma alternativa atrativa de trabalho.

Frente a essa realidade do trabalho informal tanto em termos do espaço econômico, quanto no que se refere ao perfil ocupacional dos trabalhadores, Silva (2015, p.56) afirma que existem dois grupos sociais que se associam as diferentes maneiras de concepção do setor informal: “[...] trabalhadores sem qualificação, hábitos/disposições adequados ao setor tipicamente capitalista (formal); e trabalhadores que optam pela não submissão de trabalho e aos salários concernentes ao setor formal”. Essa divisão, ainda segundo a autora, faz com que as ocupações, as condições de trabalho e os níveis de renda do setor informal sejam extremamente variados, podendo ser encontradas remunerações superiores a trabalhos formais ou ainda rendas abaixo do padrão mínimo.

Segundo Pamplona (2001), diante do nível de remuneração de alguns trabalhos informais e da complexidade e heterogeneidade que marcam o setor informal, não se pode afirmar de maneira convicta que o mesmo é caracterizado pelas piores condições de trabalho e que, necessariamente, é ocupado por pobres urbanos, pois é possível e, de certa forma comum, pessoas, com qualificação para o trabalho, optar pela informalidade em detrimento da vaga no setor formal, devido, dentre outros fatores, a esse tipo de trabalho poder resultar em rendimentos acima da média dos assalariados.

As exigências legais, bem como os custos com a contratação de mão-de-obra, têm desestimulado a formalização completa das relações salariais, aumentando o trabalho informal e, por consequência, a insegurança no emprego e a eliminação de postos de trabalho. É cada vez mais frequente a redução do quadro

de trabalhadores formais e a contratação de uma força de trabalho temporária e autônoma.

De acordo com Costa (2010, p.180), outra estratégia de redução de custos com mão-de-obra encontrada pelas grandes empresas foi a terceirização, “[...] sob a lógica de uma nova divisão internacional do trabalho, organizada com base numa profusão de pequenas firmas, muitas delas trabalhando em redes”, na qual os empregos regulares e com certo padrão de conquistas eram substituídos por empregos precários, temporários e muitas vezes não-regulamentados.

Com a quebra das fronteiras advinda das facilidades da tecnologia da informação e das desregulamentações, as empresas têm muito mais mobilidade para buscar recursos e trabalho onde eles se mostrem economicamente mais vantajosos. Tornam-se muito mais complexas as relações e articulações entre grandes firmas e pequenos negócios espalhados pelo mundo e, entre elas e os trabalhadores por conta própria, os da produção doméstica, os cooperados, muitas vezes articulados por puros intermediadores de força de trabalho, sob condições que reeditam relações pré-capitalistas de produção. (COSTA, 2010, p. 180)

A terceirização pode ser definida, de maneira resumida, como sendo a contratação de empresa prestadora de serviços ou de funcionários autônomos por outras empresas ou pela administração pública para realizar os serviços entre elas pactuados, sendo a que presta serviço responsável em empregar e remunerar os trabalhadores que exercerão as atividades contratadas.

No dia 22 de abril de 2015, o Projeto de Lei n. 4.330/2004, que regulamenta contratos de terceirização, foi aprovado no Brasil pela Câmara dos Deputados, seguindo agora para o Senado e, se aprovado, vai para sanção presidencial. Essa lei visa regulamentar a contratação de uma empresa prestadora de serviços também para atividade-fim e não apenas para atividade-meio (vigilância e limpeza), como acontece atualmente. Além disso, o trabalhador terceirizado poderá exercer qualquer tipo de cargo dentro das empresas por tempo indeterminado e não mais no prazo máximo de 90 dias, como dizia a Lei 6.019 de 1974.

Baseado no fato de que o funcionário terceirizado recebe uma remuneração menor do que o efetivo, possui uma jornada de trabalho maior e sua permanência na empresa não é garantida devido a grande rotatividade, esse projeto de lei apresenta vantagens para as empresas e desvantagens para os trabalhadores. As empresas diminuirão seus custos, podendo significar a redução dos preços para o consumidor

final, além de terem melhor segurança jurídica, enquanto os trabalhadores terão menores salários e maior rotatividade.

Apesar da proteção maior quanto a garantias de recebimento dos direitos pelos empregados, já que as empresas contratantes deverão fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas decorrentes do contrato, o Projeto de Lei em questão não regulamenta igualdade salarial, carga horária ou outros benefícios. Dessa forma, dois funcionários realizando uma mesma função dentro da empresa poderão ter direitos e deveres diferentes, inclusive remuneração distinta.

Outro fator negativo da terceirização para os trabalhadores é o enfraquecimento dos sindicatos, afinal o projeto de lei não garante a filiação dos terceirizados no sindicato da atividade da empresa. Sem um representante legal específico, os terceirizados poderão perder os benefícios conquistados pelo setor, como piso salarial maior e plano de saúde, além de ter seu poder de barganha reduzido.

Felizmente, os artigos dispostos na lei não se aplicam aos contratos de terceirização no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pois a terceirização poderia ser utilizada como forma de burlar a obrigatoriedade de promover concurso público para investidura dos seus cargos.

É preciso esclarecer que não existe relação direta entre a lei da terceirização e a abertura de novas vagas de trabalho. O que faz com que haja um aumento na quantidade de ocupações formais é o desenvolvimento econômico local, realidade essa nem sempre presente em algumas regiões brasileiras, em especial no Nordeste. Além disso, a busca por profissionais cada vez mais qualificados e com alto nível de escolaridade tende a aumentar, forçando grande parte da população brasileira a procurar outras formas de sobrevivência, seja através dos programas de governo ou da informalidade.

Correa e Lopes (2009) citam como exemplos de motivos que levam algumas pessoas a entrarem na informalidade: o histórico familiar, jornada de trabalho flexível, controle do seu próprio negócio ou mesmo a possibilidade de ganhos superiores àqueles dos empregos assalariados de média e baixa qualificação. Mas, diante da deterioração do emprego causada pelas mudanças estruturais e pela baixa capacidade de geração de postos de trabalho formais, a informalidade é vista,

principalmente, como uma estratégia de sobrevivência, ou mesmo uma forma de aliviar ou evitar a pobreza.

As autoras supracitadas afirmam, ainda, que, apesar da informalidade independer de sexo, o principal motivo que leva os homens a entrarem no mercado informal é a falta de vagas no mercado formal, os impedindo, dessa forma, de se sustentar e as suas famílias. Já as mulheres, em especial as donas de casa, encontram na informalidade a possibilidade de aumentar a renda familiar, trabalhando em algo que não as impeça de continuarem realizando as tarefas domésticas.

Diante dessa realidade, observa-se que, mesmo com a presença de inúmeros motivos que levam ao aumento da informalidade, a grande falta de empregos atrelada à necessidade de sobrevivência ainda é o fator mais importante da busca constante pelo mercado informal. É cada vez mais comum encontrar pessoas procurando sobreviver em trabalhos improvisados, precários e informais, nos quais o artesanato está incluso. É o caso de regiões pobres como o Nordeste do país, onde o trabalho artesanal tem sido usado como fonte de renda para alguns desempregados, uma vez que não exige dos artesãos especialidade técnica avançada, e a matéria-prima, na maioria das vezes, encontra-se em abundância na região.

Apesar da proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas em trabalhos formais ter registrado um aumento de 10,7 pontos percentuais entre os anos de 2001 e 2011, o Brasil ainda possui um contingente expressivo de mão de obra, tanto masculina quanto feminina, em trabalhos informais. Segundo o IBGE (2012), em 2011, 44,2 milhões de brasileiros trabalhavam na informalidade, sendo as regiões Norte e Nordeste as possuidoras das maiores porcentagens desses trabalhadores, com um percentual de 63% e 62% da população com 16 anos ou mais de idade ocupadas no setor informal, respectivamente (tabela 2).

Tabela 2
Proporção de pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos informais, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
TOTAL	63%	62%	33,9%	36,4%	41,2%
Homens	63%	61,6%	32,2%	33,6%	40,2%
Mulheres	63%	62,6%	36,2%	37,7%	42,6%

Fonte dos dados: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Ainda de acordo com os dados do IBGE (2012), o Maranhão é o Estado que apresenta o percentual mais elevado de pessoas na informalidade (73,8%) e, em segundo lugar, vem o Piauí, com 72,1%, enquanto o maior percentual de empregados com carteira assinada encontra-se na Região Sudeste, mais precisamente na Região Metropolitana de São Paulo (57,8% no caso da população ocupada masculina e 51,7% para a feminina).

Como dito anteriormente e comprovado pelos dados do IBGE, um fator comum entre a maioria das pessoas que trabalham na informalidade é a baixa escolaridade. Em 2011, a média de anos de estudo da população que trabalhava formalizada era de 9,2 anos para os homens e 10,7 anos para as mulheres. Já nos trabalhos informais, a média era de 6,1 anos e 7,3 anos respectivamente. Observa-se, assim, que as mulheres ocupadas de 16 anos ou mais de idade apresentam uma escolaridade média superior à dos homens, em mais de um ano, em ambos os tipos de trabalho. Outro ponto a ser observado, na tabela 3, é que as regiões Norte e Nordeste possuem os menores índices de anos estudados tanto pelos que ocupam empregos formais, quanto pelos que trabalham na informalidade.

Tabela 3
Média de anos de estudos das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos informais, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 2011

Grandes Regiões	Trabalhos formais		Trabalhos informais	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	9,2	10,7	6,1	7,3
Norte	9,1	11,0	5,5	6,8
Nordeste	8,6	11,0	4,9	6,4
Sudeste	9,5	10,7	7,3	7,9
Sul	9,1	10,3	6,9	7,5
Centro-Oeste	9,2	10,8	6,8	8,0

Fonte dos dados: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Vale ressaltar que, apesar das mulheres apresentarem médias de anos de estudo maiores que a dos homens, ainda existe uma grande desigualdade de rendimentos entre os dois sexos (em média, a mulher recebe 73,5% do rendimento dos homens), como mostra a tabela 4. Na região Nordeste, a desigualdade entre os mais escolarizados (12 anos ou mais de estudo) é a mais elevada do país. No Piauí, as mulheres com nível superior completo ou incompleto recebem, em média, menos da metade do rendimento dos homens com a mesma escolaridade.

Tabela 4
Percentual do rendimento médio das mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em relação aos homens, segundo as Grandes Regiões – 2011

Grandes Regiões	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
TOTAL	73,5	84,8%	82,5%	69,4%	69,0%	70,9%

Fonte dos dados: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

No que se refere à jornada no trabalho produtivo, em ambos os tipos de atividades, o homem tem horas trabalhadas em quantidade maior do que a mulher.

Segundo o IBGE (2012), no setor formal o homem trabalha em média 6,3 horas a mais que a mulher e, no setor informal, 9,4 horas. Entretanto, a jornada semanal das mulheres no trabalho doméstico é 2,5 vezes maior que a masculina. Diante desses dados, concluiu-se que a desigualdade de gênero, além de se manifestar por meio dos rendimentos, também pode ser vista na distribuição do tempo, visto que a jornada total das mulheres em ambos os trabalhos era de 58,5 horas e para os homens 52,7 horas (tabela 5).

Tabela 5

Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal e em afazeres domésticos, das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas e em trabalhos formais e informais, por sexo, segundo as Grandes Regiões- 2011

Grandes Regiões	Trabalhos formais		Trabalhos informais		Afazeres domésticos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	46,0	40,3	40,5	31,1	11,2	27,7
Norte	43,3	39,9	40,4	30,4	11,0	26,3
Nordeste	43,1	38,9	38,5	29,8	12,0	29,8
Sudeste	44,0	40,6	42,0	32,6	11,1	27,5
Sul	44,7	40,9	41,7	30,9	10,6	26,6
Centro-Oeste	44,6	40,5	42,8	32,5	10,8	25,3

Fonte dos dados: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

A presença de filhos pequenos é outro motivo que influencia a mulher a realizar trabalhos informais e domésticos. A baixa oferta de creches no País (48 642 para 10,5 milhões de crianças de 0 a 3 anos de idade) é outro fator que interfere na inserção das mulheres no mercado de trabalho que, para ajudar na renda da família, se veem obrigadas a buscar alternativas, caseiras, de ocupações rentáveis, tendo como destaque as mais variadas formas de artesanato.

Esses números podem servir de comprovação ao que vem sendo dito ao longo deste trabalho: a informalidade está intimamente ligada a pobreza e a baixa instrução da população local, dessa forma, quanto menos desenvolvida

economicamente for a região, maiores serão o número de desempregados formais e, conseqüentemente, de ocupações informais, em especial o artesanato.

Este é um problema estrutural no país, e tende a se agravar, depois de 2013, com índices estacionados e mesmo recessivos do PIB nacional. O país encontra-se, em 2015, em meio a uma crise econômica, política e social, sem soluções visíveis no horizonte próximo, e tal contexto é o ambiente “ideal” para o aprofundamento da informalidade e da precarização das relações de trabalho, em especial em áreas como o Nordeste e o Piauí.

2.3- Arranjo Produtivo Local – Conceito

Como a investigação fatural do presente trabalho versa sobre uma aglomeração produtiva de artigos artesanais na região Norte do Piauí, parece coerente buscar suporte teórico (ou seja, [...] “a relações entre fatos ou, em outras palavras, à ordenação significativa desses fatos, consistindo em conceitos, classificações, correlações, generalizações, princípios, regras etc”. (Marconi; Lakatos, 2003, p. 122).) em publicações/autores que abordam noções como “artesanato”, “trabalho informal”, “trabalho doméstico”, conforme aqui visto. De acordo com a mesma lógica, será discorrido a partir de agora conceitos e assunções básicas existentes em relação a vários tipos de aglomerações produtivas, em especial, aquelas relativas a Pals. (arranjo produtivo local), desde que o caso concreto aqui estudado é, pelo menos oficialmente, classificado como um APL, embora, de acordo com o entendimento da autora, não se encaixe de forma adequada e exata, no referido tipo de aglomerado produtivo por uma série de feições específicas que se pretende esclarecer ao longo deste texto.

A necessidade de se tornarem competitivas fez com as organizações substituíssem o foco de análise na empresa individual pelas relações entre as empresas e entre estas e as demais instituições, dentro de um espaço geograficamente definido (CASSIOLATO; LASTRES, 2003). Pesquisas realizadas pela RedeSist em algumas localidades do Brasil concluíram que as sinergias geradas pelas interações provenientes das aglomerações de empresas aumentam as suas chances de sobrevivência e crescimento, além de constituírem uma importante fonte de vantagens competitivas permanentes.

Lastres e Cassiolato (2003, p. 3) afirmam que a participação dinâmica das empresas, principalmente as de micro, pequeno e médio portes, em arranjos produtivos locais (APL), ajudou-as a “[...] ultrapassarem as conhecidas barreiras ao crescimento, a produzirem eficientemente e a comercializarem seus produtos em mercados nacionais e até internacionais”. Segundo Santos, Diniz e Barbosa (2004), as aglomerações de empresas podem gerar, dentre outras vantagens competitivas, redução de custos de transporte, de mão-de-obra ou fiscais para, principalmente, as pequenas e médias empresas.

Geralmente, são as pequenas e médias empresas que mais dependem da localização, porque: *a)* têm mais dificuldade em abrir escritórios ou filiais em muitos lugares; *b)* possuem dificuldade de se realocar por uma questão de custos de investimento; *c)* o dono geralmente precisa estar presente e realocá-lo pode até ser mais difícil que realocar a empresa; e, por último, *d)* dependem muito das relações que têm no local, pois não possuem capital suficiente para obter certas escalas mínimas necessárias para se suprir de determinados serviços e externalidades que encontram em condições facilitadas e seguras no local atual e podem não encontrar em outros locais.(SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004, p. 163).

Para Mytelka e Farinelli (2000), as relações verticais entre usuários e produtores, por exemplo, podem reduzir custos relacionados à informação e à comunicação e os riscos associados à introdução de novos produtos, bem como a transferência mais rápida de uma inovação, do laboratório para o mercado. Já a colaboração horizontal pode permitir melhores resultados coletivos, principalmente no que se refere à redução de custos de transação, inovação acelerada por meio de solução mais rápida de problemas e maior acesso ao mercado.

Garcia (2001. p.48) cita como principais motivos de valorização dos APLs “[...] o aumento das chances de sobrevivência de pequenos empreendedores inseridos nesses arranjos e a possibilidade de se queimar uma série de etapas do processo de criação de empresas, além do próprio apoio governamental”. De acordo com a autora, é função do APL, não do empreendedor que atua no arranjo, contratar profissional especializado para encontrar nichos para os produtos, desenvolver estratégias de marketing conjuntas e até mesmo fechar financiamento.

Partindo do pressuposto que o conceito de APL foi influenciado pelas ideias de Distritos industriais e Clusters, sentiu-se a necessidade de expor conceitos e características sobre estes tipos de aglomerados empresariais. É necessário observar que, apesar de APL, distrito industrial e cluster serem aglomerações de empresas situadas em mesmo espaço geográfico, especializados, na maioria das

vezes, em um produto ou serviço e para obtenção de sucesso precisar cooperar ou mesmo competir uns com os outros, tudo isso não faz deles sinônimos.

O primeiro teórico a utilizar o termo Distrito Industrial para caracterizar a concentração de pequenas e médias empresas, localizadas em torno das grandes indústrias nas proximidades das cidades inglesas, foi Alfred Marshall, no final do século XIX. A teoria Marshalliana, que destaca a eficiência e a competitividade que apresentavam as empresas que se localizavam numa mesma região, devido à reciprocidade, ou cooperação entre os agentes envolvidos no processo produtivo, serve de embasamento aos autores e estudiosos da área de aglomerações produtivas. Segundo Becattini (1994, p.29):

Do ponto de vista estritamente produtivo, o distrito marshalliano é uma população de empresas independentes, pequenas e médias, que, idealmente, se dedicam às mesmas fases intermédias do processo de produção, são governadas por um grupo aberto de empresários puros, através da subcontratação, e se apóiam numa miríade de unidades fornecedoras de serviços à produção, bem como de trabalhadores a domicílio e a tempo parcial. (BECATTINI, 1994, p. 29).

Para Vale e Castro (2010), o que difere os distritos industriais atuais do original Marshalliano são a produção flexível e as sinergias geradas das relações mercantis, bem como dos aspectos culturais, sociais e históricos comuns, presentes no território no qual o distrito está localizado.

Os distritos industriais italianos, localizados na região da Emília Romana, chamaram, inicialmente, a atenção pela capacidade competitiva de suas pequenas empresas, voltadas, em geral, para produção de bens considerados tradicionais. A vantagem destas regiões não era derivada de baixos custos de salário, mas sim da capacidade de especialização e interação existente no interior das aglomerações. (VALE; CASTRO, 2010).

Segundo Cassiolato e Lastres (2003, p. 5), distrito industrial refere-se a “[...] aglomerações de empresas, com elevado grau de especialização e interdependência, seja de caráter horizontal ([...] atividades similares) ou vertical ([...] atividades complementares em diferentes estágios da cadeia produtiva).” Já Becattini (1994, p. 20) define distrito industrial como sendo “[...] uma entidade socioterritorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas num determinado espaço geográfico e histórico”. Para Vale e Castro (2010), o que melhor define o aglomerado é a existência de uma comunidade local possuidora dos mesmos valores e pensamento, que condiciona os principais aspectos da maneira de viver dos moradores.

No que se refere aos recursos humanos, Becattini (1994) afirma que os distritos oferecem uma variedade significativa de atividades profissionais, indo desde o trabalho domiciliário ao trabalho assalariado, de tempo parcial ou de tempo total. O fato das empresas que compõem o distrito estarem integradas no tecido social local, facilita a avaliação dos profissionais, bem como a escolha do local mais apropriado para cada pessoa. “As informações que uma empresa do distrito poderá obter com facilidade sobre um candidato ao emprego são com certeza muito mais úteis do que as conseguidas através dos canais formais” (BECATTINI, 1994, p. 23).

Outras características do distrito industrial observadas por Becattini (1994) são a concorrência e a solidariedade. Segundo o autor, existe nos distritos, juntamente com uma concorrência acirrada, uma solidariedade entre os membros, que é fruto da maneira única como o sistema sociocultural estrutura o mercado no interior do distrito. Becattini (1994) afirma ainda que, devido ao fato dos empregados acreditarem que as inovações tecnológicas tendem a substituir a mão-de-obra ou mesmo reduzir a sua importância dentro dos distritos, pode-se observar uma resistência ao progresso tecnológico, que é resolvida graças à consciência por parte do conjunto dos segmentos da atividade industrial e de todas as camadas da população.

Santos, Diniz e Barbosa (2004) afirmam que a cooperação pode ser considerada um dos principais fatores de sucesso dos distritos industriais. Para os autores, a cooperação, nesse caso, será multilateral, onde se identifica a presença de pequenas e médias empresas que possuem importante participação em alguma parte da cadeia produtiva, com isso a proximidade local e alto nível de confiança entre os membros formadores aparecem como fator importante para a eficiência e eficácia das práticas cooperativas.

Outro tipo de aglomeração de empresas, que também serviu de base para conceituar os arranjos produtivos locais, são os clusters. Albagli e Brito (2003) definem clusters como sendo aglomerados de empresas com proximidade territorial, desenvolvendo atividades similares. Porter (1998), além de identificar clusters como concentrações geográficas de empresas em uma determinada localidade, afirma que as relações entre as firmas e outras entidades são fundamentais para o aumento da competitividade. Estas entidades podem ser fornecedores de insumos e de infraestrutura especializada, além de fabricantes de produtos complementares e, no caso de indústrias, com especialidades semelhantes, tecnologias ou suprimentos.

O autor mostra ainda que muitos clusters incluem instituições governamentais, universidades, consultorias, agências de treinamento e associações comerciais responsáveis pelos treinamento especializado, educação, informação, pesquisa e suporte técnico.

Segundo Teixeira (2013, p.47), os três aspectos que caracterizam um cluster são:

[...] (1) empresas aglomeradas em uma mesma área, as quais se inter-relacionam em um mesmo ramo produtivo ou correlato; (2) por um grupo de agentes (instituições públicas e privadas) que de certa maneira influenciam a produção; (3) mercados simultaneamente por relações de cooperação e competição. Nesse caso a ênfase se dá não no conjunto em si, no meio inovador, nas relações de cooperação em rede, ou nas formas de coordenação, mas sim nas vantagens que tal concentração pode gerar para as empresas em si. O foco é na competitividade, na rivalidade empresarial e não na relação existente entre o território, os agentes e as relações de cooperação (TEIXEIRA, 2013, p. 47).

Para Carneiro (2013, p.43), “ [...] nem toda aglomeração setorial de empresas pode ser considerada como um distrito industrial mashalliano ou italiano, porém toda aglomeração de empresas de um determinado setor pode ser considerado um cluster”; isso acontece devido ao fato de que quando ocorrem apenas relações verticais entre empresas, não existe uma cadeia setorial mais ampla que favoreça a cooperação.

Segundo Porter (1998) os clusters são concentrações geográficas de empresas e instituições interligadas em um mesmo espaço, podendo abranger uma série de indústrias relacionadas ou outras entidades importantes no processo competitivo como, fornecedores de insumos e infraestrutura especializados. Faz parte também dos clusters, ainda de acordo com o autor, os clientes, fabricantes de produtos complementares, empresas de tecnologias, bem como instituições governamentais, universidades, prestadora de formação profissional e associações comerciais que fornecem: treinamento especializado, educação, informação, pesquisa e suporte técnico.

No Brasil, as aglomerações de empresas, chamadas inicialmente de complexo, tiveram início a partir dos anos 1950, mas se destacaram a partir dos anos 1970 do século XX. “Os complexos são concentrações de empresas geralmente associadas a uma cadeia produtiva. São empresas ligadas em cadeia que produzem etapas diferentes do processo produtivo.” (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004, p.156).

De acordo com Cabete e Dacol (2008), os complexos brasileiros, cujo conceito está associado ao termo *clusters*, surgiram a partir dos distritos industriais italianos localizados nas regiões Norte e Nordeste da Itália.

A diferença entre os termos estaria no fato de que, enquanto os distritos industriais italianos quase sempre se concentravam em atividades associadas aos ramos tradicionais da indústria de transformação, os *clusters* representariam um conceito mais abrangente, envolvendo todo tipo de aglomeração de atividades geograficamente concentradas e setorialmente especializadas – não importando o tamanho das unidades produtivas, nem a natureza da atividade econômica desenvolvida, podendo ser da indústria de transformação, do setor de serviços e até da agricultura (CABETE; DACOL, 2008).

A RedeSist define arranjos produtivos locais (APLs) como sendo aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais com atividades econômicas específicas, podendo ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultorias e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros. Têm como característica essencial a presença de vínculos, mesmo que incipientes, entre os membros, além da participação de outras organizações públicas e privadas direcionadas para a formação e capacitação de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e engenharia e política, promoção e financiamento. (LASTRES; CASSIOLATO, 2003)

Albagli e Brito (2003) confirmam, definindo APL como aglomerações de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal, além de possuírem uma identidade cultural e vínculo de interação, cooperação e aprendizagem entre si e entre outras empresas correlatas e complementares, como fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de serviços, clientes, comércio, escolas técnicas e universidades, dentre outras, em um mesmo espaço geográfico.

Observa-se que ambas as definições citam o elemento localidade como determinante para a caracterização de um APL. Cassiolato e Szapiro (2003) afirmam que a importância da definição da dimensão do mercado atendido pelo APL existe, pois a proximidade entre os diferentes atores auxilia na acumulação de capacitações e processos coletivos de aprendizagem. Os autores mostram, também, que, em países como o Brasil, que possui uma diferença muito grande nos níveis regionais de renda, esta dimensão é especialmente importante, pois é possível que a produção de um arranjo só satisfaça a demanda específica da região, principalmente

em regiões pobres como Norte e Nordeste. Ainda sobre as vantagens da concentração geográfica para as empresas, Fuini (2008, p. 151) declara que:

Essa concentração geográfica de empresas está relacionada às “vantagens competitivas locais” e benefícios que as empresas acessam por estarem localizadas em uma aglomeração e que não envolvem custos específicos (transportes, fiscais), gerando vantagens passivas e externalidades econômicas. A existência de fornecedores especializados, centros de treinamento, centros tecnológicos, agências governamentais, associações representativas, aparecem como importantes indutores de externalidades, *pari passu* a cooperação entre os atores locais para o sucesso competitivo da região.

Entretanto, Amaral Filho (2009, p. 3) aborda que não se deve interpretar no sentido literal o elemento “local”, pois pode-se cair no erro de restringir o termo a relações ocorridas em um mesmo espaço geográfico ou numa fronteira delimitada político administrativamente. Segundo o autor, o que realmente representa um arranjo produtivo são as interações e conectividades estabelecidas pelos membros, dessa forma, “[...] sua aplicabilidade é possível para toda situação que apele para a formação de um conjunto de atores (agentes ou elementos), que se vinculam através de interações com propósito de produzir bens e serviços”.

Segundo Mytelka e Farinelli (2000), os APLs podem surgir de duas maneiras: espontaneamente ou induzidos por políticas públicas. As autoras citam como exemplos de aglomerações induzidas os polos tecnológicos e parques industriais, as incubadoras e as zonas de processamento de exportações. Já as aglomerações espontâneas são classificadas em três tipos: informal, organizada e inovadora, cujas principais características estão resumidas no quadro 5.

Quadro 5
Tipos de Aglomerações Espontâneas

Tipos	Aglomerações Espontâneas		
	Aglomerações informais	Aglomerações organizadas	Aglomerações Inovadoras
Atores Cruciais	Poucos	Poucos a Médio	Muitos
Tamanho das empresas	Micro e Pequenas	PMEs	PMEs e Grandes
Inovação	Pouca	Alguma	Contínua
Confiança	Baixa	Alta	Alta
Habilidades	Baixas	Médias	Altas
Tecnologia	Baixa	Média	Média
Parcerias	Algumas	Algumas	Várias
Cooperação	Pouca	Alguma, não sustentada	Muita
Competição	Alta	Alta	Média a Alta
Mudança no Produto	Pouca ou Nenhuma	Algumas	Contínuas
Exportações	Pouca ou Nenhuma	Média e Alta	Altas

Fonte dos dados: UNCTAD:1998, p.7 apud Mytelka e Farinelli 2000, p.12

Através do quadro, pode-se observar que, de acordo com Mytelka e Farinelli (2000), as aglomerações informais normalmente contêm micro e pequenas empresas com baixo nível tecnológico e com pouca presença de inovação, mudança de produto e exportação, além de possuir proprietários e operadores com baixa capacidade de gerenciamento, dificultando a cooperação e o aparecimento de parcerias. A competição existente nesse tipo de aglomeração é perversa, baseada no preço e na redução da remuneração do trabalhador e não na qualidade, melhorias tecnológicas e inovação do produto, havendo pouca confiança entre os atores e pouco compartilhamento de informações. Devido à perspectiva limitada de crescimento, os arranjos informais tendem a não ter atores cruciais que podem auxiliar no desenvolvimento dessas empresas, principalmente bancos e serviços de financiamento, centros de produtividade e programas de treinamento.

O que difere as aglomerações organizadas das aglomerações informais são a cooperação e a formação de redes de relacionamento, que já são visíveis entre os membros formadores. Apesar da maioria das empresas serem de pequeno porte, algumas cresceram para o tamanho médio, aumentando o nível de competência devido à capacitação e formação de aprendizes. Já é possível identificar a presença de inovação, da mudança no produto e das exportações, graças ao avanço tecnológico que, mesmo estando longe das grandes empresas, melhorou consideravelmente se comparado às empresas das aglomerações informais. Por fim, observa-se a cooperação entre os setores públicos e privados como importante colaboradora do alcance dos desafios enfrentados pelas empresas neste arranjo. (MYTELKA; FARINELLI, 2000).

Já as características dos APLs inovadores vão além de um simples aglomerado espacial. A inovação é contínua e não se resume a mudanças no design ou nos materiais que apenas modificam produtos, mas resultam em criação de produtos completamente novos. Mytelka e Farinelli (2000) afirmam que, apesar dos APLs organizados terem potencial para se transformarem em inovadores, são necessárias alterações radicais que requerem altos investimentos e habilidades dos gestores e operários.

Entretanto, a evolução das aglomerações informais em aglomerações organizadas é mais provável e comum. Para isso, são necessárias algumas mudanças. Dentre elas, pode-se citar: o aumento da interação e confiança entre os

atores cruciais internos e externos, gerando maiores conhecimentos necessários para inovação; inclusão de novas habilidades e capacidades de produção e gerenciamento, bem como tecnologias mais sofisticadas; competição direcionada para a melhoria da estrutura das empresas como tecnologia e inovação e não baseada no preço, dentre outras. Sobre as mudanças, Mytelka e Farinelli (2000, p. 13) afirmam que:

Aglomerações mudam, mas nem todas essas mudanças serão positivas para a inovação. A extensão das mudanças relacionadas à inovação numa aglomeração pode ser abordada em termos da natureza das mudanças na configuração dos atores cruciais, do grau no qual as competências dos atores são fortalecidas, o crescimento das interações cooperativas dentro da aglomeração, a extensão das mudanças nos tipos e sofisticação dos produtos produzidos pelas empresas na aglomeração e o desempenho das exportações da aglomeração ao longo do tempo. (MYTELKA; FARINELLI, 2000, p.13)

Observa-se que, apesar das autoras citarem as aglomerações induzidas por políticas públicas como um tipo de APL, é nas aglomerações espontâneas que se identifica com mais clareza um legítimo arranjo, pois algumas características como confiança e cooperação podem surgir em circunstâncias consideradas inapropriadas, mas necessariamente deve haver encontros repetitivos entre os agentes e a construção de algum tipo de cumplicidade (AMARAL FILHO, 2009). Ambientes com alto grau de burocracia, característicos de aglomerações induzidas por políticas públicas, terão maiores dificuldades de desenvolver a cumplicidade entre os membros e, por consequência, a cooperação também será dificultada.

Apesar da importância da cooperação para a definição de um arranjo produtivo, Lastres e Cassiolato (2003) citam outros elementos chaves como característicos dos APLs, são eles:

- Dimensão territorial – Entende-se por dimensão territorial o espaço onde os processos produtivos, inovativos e cooperativos são desenvolvidos, como por exemplo, os municípios ou áreas de um município, conjunto de municípios, micro-região, conjunto de micro-regiões, entre outros. Para Lastres e Cassiolato (2003), quanto mais próximos ou concentrados geograficamente estiverem os membros formadores do APL, maior será o compartilhamento das visões e valores econômicos, sociais e culturais e, conseqüentemente, maiores serão as chances de obterem vantagens competitivas.

- Diversidade de atividades e atores econômicos políticos e sociais – De acordo com Lastres e Cassiolato (2003), os APLs possuem uma diversidade de

atividades e atores, pois, além das empresas produtoras de bens e serviços finais ou fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de serviços, comercializadoras, clientes, entre outros, envolvem a participação também de diversas outras organizações públicas e privadas como universidades, organizações de pesquisa, empresas de consultoria e de assistência técnica, voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

- Conhecimento tácito – É comum observar nos APLs a geração, compartilhamento e socialização de conhecimento entre as empresas, organizações e indivíduos, principalmente conhecimento tácito. (LASTRES; CASSIOLATO, 2003). Para Howells (2002), o conhecimento tácito envolve experiência direta e não é codificável através de artefatos, representando o *know-how* intangível adquirido por meio de apropriação informal de conhecimentos e procedimentos aprendidos. A proximidade territorial e/ou as identidades culturais, sociais e empresariais facilitam a circulação do conhecimento informal, além de dificultar o acesso por atores externos a tais contextos, tornando-se elemento de vantagem competitiva.

- Inovação e aprendizado interativos – Inovação é essencial para as empresas que querem se destacar no mercado cada vez mais competitivo. Dessa forma, o aprendizado interativo possui uma importância significativa, pois é o responsável pela transmissão de conhecimento e a ampliação da capacitação produtiva e inovativa das empresas. A capacitação inovativa possibilita a introdução de novos produtos, processos, métodos e formatos organizacionais nos APLs, garantindo a competitividade sustentada dos diferentes atores locais, tanto individual como coletivamente. (LASTRES; CASSIOLATO, 2003).

- Governança – Para Lastres e Cassiolato (2003, p. 05), governança refere-se a “[...] diferentes modos de coordenação entre os agentes e atividades, que envolvem da produção à distribuição de bens e serviços, assim como o processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos e de inovações”. Para mostrar a importância da governança na geração da capacidade inovativa que compõe os APLs, Carneiro (2013) cita como ações exercidas pela governança local do setor público a criação e manutenção de organismos voltados à promoção do desenvolvimento dos produtos locais, como centros de treinamentos de pessoal, centros de prestação de serviços tecnológicos, agências governamentais de

desenvolvimento etc. Já em relação a governança local privada, o autor destaca o papel das associações de classe e de agências locais privadas de desenvolvimento.

-Grau de enraizamento – O grau de enraizamento refere-se ao envolvimento entre os diferentes agentes dos APLs, assim como com outras organizações e com o mercado consumidor local. (LASTRES; CASSIOLATO, 2003). Observa-se que quanto maior for a articulação entre os atores envolvidos nos APLs, maiores serão as chances de sucesso e de obtenção de vantagens competitivas.

Já Amaral Filho (2009, p. 07), ao definir APLs, cita autonomia, cooperação, coordenação e distribuição como elementos que podem se manifestar simultaneamente, mas de maneiras diferentes, entre os arranjos. O autor afirma que autonomia “[...] está associada à posse e à propriedade de ativos e de competências por parte dos empresários e dos trabalhadores”, dando maior liberdade de ação individual e, conseqüentemente, permitindo concorrência entre os agentes.

A cooperação acontece por meio de alianças que se formam entre empresas, com intuito de tirar vantagens oferecidas pela proximidade e pelas escalas de produção e de comercialização em rede. Para que haja cooperação, é necessário que haja interesses comuns, visto que não existem leis que a obrigue. Amaral Filho (2009) afirma que, apesar da cooperação não ser um preceito para a existência de um APL, o simples fato de existir a interação entre os agentes já faz com que a cooperação surja naturalmente, ainda que possa aparecer apenas em algumas zonas, ou entre alguns agentes.

Em uma empresa individual, o elemento coordenação é de responsabilidade do proprietário. É ele que deve saber gerenciar os recursos da organização de maneira eficiente e eficaz, desde a compra do insumo até a venda do produto final. Quando se refere a um agrupamento de empresas, como é o caso de um APL, Amaral Filho (2009) dá como solução a coordenação através de regras e normas. Dessa forma, os membros se sentem mais seguros e dispostos a cooperar, pois estão mais protegidos de atitudes oportunistas, reduzindo a tensão causada pela simbiose concorrência-cooperação e estabelecendo padrões estáveis de governança.

A distribuição é um reflexo dos outros três elementos, pois depende de como as normas foram desenvolvidas e aceitas pelos membros, bem como do direito de propriedade dos ativos por parte dos agentes. “A distribuição do produto é um elemento sensível e, dependendo do seu grau de assimetria, poderá impor ao

sistema situações de conflito e instabilidade, ou inibir sua evolução”. (AMARAL FILHO, 2009, p. 8).

Em síntese, pode-se enumerar como elementos determinantes de um APL a identificação do território de agrupamento da produção, na sua maioria especializada, a identificação das economias externas, os conhecimentos, principalmente os tácitos, bem como a mobilização dos atores envolvidos na governança das atividades realizadas.

Esses elementos determinantes estimulam a construção de um ambiente inovador. A inovação é tão importante para as aglomerações, não só no que se refere à sobrevivência no mercado, mas também à obtenção de vantagens competitivas, que a RedeSist chega a falar em sistemas produtivos e inovativos locais como estratégia de desenvolvimento. Lastres e Cassiolato (2003, p.4) afirmam que esses sistemas são tipos especiais de arranjos produtivos, em que “[...] interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local”.

Diante disso, Amorim, Moreira e Ipiranga (2004, p.28) afirmam que, mesmo o APL sendo considerado um avanço na forma de administrar ao ser comparado com o funcionamento disperso e isolado das empresas e outros agentes, as organizações devem entendê-lo apenas como uma transição para o sistema produtivo e inovativo local, pois estes são mais sistêmicos, sustentáveis e com maior nível de interdependência entre os membros. Para as autoras, “[...] este novo foco tem possibilitado a reorientação de formas de intervenção do poder público na promoção da política industrial e tecnológica”

Entretanto, as micros, pequenas e médias empresas nem sempre possuem recursos para suprir os custos de inovação no Brasil, que muitas vezes são caros e inacessíveis. Garcia (2011) cita como obstáculos relacionados aos custos da inovação: elevada carga tributária incidente nos gastos com Inovação, pesquisa e desenvolvimento, aquisição de máquinas, equipamento e tecnologia, custos salariais de pessoas qualificadas para desenvolver inovação, pesquisa e desenvolvimento, custo de adequação dos padrões, normas e regulamentos, necessidade de contratar professores, dentre outros. Para Lemos (2001), é necessário elaborar propostas de ação que objetivem o enfoque sistêmico, a harmonização e a otimização de políticas e mecanismos governamentais de apoio e promoção do APL, com intuito de reduzir

esses obstáculos e aumentar a possibilidade de inovação das micro, pequenas e médias empresas formadoras dos arranjos produtivos.

Abordagens mais recentes sobre como promover a inovação nas empresas reconhecem crescentemente o caráter sistêmico do processo inovativo e a necessidade da proximidade entre estas e instituições que contribuam com seus conhecimentos para melhores resultados inovativos, incluindo desde o estímulo e financiamento à pesquisa conjunta, até o atendimento a necessidades relacionadas a *marketing* e acesso a mercados. Assim, muitas das políticas dos países vêm criando instrumentos que estreitem esta relação, através de disponibilização de serviços tecnológicos e de consultoria em vários formatos, projetos colaborativos, intercâmbios entre pesquisadores das instituições de pesquisa e funcionários das empresas, estímulo à formação de redes de empresas, etc. (LEMOS, 2001, p.12).

Garofoli (1994) afirma que as variáveis fundamentais para que haja a consolidação do sistema local são de dois tipos: endógenas (logo controláveis) e exógenas. Dentre as endógenas o autor cita, primeiramente, a inovação tecnológico-organizativa, caracterizada pela acumulação e a interdependência dos efeitos de inúmeras mudanças tecnológicas e que depende de processos de difusão territorial e do próprio sistema local com a introdução de novas técnicas. O segundo a ser citado pelo autor é o sistema de informação, ou seja, “[...] a circulação rápida e eficaz das informações, o conhecimento adequado dos mercados, a difusão de informações sobre a tecnologia e os *inputs*” como fatores fundamentais para o desenvolvimento da empresas locais (GAROFOLI, 1994, p. 41). A capacidade de controle do mercado e as forças de regulação social que atuam no exterior e que dependem de uma harmonização frutuosa entre as instituições e a economia local, completam as variáveis possíveis de controle segundo Garofoli (1994), pois dependem diretamente da forma como os pontos fortes e fracos das empresas são gerenciados

Ainda no que se refere à utilidade do conceito de sistemas de inovação, Cassiolato e Szapiro (2003) afirmam que, em países em desenvolvimento, devido a maior disparidade na distribuição de renda e nos padrões de consumo, pode-se notar maiores diferenças na capacidade inovativa, por consequência da diversidade de competências e processos de aprendizado. Dessa forma, APLs tecnologicamente mais avançados, com inovações mais constantes e membros com maior capacidade de aprendizado, são mais presentes nas regiões mais desenvolvidas do Brasil, como Sudeste, e APLs de tecnologias menos avançadas possuem maior frequência nas regiões Norte e Nordeste.

Apesar da existência de capacidade de aprendizado e inovação em regiões mais desenvolvidas, Cassiolato e Szapiro (2003,p 41), em análise feita com aglomerações no Brasil, concluíram ainda que os sistemas produtivos em países em desenvolvimento são reducionistas, pois a maioria limita-se “[...] as possibilidades dos arranjos locais a uma quase inevitável integração à globalização via exportação de *commodities*”. Devido a isso, é comum observar APLs em países em desenvolvimento sendo coordenados por entidades localizadas em países desenvolvidos, partindo do pressuposto de que a única maneira de as aglomerações localizadas nos países menos avançados conseguirem se transformar em sistemas locais dinâmicos é exportando ou integrando-se a cadeias globais.

Entretanto, segundo Amaral Filho (2009), a abordagem de APL é perfeitamente adaptável, podendo ser usada em várias realidades e não apenas em aglomerações formadas por micros e pequenas empresas com baixo nível de governança ou atrasadas diante da modernidade ou das novas formas do capitalismo. Para o autor, a ideia de estado de precariedade ou estágio preliminar do processo que se tem em relação aos APLs é preconceituosa e sem fundamento.

De acordo com Cassiolato e Szapiro (2003), essa realidade dos APLs dos países em desenvolvimento pode ser superada com uma estratégia de aprofundamento da especialização da produção, gerando um aumento na qualidade do produto, bem como a diversificação para diferentes produtos, envolvendo a reorganização da produção e o estabelecimento de novas relações com firmas e instituições locais. Além disso, Cabete e Dacol (2008) afirmam, ainda, que com o aumento do conhecimento e do aprendizado entre os agentes, as empresas teriam maiores possibilidades para inovar os seus produtos, tornando-os mais atraentes ao mercado e por, consequência, teriam como resultados maiores lucros e mais vantagens competitivas, tanto entre agentes quanto no mercado como um todo.

Além do interesse dos agentes formadores em desenvolver da melhor maneira possível os APLs dos quais fazem parte, é indispensável que o poder público perceba o valor dos arranjos produtivos como geradores de emprego e renda e entendam que sua importância não se resume apenas a um fator competitivo das organizações formadoras, mas também como uma fonte de desenvolvimento local.

Dentre os vários conceitos citados no capítulo sobre APL, pode-se observar alguns conceitos comuns a todos, como cooperação, inovação e governança. Dessa

forma, achou-se necessário aprofundar esses elementos para uma maior compreensão dos arranjos produtivos locais.

2.3.1 – Cooperação

A cooperação é um fator importante para o bom funcionamento de arranjo produtivo local, afinal, a partir do momento que os membros formadores percebem que juntos conseguirão resultados maiores do que obteriam sozinhos, os esforços simultâneos podem se transformar em vantagens competitivas.

Ludwig Von Bertalanffy, em 1960, ao desenvolver a teoria geral de sistemas, já definia como uma de suas principais características a sinergia. De acordo com o biólogo, a integração existente nos elementos do sistema faz com que o resultado final seja maior do que a soma dos resultados que esses elementos teriam caso operassem de maneira isolada, em outras palavras, o todo é maior que a soma das partes.

A competição mundial e não mais local passa a exigir das organizações um maior grau de competência dos colaboradores, além de maiores investimentos em aperfeiçoamento tecnológico e inovação, nem sempre acessíveis às micros, pequenas e médias empresas. Dessa forma, o trabalho em equipe começa a ser um fator de sucesso entre essas firmas, que possuem objetivos de alcançar resultados mais eficientes, eficazes e efetivos.

Para Garcia (2011), a cooperação é importante para as PMEs, pois é graças a essa prática que as empresas podem compartilhar riscos, incertezas, além de distribuir os custos, possibilitando maiores chances de competição no mercado e mais acesso a tecnologia, inovação, melhoria de produtos, ganho de qualidade e, conseqüentemente, aumento nos lucros e investimentos subsequentes.

Amaral Filho (2009) afirma que objetivos e interesses comuns entre os membros do APL são fatores condicionantes para a existência da cooperação. Dessa forma, não necessariamente todos os membros irão cooperar entre si, podendo emergir apenas em algumas zonas, ou entre alguns agentes em um mesmo arranjo produtivo. Para o autor, a existência da cooperação não é uma regra para o funcionamento de um APL, entretanto, o ato de cooperar pode ser considerado um diferencial entre os arranjos que o praticam, devido aos resultados

que a sinergia pode gerar aos membros individuais e, conseqüentemente, ao APL como um todo.

Ao explicar a importância da cooperação em uma aglomeração de empresas, Albagli e Maciel (2002, p.8) citam o termo capital social, definindo-o como “ recursos [...] inerentes a relações sociais – tais como confiança, reciprocidades, normas e relações de associação e cooperação – que facilitam a ação coletiva, de modo orientado para um propósito comum, ou que permitem obter certos benefícios econômicos, políticos e sociais.” Para os autores, a cooperação está diretamente relacionada ao capital social, dessa forma, quanto mais alto for o capital, maiores serão a negociação, o compromisso e o engajamento político.

Albagli e Maciel (2002, p. 12) apontam alguns benefícios econômicos do capital social. São eles:

- Maior facilidade de compartilhamento de informações e conhecimentos, bem como custos mais baixos, devido a relações de confiança, espírito cooperativo, referências socioculturais e objetivos comuns;
- Melhor coordenação e coerência de ações, bem como maior estabilidade organizacional, devido a processos de tomada de decisão coletivos;
- Maior conhecimento mútuo, ampliando a previsibilidade sobre o comportamento dos agentes, reduzindo a possibilidade de comportamentos oportunistas e propiciando um maior compromisso em relação ao grupo.

Para Vilpoux e Oliveira (2010), a proximidade das empresas tende a aumentar a proporção dos benefícios gerados pelo capital social. Segundo os autores, a concentração espacial das empresas facilita o compartilhamento de visões e valores econômicos, gerando um ambiente de interação, inovação sistêmica e aprendizado e, por consequência, resultando em maiores vantagens competitivas.

Diante disso, é cada vez mais comum a substituição das empresas verticais pelas empresas horizontais ou empresas organizadas em redes. O modelo rígido, associado à empresa vertical, está perdendo lugar para um modelo caracterizado pela descentralização das unidades formadoras da rede, com autonomia dada a cada uma delas e concorrência entre si, dentro de uma estratégia global comum. Segundo Castells (2000, p. 185), as sete tendências principais da empresa horizontal são:

[...] organização em torno do processo, não da tarefa, hierarquia horizontal, gerenciamento em equipe, medida do desempenho pela satisfação do cliente, recompensa com base no desempenho da equipe, maximização dos contatos com fornecedores e clientes, informação, treinamento e retreinamento de funcionários em todos os níveis.

O fato da proximidade entre os membros formadores facilitar a cooperação não implica necessariamente na sua existência. É comum incorrer no erro de que alguns acordos entre as firmas como definição de preço dos produtos, escolha do local de venda, dentre outros, podem ser considerados atos cooperativos, o que não necessariamente acontece, pois outros fatores devem ser levados em consideração.

Assim, ao se analisar a cooperação entre os membros formadores de um APL, Britto (2004, p. 4) cita três dimensões importantes para a investigação. A primeira dimensão o autor define como “mapeamento geral das relações cooperativas”. Nesse caso, se analisa a quantidade de relacionamentos que um determinado membro estabelece com outros em prol de melhoria tecnológica e inovação, bem como as práticas cooperativas com outros agentes envolvidos como clientes, concorrentes, fornecedores, universidades etc. Além de quantificar, é necessário qualificar a intensidade da cooperação e identificar os agentes que possuem maior relação cooperativa com a firma analisada.

Na segunda dimensão, se analisam as atividades associadas ao processo de cooperação tecnológica, como troca de informações, realização de ensaios e testes, capacitação de recursos humanos, dentre outros, e se identificam as razões que levaram ao engajamento das empresas nessas práticas.

E, por fim, se faz uma “avaliação dos resultados da cooperação tecnológica”, tendo como critérios de avaliação a relação entre a participação das atividades cooperativas e o resultado geral das atividades inovativas da firma, a comparação entre a taxa de sucesso dos projetos que envolvem cooperação tecnológica e a taxa de sucesso dos demais projetos, a identificação dos diversos resultados (patentes conjuntas, melhorias de produto e processo, *papers* etc) e se houve como decorrência da cooperação a geração de vantagens competitivas.

A obtenção de informações sobre as três dimensões citadas constitui um ponto de partida para o entendimento dos impactos de relacionamentos cooperativos. Britto (2004, p.2) cita três impactos básicos de consolidação de práticas cooperativas:

- Ao mesmo tempo em que a cooperação constitui um instrumento eficaz de processamento de informações, ela constitui uma alternativa importante para viabilizar a aglutinação de competências complementares.
- A importância da cooperação como instrumento que permite um melhor enfrentamento da turbulência ambiental e facilita a identificação e exploração de novas oportunidades tecnológicas.
- A continuidade da cooperação facilita a comunicação entre os agentes, permitindo simultaneamente a integração das respectivas competências, a consolidação de princípios de “confiança mútua” e a maior sincronização das ações e estratégias por eles adotadas. (BRITTO, 2004, p.2)

Dessa forma, é importante conhecer com profundidade o nível de cooperação entre os membros de APL e outros órgãos que participam direta ou indiretamente dos arranjos, para conseguir obter o máximo possível de resultados positivos dessa relação e, por consequência, ajudar as empresas a se destacarem no mercado.

O fato das ações conjuntas entre as empresas envolvidas em um APL resultarem no aumento de competitividade aos membros aglomerados não elimina a possibilidade de haver competição entre as firmas locais. De acordo com Porter (1999), a rivalidade local estimula a inovação, o aumento da produtividade e, por consequência, a redução de custos. Para o autor, os concorrentes domésticos competem não apenas pela participação no mercado, mas existe uma competição pessoal, ou seja, a busca pela excelência técnica. “O êxito de um rival doméstico demonstra aos demais a possibilidade do avanço [...] As empresas atribuem o sucesso dos concorrentes externos a vantagens injustas. No caso de rivais domésticos, não há desculpas.” (PORTER, 1999, p. 192).

Outra vantagem da rivalidade doméstica está no fato de forçar os membros formadores dos APLs a buscarem diferenciais, já que as vantagens provenientes da localização são anuladas por serem acessíveis a todos. Dessa forma, os concorrentes locais são pressionados a buscar melhorias contínuas e, como consequência, conquistam vantagens competitivas mais sustentáveis. (PORTER, 1999)

Em resumo, pode se observar a importância da cooperação para o sucesso dos APLs. Observa-se que empresas que apresentam maiores práticas cooperativas apresentam melhores performance e competitividade do que aquelas que trabalham isoladamente. Entretanto, no que se refere a arranjos produtivos locais, outros agentes precisam estar diretamente envolvidos para aumentar a garantia de sucesso dos membros formadores como instituições financeiras, de capacitação,

consultores, dentre outros. A essa coordenação que agentes exercem sobre os APLs, influenciando de maneira decisiva, chama-se Governança.

2.3.2 – Governança

A produção em massa, que teve origem com a revolução industrial, tinha como principais características a produção em larga escala, em empresas de grande porte verticalmente integradas, burocratizadas e mão-de-obra de baixa qualificação, realizando atividades repetitivas e especializadas. Entretanto, esse modelo de produção nem sempre rendeu aos gestores os lucros esperados.

Frederick Taylor, pioneiro da administração científica, ao analisar as fábricas no início do século XX, concluiu que a produção estava muito abaixo da capacidade real não só das máquinas, como também da mão-de-obra. O engenheiro percebeu que havia vadiagem sistemática dos funcionários, as tarefas não eram padronizadas e o gestor não tinha conhecimento das atividades desenvolvidas pelos operários.

Com intuito de mudar essa realidade e aumentar o lucro das indústrias, Taylor e seus seguidores desenvolveram a organização racional do trabalho, que se fundamentava, dentre outros aspectos, na divisão do trabalho, na especialização do operário e no estudo dos tempos e movimentos. Com uso das práticas científicas, os operários se tornaram mais eficientes e as organizações passaram a ter maiores retornos.

Foi com base nos ganhos de produtividade obtidos pelo modelo de administração taylorista que Henry Ford adotou o método da organização científica do trabalho na produção de carros e fundou a primeira fábrica de automóveis a possuir uma linha contínua. A Ford Motor Co fabricava um único modelo de carro (chassi Modelo T e preto), mas a preço popular, revolucionando a estratégia comercial da época e gerando altos lucros à empresa, chegando, a partir de 1926, a produzir dois milhões de carros por ano.

O fordismo conseguiu reduzir custos, melhorar substancialmente a qualidade e elevar o volume produzido, utilizando de práticas como: intercambiabilidade de partes; simplicidade de montagem; redução do tempo de preparação das máquinas, fazendo com que elas executassem apenas uma tarefa por vez, além de serem colocadas em uma sequência lógica; especialização do operário em apenas uma tarefa. Ele não comandava componente, não preparava e nem reparava

equipamentos, para isso surgiu a figura do engenheiro industrial. “Esta combinação de vantagens competitivas elevou a Ford à condição de maior indústria automobilística do mundo e virtualmente sepultou a produção manual”. (WOOD, JR. 1992, p. 9).

Boyer (1994) destaca os motivos que deram origem a crise do fordismo. De acordo com o autor, há quatro fatores principais que levam a diferentes visões em relação à crise do regime fordista (figura 3).



Figura 3: Nas origens da crise do fordismo: apresentação geral das quatro interpretações
 Fonte da figura: BOYER, 1994, p. 125

Pode-se observar, através da figura 9 que, apesar do sucesso inicial do modelo fordista, a acumulação intensiva atingiu seu próprio limite, devido ao declínio da relação produção/capital, à redução da produtividade aparente do trabalho e ao gigantismo das unidades de produção. Paralelamente, o consumo em massa foi diminuindo, gerando uma desaceleração do crescimento, bem como uma quantidade significativa de demissões.

Já no que se refere a contradições sociais, Boyer (1994) afirma que os ganhos iniciais de produtividade, devido à redução do tempo de trabalho dos operários, começaram a declinar devido ao aumento das tarefas consideradas improdutivas, resultando em greves frequentes e maciças, bem como absenteísmo e deterioração da qualidade dos produtos.

Outra origem da crise do fordismo está relacionada ao fim da produção em massa de produtos estandarizados, devido às evoluções internacionais que

forçaram as empresas a mudarem seus paradigmas para poderem continuar vendendo seus produtos e obtendo lucros. Para Boyer (1994, p. 127), “[...] não se trata apenas de um aumento da variabilidade da procura, mas também de um movimento de diferenciação dos produtos, em particular através da qualidade, o que leva a uma conjugação de incertezas quantitativas e qualitativas”.

A quarta interpretação deriva da terceira, pois mostra que a rigidez do fordismo resultaria na desorganização das relações internacionais que operava sobre um regime de acumulação, em vias de emergência, estabelecido potencialmente a nível mundial. Desta forma, a concorrência entre os sistemas produtivos nacionais e a instabilidade internacional destroem as bases do fordismo.

Segundo Wood Jr (1992), o modelo fordista é possível em um ambiente estável, com produtos com poucas inovações ao longo do tempo e fator humano previsível. A realidade atual, de mudanças socioculturais e econômicas aceleradas, exigências constantes de inovações e diferenciais no que se refere aos produtos e serviços, tem levado ao desaparecimento do gerenciamento mecanicista do fordismo e desenvolvimento da gestão mais flexível, típica do toyotismo.

Castells (2000, p.178) cita os seguintes elementos característicos do toyotismo:

[...]sistema de fornecimento kan-ban (ou just in time) [...]; controle de qualidade total dos produtos ao longo do processo produtivo, visando um nível tendente a zero de defeitos e melhor utilização dos recursos; envolvimento dos trabalhadores no processo produtivo por meio de trabalho em equipe, iniciativa descentralizada, maior autonomia para a tomada de decisão no chão de fábrica, recompensa pelo desempenho das equipes e hierarquia administrativa horizontal, com poucos símbolos de status na vida diária da empresa.

De acordo com Castells (2000), um dos elementos do modelo japonês “toyotismo” é o sistema kan-ban ou just in time, caracterizado pela eliminação ou redução substancial dos estoques, devido às entregas pelos fornecedores no local da produção no momento exato da solicitação e com as características específicas da linha de produção. Para que isso seja possível, a relação entre a empresa principal e a rede de fornecedores é extremamente importante. Dessa forma, as empresas verticalmente integradas estão cada vez mais fadadas ao fracasso, abrindo espaço às empresas organizadas em redes.

A rede permite maior diferenciação dos componentes de trabalho e capital da unidade de produção. Também é provável que gere maiores incentivos e responsabilidades, sem necessariamente alterar o padrão de concentração do poder industrial e da inovação tecnológica (CASTELLS, 2000. p. 179).

As empresas em redes exigem um tipo de gestão mais flexível, onde há o predomínio da hierarquia horizontal e do gerenciamento em equipe; o desempenho é medido pela satisfação do cliente e a recompensa é com base no desempenho da equipe. Além dessas características, é importante citar a maximização dos contatos com fornecedores e clientes e a acessibilidade de informação e treinamento dos funcionários a todos os níveis da organização. (CASTELLS, 2000).

Como mostram Villela e Pinto (2009, p.1075), a quebra de paradigma da administração clássica sobre as hierarquias organizacionais e o fim do isolacionismo das organizações exigiram mudanças tanto na estrutura organizacional quanto no estilo de gestão e nas relações entre as empresas, que se tornam interdependentes. “Nesse sentido, a liderança é dada por uma governança e não mais por um governo”, com intuito de garantir uma participação mais efetiva dos diferentes grupos de interesses e de comunidades nas decisões.

Segundo Carneiro (2013, p. 50), esse novo modelo organizacional de interação, cooperação, coordenação mais eficiente entre os membros das aglomerações estimula o surgimento da importância do papel da governança na geração da capacidade inovativa das empresas que a compõem.

Para o autor, governança é um processo de tomada de decisão, cujo poder é repartido entre governantes e governados, com “[...] descentralização da autoridade, parceria do poder público com o privado, gestão de interações, sistemas de regulação e mecanismos de coordenação e negociação entre os atores sociais”. Já Villela e Pinto (2009) definem governança como “[...] o processo de coordenação de atores, de grupos sociais, de instituições ou de redes empresariais para alcançar objetivos discutidos e definidos coletivamente”. Observa-se uma semelhança entre a definição de Carneiro (2013) e Villela e Pinto (2009), pois os três enfocam os termos descentralização de poder e coordenação entre os atores como fatores essenciais para a eficiência no processo de governança.

Teixeira (2013, p.60) afirma ainda que governança é a “[...] totalidade das estruturas institucionais, das regras e ações dos agentes que coordenam e regulam as transações dentro e fora das fronteiras de uma indústria”, tendo a proximidade

local como facilitadora dessas conexões e, por consequência, a melhoria na troca de informações.

A governança dentro de um sistema de rede pode ser caracterizada por um processo de coordenação existente dentro das aglomerações, cujos membros possuem poder de decisão (descentralização de poder), necessitando, para isso, que as informações sejam disseminadas entre todos, que os objetivos sejam coletivos e a resolução de problemas seja compartilhada entre os agentes. A existência de membros externos, como agentes de financiamentos, de capacitação, de consultoria, nesse processo de coordenação e interação, é de grande importância para que a presença da governança nos sistemas produtivos locais seja considerada efetiva.

O termo governança aparece com bastante força a partir da década de 1970, com intuito de melhorar a gestão pública na Europa e nos Estados Unidos no que se refere aos cidadãos. Matushima (2005) afirma que a governança tem sua origem na Teoria da Regulação, que tinha como objetivo explicar a crise do capitalismo a partir dos anos 1970, usando a crise do Fordismo como causa principal. No Brasil, a discussão da governança torna-se mais densa nos anos 1990, devido à decadência econômica e a degeneração das condições sociais de municípios e Estados, forçando ações mais ativas por parte dos governantes. Atualmente, a expressão governança é usada em várias situações e pode ser aplicada como governança corporativa, governança política e governança territorial. (PIRES et al. 2011).

Segundo Pires et al. (2011), enquanto a governança corporativa envolve processos que afetam a forma de controlar e administrar as corporações, com intuito de satisfazer as necessidades dos clientes, funcionários, fornecedores, acionistas, ambiente interno e externo, a governança política se refere às interações entre o Estado e a sociedade, cujo objetivo está em tornar legítima a ação pública, aproximando-a do bem-estar e interesse públicos.

Devido a nova forma de se pensar a gestão, com base em características mais flexíveis e empresas em redes substituindo as organizações isoladas e a produção mecanizada, o foco central é a governança territorial que, para Dallabrida e Becker (2003, p. 80), “[...] acontece pela atuação dos diferentes atores/agentes nas instituições e organizações da sociedade civil, em redes de poder socioterritoriais”. Segundo Pires et al. (2011, p. 26):

A governança torna-se territorial quando se reconhece que o território é o recorte espacial de poder que permite que empresas, Estados e sociedade civil entrem em contato, manifestando diferentes formas de conflito e de cooperação; direcionando, portanto, o processo de desenvolvimento territorial. O território é reconhecido por sua governança através da escala de ação político-econômico sendo que as esferas locais e regionais se destacam como a materialização das potencialidades (humanas e tecnológicas) da globalização.

Dallabrida e Becker (2003) afirmam que a governança territorial decorre de um processo em que interagem alguns elementos cujas características estão sintetizadas no quadro 6:

Quadro 6
Características da Governança Territorial

Elementos da Governança Territorial	Características
1 – Dinâmica Territorial	Conjunto de ações relacionadas ao processo de desenvolvimento empreendido por atores/ agentes/ organizações/ instituições de uma sociedade, identificada histórica e territorialmente.
2 – Bloco Socioterritorial	Refere-se ao conjunto de atores localizados histórica e territorialmente que, pela liderança que exercem localmente, assumem a tarefa de promover a definição dos novos rumos do desenvolvimento do território, através de processo de concertação público-privada.
3 – Concertação Social	Processo em que representantes de diferentes redes de poder sócio-territorial, por meio de procedimentos voluntários de conciliação e mediação, assumem a prática da gestão territorial de forma descentralizada.
4 – Redes de Poder Sócio-territorial	Refere-se a cada um dos segmentos da sociedade organizada territorialmente, representados pelas suas lideranças, constituindo na principal estrutura de poder que, em cada momento histórico, assume posição hegemônica e direciona as políticas e os processos de desenvolvimento.
5 – Pactos Sócio-territoriais	Refere-se aos acordos e ajustes decorrentes da concertação social que ocorrem entre os diferentes representantes de uma sociedade organizada territorialmente e relacionados ao seu projeto de desenvolvimento futuro.

Fonte dos dados: Dallabrida (2007).

Com base no quadro 06, pode-se caracterizar a governança territorial como um conjunto de ações em prol do desenvolvimento específico de uma sociedade histórica e territorialmente identificada, que possui uma importância significativa no desenvolvimento do território devido à liderança que exerce no local. Esse desenvolvimento é dado através de concertação público-privada, cujos representantes das diferentes redes de poder participam de maneira hegemônica, gerando resultados positivos para o sistema e para o ambiente que o circunda.

Diante das características expostas, observa-se que a governança territorial é a mais eficaz para o modelo de gestão flexível da organização em rede e dos sistemas produtivos locais. Pois expressa a sinergia que deve existir entre os membros formadores do sistema e os agentes externos responsáveis pela integração, coordenação e estímulo à inovação.

É neste contexto de integração e compromisso entre atores econômicos, sociais e políticos, tanto em dimensão local quanto global, que Pires et al. (2011) consideram a governança uma alavanca da competitividade e do desenvolvimento territorial das regiões e dos aglomerados produtivos. Para os autores, os recursos e ativos típicos dos territórios estimulam o desenvolvimento de mecanismos sociais e políticos, com intuito de gerarem maiores vantagens competitivas e externalidades regionais, assegurando não só o bem estar da comunidade, mas maximizando as economias locais e as aglomerações.

Ainda no que se refere aos sistemas produtivos locais, Cassiolato e Lastres (2003) classificam duas formas de governança. Na primeira, denominada pelos autores de hierárquica, a autoridade está centralizada nas grandes empresas. Nesse caso, a coordenação das relações econômicas e tecnológicas é feita no âmbito local. E a segunda, que é vista na forma de rede, é caracterizada por aglomerações de micro, pequenas e médias empresas, não havendo a existência de uma grande empresa coordenando as atividades das demais.

Para Suzigan, Garcia e Furtado (2007), como a estrutura de governança é conformada pelas relações de poder (ou de cooperação) ao longo da cadeia de produção e distribuição de mercadorias, na governança do tipo hierárquica as relações dentro do sistema de produção são governadas por mecanismos de preço e hierarquias impostas por agentes participantes do processo. Já na governança na forma de rede, a hierarquia é substituída por interações maiores entre os agentes envolvidos, gerando, dessa forma, grau significativo de colaboração e cooperação nas relações entre as empresas.

Em se tratando de um APL, que possui uma estrutura verticalizada e onde a hierarquia é praticamente imperceptível, fica claro que a governança que deve se destacar em um arranjo produtivo é a em forma de rede, pois exige a integração entre os membros como fator decisivo de sucesso.

Outros autores a classificarem a governança foram Storper e Harrison (1991). Para eles, a concentração das empresas de um mesmo setor ou segmento industrial

estimula as interações entre as organizações locais, atraindo fornecedores e prestadores de serviços e resultando em mais vantagens competitivas e por consequência, maiores lucros. Essa classificação é baseada em três dimensões: as características da cadeia produtiva; a existência de aglomeração de empresas e a estrutura de governança da rede de empresas.

Quadro 7
Tipos de Governança

Tipos	Relação entre os agentes	Hierarquia
Allring, no core (Anel, sem núcleo)	Não tem líderes contínuos. A relação é entre iguais.	Não há qualquer tipo de hierarquia
Core-ring, with coordinating firm (Anel-núcleo, com empresa coordenadora)	Possui assimetria entre os agentes participantes, devido à existência da influência que uma das empresas exerce sobre as outras. Entretanto, esse poder é limitado e não determinante da sobrevivência das demais.	Já existe algum grau de hierarquia.
Core-ring, with lead firm (Anel-Núcleo, com empresa líder)	Continua a apresentar assimetria entre os agentes, contudo a firma líder nesse caso é dominante, sendo responsável pela sobrevivência das firmas subcontratadas, fornecedores e distribuidores.	A assimetria traduz em relações hierarquizadas entre os agentes.
All core, no ring (Núcleo sem anel)	Características típicas das empresas verticalizadas. Há integração apenas dos recursos produtivos	

Fonte dos dados: STORPER; HARRISON, 1991

O quadro 7 apresenta os quatro tipos definidos pelos autores, bem como suas respectivas características. Segundo Matushima (2005, p. 45), o núcleo representa a “relação de poder assimétrica”, onde uma empresa garante a sobrevivência de várias outras, e o anel significa a “relação de poder simétrica”, cuja existência de uma aglomeração de empresas não é determinada por decisões tomadas por uma única empresa. Para o autor, a partir da taxonomia de governança proposta por Storper e Harrison, pode-se definir qual o tipo que predomina em uma determinada aglomeração industrial.

Em resumo, observa-se a importância da governança como fator decisivo para o sucesso de um arranjo produtivo local, ou até mesmo de aglomerações de empresas. Entretanto, para que os resultados positivos ocorram, é necessário que haja uma interação contínua e dinâmica entre os agentes, estruturas e processos e que essa interação reflita em uma boa direção, controle, coordenação e liderança, com intuito de garantir que os objetivos propostos sejam alcançados, visando

aumento dos lucros através da otimização da produção e, por consequência, do aumento da produtividade dos participantes das empresas.

2.3.3– Aprendizado e Inovação

Segundo Szapiro (2005), são várias as denominações dadas para caracterizar o momento atual, como globalização, mundialização, economia baseada no conhecimento, economia do aprendizado, entre outros. No entanto, independente da nomenclatura, existe um consenso da importância do conhecimento, aprendizado e inovação para o desenvolvimento e competitividade de firmas, países e regiões.

As práticas de acumulação do fordismo adotadas nos principais países capitalistas, pós Segunda Guerra Mundial, começam a entrar em crise a partir da década de 1970, quando a rentabilidade das empresas começa a cair e o mundo passa pela crise do petróleo. Essa realidade exige das organizações a reestruturação do sistema produtivo, como forma de manter a competitividade do capitalismo industrial. “Essa discussão sobre o papel das normas e convenções, na atual fase de desenvolvimento do capitalismo, e, conseqüentemente, sobre os diferentes regimes de produção locais, é amplamente desenvolvida pela chamada Teoria da Regulação” (MATUSHIMA, 2005, p.18).

De acordo com Matushima (2005), uma das abordagens da Teoria da Regulação, que também analisa a questão da crise do capitalismo, é a chamada Escola Californiana de Geografia que, segundo o autor, possui como principais nomes M. Piore, C. Sabel, M Storper e A. J. Scott. Esta escola apresenta duas vertentes de análises. A primeira, baseada na teoria de J. Schumpeter, sustenta que a crise do capitalismo será superada a partir de uma inovação produtiva, em que as estruturas antigas e em crise devem ser substituídas por outras mais eficientes através, principalmente, da quebra de paradigmas tecnológicos. A segunda vertente se baseia no “Sistema Nacional de Inovação”, para explicar o imbricamento de fatores tecnológicos, sociais e econômicos que originam a inovação, essencial na superação das crises do sistema capitalista” (MATUSHIMA, 2005, p. 22).

Szapiro (2005) afirma que, para os NeoSchumpeterianos, a inovação é fator essencial de sucesso do sistema capitalista, além de ser determinante no crescimento e desenvolvimento econômico. A capacidade inovativa das firmas é diretamente proporcional ao seu desempenho competitivo. Para a autora, o

processo de inovação é cumulativo e dessa forma depende das inovações que ocorreram no passado. A inovação é vista, então, como uma combinação de possibilidades e componentes preexistentes e reflete conhecimentos combinados de novas maneiras.

A busca por inovações envolve um alto grau de incerteza, que decorre do fato de que a solução de problemas existentes e as consequências das resoluções encontradas são desconhecidas *a priori*. Em virtude da complexidade e da incerteza inerentes ao processo de inovação, as firmas, apesar de serem os principais elementos de tal processo, quase nunca inovam sozinhas: elas interagem com outras organizações para adquirir, desenvolver e trocar vários tipos de conhecimentos, informações e outros recursos. (SZAPIRO, 2005; p. 32).

Foi com base na visão que a inovação é resultado das interações entre firmas e vários outros tipos de organizações (laboratórios públicos e privados de P&D, universidades, governos, etc) que Szapiro (2005), ao definir Sistema Nacional de Inovação, afirma que desempenho inovativo não depende apenas da performance das empresas e das organizações de ensino e pesquisa. O grau de interação e cooperação entre as empresas e os outros atores, é de grande importância, independente dos atores participarem diretamente do processo de desenvolvimento das inovações, como o setor financeiro, por exemplo, que também influencia na capacidade inovativa.

A visão de inovação, na perspectiva do Sistema Nacional de Inovação, é perfeitamente aplicada nos arranjos produtivos locais, devido, dentre outros fatores, à proximidade em que as firmas estão localizadas, facilitando dessa forma a interação entre os agentes e a disseminação da informação, da tecnologia, além de ajudar no processo de aprendizagem. Cassiolato e Lastres (2003, p.24), baseando-se na importância da inovação para o sucesso dos APLs, defendem:

- O reconhecimento de que inovação e conhecimento colocam-se cada vez mais visivelmente como elementos centrais da dinâmica e do crescimento de nações, regiões, setores, organizações e instituições;
- A compreensão de que a inovação constitui-se em processo de busca e aprendizado, o qual, enquanto dependente de interações, é socialmente determinado e fortemente influenciado por formatos institucionais e organizacionais específicos;
- A ideia de que existem marcantes diferenças entre os agentes e suas capacidades de aprender, as quais refletem e dependem de aprendizados anteriores.
- A visão de que, se por um lado informações e conhecimentos codificados apresentam condições crescentes de transferência - dada a eficiente difusão das TIs – conhecimentos tácitos de caráter localizado e

específico continuam tendo um papel primordial para o sucesso inovativo e permanecem difíceis (senão impossíveis) de serem transferidos.

De acordo com a afirmação dos autores, a competitividade dos arranjos produtivos locais depende da capacidade inovativa das firmas e das instituições envolvidas direta e indiretamente com elas. Para Cassiolato e Szapiro (2003), como as competências existentes nas firmas são completamente diferentes, inclusive dentro do mesmo setor, o sistema de inovação tem o intuito de promover um trabalho conjunto entre estas instituições consideradas distintas, o que irá contribuir para o desenvolvimento e difusão interna de tecnologias.

Lemos (2001) afirma que uma pequena parcela das MPMEs é responsável por importantes inovações, enquanto a maior parte delas opera em ambientes de baixa tecnologia e sua capacidade de inovação é resultado da incorporação de inovações originadas em outras empresas e setores, ou da utilização de práticas comuns e do uso da criatividade cotidiana.

É de relevância salientar, ainda, que, longe de ser linear, o processo inovativo se caracteriza por ser descontínuo, irregular e possui um considerável grau de incerteza, posto que a solução dos problemas existentes e as consequências das resoluções são desconhecidas *a priori*. Revelam, por outro lado, um caráter cumulativo, tendo em vista que a capacidade de um agente realizar mudanças e avanços, dentro de um padrão estabelecido, é fortemente influenciada pelas características das tecnologias que estão sendo utilizadas e pela experiência acumulada no passado. (LEMOS, 2001, p. 5, 6).

Dessa forma, a inovação passa a ser vista como a capacidade que as empresas possuem de implementar o desenvolvimento de sua produção de bens e serviços, fazendo determinadas alterações que gerem novidades a elas, mesmo que não sejam novas para os seus concorrentes (MYTELKA; FARINELLI, 2000).

Para que haja mudanças nas empresas, é imprescindível o desenvolvimento do aprendizado, afinal a acumulação de habilidades e competências capazes de transformar a organização depende da capacidade que os membros das firmas têm de obter as informações e transformá-las em conhecimento útil. Segundo Lemos (2001, p.02), “[...] o mais importante não é apenas ter acesso à informação ou possuir um conjunto dado de habilidades, mas fundamentalmente ter capacidade para adquirir novas habilidades e conhecimento para viabilizar a inovação.”

Howells (2002, p.872) define conhecimento como um “[...] arcabouço ou estrutura dinâmica a partir das quais informações podem ser guardadas, trabalhadas e entendidas”. O conhecimento pode ser tácito e explícito (HOWELLS, 2002, p. 872).

O conhecimento explícito ou codificado é transmitido através de linguagem formal e não exige experiência direta do receptor sobre o assunto, além disso, pode ser transferido em forma de esquemas ou manuais. Já o conhecimento tácito, ao contrário do explícito, não pode ser comunicado de forma direta ou codificada e envolve experiência direta sobre conhecimento adquirido, representando dessa forma um know-how intangível, adquirido através de apropriação informal de conhecimentos e procedimentos aprendidos.

Segundo Albagli e Maciel (2004), como as tecnologias de informação e comunicação facilitam a disseminação dos conhecimentos codificados, qualquer empresa que tenha acesso aos modelos pode usá-lo a seu favor. Já o conhecimento tácito, por estar diretamente associado a contextos organizacionais e territoriais e depender das interações locais, é visto como um diferencial básico de competitividade e uma das principais fontes de inovação.

Nos arranjos produtivos locais, o conhecimento tácito tem uma maior abrangência, devido, principalmente, às afinidades culturais provenientes da proximidade espacial. O aprendizado dentro dos sistemas locais de inovação está condicionado “[...] à possibilidade de interações amplamente facilitadas pela existência de códigos comuns de comunicação e pelo compartilhamento de convenções e normas que reforçam a confiança entre os agentes”. (CAMPOS et al, 2002, p. 54).

A integração e a disseminação do conhecimento entre as firmas de um APL não são garantias de sucesso, afinal a informação disseminada precisa ser de qualidade. Sordi e Costa (2010) afirmam que a qualidade da informação deve ser analisada com base em três perspectivas:

- Abrangência/escopo da informação: A informação precisa estar na quantidade correta, afinal se tiver em excesso vai exigir uma seleção das informações que realmente interessam, e se ocorrer o contrário, obriga a procura de dados e informações complementares. Em ambos os casos, haverá uso a mais do tempo, dificultando o aprendizado, bem como a tomada de decisão.
- Confiabilidade da entidade geradora ou transmissora da informação: A informação precisa ser confiável. Para isso, é necessário que os usuários acreditem, mesmo sem um “atestado de veracidade”. Diferente da informação verdadeira, a confiabilidade da informação é condicionada à percepção que o leitor tem no que se refere à autoridade e credibilidade da fonte de origem.

- Identidade da informação: A denominação da entidade informacional é de grande importância, pois influencia significativamente a busca da informação. A prática de uma correta política e procedimentos para definição de nomes de informações facilita a organização a conhecer as informações e caracterizá-las, facilitando a gestão da informação e obtendo resultados positivos para a empresa.

É função das empresas saber filtrar as informações antes de utilizá-las no processo de aprendizado. Graças ao avanço da tecnologia da informação e ao surgimento dos sistemas de informação, essa análise ficou mais fácil de ser feita e os resultados obtidos nos relatórios mais confiáveis e no momento preciso. No entanto, nem todas as MPEs têm acesso a esses sistemas, por serem caros e exigirem conhecimentos dos usuários nem sempre existentes nessas firmas. Diante disso, o arranjo produtivo local aparece como uma solução para esse problema, através da integração colaborativa entre os membros e o apoio das instituições que atuam direta ou indiretamente sobre o APL, proporcionando resultados maiores para as firmas do que se tratadas individualmente. Segundo Lemos (2001, p. 06), “[...] a existência de uma capacitação adequada através de aprendizado constante é necessária para enfrentamento das mudanças e isso se dá de forma mais completa com a interação entre os diferentes agentes para a troca de informações e conhecimento”.

Em resumo, o aumento do conhecimento e do aprendizado entre os agentes do APL gera maiores chances de inovação dos produtos e serviços das empresas e, por consequência, as tornam mais competitivas no mercado. “A busca por diferenciação é entendida como resultado da procura natural e constante por maiores lucros, mediante a obtenção de vantagens competitivas entre os agentes”. (CABETE; DACOL, 2008, p. 7). O aprendizado é visto então como fator de destaque nas organizações, pois é impossível se pensar em empresa, dentro de um mercado competitivo, sobreviver sem inovação ou sem pessoas com habilidades e competências suficientes para lidar com as mudanças do mercado e da tecnologia, bem como as ações dos concorrentes. As interações ente os diversos agentes são decisivas para o sucesso dos arranjos, pois é através delas que o conhecimento flui com mais eficiência e as práticas inovativas tendem a se sobressair.

2.3.4 – APL e Desenvolvimento

A crise do modelo fordista com ênfase na produção em massa e o surgimento dos distritos industriais que adotavam uma especialização mais flexível, exigindo uma maior integração entre as firmas, fizeram com que os governantes passassem a observar que, através do incentivo ao uso dos recursos locais tanto humanos quanto materiais e culturais, era possível usar as aglomerações em prol do desenvolvimento da localidade. No entanto, o desenvolvimento local tanto requer mudanças como modifica a estrutura socioeconômica local. “Tais transformações necessitam das ações orquestradas do Estado, do mercado e da sociedade civil”. (VILLELA; PINTO, 2009, p. 1078).

Segundo Barros, Silva e Spinola (2006), desenvolvimento local ou endógeno pode ser caracterizado como resultado diferenciado do que acontece no entorno próximo, causado pela introdução de inovações agregadoras de valor às atividades produtivas e cotidianas. Não se pode confundir desenvolvimento local e regional, pois o aumento da eficiência do sistema de produção nas regiões não implica na satisfação da necessidade da população local, podendo, em alguns casos, a introdução de técnicas mais avançadas causar degradação das condições de vida de algumas famílias.

Diante da busca pelo desenvolvimento local é que os APLs surgem como fator importante, uma vez que seu objetivo é fazer com que as firmas localizadas em um espaço geográfico específico consigam obter sucesso através da cooperação entre os membros e da inovação desenvolvida dentro das aglomerações. Amaral Filho (2009) afirma que existe uma relação de reciprocidade entre o sistema produtivo local e o desenvolvimento local, bem como relações de causas e efeitos de maneira cumulativa.

Essa reciprocidade é muito clara nos casos em que o sistema produtivo conserva seu epicentro fincado no território, além de reunir elevada densidade de atividades específicas concentradas no local, e manter uma relação consistente entre o número de empregos gerados por ele e a população economicamente ativa (PEA) do território em questão. (AMARAL FILHO, 2009, p.192).

Observa-se que, para que exista uma relação direta entre a melhoria de vida de uma localidade e o sucesso de um APL, é necessário que esse arranjo seja gerador de emprego e renda para a população, além de aumentar a expectativa de

vida das famílias locais. Amaral Filho (2009) afirma que não necessariamente o que é bom para o sistema produtivo também é bom para o território e vice versa. Para o autor, algumas práticas desenvolvidas pelos sistemas podem ser úteis para as firmas e não ser para a comunidade na qual elas estão localizadas, como por exemplo: minimizar os custos demitindo funcionários; o não cumprimento das leis de proteção ao meio ambiente; e a busca por recursos mais baratos em outros territórios. Diante disso, cabe aos líderes dos APLs e aos governantes utilizarem o sucesso dos arranjos produtivos como gerador de renda para a população, causando assim um maior desenvolvimento local, e como consequência, mais lucros para os APLs.

Com a percepção da importância das aglomerações de empresas para a economia, a localidade passa a ser vista como fator de sobrevivência para algumas organizações que utilizam a proximidade como estratégia para obter vantagens competitivas. É necessário observar que a capacidade de inovação de um território depende da natureza criativa de seus habitantes e a capacidade que os mesmos têm de transformar os recursos (humanos, ambientais, culturais ou artísticos) em produtos e serviços atrativos e de comercialização. Nesse sentido, o desenvolvimento local deve se basear nas “[...] ações dos atores sociais locais, as lógicas integradas de valorização dos recursos humanos e de suas capacidades para atuarem na transformação do território em que vivem [...] visando à melhoria da qualidade de vida de seus habitantes” (CALDAS; CERQUEIRA; PERIN, 2005, p. 14).

Santos, Diniz e Barbosa (2004) afirmam que o sucesso das atividades criativas depende da existência de um ambiente que proporcione uma fonte de inspiração comercialmente competitiva, além de permitir que essas inspirações sejam testadas e colocadas em prática.

Para isso, é necessário um enorme conjunto de pessoas com conhecimento técnico, experiência (ou seja, conhecimento tácito), acesso aos recursos e à organização que saiba dividir as responsabilidades de forma a tornar a invenção um produto bem-sucedido. (SANTOS; DINIZ; BARBOSA, 2004, p. 165)

Além da criatividade, as políticas de apoio aos APLs são de importância significativa para o sucesso das firmas e, por consequência, para a melhoria da comunidade. Erber (2008) afirma que a intervenção pública para a criação e manutenção de instituições como centro de pesquisas, de assistências técnicas, de formação de empreendedores, de apoio à exportação, etc, é sempre recomendada,

com intuito de auxiliar na geração de ativos de uso coletivo pelos participantes do arranjo. Segundo o autor, nos APLs que adotam o tipo de governança hierárquica, em que o poder está concentrado em uma firma maior, algumas vezes internacional, a autoridade pública tem poucos instrumentos de coerção, precisando, dessa forma, usar de pressão política ou ainda de mecanismos de mercado (incentivos fiscais e de crédito) como forma de negociação. Nesse caso, o poder público e a firma líder transferem recursos para as empresas locais com interesses em transformar esses recursos usados pelas PMEs em rendimentos sociais e em melhoria para a localidade.

De acordo com Santos, Diniz e Barbosa (2004), outro problema da governança hierárquica no que se refere ao desenvolvimento local está no fato de o lucro resultante das firmas locais lideradas por grandes empresas não necessariamente significar maior crescimento da localidade em que as aglomerações estão situadas. Muitas vezes, os ganhos adquiridos são controlados pela matriz e utilizados em ações que não favorecem a região. Ao contrário de APLs com governança em forma de rede, em que os membros, pela dificuldade de investir externamente em relação com grandes firmas, são praticamente obrigados a reinvestir os lucros em sua própria atividade e no próprio local.

Amaral Filho (2009, p.20) destaca que, no Brasil, os poderes públicos nas três esferas atuam sobre os APLs através de cobranças de tributos, da fiscalização (trabalhista, ambiental, etc) e de oferta de serviços e equipamentos básicos na área de educação, saúde e infraestrutura. “Nestes casos, as políticas atendem o território de maneira geral, mas acabam gerando externalidades positivas para os sistemas produtivos”. No entanto, o autor afirma que políticas pontuais, sem considerar as rotinas e as leis gerais do sistema, bem como sua relação com o território, são inúteis, além de resultar em um processo de desorganização. Diante disso, é necessário identificar a melhor maneira de intervir nos sistemas produtivos, “de forma a conciliar os interesses coletivos do território com aqueles mais específicos e econômicos dos agentes inseridos no sistema produtivo”. Villela e Pinto (2009, p. 1078) afirmam ainda que:

Teoricamente, os representantes das diferentes esferas devem compreender conjuntamente suas possibilidades e seus limites de ação, buscando negociar os conflitos de interesses existentes. A identificação desses limites e conflitos é também um meio de entender as “múltiplas dimensões” dos recursos e vocações locais que são fundamentais para a

sustentabilidade socioambiental do local em questão. Esse percurso da sustentabilidade requer a prática dialógica, que embasa a negociação contínua entre os atores.

Ainda segundo Amaral Filho (2009), as intervenções públicas praticadas com intuito de gerar um maior desenvolvimento econômico podem ser divididas em dois campos. No primeiro campo, que o autor denomina de política criacionista, a função é criar artefatos, estruturas e sistemas em regiões nas quais elas não existem. Nesse caso, a intenção é gerar empregos e rendas em um curto espaço de tempo, estimulando o aumento do comércio e tornando, em longo prazo, essas regiões atrativas para outras empresas que desenvolveriam no local outras atividades, inclusive industriais e, por consequência, resultariam na melhoria de vida da população.

Já o segundo campo, chamado de política evolucionista, identifica os arranjos e sistemas produtivos já existentes na região, com intuito de apoiar e acelerar o processo de evolução natural. Ainda de acordo com Amaral Filho (2009), as políticas públicas, tanto evolucionistas quanto criacionistas, devem satisfazer o máximo possível de membros formadores do sistema, além de beneficiar o território no qual o APL está localizado. É necessário também que essas políticas resultem em ações públicas. Para isso, é preciso que haja uma descentralização das políticas com intuito de integrar os formuladores, executores e beneficiários. E, por fim, deve haver uma valorização das articulações sistêmicas das políticas, de maneira que atendam os ambientes meso e macro.

Diante do que foi exposto, pode se observar que os APLs são fontes importantes de desenvolvimento regional. Santos et al. (2004) afirmam que o crescimento das firmas formadoras dos arranjos produtivos trará três importantes consequências para o desenvolvimento regional:

- A transformação da renda não consumida em capital produtivo, gerando uma maior expansão e diversificação produtiva dos negócios e, por consequência, maiores lucros e impactos positivos na renda regional.
- A implantação de uma rede de negócios e serviços voltados ao consumo individual dos habitantes da região (shopping, salas de cinema, livrarias, etc), além da melhoria da infraestrutura urbana, devido à melhoria das finanças municipais, afinal, quanto mais empresas maior arrecadação de impostos pelo poder público local.

- Novas empresas serão atraídas pelo crescimento da renda regional e pelas áreas de mercado mais densas. Apesar da região já ser abastecida por produtos das empresas em questão, o aumento da densidade da área de mercado pode gerar maiores lucros que a importação de outras regiões e dessa forma aumentará o número de firmas e a diversificação produtiva da região.

Além das três consequências listadas por Santos et al.(2004), Garcia (2011, p.55) cita alguns benefícios captados pelos agentes participantes dos APLs que resultam em melhoria da localidade em que os mesmos estão sediados. São eles:

a) As pequenas empresas necessitam de menores doses de habilidades e talentos por parte dos empresários, visto que possibilitam maior agregação de valor aos produtos, obtêm maior acessibilidade a créditos, reduzem o risco e a incerteza, e se beneficiam do surgimento de marcas locais causadoras de uma diferenciação relativa dos produtos, quase sempre vinculadas à qualidade.

b) As empresas “âncoras” ganham com a racionalização das atividades, redução dos custos, aproveitamento de especialidades externas, garantia de insumos adequados e implementação de técnicas mais modernas e eficientes nos fornecedores.

c) As Universidades, as instituições técnicas e as de pesquisa ganham com a geração de novas receitas, com o fortalecimento das instituições, com a aplicação (incorporação) de pesquisa e projetos acadêmicos, com o direcionamento de seus cursos para as necessidades das empresas e do mercado e com a maior integração com a comunidade empresarial.

d) A comunidade local ganha com o aumento da oferta e da qualidade do emprego, com o treinamento da mão de obra para funções técnicas, com a melhoria do processo educacional, com a melhoria do nível salarial, com a atração de capital humano qualificado para a região e com a melhoria da infraestrutura regional e urbana.

e) Por fim, o Estado também ganha com a promoção do desenvolvimento econômico local e regional, com o aumento da receita com exportações, com a diminuição da informalidade, com o incremento da receita tributária e com o estreitamento de canais diretos com os agentes empresariais com a comunidade local.

Observa-se que os todos os membros dos APLs, sejam eles internos ou que participam de alguma forma no seu desenvolvimento, além da sociedade local, lucram quando os arranjos são eficientemente gerenciados e produzem produtos ou serviços de qualidade. Além da melhoria do processo produtivo, cabe aos agentes locais contribuírem com a preservação ambiental, uma vez que a sustentabilidade é fator decisivo para a sobrevivência do arranjo, pois, na maioria das vezes, é no território que as firmas obtêm os recursos necessários para produção.

Em resumo, os APLs, além de ter uma importância significativa na obtenção de maiores vantagens competitivas às MPEs, são geradores de empregos e renda a população e, por consequência, possuem grande participação no desenvolvimento

da localidade no qual estão sediados. Mas para isso é preciso que haja cooperação entre os membros, processos constantes de inovação, além da existência de governança como fomentadora dos membros formadores dos arranjos produtivos.

2.3.5 – Aglomerações produtivas no Nordeste do Brasil

Como forma de mostrar a realidade dos aglomerados produtivos existentes no Nordeste do Brasil, faz-se necessário descrever alguns dados referentes a situação dos mesmos. Como método de seleção dos APLs pelo país, serão utilizados os dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDCI). A escolha dessa forma de classificação deve-se ao fato de que o MDCI não utiliza critérios rígidos de classificação, permitindo, dessa forma, encontrar tanto arranjos formais quanto informais.

O quadro 8 mostra o percentual dos APLs pelo Brasil em 2014.

Quadro 8
APLs NO BRASIL

Região	Quantidade de APLs por região	Porcentagem Nacional
Nordeste	208	31,18%
Sudeste	167	25,03%
Norte	120	17,99%
Centro-Oeste	90	13,49%
Sul	82	12,29%
BRASIL	667	100%

Fonte dos dados: Ministério de Desenvolvimento Indústrias e comércio

A região Nordeste se destaca nos arranjos ligados ao setor primário, mais precisamente agricultura, fruticultura, hortifrutigranjeiros e ovinocaprinocultura. No entanto, além dessas especialidades, pode-se encontrar também APLs de turismo, apicultura, pecuária, aquicultura, cerâmica vermelha, artesanato, rochas ornamentais, bebidas, floricultura, confecções, dentre outros.

O estado que apresenta o maior o número de APLs na região Nordeste é o Rio Grande do Norte, com um total de 49 arranjos, segundo MDCI, destes sobressaem-se os de ovinocaprinocultura, agricultura e fruticultura. Em segundo lugar estão os estados do Ceará e Piauí, com 25 APLs cada sendo a maioria do setor primário. No caso do Ceará os arranjos que merecem destaque são os de turismo, pesca e fruticultura. No Piauí, encontram-se, em maior quantidade, os

arranjos de apicultura, confecções, fruticultura e agricultura. O aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí, objeto de estudo, está incluído, segundo MDCI, no setor de confecções.

Outros dados do MDCI mostram algumas instituições que desenvolvem ações em prol dos APLs. O Bradesco, por exemplo, atua em 338 arranjos, desses, 97 estão localizados na região Nordeste, em 57 setores da economia brasileira, em 1542 municípios brasileiros, somando mais de 43 mil empresas atendidas. Disponibiliza mais de R\$ 2 milhões de recursos para empréstimos, além de possuir uma equipe dotada de conhecimento e localizada em regiões estratégicas para atender a todos os 338 APLs. Já o Banco do Brasil busca capacitar todos os gerentes com intuito de atuarem com as governanças dos arranjos produtivos locais em todo o território nacional. Finalmente o Banco do Nordeste que trabalha com linhas de financiamento como FNE, BNDES, FDNE, FAT e recursos próprios, bem como no Plano Brasil Sem Miséria.

É importante deixar claro que os aglomerados produtivos tendem a surgir de acordo com a realidade local, o que pode justificar a presença significativa do setor primário nos arranjos das regiões Norte e Nordeste e os APLs “industriais” nas regiões Sul e Sudeste. Schmidt Filho e Cavalcanti Filho (2006, p. 120) afirmam que os arranjos produtivos não surgem, necessariamente, onde já existe uma concentração industrial, com exceção dos “industriais”, que seguem essa tendência.

Será que os APLs surgem onde já existe uma concentração industrial? A resposta encontrada é não. Verifica-se que as Regiões Nordeste e Norte não apresentam elevada concentração industrial, e contudo são as que apresentam uma maior quantidade de arranjos produtivos. Se mudarmos o foco e perguntarmos se os APLs “industriais” surgem onde há concentração industrial no País a resposta é um veemente sim, uma vez que se observarmos os APLs calculados temos uma nítida visão de que são as Regiões Sul e Sudeste que apresentam maior concentração dos arranjos no setor secundário da economia.

Outro fato que também merece destaque é a realidade diversa, com graus distintos de desenvolvimento das atividades, bem como de geração de emprego e renda existente entre APLs de atividades semelhantes. É o caso, por exemplo, do APL de confecção do Vale do Itajaí, em Santa Catarina e o de confecção do agreste de Pernambuco. O primeiro arranjo, que é considerado a segunda maior concentração mundial desse ramo de atividade, segundo Schmidt Filho e Cavalcanti Filho (2006), possui 12700 indústrias têxteis e mais de 40 mil trabalhadores

registrados; já no arranjo pernambucano, existiam 7.990 MPE de confecções, sendo 7000 informais com geração de cerca de 11 mil empregos.

Faz-se necessário analisar que a grande quantidade de APLs existentes na região Nordeste não significa necessariamente um bom sinalizador para o deslocamento de renda para essas regiões, ou mesmo para o fomento de desenvolvimento regional, pois a maioria possui um perfil atrelado ao setor primário, com o que dificulta a capacidade de induzir transformações na região. De acordo Schmidt Filho e Cavalcanti Filho (2006, p.121), “[...] os arranjos, prioritariamente primários, não seriam aqueles esperados para um concreto desenvolvimento regional. O setor não apresentaria poder de “arrasto” suficiente para alavancar o crescimento econômico da região”.

Conclui-se, então, que as iniciativas dos órgãos governamentais de incentivos aos arranjos produtivos locais, em especial no Nordeste, são salutares, pois geram empregos e rendas aos moradores das comunidades, além de fomentarem as economias de locais menos desenvolvidos. Entretanto, essas aglomerações, nomeadas pelo MDCI de APLs, nem sempre são capazes de transformar a economia da região na qual estão localizadas, além de não fornecerem uma política de desenvolvimento sustentável. Dessa forma, enquanto o setor primário dominar os arranjos da região Nordeste, é utopia acreditar no emparelhamento industrial, tecnológico ou de renda dessa região com as regiões mais desenvolvidas do país como Sul e Sudeste, apenas com o desenvolvimento e incentivo às aglomerações nordestinas.

Deve-se deixar claro que o termo APL utilizado nesse segmento do trabalho deve-se ao fato de ser a denominação usada pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústrias e Comércio, fonte essa de onde foram coletados os dados aqui descritos. No entanto, de acordo com as teorias citadas no referencial teórico, alguns desses aglomerados nordestinos estão aquém de um arranjo produtivo local, propriamente dito, como é o caso do exemplo fatural do trabalho em questão.

3 – AGLOMERADO PRODUTIVO DE ARTESANATO DA REGIÃO NORTE DO PIAUÍ E O TRABALHO – ORGANIZAÇÃO E TRABALHO

3.1 – As estruturas técnico-produtiva e financeiro-organizacional do aglomerado

Antes de descrever as associações formadoras do aglomerado produtivo de artesanato da Região Norte do Piauí, sentiu-se a necessidade de mostrar a diferença entre cooperativa e associação, com o intuito de possibilitar uma melhor compreensão sobre ambas. De acordo com SEBRAE (2009, p.22), a diferença básica entre as duas formas de instituições está no fato de que as “[...] associações são organizações formadas por pelo menos duas pessoas, que têm por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe, filantropia”. Já as cooperativas, precisam de no mínimo 20 pessoas para se constituírem, tendo como principal objetivo “[...] viabilizar o negócio produtivo de seus associados junto ao mercado.” Em outras palavras, a associação não tem como finalidade o comércio, podendo realizá-lo para a implementação dos seus objetivos sociais, ao contrário da cooperativa que realiza plena atividade comercial.

No que se refere ao patrimônio, no caso das associações, é formado por taxas pagas pelos próprios associados, ou ainda doações, fundos e reservas. Por não possuir capital social, as associações têm dificuldades de obter financiamento junto às instituições financeiras. Já as cooperativas possuem capital social e, por consequência, maior facilidade de financiamento junto às instituições financeiras. O capital social das cooperativas é formado por quotas-partes, podendo receber doações e empréstimos. De acordo com o SEBRAE (2009, p.21):

Nas cooperativas, os associados são os donos do patrimônio e os beneficiários dos ganhos que o processo por eles organizado propiciará. Uma cooperativa de trabalho beneficia os próprios cooperados, o mesmo em uma cooperativa de produção. [...] Em uma associação, os associados não são propriamente os seus “donos”. Os ganhos eventualmente auferidos pertencem à sociedade e não aos associados que deles não podem dispor, pois os mesmos, também de acordo com a lei, deverão ser destinados à atividade fim da associação.

Observa-se que, apesar da desvantagem das associações em relação às cooperativas, pois possuem o capital e patrimônio engessados, existem algumas

compensações, por exemplo, gerenciamento mais simples e o custo de registro menor.

No caso de Buriti dos Lopes, existe tanto a associação quanto a cooperativa Lili Escórcio, cujo nome foi dado em homenagem a Eulina Escórcio Alexandrino, Dona Lili, como era carinhosamente chamada. A filha do Capitão Jonas Escórcio de Alexandrino e Ana Rosa Escórcio Alexandrino gostava muito de viajar para o Rio de Janeiro, e foi numa dessas viagens que conheceu o Ponto Cruz, através de uma revista que mostrava como fazer o bordado. Dona Lili resolveu trazer a novidade para Buriti dos Lopes, para ensinar às jovens da cidade. As turmas eram compostas de moças de faixa etária dos 10 aos 17 anos que, após aprenderem a fazer as peças, que eram vendidas em Parnaíba, Fortaleza e Rio de Janeiro, recebiam remuneração de acordo com o que produziam. A partir daí, o conhecimento foi disseminado entre as gerações e hoje Buriti dos Lopes é conhecida como a cidade piauiense dos bordados em Ponto Cruz.

A associação das bordadeiras Lili Escórcio foi fundada no início do ano de 2002, por meio do programa Comunidade Solidária, coordenado pela então primeira-dama do país, Ruth Cardoso. O programa, que foi instituído pelo Decreto n.1366 de 12 de janeiro de 1995, “[...] destinava-se a ser o segmento do aparelho do Estado responsável pela promoção de políticas sociais ditas emergenciais, visando estratégias eficientes de combate à fome e à miséria para a redução das disparidades regionais e sociais”. (PERES, 2005, p.113). Foi graças ao programa que as bordadeiras passaram a ter uma sede, onde produzem e vendem suas peças.

No que se refere à cooperativa das bordadeiras Lili Escórcio, fundada em 2010, com intuito de adquirir financiamento do projeto Talentos do Brasil, pois tanto as bordadeiras quanto a sua sede são as mesmas da associação. De acordo com a Dona Ana Lúcia Carvalho, presidente da associação, a cooperativa foi criada para fazer parte da Coopeunica (Cooperativa Nacional Marca Única), que reúne 15 grupos produtivos que integram as cooperativas de artesãs do Programa Talento do Brasil.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário, MDA (2013, p.1), o projeto Talentos do Brasil “[...] recebe uma consultoria especializada em promoção comercial que visa atender ao mercado atacadista, lojista e o consumidor direto.” É através dessa consultoria que os artesãos e artesãs passam a ter capacidade de

participarem das oficinas, além de agregarem no trabalho o Conceito de Produto Estrela, ou seja, dentre os seus produtos, é escolhido um produto-chave que é o mais vendável da produção.

Criado em 2005, o projeto Talentos do Brasil é uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar, em parceria com o Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Ministério do Turismo, com apoio da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit) e a Agência de Cooperação Alemã, (GIZ). (Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2013).

Tanto as bordadeiras da associação quanto da cooperativa Lili Escórcio são especializadas em bordados em ponto cruz. As 25 mulheres associadas retiram parte do seu sustento das peças inspiradas em paisagens locais e vivências próprias, deixando de lado padrões convencionais impostos pelas revistas.

Com a ajuda do SEBRAE, estão sempre em busca de soluções para melhorar cada vez mais seus produtos, buscando tecidos, linhas e agulhas mais apropriados e, por consequência, resultando em produções com maior qualidade e mais atrativas para os turistas e consumidores. Além do SEBRAE, as artesãs contam com a ajuda de estilistas renomados como Patrícia Coelho Guerra, Clarissa Coelho Guerra e Renato Loureiro, para renovar suas peças, aprimorar seu trabalho e motivar sua criatividade. Os produtos mais comuns produzidos pelas artesãs são: panos de pratos, centros de mesa, toalhas de lavabo, toalhas de mesa, porta copo, cestas de pão, panos de fogão, jogo americano e toalhas de chá (figura 02).

Reconhecidas nacionalmente, as bordadeiras buritinenses ocuparam, por três anos consecutivos (2009-2012), posição de destaque no Prêmio Top 100 de Artesanato, prêmio este que é uma iniciativa do SEBRAE e tem como objetivo identificar as melhores práticas de artesanato no Brasil, além de valorizar e abrir mercados para a produção artesanal no país. Segundo as artesãs, uma das principais vantagens de ganhar premiações como esta é o reconhecimento e, por consequência, o aumento da produção e do valor arrecadado com a venda dos produtos.



Figura 4- Fotografia dos panos de pratos produzidos pelas artesãs da associação e da cooperativa das bordadeiras Lili Escórcio
Fonte das imagens: tiradas pela própria autora

A cooperativa artesanal mista de Parnaíba – CAMPAL é o maior polo em número de associados (120 artesãos), foi fundada no governo Petrônio Portela, por volta de 1970 e teve como primeira presidente Almira Moraes Silva. A sede, localizada no centro de Parnaíba, possui espaço destinado para cursos, local para exposição e venda dos produtos, sala de informática para os artesãos, biblioteca e quartos para acolhida provisória de palestrante que venham de outras cidades para ministrarem cursos.

O foco da produção na CAMPAL é artesanato em escultura e trançados em palha de carnaúba, agave, cipó de leite, taboa, entre outros. No entanto, não só o artesanato local é vendido aí, muitos artigos de outras matérias-primas podem ser encontrados, bem como peças de artesãos não locais, como vindos do Ceará e do Maranhão, fazendo da CAMPAL um ponto de confluência de produtos e de produtores de artesanato. Devido à grande quantidade de produtores, a variedade dos produtos é significativa, podendo-se encontrar *sous-plats*, bacias, jogos americanos, cestos, mandalas, vestuários, tapetes, produtos de decorações, esculturas em barro, dentre outros.



Figura 5 – Fotografia de exemplares da produção dos artesãos associados a CAMPAL.
Fonte da imagem: tirada pela própria autora

Além da CAMPAL, localizam-se em Parnaíba também a Associação dos artesãos em trançados do bairro São Vicente de Paula e a Associação Maria dos Agaves. A associação do bairro São Vicente de Paula foi fundada em 2002, com o apoio do governo estadual e municipal e conta com 25 artesãs associadas, que utilizam palha de carnaúba, linho de tucum e anilina para produzirem jarros, cestas, porta-prato, costureiro, roupeiro, mandalas, bandejas, porta-bolo, descanso para prato e centro de mesa.

No início, a falta de experiência com o comércio de artesanato fez com que parte das associadas se sentisse desmotivada, pois além da baixa qualidade dos seus produtos não possuíam padrão próprio, copiando os modelos levados pelos compradores, que estipulavam os preços e eram responsáveis pelas vendas das peças em feiras ou por atravessadores.

Entre os anos de 2004 e 2010, a realidade da associação mudou, pois, através de um projeto do Artesanato Solidário em parceria com o Governo do Estado, ela conseguiu atingir uma produção de cerca de 500 peças por ano, permitindo que os associados tirassem parte do seu sustento do que produziam. As ações do ArteSol (Artesanato Solidário) beneficiam brasileiros situados

principalmente em locais de baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), tendo como objetivo a valorização artesanal e a inclusão cidadã e produtiva dos artesãos.

Foi graças ao projeto do ArteSol, que as artesãs do Bairro São Vicente conseguiram reativar a associação, atualizar a documentação e, juntamente com parceria com o Governo do Estado (PRODART), reestruturar a sede, com espaço para produção e comercialização dos produtos. No entanto, com o fim do projeto da ArteSol, as artesãs, novamente, diminuíram seu interesse no artesanato, por acharem que a quantidade arrecadada com a venda não era suficiente para o seu sustento. Dessa forma, hoje, a sede da associação está fechada e em estado de degradação. A produção é quase nula, produzindo apenas por encomenda, seja das lojas da região, dos consumidores próprios ou de outras associações, como a Trançados da Ilha, que produzem o mesmo tipo de produto, mas em quantidade bem superior. A falta de uma gestão eficiente, e/ou de apoio das instituições como o SEBRAE, PRODART, podem ser algumas das causas da desestruturação da associação, que já alcançou índices de produção superior às expectativas.

Já a Associação Maria dos Agaves, fundada em 2008, por Dona Maria Edna, é formada por doze mulheres que produzem bolsas, luminárias, sandálias, roupas, jogos americanos, caminhos de mesa, entre outras peças. A associação, localizada no bairro de Santa Luzia em Parnaíba, tem esse nome devido ao fato de a maioria das artesãs ter o nome de Maria e agave ser o material utilizado para a produção. A sede, na qual parte do que é produzido é exposto e vendido, foi construída pelos próprios moradores da região, que contaram com o auxílio do SEBRAE no que se refere à abertura da empresa.

A matéria-prima utilizada é a fibra do agave, extraída da planta sisal, originária do México, mas encontrada no litoral piauiense. Apesar de parte do agave utilizado pelas artesãs ter a própria região como procedência, no período chuvoso há uma dificuldade de extração, obrigando o grupo a comprar a matéria-prima na cidade de Juazeiro do Norte-CE. Os moldes para confecção das peças são riscados em folhas de papelão, onde é fixada a trança, que é o ponto de início de todo o trabalho em agave. A partir da trança, começa o bordado que irá dar forma à peça.

Apesar do trabalho das artesãs ter começado há mais de 15 anos, só há sete anos se sentiu a necessidade de montar o próprio grupo. Após a fundação, Edna saiu em busca de parcerias com o SEBRAE, que divulga o trabalho nas feiras, além de auxiliar na formação de preços e novos designers. Além de feiras, a associação

tem seus produtos expostos em hotéis, pousadas, bares e restaurantes nos 14 municípios dos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão que compõem a Rota das Emoções. Este roteiro, que teve início em 2005, é resultado de uma parceria do SEBRAE e o Ministério do Turismo e foi eleito em 2009 o melhor roteiro turístico do país durante o 4º Salão de Turismo, maior evento turístico da América Latina.



Figura 6 – Fotografias da produção das artesãs da associação Maria dos Agaves.
Fonte das fotografias: Tiradas pela própria autora

No município de Luis Correia, encontram-se duas associações: Associação Alda da Silva do Carnaubal, formada de 13 artesãos, e a Associação de Artesanato Nova Vida, com 23 produtores.

A Associação Alda da Silva de Carnaubal foi fundada em 2002, com financiamento da PRODART. A sede da associação, cujo nome é em homenagem à Dona Novinha, a artesã mais experiente da região, foi construída em regime de mutirão pelos próprios artesãos que, após a conclusão do espaço, receberam capacitação do SEBRAE em diversas áreas, inclusive a de aprimoramento de produtos. Seus produtos têm caráter decorativo, como pufes, tamboretas, tapetes, passadeiras, capachos e móveis. A matéria-prima usada para a produção é a taboa, uma planta aquática típica de brejos e manguezais, que mede cerca de dois metros na época da reprodução.

Outra associação que usa a taboa como matéria-prima principal é a Nova Vida de Carnaubal, que foi fundada em 2009. Com produção semelhante à da

Associação Alda da Silva, tem o SEBRAE como parceiro, no que se refere à divulgação em feiras e capacitação, mas sua sede é um balcão cedido por um morador do bairro.

Pode-se observar uma participação ineficiente dos órgãos públicos como um elo entre os dois polos de produção, afinal, ambos trabalham com fibra de taboa, mas de maneira independente. Essa falta de integração entre as associações pode fazer com que elas deixem de obter vantagens como redução dos custos na aquisição da matéria-prima ou aluguel de transporte, aumento das vendas, disseminação do conhecimento, dentre outras.



Figura 7 – Fotografia de exemplares da produção dos artesãos da Associação Nova Vida de Carnaubal.

Fonte das imagens Tirada pela própria autora

Ilha Grande é o quarto município a compor o aglomerado produtivo da região Norte do Piauí. O município possui duas associações: a associação das rendeiras do Morro da Mariana e a associação de artesãos em trançados da Ilha Grande de Santa Isabel.

O Morro da Mariana, povoado do município de Ilha Grande é um importante pólo de confecção da delicada e complexa renda de bilro, artesanato têxtil que surgiu na Itália no século XV, mas veio ao Brasil por intermédio dos portugueses.

A associação das rendeiras, cujo nome foi dado para homenagear a rendeira e uma das primeiras moradoras da região, Mariana Alexandro Viana, é composta de

60 mulheres que ficaram nacionalmente conhecidas após participarem, em 2001, de um dos maiores eventos de moda do país, o São Paulo Fashion Week, através do estilista Walter Rodrigues e por terem vestido a ex-primeira-dama, Marisa Letícia, na posse do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, em 2007.

Apesar do grupo das rendeiras existir desde 1992, a sede da associação começou a ser construída em 1993, pelos próprios moradores da região, graças a influência política da então primeira-dama do Estado, Carlota Freitas e com o apoio do SEBRAE, no que se refere aos trâmites burocráticos. No entanto, a falta de verba impediu a conclusão da sede, obrigando as rendeiras a vender suas confecções em um prédio da paróquia do município. Em setembro de 2008, a associação recebeu a visita do Governador do Piauí, Wellington Dias e do Senador Eduardo Suplicy que, sensibilizados, prometeram apoiar com mão-de-obra e material. Devido a esse apoio, a obra foi finalizada em 28 de outubro de 2008 e as rendeiras se instalaram na nova sede no dia seguinte à conclusão, permanecendo até hoje.

A maioria das peças é feita nas residências das próprias artesãs, no entanto, as que não possuem o tear podem se deslocar até a associação, onde terão teares à disposição para produção, além de ser o local de venda das peças produzidas.

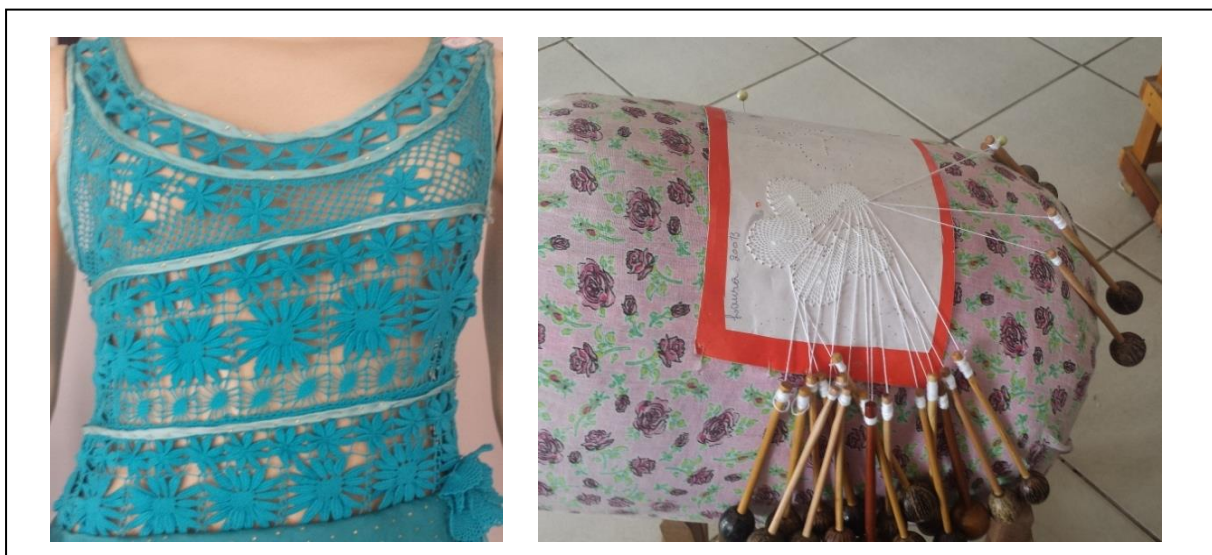


Figura 8 – Fotografias de exemplares da produção das rendeiras de bilro do Morro da Mariana
Fonte das fotografias: Tiradas pela própria autora

E por fim, está a Associação de Trançados da Ilha Grande de Santa Isabel, fundada no ano 2000, através de um projeto de resgate e valorização do artesanato de tradição em trançado de palha de carnaúba, desenvolvido pelo Artesanato Solidário. A associação, que tem Dona Serrate como presidente desde a fundação,

é composta de 20 mulheres e cinco homens que utilizam a palha de carnaúba e anilina (corante) na produção de mandalas, cestos, pratos com desenhos tribais, entre outros. A produção é na grande maioria sob encomenda, e são produzidas em média 500 peças mensais. Ganhadora do Prêmio Top 100 de Artesanato, desenvolvido pelo SEBRAE Nacional, a associação participa de exposições e feiras dentro e fora do país.



Figura 9– Fotografia de exemplares da produção dos artesãos da associação de trançados da Ilha Grande de Santa Isabel.

Fonte das imagens: tiradas pela própria autora

Em se tratando do aglomerado produtivo da região Norte do Piauí propriamente dito, segundo Silva e Veloso Filho (2007), as primeiras iniciativas explícitas a ele direcionadas foram financiadas pela FINEP, no final do ano de 2000, sendo a apicultura, a carcinicultura e a carnaúba os segmentos favorecidos pelos projetos. Os autores afirmam ainda que, em 2004, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Turismo do Piauí (SETDETUR-PI) identificou doze concentrações produtivas espalhadas por todo o território piauiense, abrangendo diversas atividades, conforme quadro 9. No entanto, apenas cinco desses arranjos foram priorizados através da elaboração do plano de desenvolvimento provisório, realizado pelo Grupo de Trabalho Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais. São eles: confecções, turismo e artesanato na região norte (Parnaíba), apicultura na região de Picos, ovinocaprinocultura em Teresina.

Quadro 9
Identificação de arranjos produtivos no Estado do Piauí – 2004

Atividades	Localidades
Confecções	Teresina
Carcinicultura	Parnaíba
Confecções	Piripiri
Confecções/ Artesanato	Pedro II
Turismo	Parnaíba
Mineração/Gemas	Pedro II
Turismo	Piripiri/Piracuruca
Turismo	São Raimundo Nonato
Agricultura/Grãos	Bom Jesus/ Uruçuí
Extrativismo Vegetal/Carnaúba	Todo o Estado
Ovinocapricultura	Campo Maior e Teresina
Apicultura	Picos

Fonte dos dados: Silvia e Veloso Filho (2007)

No que se refere à aglomeração de artesanato da região norte do Piauí, o que se pode observar é que, apesar das associações terem sido fundadas a partir do ano 2000, a produção artesanal sempre fez parte do dia-a-dia das famílias da região litorânea piauiense, uma vez que foi a maneira encontrada pelas donas de casa para ajudar no seu sustento e de sua família, sem impedi-las de realizarem seus trabalhos domésticos, enquanto os homens saíam para trabalhar na agricultura e na pesca.

Considerado um dos principais pólos de artesanato do Estado, a aglomeração em estudo é, hoje, reconhecida não só na comunidade na qual faz parte como também, nacionalmente e até internacionalmente. As peças variam em tipos e valores, podendo ser encontradas porta prato de palha de carnaúba, sofás de taboa, vestido de noiva de renda de bilro, dentre outros. No entanto, nota-se ainda, pouca, ou nenhuma, participação de investidores locais ou externos, público ou privados, gerando dessa forma, resultados muito aquém do esperado se comparados à capacidade técnica dos membros formadores.

As empresas apresentam uma estrutura organizacional monoprodutora, já que as associações são especializadas em apenas um tipo de matéria-prima. O processo decisório das associações é baseado na demanda local e os preços são definidos através do conhecimento empírico das artesãs. A competição, segundo as produtoras, é regional, pois concorrem apenas com outras produtoras do Piauí, ou dos Estados do Ceará e Maranhão.

Outro elemento formador do aglomerado produtivo em foco são os artesãos. Antes de descrever as características sócio-demográficas das artesãs, é importante esclarecer que, apesar de todas as entrevistadas serem do sexo feminino é possível encontrar artesãos do sexo masculino produzindo peças artesanais, ou ajudando no processo de colheita da matéria-prima, no entanto durante a pesquisa, apenas mulheres foram encontradas, sendo as entrevistas feitas, dessa forma, apenas com elas.

Com base nas respostas dos formulários aplicados, observou-se que no aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí existe o predomínio de artesãs do sexo feminino, casadas, com filhos, com faixa etária entre 36 e 50 anos e com baixo nível de escolaridade, já que a maioria é analfabeta ou possui apenas o ensino fundamental.

Responsáveis pela produção do artesanato, os artesãos produzem para vender nas associações e também sob encomenda, recebendo por peças produzidas, mas deixando parte do valor da venda para a manutenção da sede. Esse valor varia por associação, sendo em média 20% do preço da peça.

Apesar da grande quantidade de matéria-prima disponível na região, as palhas usadas na produção são compradas de moradores locais ou de outros Estados pelas associações e disponibilizadas para os artesãos, que utilizam suas próprias ferramentas para produzirem.

Por falta de controle do que recebem com a produção, as entrevistadas não souberam dizer com precisão o valor mensal obtido com a atividade, mas garantiram que não se sustentam apenas com o produzem, tendo o artesanato como complemento de sua renda, composta principalmente do Programa Bolsa Família. Elas afirmaram, ainda, que existem outros membros, não associados, em suas residências, que trabalham com artesanato, alguns deles, inclusive, menores de 18 anos. Essa prática foi uma forma encontrada por elas para aumentarem a produção da família e, conseqüentemente, gerar maiores ganhos com a venda das peças.

Observou-se, também, durante a pesquisa que as artesãs da aglomeração piauiense realizam trabalhos temporários, sem estabilidade e sem registro de carteira, sendo caracterizadas por Antunes (2011) como trabalhadoras informais tradicionais, pois, para o autor, esse tipo de trabalhador vive da sua força de trabalho, além de utilizar do auxílio de membros da família ou de ajudantes

temporários, para obter uma renda para consumo individual e familiar, exatamente o que acontece com as artesãs estudadas.

Apesar das dificuldades socioeconômicas das artesãs do aglomerado produtivo de artesanato da região Norte, o que se pode notar na pesquisa no local é que elas têm prazer no que fazem e ficam felizes sempre que são reconhecidas pela qualidade dos seus produtos. Ao serem interrogadas sobre sua opinião a respeito do trabalho artesanal, a maioria afirmou gostar do que faz e que não pensa em parar de realizar a atividade passada de geração para geração, na sua família e na sua comunidade.

No próximo item, serão relacionadas e aprofundadas as especificidades do trabalho desenvolvido pelos artesãos no aglomerado.

3.2- As especificidades do trabalho informal no aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí

3.2.1- O nível de escolaridade das artesãs do aglomerado de artesanato da região Norte do Piauí e sua relação com a escolha do ofício.

Atualmente, as condições do mercado de trabalho que prevalecem em sociedades de desenvolvimento tardio como o Brasil são caracterizadas por setores mais dinâmicos e modernos da economia, gerando uma estrutura de emprego altamente heterogênea e que exige dos ocupantes desses cargos uma capacidade técnica e intelectual diferenciada, resultando, assim, em elevadas taxas de subemprego, desemprego e baixos salários, para os que não se enquadrem em tais requisitos.

Segundo Kato e Ponchirolli (2002), o aumento do desemprego no Brasil tem como uma das causas fundamentais os fatores estruturais, mais precisamente, o baixo crescimento, educação insuficiente e legislação inflexível. Para os autores, a educação insuficiente é responsável direta ou indiretamente pela baixa qualificação da mão-de-obra e pelos altos índices de desemprego no Brasil, pois, à medida que as empresas se modernizam e aumentam a complexidade da tecnologia utilizada, maiores aptidões técnicas e pessoais são exigidas. Dessa forma, cada dia mais pessoas são consideradas desqualificadas para os cargos disponíveis nas empresas.

Com base no fato de que a educação pública no Brasil apresenta índices de qualidade baixíssimos e o alto grau de instrução exigido pela nova forma de trabalho é privilégio de poucos brasileiros, a tendência é que, cada vez mais, as atividades organizacionais sejam realizadas por estrangeiros ou mesmo por robôs, e, na pior das hipóteses, que as grandes indústrias fechem suas sedes do Brasil e abram em locais com mão-de-obra qualificada e barata.

Nos municípios que compõem o litoral piauiense, a realidade é ainda mais grave, pois faltam empregos nos três setores, mesmo para os profissionais considerados qualificados, que se veem obrigados a sair de suas cidades para trabalhar em outros locais, pois dificilmente conseguirão ocupações à altura da sua instrução na região. A falta de interesse das grandes empresas nacionais e internacionais em se alocarem no litoral do Piauí deve-se principalmente à péssima condição estrutural, como transporte ineficiente, mão-de-obra, em sua maioria, desqualificada, não incentivo dos governantes, dentre outros fatores, mostrando que a realidade local tende a piorar caso não seja tomada nenhuma providência cabível. É preciso esclarecer que a falta de trabalho formal não é uma característica específica do litoral, mas de todo o Estado do Piauí, contribuindo, dessa forma, para que o mesmo esteja entre os três Estados mais pobres do Brasil, como dito anteriormente.

Diante da baixa participação de parte da população piauiense em empregos assalariados no setor capitalista de produção, outras formas de organização da produção, subordinadas ao sistema capitalista dominante, se apresentam como uma alternativa importante de emprego, em alguns casos permitindo combinar atividades domésticas e produtivas. Serviços pessoais, comércio ambulante e produção artesanal são algumas das atividades usualmente realizadas fora das relações capitalistas de produção, propriamente ditas.

É o caso dos artesãos do aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí que, devido a alguns fatores, incluindo a baixa escolaridade, mostrada no Gráfico 2, não conseguem espaços no mercado formal e passam a trabalhar na informalidade como maneira de sobreviver e de sustentar sua família.

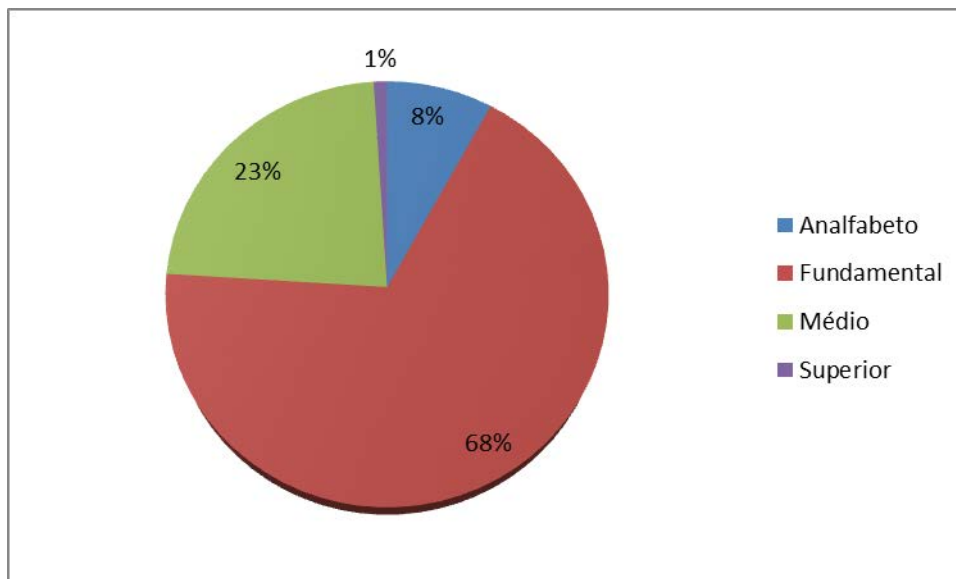


Gráfico 2: Grau de escolaridade das artesãs do aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí
Fonte: Pesquisa direta (2014)

De acordo com o gráfico, 8% são analfabetas, 68% das artesãs entrevistadas possuem o ensino fundamental, e apenas 23% possuem o ensino médio completo. O baixo grau de escolaridade das artesãs e o alto índice de desemprego, atrelados à capacidade técnica de produção adquirida na própria comunidade ou, mesmo na sua família, foram as principais razões que fizeram com que parte significativa das artesãs passasse a utilizar o artesanato como fonte de renda.

Algumas causas da baixa escolaridade das entrevistadas estão relacionadas à falta de escolas na região e à necessidade de realizar os afazeres domésticos ainda na adolescência. Muitas delas foram mães e donas de casa muito jovens, o que as forçou a abrir mão dos estudos para cuidar dos filhos e do marido. Além disso, por se tratar de uma região pobre e com ocupações com baixos salários, todos precisavam trabalhar para ajudar na renda da família, surgindo daí o interesse pelo artesanato, pois lhes permitia ajudar nas despesas domésticas sem precisar sair de casa.

Para Viera e Loiola (2014), holisticamente falando, é comum a baixa escolaridade entre os artesãos, e essa é uma das principais causas deles recorrerem ao artesanato como fonte de renda, comprovando que a produção artesanal, por ser um trabalho manual e não requerer nenhum grau de instrução, ainda é uma solução temporária para o alto índice de desemprego em locais de baixo nível econômico.

Quando questionadas a respeito dos valores cobrados pelos produtos, as presidentes das associações afirmaram que as duas formas mais comuns de formação de preços usadas pelas artesãs são as dicas dos instrutores do SEBRAE e, principalmente, suas próprias opiniões a respeito do assunto, normalmente baseadas no tempo gasto para produzir cada peça. Esse segundo caso pode ser um exemplo de problemas que a baixa escolaridade pode acarretar para as artesãs, pois definir preços de venda vai muito além do que uma simples análise do tempo de produção.

Segundo o SEBRAE (2014, p.5), “[...] a composição do preço depende de diversos fatores, como os custos diretos e indiretos, as práticas da concorrência, o comportamento dos consumidores e o valor agregado do artesanato”. Afirma ainda que o artesão deve se preocupar com a definição do preço de venda, uma vez que a imagem da empresa e a percepção da qualidade dos produtos pelos clientes tem uma relação direta com o valor cobrado pelo produto, não podendo ser muito barato, pois pode demonstrar qualidade inferior, tampouco caro demais, para não seja visto como produto destinado a um público seletivo.

Diante dessa realidade, observa-se que, mesmo na informalidade, a falta de uma maior instrução das artesãs pode lhes causar prejuízo, principalmente no que se refere à comercialização dos seus produtos, pois como, na maioria das vezes, elas não possuem conhecimentos básicos de gerenciamento de negócios, dificilmente conseguirão fazer uma análise eficientemente aprofundada de preços dos produtos, tipos e quantidades das peças produzidas, estratégia de venda, dentre outras características essenciais para o sucesso de uma empresa.

Mesmos os cursos disponibilizados pelo SEBRAE para auxiliá-las nesse processo de gestão são prejudicados pelo baixo nível de escolaridade das trabalhadoras, pois os ministrantes precisam usar uma linguagem apropriada e que seja compreendida por todas, podendo resultar na falta de informações, algumas vezes essenciais para os resultados positivos das alunas. No entanto, é preciso considerar que as artesãs possuem capacidade empírica, relacionada à vivência da prática artesanal na família ou na comunidade, o que faz com que elas consigam tomar decisões, de certa forma, satisfatórias.

3.2.2- O trabalho feminino na aglomeração de artesanato

Além do baixo grau de escolaridade, observou-se, também, durante a aplicação dos formulários, o predomínio significativo de mulheres, tanto no setor produtivo quanto administrativo, no aglomerado de artesanato da região Norte do Piauí.

Com a Revolução Industrial, as mulheres passaram a ser responsabilizadas pelas atividades domésticas e cuidado dos filhos, para que os homens pudessem realizar o trabalho nas indústrias e fábricas. Essa realidade contribuiu para que as donas de casa se dedicassem com mais afinco aos trabalhos artesanais, principalmente no provimento de vestimentas para toda a família.

Sabe-se, entretanto, pelos registros históricos, que houve uma revolução no mercado de trabalho, e hoje é difícil, ou mesmo impossível, se achar funções destinadas exclusivamente para os homens. No entanto, o fato da mulher continuar sendo a principal responsável pelas tarefas domésticas, representando uma sobrecarga para aquelas que realizam atividades econômicas, pode ser usado como justificativa para a dificuldade que elas têm de se dedicar totalmente ao trabalho e, por consequência, serem vistas como trabalhadoras de segunda categoria. Segundo Bruschini e Lombardi (2001), a maternidade é um dos fatores de maior interferência no trabalho feminino, resultando na redução do número de filhos por família, na maternidade cada vez mais tardia ou mesmo na escolha de algumas mulheres de não gerarem filhos.

A responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos na família limita a saída da mulher para o trabalho remunerado, sobretudo se os rendimentos obtidos são insuficientes para cobrir custos com formas remuneradas de cuidado infantil. Contudo, quando a necessidade econômica é tão premente que inviabiliza o exercício da maternidade em tempo integral, como nas famílias pobres ou nas chefiadas por mulheres, outros arranjos, como a rede de parentesco, inclusive os filhos maiores, ou redes de vizinhança, poderão ser acionados para olhar as crianças enquanto a mãe vai trabalhar. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001, p. 165)

Ainda segundo as autoras, apesar da dificuldade que as trabalhadoras possuem em cuidar dos seus filhos, a pressão econômica estaria exigindo das casadas e das mães a procurarem empregos, havendo, assim, um crescimento constante do trabalho das mulheres com essas características. A diversificação das pautas de consumo, gerando novas necessidades e desejos, o empobrecimento da classe média e a necessidade de arcar com os custos de educação e saúde, devido à precarização dos sistemas públicos de atendimento, são fatores determinantes

deste aumento da mulher no mercado de trabalho, não se podendo, contudo, deixar de citar a expansão da escolaridade, à qual as mulheres vêm tendo cada vez mais acesso.

Nota-se, porém, que a inserção das mulheres no mercado de trabalho, em muitos lugares, ainda é caracterizada pela precariedade que atinge uma parcela significativa de trabalhadoras. É comum observar que algumas atividades realizadas por elas ainda não são valorizadas ou não estão inseridas nas estatísticas econômicas, por não serem reconhecidas perante a sociedade. Sem esquecer os salários, que ainda são menores do que dos homens que realizam a mesma função.

Muitas dessas atividades são feitas no interior de suas residências e praticadas de maneira paralela às atividades domésticas do cotidiano, no intuito de acrescentar à renda familiar, e até mesmo buscar forma de sustentabilidade. Dessa forma, é cada vez mais comum as mulheres buscarem meios de colocar no mercado produtos que eram produzidos por *hobbies* ou lazer, muitas vezes colocando em prática ofícios que aprenderam com suas mães ou outros membros da família. O artesanato é uma das formas encontradas por essas mulheres que buscam uma fonte de renda alternativa, através do trabalho manual realizado em seus próprios domicílios (Figura 10).

No caso do aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí, é visível a importância que o artesanato tem na vida das artesãs da comunidade local. A associação deu oportunidade para que elas tivessem um local para expor e vender seus produtos, aumentando assim a obtenção de renda, além de melhorar sua capacidade inovativa, graças à troca de informação com outros membros formadores das associações das quais fazem parte.



Figura 10 – O trabalho feminino no aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí – Associação de Trançados da Ilha de Santa Isabel – Ilha Grande - PI
 Fonte da fotografia: Tirada pela própria autora

As mulheres da comunidade exercem um papel fundamental na produção do artesanato local. A delicadeza e os diferentes tipos das peças, principalmente dos bordados, podem ter sido as principais razões para o predomínio feminino nas aglomerações, uma vez que a região possui características provincianas, e o machismo ainda prevalece com muita força. No Piauí, o trabalho artesanal sempre foi visto como atividade que a mulher realizava em sua residência, juntamente com o trabalho doméstico, ocupando espaços de tempo considerados “livres”, pois eram horários em que não estariam realizando atividades que, por serem mulheres e donas de casas, eram obrigadas a fazer, como tarefas de limpeza, preparo da comida e cuidado com as crianças.

A questão das relações de gênero deve ser ressaltada, e, nesse sentido, lembramos que um dos principais limites para a conquista da igualdade de condições para as mulheres se refere ao processo de naturalização das competências femininas. Isso significa que todo o trabalho relacionado ao mundo privado, doméstico, no ato de cuidar de casa, dos filhos, incluindo os trabalhos de limpeza, é considerado decorrente de qualidade das mulheres, e não de qualificações, fazendo parte do que se convencionou chamar de “natureza feminina”. (CUNHA;VIEIRA, 2009, p. 266)

Esse acúmulo de funções domésticas (cuidado da casa e dos filhos) com atividades remuneradas a domicílio (costura, bordados, artesanato em geral,

confeções) tem sido encontrado no mundo todo, assim como no Brasil, e vários textos focam esse tema: Peck (1992) mostrou o trabalho a domicílio de imigrantes russas e vietnamitas para a indústria de confeções na Austrália; Seligardi-Sampaio e Pinheiro (1994) e Pinheiro e Seligardi-Sampaio (1994) identificaram o trabalho feminino a domicílio, em especial de costura e bordados, para a indústria de confeções em Rio Claro, São Paulo; Matushima (2005) mostrou o trabalho a domicílio de também de confeções em Ibitinga, São Paulo; Carneiro (2013) identificou a atividade domiciliar na produção de redes de dormir na cidade de Jaguaruana, Ceará. O que acontece no Piauí, portanto, não pode ser considerado como um fenômeno exclusivo do lugar, mas as condições de pobreza das artesãs e a precariedade das organizações produtivas imprimem ao aglomerado em exame feições bastante marcantes.

Infelizmente, o que se vê na região litorânea do Piauí é que essa prática ainda é passada de geração para geração, reproduzindo um quadro constante de pobreza e precarização das mulheres. É comum encontrar jovens em idade de formação escolar cuidando de filhos e de suas casas e tendo o Programa Bolsa Família e o artesanato como fontes de renda, sem nenhuma perspectiva de mudança. Devido à forma como esse tipo de ocupação é visto pela sociedade piauiense, o valor dado ao artesanato regional nem sempre condiz com a realidade, sendo muitas vezes desvalorizado e pago preços inferiores ao que realmente valem.

Sobre a pergunta referente à existência de tarefas específicas para cada sexo, com exceção da associação de trançados da Ilha Grande de Santa Isabel, na qual os homens são responsáveis apenas pela colheita da matéria-prima, e da CAMPAL, nenhuma outra possui associados do sexo masculino, sendo todas as atividades, inclusive as de gestão, realizadas por mulheres. No entanto, devido à dificuldade da colheita das palhas e ausência de associados homens, a maioria das associações compram os insumos utilizados na produção, de moradores da própria comunidade ou de outras localidades, mesmo sendo encontrados em grande quantidade na região.

É preciso esclarecer que, mesmo sem nenhum curso de capacitação, e utilizando apenas o conhecimento tácito, passado de pai para filho, as pessoas que fazem a colheita do produto se preocupam com a sustentabilidade, pois têm consciência de que dependem das plantas para o sustento de sua família. Esses trabalhadores, apesar de não fazerem parte, de forma direta, do aglomerado

produtivo em estudo são considerados essenciais para a existência do mesmo, pois sem matéria-prima não existiria produção. Os responsáveis pela colheita podem ser considerados trabalhadores autônomos, visto que, até o momento da pesquisa, não eram empregados em nenhuma organização formal ou informal, trabalhando por conta própria e arrecadando 100% do que vendia.

Dentro das associações, as artesãs possuem um bom relacionamento, cooperando umas com as outras e trocando conhecimentos constantemente, sempre em busca da melhoria das peças produzidas. As presidentes das associações foram eleitas pelas associadas e têm as funções de: organizar a produção das peças que irão participar das feiras e eventos; receber e distribuir entre as associadas o trabalho quando há encomendas; recolher e direcionar o valor arrecadado com as artesãs para manutenção da sede; comprar a matéria-prima que deverá posteriormente ser distribuída entre as associadas; organizar os cursos com o SEBRAE quando houver necessidade; participar das feiras e eventos, principalmente, fora do Estado, como São Paulo e Recife, dentre outras.

As presidentes afirmaram que, além de gerenciar as associações, trabalham na produção das peças e não recebem nada além do que produzem, ou seja, não possuem salários por serem responsáveis pelas funções administrativas que exercem, com exceção do presidente da CAMPAL, que o recebe um valor mensal pelo cargo. As respostas mais comuns a respeito dos motivos que as levaram a assumir a presidência estão relacionadas ao fato de elas terem sido as fundadoras das associações e se sentirem responsáveis pela melhoria de vida das outras associadas e da comunidade da qual fazem parte, através do artesanato.

As artesãs trabalham dentro de casa, ou em suas próprias calçadas, sentadas em cadeiras ou mesmo no chão, não tendo nenhuma separação entre o local de trabalho e o espaço doméstico. As moradias são normalmente pequenas, sem muita estrutura, sendo a maioria conjugada com as vizinhas, impedindo a circulação de ar, agravando ainda mais o calor, além da pouca iluminação (Figura 11).



Figura 11 – O trabalho feminino no aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí – Associação Maria dos Agaves (Parnaíba-PI) e Associação Nova Vida de Carnaubal (Luis Correia-PI) , respectivamente.

Fonte da fotografia: Tirada pela própria autora

Observa-se diante dessa realidade que, apesar das artesãs precisarem do valor arrecadado com o que produzem, a paixão pelo artesanato e a vontade de se sentir útil não só dentro de suas casas como também para os outros membros de sua comunidade são motivos primordiais para continuarem tendo o artesanato como ofício. A falta de estudo e o fato de terem que ficar em suas residências cuidando dos filhos e do marido não serviram de desculpas para essas mulheres que, utilizando do seu conhecimento e de sua disposição física para trabalhar, ajudam no seu sustento e de sua família.

3.2.3- Trabalho a domicílio

Pôde-se observar, até aqui, que o principal motivo das artesãs terem o artesanato como ofício foi a necessidade de aumentar a renda, muitas vezes insuficiente para manter sua família. No entanto, as donas de casa usaram, ainda, como justificativa da escolha pela produção artesanal o fato de poder trabalhar nas suas próprias residências, podendo assim ajudar a família sem precisar deixar suas tarefas domésticas.

Sobre o trabalho a domicilio, Neves e Pedrosa (2007, p.18) conceituam, de forma genérica, como sendo atividade remunerada exercida nas residências de

quem a realiza e que assume “[...] as formas assalariadas ou por conta própria, podendo o trabalhador realizar todo o processo produtivo ou apenas uma de suas etapas”. Diante dessa definição pode-se afirmar que a atividade realizada pelos agentes formadores do aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí pode ser considerada um caso de trabalho informal a domicílio, mesmo de uma maneira mais simplista, pois é desenvolvida na própria residência dos artesãos, com uso de ferramentas próprias e com tecnologia, muitas vezes, rudimentar.

Segundo Abreu (1986), nos países latino-americanos esse tipo de trabalho tem como enfoque o problema de emprego nas sociedades capitalistas dependentes, envolvendo conceitos como o de marginalidade, setor informal do mercado de trabalho, trabalhadores autônomos e modos de produção subordinados. O uso do termo marginal para categorizar o trabalhador a domicílio deve-se à forma de inserção no sistema produtivo marcado por uma forma de remuneração que não é a do assalariado puro, além de ter uma divisão de tarefas pequena e uma tecnologia rudimentar, não podendo, assim, ser caracterizado como uma situação tipicamente capitalista de produção.

Com o avanço tecnológico, o crescimento com base na alta produtividade e a redução constante da geração de empregos, o trabalho a domicílio deixa de ser visto como algo pouco usual e inadequado para ocupar o centro das novas estratégias de gestão da força de trabalho. Essa forma, atualmente comum, de ocupação é decorrente da necessidade dos empresários de reduzir custos, principalmente com mão-de-obra, com intuito de aumentar seus lucros e melhorar sua posição no mercado.

Os altos custos de contratação de empregados no Brasil têm influenciado donos de empresas a descentralizar parte ou toda sua produção através da contratação de pessoas, seja em território nacional ou internacional, dispostas a realizar atividades em troca de pagamento por peças produzidas, mas sem nenhum vínculo empregatício (NEVES; PEDROSA, 2007). Dessa forma, as organizações conseguem obter os mesmos resultados que obteriam com funcionários formalizados, a um custo muito inferior, pois não são obrigadas a pagar direitos trabalhistas, podendo economizar, também, em infraestrutura, uma vez que os grandes espaços para produzir e os gastos com energia, manutenção do prédio, dentre outros, são substituídos por pequenos escritórios ocupados apenas pelas equipes estratégicas e táticas.

Em geral, o trabalho domiciliar encontra-se inserido nas pontas das cadeias produtivas, algumas de extensão internacional, envolvendo grandes empresas que buscam, tirar proveito, seja das competências de trabalhadores em diferentes regiões do mundo, seja de menores níveis de remuneração. (NEVES; PEDROSA, 2007, p.19)

Apesar do tipo mais comum do trabalhador a domicílio ser o autônomo, no qual todas as etapas do processo de produção, desde a obtenção dos insumos até a venda, são responsabilidades do empregado que apenas vende o produto final e que não possui direitos trabalhistas, existe, também, a forma assalariada dessa ocupação que segundo a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), para caracterizar relação de emprego devem estar presentes as seguintes condições: “recebimento de materiais e orientações sobre os procedimentos a serem observados; execução de tarefas relativas à atividade da empresa; pagamento pelos serviços prestados; e subordinação do trabalhador ao empresário”. Nesse caso, o empregado tem os mesmos direitos dos que executam a função no estabelecimento do empregador, tendo como diferença apenas o fato dele realizar suas atividades fora do ambiente da empresa.

Os artesãos do aglomerado produtivo em estudo realizam todo o processo produtivo e recebem pagamento por peças produzidas, o que os caracteriza como um trabalhador por conta própria e não assalariado. Além disso, aqueles que tiverem interesse em vender seus produtos para as associações precisam colaborar com parte do que produzem para a manutenção da sede ou gastos com transporte e alimentação para feiras e eventos.

A maioria das empresas que forma a aglomeração estabeleceu como contribuição dos artesãos uma parcela referente a até 20% do valor de cada peça produzida. Esse valor é definido em comum acordo com os artesãos e os presidentes das associações. Já as rendeiras do Morro da Mariana recebem o valor integral das peças, mas para que produzam para a associação precisam pagar cinco reais mensais.

Além da forma de pagamento, as definições dadas por Abreu (1986) de trabalhador por encomenda e o autônomo comprovam que os artesãos que produzem para as associações de artesanato do litoral piauiense possuem características típicas do trabalhador autônomo, pois mesmo quando eles trabalham por encomenda, a matéria-prima utilizada é própria e não da empresa contratante e as ferramentas utilizadas para a produção também são do artesão. Dessa forma,

eles comercializam apenas o produto de sua propriedade e não a sua força de trabalho, como fazem os trabalhadores por encomenda.

O produtor por encomenda produz integrado numa empresa capitalista, ainda que seu local de trabalho não se ache instalado nos limites físicos da fábrica. [...] Os trabalhadores por encomenda, ao aplicarem sua força de trabalho e sua maquinaria sobre matéria-prima que é do capitalista estão vendendo simultaneamente o produto do seu trabalho e sua força de trabalho. [...] Os produtores autônomos típicos são donos da totalidade dos meios produtivos, trabalham para clientes particulares e comercializam o produto de sua propriedade. (ABREU, 1986, P. 80)

O trabalho autônomo e o domiciliar vêm acompanhados de alguns elementos negativos. Dentre eles, Lavinias e Sorj (1997) citam a baixa qualidade dos produtos se comparado com os empregos usuais do setor industrial, a falta de proteção da legislação trabalhista, as raras oportunidades de treinamento e ascensão funcional, ou seja, é uma forma de trabalho bastante vulnerável e desprotegida. Já para Neves e Pedrosa (2007), o trabalho a domicílio, principalmente o feminino, é marcado por baixos salários, pela intensificação do ritmo de trabalho, já que realizam várias tarefas simultâneas e pela perda dos direitos legais. Os autores afirmam ainda que esse tipo de atividade é uma expressão da precariedade, pois é instável, possui uma demanda inconstante, uma remuneração intermitente, sem nenhuma garantia trabalhista e descontinuidade de inserção no mercado de trabalho.

As artesãs da região litorânea do Piauí, que fazem parte do aglomerado em estudo, vivem exatamente essa realidade. Por não possuírem nenhum tipo de direito trabalhista, como salário fixo, férias remuneradas, salário maternidade, dentre outros, ficam a mercê dos imprevistos negativos, que quando acontecem as impedem de realizarem suas funções e conseqüentemente, de arrecadarem valores utilizados no seu sustento e de sua família. Apesar dessas desvantagens, para as artesãs entrevistadas, a separação entre o local de trabalho e de moradia não é vista com bons olhos, pois elas acreditam que dessa forma elas podem controlar melhor seu tempo e suas atividades domésticas.

A resposta unânime das presidentes das associações a respeito da escolha do local da sede estar diretamente relacionada às residências das artesãs pode servir de constatação para a presença significativa do trabalho a domicílio no aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí. Segundo elas, as principais vantagens da localização das sedes são: proximidade com a residência de mão-de-obra qualificada e matéria-prima disponível, tendo como as desvantagens

mais citadas: a dificuldade de transporte e de acesso aos grandes comerciantes e compradores.

No que se refere às sedes das associações, o que se pode observar foi a ausência de uma estrutura apropriada para a produção, como boa iluminação, espaços suficientes, ventilação adequada, dentre outros fatores. Na maioria das vezes, os espaços são improvisados, sem conforto, energia ou água, características, essas, que impedem as artesãs de utilizar as sedes para produzirem.

Em algumas associações, como Morro da Mariana e Lili Escórcio, é possível encontrar algumas rendeiras e bordadeiras desenvolvendo suas atividades, no entanto, comumente, elas são usadas apenas para venda ou divulgação dos produtos ou não utilizadas, como é o caso das associações dos artesãos em trançados do bairro São Vicente de Paula e Alda da Silva do Carnaubal, cuja produção e divulgação são 100% domiciliar.

Segundo as presidentes das associações, a subutilização das sedes do aglomerado produtivo em estudo, ou o não uso das mesmas, é devido, principalmente, à falta de interesse dos artesãos e o não incentivo dos órgãos públicos responsáveis no que se refere à melhoria do local, dando condições propícias de uso. Esses locais são mantidos pelos próprios artesãos, que retiram parte do que recebem pelo seu trabalho para pagar as despesas de água, energia e manutenção do espaço.

A representante legal da associação de artesãos em Trançados da Ilha, disse, durante entrevista, que a sua sede está inacabada por falta de verba, pois o dinheiro arrecadado com as vendas não é suficiente para terminar a obra. Afirma, ainda, que essa falta gera prejuízo para as artesãs que são obrigadas, algumas vezes, a diminuir o ritmo de produção, pois falta espaço para armazenar os produtos, já que são peças grandes e frágeis, que quando mal armazenadas podem se deteriorar (Figura 12).



Figura 12: Fotografias da Associação Trançados da Ilha de Santa Isabel – Ilha Grande-PI
Fonte da fotografia: Tirada pela própria autora

No caso da associação de artesanato Nova Vida, localizada em Luis Correia, o problema está relacionado ao fato de o espaço cedido por um morador da região para que os artesãos utilizassem como sede, ter sido colocado à venda pelo proprietário. Diante disso, a partir do momento que o local for vendido, a associação

passa automaticamente a não ter um lugar para armazenagem ou divulgação dos seus produtos. Entretanto, a associação Alda da Silva do Carnaubal possui um balcão localizado também em Luis Correia, no mesmo povoado, Carnaubal, sem nenhum uso, que poderia ser utilizado por ambas as associações, pois tem espaço suficiente para, pelo menos armazenar e divulgar as peças produzidas pelos artesãos.

A presidente da associação Nova Vida, ao ser questionada sobre a possibilidade de usar a sede da associação Alda da Silva, disse que apesar de nunca ter cogitado essa hipótese, temeria a não aceitação dos membros formadores, pois as duas associações são concorrentes, já que produzem artesanatos semelhantes com a palha da taboa. Esse fato ocorrido no município de Luis Correia é apenas um exemplo de falta de integração existente entre os agentes que formam o aglomerado produtivo do Norte do Piauí, afinal, enquanto uma associação não possui espaço para produção, divulgação e armazenagem a outra, localizada no mesmo povoado, não utiliza um local de sua propriedade destinado a esse fim.

A Campal é a única associação que possui uma sede muito bem estruturada, com espaços direcionados para diversas atividades, desde cursos promovidos por instituições como o SEBRAE e a PRODART, sala de informática para os associados, espaços para produção, divulgação e venda das peças, alojamento para ministrantes de cursos e artesãos e bibliotecas. A associação, que existe há mais de 42 anos, é uma das opções de visita para os parnaibanos e turistas que apreciam produtos típicos da região, no caso o artesanato em escultura e trançados em diversas palhas, como a da carnaúba, agave, cipó de leite, taboa, entre outros (Figura 13).



Figura 13 – Fotografias da Cooperativa artesanal mista de Parnaíba – CAMPAL – Parnaíba-PI
Fonte da fotografia: <http://cooperativaartesanalmistadeparnaiba-pi.blogspot.com.br/>

Diante do que foi exposto, pode-se observar que o fato das artesãs necessitarem relacionar as atividades domésticas com a produção artesanal, atrelado à falta de uma estrutura adequada das sedes das associações, faz com que o trabalho a domicílio ocupe uma posição de destaque no aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí. No entanto, cabe aos órgãos públicos responsáveis pela aglomeração informarem às produtoras que existem métodos de amenizar os problemas provindos da atividade autônoma, por exemplo, a

contribuição com a Previdência Social, garantindo o mínimo de benefícios como auxílio-doença, salário-maternidade, além de pensão e aposentadoria.

3.2.4- Regime de trabalho e remuneração dos artesãos do aglomerado produtivo local de artesanato da região Norte do Piauí.

O trabalho autônomo informal, à medida que é realizado por conta própria, rende benefícios diretos ao trabalhador e dá mais liberdade e independência ao mesmo, entretanto, possui riscos, dentre eles a demanda inconstante e a falta de vínculo empregatício. A flexibilidade de trabalho, já que é o trabalhador quem determina o lugar, o modo de produção, o tempo e a forma de execução, além de ter o poder de formar seus preços de acordo com as regras do mercado e a legislação vigente, também, são características típicas do trabalho autônomo e domiciliar que são usadas pelas artesãs do aglomerado produtivo do Norte do Piauí.

Ao serem interrogadas sobre o regime de horário de trabalho, a resposta das artesãs de não existência foi unânime. Elas trabalham conforme a demanda e sem um período predeterminado, usando suas palavras, *produzem quando o trabalho de casa permite*. Em épocas de encomendas maiores ou feiras e eventos próximos, a jornada de trabalho é aumentada e a participação da família passa a ser mais constante.

É muito comum as mães ensinarem às suas filhas o ofício para que possam ajudar quando houver necessidade. Para quem encomenda, este prolongamento do trabalho é vantajoso, pois tem a garantia de recebimento do produto e não precisa arcar com os tradicionais ônus das horas extras, caso contratassem trabalhadores assalariados para realizar a mesma função.

Pelo Gráfico 3 pode-se observar que quase 70% das artesãs afirmam que outros membros da família participam do processo produtivo, principalmente filhos e, em alguns casos, esposos. Indagadas sobre as idades das pessoas que as ajudavam na produção, admitiram ter auxílio de menores de idade, podendo implicar assim em prejuízos à educação escolar. Todavia, segundo as artesãs, além dos filhos não serem obrigados a produzir, eles só ajudam no seu tempo livre, não prejudicando, assim, seus estudos e não interferindo negativamente no seu futuro.

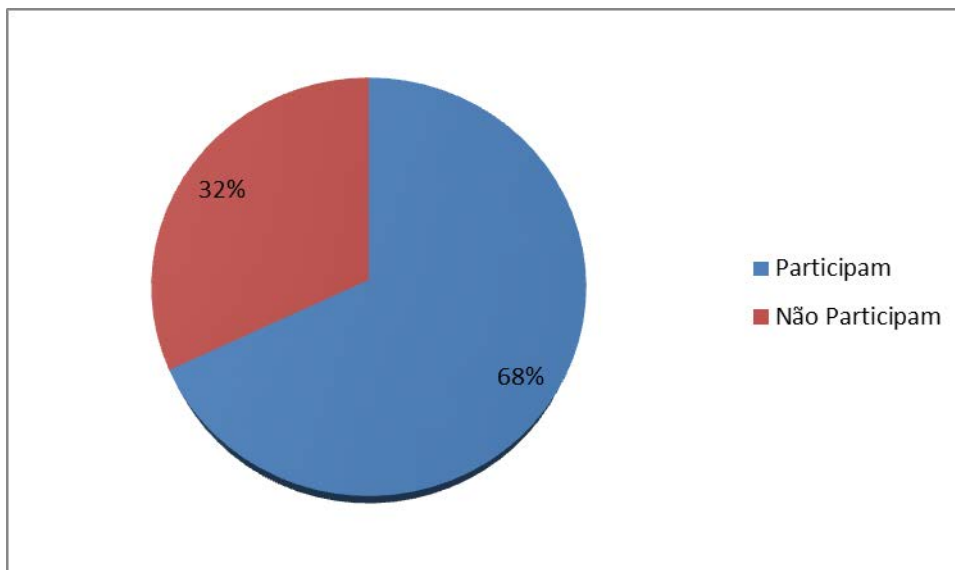


Gráfico 3: Participação dos membros das famílias das artesãs entrevistadas no processo produtivo.

Fonte: Pesquisa direta (2014)

Apesar das artesãs usarem o artesanato para ajudar nas suas despesas, pode-se observar que a consciência delas no que se refere à falta de incentivo das autoridades, juntamente com as condições de pobreza do local em que vivem e o valor arrecadado com sua produção, interferem na escolha do ofício para os seus filhos. Elas admitem que, mesmo ensinando a arte para os membros jovens da família e pedirem ajuda na produção quando necessário, preferem que eles estudem e tenham empregos formais e com maiores salários.

Outro questionamento feito às artesãs foi sobre a renda média mensal obtida com a atividade. Por falta de controle, a maioria delas não soube responder com precisão quanto ganhava mensalmente com o que produzia. Além disso, a demanda não é constante, o que as impediu de definir o valor arrecadado com o artesanato. Entretanto, 93% das entrevistadas afirmaram que a renda obtida com as peças produzidas serve apenas de complementação, não sendo suficiente para o seu sustento (Gráfico 4). Muitas delas vivem do programa bolsa família e de salários de outros moradores da residência, como filhos e maridos, principalmente provenientes da agricultura, da pesca e do comércio.

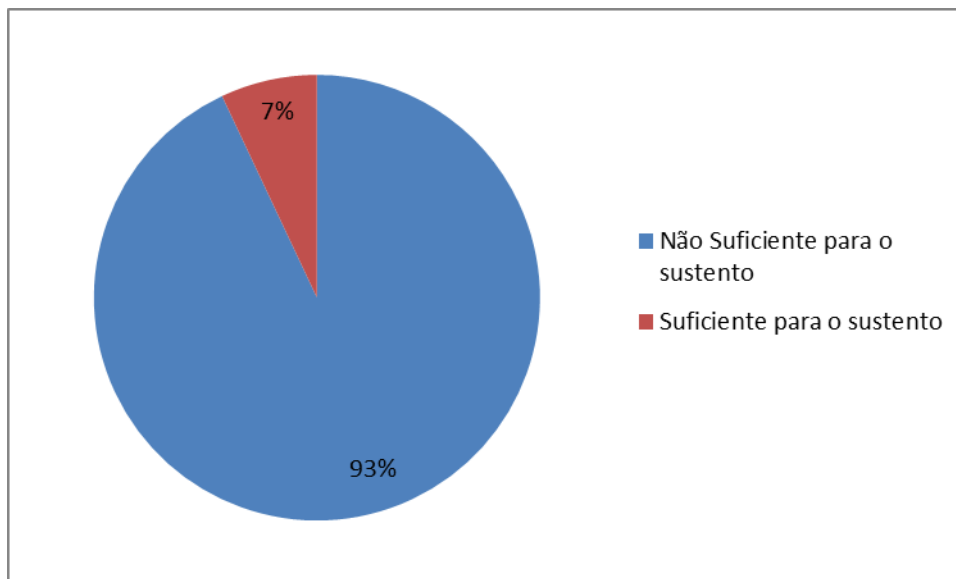


Gráfico 4: Renda obtida com o artesanato e o sustento das artesãs entrevistadas
Fonte: Pesquisa direta (2014)

Pode-se observar, durante as visitas feitas ao aglomerado, que a presença do programa Bolsa Família entre as artesãs é muito comum. Por se tratar de uma região subdesenvolvida e com um número significativo de famílias em condições de pobreza, além de poucas oportunidades de emprego formal, o PBF aparece como uma forma de sobrevivência de grande parte dos moradores da região. Entretanto, o programa assistencial, que visa melhorar o bem-estar de famílias pobres distribuindo recursos financeiros para a população alvo, não impediu que alguns moradores procurassem outras formas de complementar sua renda, utilizando, para isso, a produção artesanal.

Apesar de o artesanato ajudar nas despesas, em algumas associações, a presença de artesãos é inconstante, pois alguns deles só recorrem ao ofício quando o dinheiro do PBF e dos salários de outros membros da família não são suficientes para comprar algo de sua necessidade ou mesmo fruto de desejo. Segundo o presidente da Campal, Cooperativa Artesanal Mista de Parnaíba, é comum artesãos aparecerem na sede, esporadicamente, afirmando que só produzem quando necessário. Já a presidente da associação Maria dos Agaves disse que a quantidade de matéria-prima distribuída entre as produtoras não é igual, pois mesmo existindo artesãs produzindo constantemente, é possível encontrar associadas que produzem eventualmente ou quando surgem encomendas.

Uma das razões para a renda arrecadada com o artesanato não ser suficiente para o sustento dos artesãos do aglomerado produtivo pode estar relacionada à

demanda inconstante e, segundo os presidentes das associações, a desvalorização do produto por parte dos turistas piauienses que visitam o litoral. De acordo com os representantes dos artesãos, é nas feiras e eventos ocorridos em outras cidades, como Teresina e Pedro II, ou outros Estados, como o Piauí Sampa, em São Paulo, que o valor arrecadado com os produtos é maior, por essa razão parte significativa do que é produzido é levada para essas feiras ou para a loja cedida pela PRODART, localizada no shopping em Luis Correia, destinada, exclusivamente, à venda dos produtos provenientes dos membros formadores do aglomerado produtivo (Figura 14). Esta loja é gerenciada pela PRODART, mas fica sob os cuidados das próprias associações que devem dispor de artesãos para limpeza e venda dos produtos expostos. De cada peça vendida são arrecadados 20% do valor, usados para pagamento das despesas da loja como água, luz e aluguel do espaço.



Figura 14 – Loja localizada no shopping em Luis Correia, cedida pela PRODART para a exposição e venda das peças produzidas nas associações do aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí.

Fonte da fotografia: Tirada pela própria autora

No que se refere ao comércio pode-se dizer que o mesmo acontece da seguinte forma:

- 1- Associações: o artesão associado deixa sua peça para ser vendida sob regime de consignação, uma vez que o mesmo só recebe o valor da venda depois que a mesma acontece, sendo obrigado a deixar 20% do valor arrecadado para manutenção da sede, bem como despesas com as viagens das representantes para as feiras, pois a PRODART e o SEBRAE disponibilizam, apenas, o transporte até o local do evento. Com exceção da CAMPAL, todas as outras associações só divulgam e vendem em suas sedes peças produzidas por associados.
- 2- Lojas locais: nesse caso os empresários compram as peças nas associações e as vendem a preços superiores, devido à porcentagem de lucro estabelecido pelos donos das lojas.
- 3- Loja cedida pela PRODART: A maneira como acontece o comércio nessas lojas é semelhante ao das associações, pois os artesãos entregam suas peças para serem expostas, mas só recebem algum valor depois que o artesanato é vendido, ficando 20% da venda para a manutenção da loja.
- 4- Feiras e eventos: Os representantes das associações afirmaram ainda que é graças às feiras organizadas pelo SEBRAE, ocorridas em outros Estados, como São Paulo e Recife, que os compradores em potencial passam a conhecer seus produtos surgindo, daí, as encomendas mais importantes e com maior valor de venda.

Apesar dessas formas de comércio serem as mais comuns, é necessário esclarecer que, por se tratar de uma região litorânea, é possível encontrar pessoas vendendo artesanato nas praias, no entanto, acredita-se que essa venda seja feita por não associados do aglomerado produtivo, pois ao serem interrogados sobre a comercialização das peças produzidas nas associações, os presidentes não citaram esse tipo de comércio.

Uma dificuldade comum entre as associações é a falta de transporte, principalmente as que possuem produtos grandes e pesados, como é o caso de Trançados da Ilha, Nova Vida e Alda da Silva. Segundo as presidentes dessas três associações citadas, não existem transportadoras que atendam os municípios de Ilha Grande e Luis Correia. Nesse caso, elas são obrigadas a levar os produtos até a transportadora em Parnaíba, quando possível, gerando maiores despesas e, por consequência, tornando os produtos mais caros e algumas vezes inviáveis para alguns compradores. As artesãs afirmam ainda que já foram obrigadas a negar

encomendas pela incapacidade de entrega das peças aos destinatários, devido à falta de transporte na região em que a associação está localizada, principalmente em Ilha Grande, pois o acesso é muito ruim, com péssimas rodovias e ruas muitas vezes impossíveis de trafegar veículos pesados, como caminhões.

Pelo fato da reclamação da falta de transporte ser constante entre os artesãos, foi questionada a possibilidade das representantes das nove associações se reunirem para tentar junto ao Governo do Estado, ou mesmo algum investidor privado, a doação, ou empréstimo, de um veículo que suprisse a necessidade de todo o aglomerado, uma vez que as encomendas das associações dificilmente acontecem simultaneamente. Pergunta parecida foi feita a respeito da compra da matéria-prima entre as organizações de produtos semelhantes, já que, por comprarem individualmente, têm seu poder de barganha reduzido. Em ambas as perguntas, o silêncio como resposta foi unânime, pois nenhuma das presidentes soube responder, mesmo concordando que essa seria uma solução viável nas duas situações.

Observa-se que, apesar das artesãs terem consciência que o trabalho em equipe traria resultados mais positivos que os atuais, e que a integração entre as associações é essencial para o sucesso, essa não é uma prática existente entre os agentes formadores do aglomerado, que sempre trabalharam de maneira isolada, sem nenhuma integração ou cooperação, fazendo com que os resultados positivos que a aproximação gerada pelo aglomerado poderia gerar não aconteçam.

Com base nessa realidade, no item seguinte, serão abordados mais alguns problemas ocorridos na aglomeração devido à ausência da cooperação, além de mostrar como acontece a competição entre as associações e a forma de aprendizado local.

3.3- Cooperação, Aprendizado local e Governança.

Segundo Sousa et al (2006), para existir cooperação e confiança entre as firmas numa aglomeração, além da proximidade física, é necessária também a proximidade cognitiva. Segundo os autores, a soma destes dois aspectos é ilustrada no conceito de capital social.

Diante dessa realidade, o capital social apareceria como um dos instrumentos aptos a auxiliar na solução ou redução dos problemas sociais, em

especial da pobreza, pois promove a cooperação entre atores com objetivos comuns, além de possibilitar a obtenção de recursos que os agentes individualmente não conseguiriam alcançar, através da troca de informações e de conhecimento, da participação política e do associativismo. Para Petrini, Fonseca e Porreca (2010, p.188), capital social é definido como “[...] patrimônio e recurso cultural que sustenta as relações de confiança, de cooperação e de reciprocidade entre as pessoas, evitando a desumanização da vida social”. Os autores afirmam ainda que o capital social está diretamente relacionado à ação coletiva e desenvolvimento econômico.

No entanto, o que se pode observar nas visitas feitas ao aglomerado produtivo em estudo, bem como nas conversas com seus representantes legais, foi uma total falta de integração e cooperação entre os artesãos das associações. A resposta negativa dos entrevistados ao serem questionados a respeito da cooperação com outras associações da região ou de outros municípios foi quase unânime. Com exceção apenas a Associação Trançados da Ilha, que afirmou recrutar algumas artesãs de Trançados do Bairro São Vicente de Paula em períodos que a demanda é muito alta, e as peças produzidas pelos seus associados não são suficientes para atender a encomenda no tempo previsto. Mas, mesmo nesse caso, a relação acontece de maneira superficial e esporádica, uma vez que se nota a existência apenas do uso da mão-de-obra disponível.

A troca de informações que a proximidade geográfica pode favorecer é considerada pelos agentes como de má qualidade ou inexistente. Além disso, as vantagens aglomerativas associadas à ação conjunta entre as empresas envolvidas, que resultariam no aumento da competitividade de toda a aglomeração, não são vistas no objeto de estudo em questão.

O prejuízo gerado por essa falta de integração e cooperação entre as associações formadoras do aglomerado produtivo de artesanato do Norte do Piauí alcança desde a compra de matéria-prima mais cara, até a falta de local para armazenagem das peças e de transporte para envio de mercadorias aos compradores, e ainda a redução da capacidade inovativa e, conseqüentemente, de eventuais vantagens competitivas das empresas. Sousa et al (2006) definem como ganhos oriundos destas relações a redução de custos, a minimização de riscos, o aumento da eficiência por meio das economias de escala, a redução de incertezas, o controle sobre mercados potencialmente promissores e a geração de lucros que não são obtidos de forma independente.

O desenvolvimento de elos com consumidores, fornecedores e outras instituições são importantes não apenas para a busca da eficiência, mas também para aumentar a capacidade inovativa. Assim, o papel da cooperação entre agentes locais tem particular relevância no desenvolvimento de vantagens competitivas e de inovações – fatores essenciais para a dinâmica competitiva das empresas. (SOUSA et al., 2006, p. 03)

Apesar de a eficiência coletiva aumentar a competitividade de todos dentro da associação, a competição entre eles é necessária para o desenvolvimento da aglomeração, não podendo assim, ser excluída. Para Porter (1999), a rivalidade local gera uma pressão por aumento de produtividade e incentiva a busca por inovações e, conseqüentemente, por diferenciais estratégicos.

O associativismo competitivo, definido por Tironi (2000) como sendo a busca de empresas organizadas em rede por vantagens competitivas, permite uma maior potencialidade, consistência e visibilidade para aglomerações de empresas próximas geograficamente. “Um agrupamento de empresa pode mostrar-se muito competitivo, em relação às empresas de fora da aglomeração, desde que haja competição interna e ao mesmo tempo, a cooperação entre estas, para enfrentar a competição externa.” (SOUSA et al., 2006, p. 4). Sobre esse tema, o que pode se observar no aglomerado produtivo de artesanato do litoral piauiense é que os respondentes têm consciência da existência da competição entre as empresas aglomeradas, e por essa razão estão sempre a procura de inovações para seus produtos, entretanto, o associativismo competitivo não existe de fato, pois o isolamento e a falta de cooperação estão presentes na aglomeração, como já mostrado anteriormente.

As empresas pesquisadas, em geral, não conseguem relacionar a cooperação com concorrentes às vantagens competitivas. A prova disso foi a ausência de respostas a respeito das possíveis melhorias que a cooperação com outras associações poderia gerar, bem como as suas desvantagens. Esta baixa interação elimina o caráter sistêmico da aglomeração, mesmo estando as associações geograficamente próximas, e como consequência, não se observa uma busca sistemática ou coordenada por inovações.

Devido à falta da troca informal de informações entre as empresas de artesanato, causada pela ausência de interação entre as mesmas, existe uma dificuldade na disseminação de conhecimentos e aprendizado. Dessa maneira, os entrevistados, ao serem questionados sobre o desenvolvimento de novos produtos,

afirmaram que a participação em feiras e eventos é fator decisivo para aquisição de conhecimentos, além de ser fonte de disseminação de inovações de processos e produtos. Os clientes são outras fontes de conhecimentos e inovações, pois ao encomendarem os produtos, adicionam detalhes que, algumas vezes, são novidades para os artesãos, que passam a utilizá-los na produção de novas peças.

Dentre as feiras que servem de fonte de inovação, o evento Casa Piauí Design foi o mais citado pelos respondentes. O evento, promovido pelo SEBRAE, conta com a participação de designers e arquitetos renomados, que por meio de diversas consultorias, incentivam os grupos produtores de artesanatos a inovar a criação dos seus produtos, criando peças diferenciadas e com maior valor agregado. Segundo os artesãos, representantes do SEBRAE visitam as associações com catálogos de produtos considerados tendências de moda que serão produzidos e, posteriormente, comercializados durante o evento, que acontece em Teresina, capital do Estado.

Na última edição da feira, que ocorreu em 2013, foram apresentadas 27 coleções, contendo cinco peças cada uma, totalizando 135 novos produtos que foram disponibilizados para consumidores e profissionais de decoração. Além dos catálogos, os artesãos participam de cursos ministrados por profissionais de design que visitam as cidades sedes do aglomerado para interagir com os produtores de artesanato, com intuito de ajudar no processo de concepção dos produtos, desde a análise iconográfica e de trabalhos de cada região até a elaboração da peça em si.

Conforme Szapiro (2005), o desempenho competitivo das firmas depende diretamente da sua capacidade inovativa, e o sucesso dessa inovação está condicionado, quase sempre, à interação com outras organizações e trocas de vários tipos de conhecimentos, informações e outros recursos. Já segundo Ortigoza (2009, p. 78), para a empresa inovar é imprescindível, pois permite “[...] uma série interações imbricadas por diferentes fontes de informações, conhecimentos e inovações internas e externas”. Diante disso, pode-se afirmar que o processo de inovação dentro do aglomerado produtivo de artesanato do Norte do Piauí está aquém de sua capacidade, devido, principalmente, à ausência de interações entre as associações formadoras e, conseqüentemente, à baixa acumulação de habilidades e competências obtidas através da troca de informações e da transformação das mesmas em conhecimento útil.

Existe um domínio de aprendizagem informal na disseminação da prática da produção artesanal e, por consequência, do conhecimento tácito. Apesar dos cursos ministrados por profissionais do SEBRAE, os respondentes afirmaram que a forma mais comum de aprendizado entre os artesãos é através da prática adquirida na família, com outros membros da associação e com pessoas da comunidade. O ofício passado de geração para geração é disseminado na região como uma forma de ajudar as pessoas a complementar suas rendas, já que a condição econômica local é precária e com poucas possibilidades de empregos formais.

Cassiolato e Lastres (2003, p.24) afirmam que os “[...] conhecimentos tácitos, de caráter localizado e específico, continuam tendo um papel primordial para o sucesso inovativo”. Isso se deve à impossibilidade de ser codificado ou repassado em forma de esquemas ou manuais, pois envolve experiência direta sobre o conhecimento adquirido. Segundo os autores, o fato do conhecimento tácito ser difícil ou mesmo impossível de ser transferido, resulta em vantagens significativas para quem utiliza desse tipo de aprendizado. Diante disso, pode-se observar que se houvesse uma integração entre as associações, as chances de aumentar os resultados obtidos com a prática artesanal através da inovação seriam bem maiores que as atuais.

Os presidentes das associações, ao serem questionados sobre a existência de cursos de capacitações para pessoas que querem fazer parte da associação ou mesmo para pessoas que querem apenas aprender, responderam sete deles, que os próprios artesãos se disponibilizam a ensinar sempre que aparece alguém interessado. O ensinamento, totalmente tácito, acontece nas associações ou nas casas dos seus membros, sem o uso de manuais ou roteiros. Segundo os artesãos, é através da observação e da prática que o ofício é disseminado entre os moradores da região, ou de outros locais, interessados em produzir o artesanato, seja por curiosidade ou para usar como complemento da sua renda e de sua família. Apenas duas das associações não disponibilizam cursos para interessados. As responsáveis legais das associações das Rendeiras do Morro da Mariana e de Artesãos em Trançados da Ilha afirmaram que, por falta de tempo, fica inviável ensinar a arte para outras pessoas, pois atrapalharia a produção.

É preciso deixar claro que, pela falta de manuais e pela necessidade maior de experiência de vida, o conhecimento tácito muitas vezes é complexo e requer interações prolongadas, bem como encerra erros e acertos, o que não impede que

qualquer pessoa desenvolva habilidades e conhecimentos, através de estudos práticos e vivência com pessoas conhecedoras do ofício. Dessa forma, a socialização e o contato face a face entre pessoas são fatores determinantes para a eficiência do conhecimento tácito, o que pode justificar o fato de 87% das artesãs entrevistadas terem dito que aprenderam a fazer o artesanato vendo a mãe, irmã, tias ou avós fazendo, ou seja, o aprender fazendo foi característico entre as respondentes. Apenas 13% aprenderam em cursos ou com outros artesãos não membros de suas famílias conforme gráfico 5.

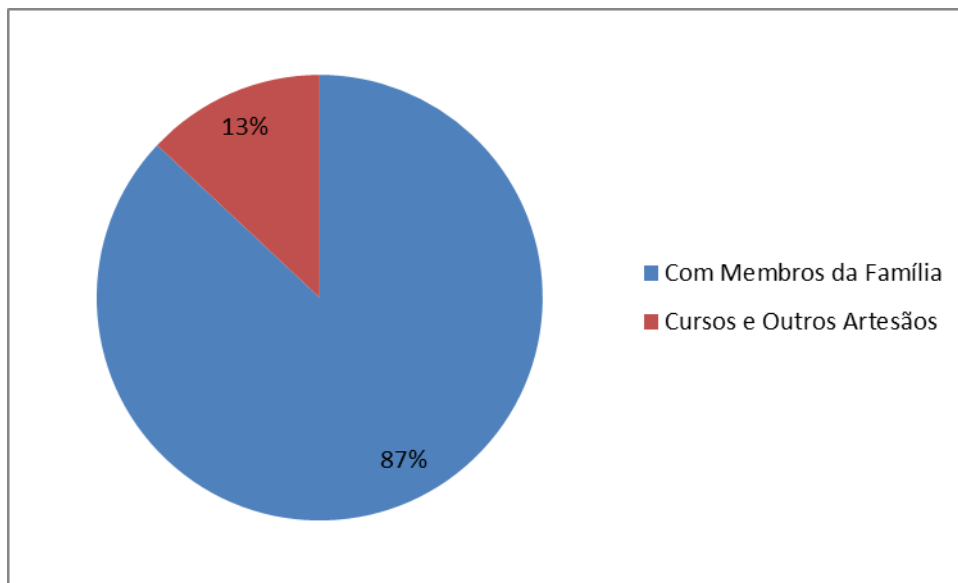


Gráfico 5: A maneira como as artesãs aprenderam o ofício.
Fonte: Pesquisa direta (2014)

Ao analisar a importância do contato face a face, Storper e Venables (2005) afirmam que o que eles denominam como “burburinho” é essencial para a transmissão do complexo conhecimento tácito, latente. Esse tipo de contato além de diminuir as incertezas, gera maior confiança entre as pessoas que estão se comunicando, resultando assim em maior produtividade, criatividade, inventividade, inovação e aprendizagem.

Segundo os autores supracitados, a informação codificável é transferível a baixo custo pela facilidade com que os símbolos podem ser disseminados, já no que se refere à informação não codificável, a mera aquisição do sistema de símbolos ou posse da infraestrutura física é insuficiente para que a mensagem seja transmitida de forma bem sucedida. Dessa forma, “[...] o contato FaF oferece uma eficiente tecnologia de transação, uma vez que as pessoas, aos se encontrarem face a face,

oferecem feedback profundo e veloz, impossível de se obter em outras formas de comunicação”. (STORPER; VENABLES, 2005, p. 36).

Ainda de acordo com os autores, o sucesso do contato face a face está diretamente ligado à parceria entre os membros, e, conseqüentemente, à confiança e ao entendimento mútuo, dessa forma, pode-se dizer que quanto mais frequente for o contato, ou quanto maior for a socialização, os efeitos serão melhores e com prazos mais longos. O burburinho é exatamente a força deste tipo de contato FaF, além de ser altamente motivante, nos sentidos psicológicos e biofísico e de levar à informação de desejos e à mobilização de esforços para realizá-los. “Portanto, o burburinho é muito mais do que a circulação de informação ou a participação em rede. É, respectivamente, o que faz com o que o primeiro ocorra e o modo pelo qual o segundo funciona.” (STORPER; VENABLES, 2005, p. 48)

Segundo Ortigoza (2009), o burburinho e o contato FaF geram aglomerações urbanas e econômicas, além de emergir como uma importante vantagem competitiva. Porém, nem todas as aglomerações especializadas contêm burburinho, ou seja, algumas possuem poucas interações funcionais, como é o caso do aglomerado produtivo de artesanato em foco. Diante dessa realidade, a falta das sinergias, que operam por meio do burburinho, faz com que haja baixas práticas inovativas nas associações formadoras da aglomeração, além de uma redução de suas rentabilidades.

Ainda no que se refere às interações existentes dentro do aglomerado produtivo piauiense, os presidentes das associações foram questionados sobre a participação de outros possíveis parceiros como, por exemplo, fornecedores de insumos, concorrentes, empresas de consultoria, universidades, entidades sindicais e agentes financeiros, bem como órgãos do Governo como SEBRAE, PRODART e SEDET. O que se pode observar com as respostas dadas é que a participação do poder público e privado na aglomeração em estudo é quase inexistente, principalmente no que se refere a apoio financeiro.

Segundo representantes legais das associações, são poucas as ações de parcerias existentes dentro do aglomerado. Podem ser citados, como exemplos:

- Uma loja no shopping de Luis Correia, cedida pela PRODART, para que os artesãos possam expor e vender suas peças. Essa loja é administrada pela PRODART, mas os vendedores são membros das próprias associações, que se revezam semanalmente. Os valores dos produtos são definidos pelas

associações, mas 20% do que é arrecadado são transferidos para a conta da PRODART para manutenção do local.

- Um ônibus, também de parceria com a PRODART, é viabilizado para as associações transportarem um representante para as feiras e eventos, bem como parte de seus produtos, dentro do Piauí ou outros Estados próximos, como Ceará e Maranhão. No caso de feiras maiores como as de São Paulo e Pernambuco, a PRODART aluga o caminhão para o transporte dos produtos e o SEBRAE paga passagens aéreas de ida e volta para um artesão de cada associação, ficando o restante das despesas sob a responsabilidade dos próprios artesãos.
- Curso de capacitação disponibilizado pelo SEBRAE, principalmente, para a produção das peças que serão expostas e vendidas no evento Casa Piauí Design.
- Auxílio durante o processo de abertura das sedes das associações. No caso da PRODART, o auxílio foi financeiro e técnico, já o SEBRAE teve uma participação direta no desenvolvimento das mesmas, tanto na teoria, através de cursos de gestão, como na prática, mostrando exatamente as etapas legais de abertura de empresas para os representantes legais.

Com base na definição de governança como um processo de tomada de decisão, cujo poder é repartido entre governantes e governados, com “[...] descentralização da autoridade, parceria do poder público com o privado, gestão de interações, sistemas de regulação e mecanismos de coordenação e negociação entre os atores sociais” (CARNEIRO, 2013, p. 50), essas ações de parcerias não podem ser consideradas uma representação de governança dentro do aglomerado produtivo de artesanato do Norte do Piauí. Afinal, para que seja considerada governança, é necessário um processo de coordenação e disseminação de informações entre todos os membros (internos ou externos), havendo, assim, uma descentralização de poder e o compartilhamento da resolução de problemas entre os agentes, realidade essa não encontrada na aglomeração em estudo.

Ainda segundo Carneiro (2013), a existência de formas de governança nos aglomerados produtivos é essencial para a produção de relações cooperativas entre os agentes locais, gerando, dessa forma, a redução de custos de transações, um melhor monitoramento do desempenho produtivo, bem como uma organização mais eficiente de atividades e resolução de problemas de adaptação. A cooperação e o

comportamento confiável tornam-se, então, fatores fundamentais para a consolidação da governança.

A pesquisa de campo constatou, porém, baixa praticabilidade de cooperação, resultando em ações isoladas que não contribuem para a melhoria da capacidade competitiva da aglomeração. Essas ações individualizadas dos agentes que formam o aglomerado, acompanhadas das poucas parcerias com atores sociais externos como SEDET, PRODART, entre outros, limitam as possibilidades da criação de externalidades positivas aos artesãos e, por consequência, reduzem o incremento da competitividade de todo o sistema local.

Apesar do Plano de Desenvolvimento Provisório do Artesanato da Região Norte, elaborado pelo Grupo de Trabalho de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais e do Programa de Inserção para apoios aos arranjos produtivos locais, ambos desenvolvidos pela SEDET, que tinham como objetivos a geração de emprego e renda, através da adoção de políticas baseadas em princípios que envolvem a autonomia local, a coordenação, a cooperação no âmbito regional e a busca da equidade, o que se pode observar foi uma produção quantitativa e qualitativa aquém da capacidade dos artesãos e uma baixa competitividade das empresas locais. Além disso, a formulação e a execução, pelo poder público estadual e municipal, de políticas de apoio ao artesanato se mostraram insuficientes para o enfrentamento dos problemas críticos do aglomerado produtivo.

A falta de um envolvimento adequado do poder público estadual e, principalmente, municipal e, por consequência, uma precária governança, são fatores de importante contribuição para que a produção de artesanato do Norte do Piauí não alcance resultados suficientes para o sustento dos artesãos e, muito menos, para o desenvolvimento econômico da comunidade local.

Diante da teoria citada no capítulo 2 sobre arranjo produtivo local e das características encontradas no aglomerado produtivo de artesanato do litoral piauiense através da pesquisa de campo, sentiu-se a necessidade de concluir este subcapítulo mostrando que a nomenclatura de APL, dada pelos governos Estadual e Federal à aglomeração em estudo, não condiz com a realidade local. Para isso, foram usados como base os elementos chaves definidos por Lastres e Cassiolato (2003) em estudo pela RedeSist, como característicos dos arranjos produtivos propriamente ditos. São eles:

- Dimensão territorial – As associações do aglomerado produtivo de artesanato estão concentradas numa mesma área geográfica, mais precisamente no litoral piauiense. Esse talvez tenha sido o fator determinante para a definição de APL dada pelas autoridades, deixando de lado, entretanto, outros elementos também definidores.

- Diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais – Para que sejam consideradas arranjos produtivos, as aglomerações precisam possuir uma diversidade de atividades e atores atuando diretamente no seu sucesso. No caso da aglomeração em estudo, observou-se que os atores econômicos da região possuem uma participação quase nula no que diz respeito à melhoria das associações formadoras e da qualidade de vida dos artesãos.

- Conhecimento tácito – Por se tratar de uma aglomeração de artesanato, em que o trabalho é totalmente manual, a forma mais comum de aprendizado é observando o fazer de outros membros da família e da comunidade, constatando-se assim que o conhecimento predominante é o tácito.

- Inovação e aprendizado interativos – Como dito anteriormente, devido à falta de integração e de governança, a inovação deixa a desejar, prejudicando o poder competitivo da aglomeração estudada e, conseqüentemente, reduzindo o valor arrecadado com a venda das peças.

- Governança e grau de enraizamento – Elementos básicos para o sucesso dos arranjos produtivos locais, pois sem o envolvimento entre os agentes, sejam eles internos ou externos ao aglomerado, e sem a colaboração de instituições de apoio, dificilmente a proximidade entre os membros formadores será suficiente para o alcance positivo dos resultados pretendidos. O que se pode notar no aglomerado produtivo em estudo é uma total falta de interação, cooperação, ou mesmo confiança entre as associações, bem como a ausência da participação dos órgãos governamentais na gestão do aglomerado, gerando efeitos sociais e econômicos inferiores aos de um arranjo produtivo local propriamente dito.

Diante do que foi exposto pode-se confirmar que o aglomerado produtivo de artesanato do Norte do Piauí apresenta características que o impedem de ser considerado um APL, recebendo essa denominação de maneira irregular e, possivelmente, relacionada a interesses políticos. Entretanto, não se pode ignorar a vontade das artesãs em melhorar suas condições econômicas, de sua família, ou até mesmo de sua comunidade, através da produção artesanal, sendo necessário,

para isso, que os atores econômicos, políticos e sociais lhes apoiem de maneira eficiente, eficaz e efetiva.

3.4 Espacialização do aglomerado produtivo local de artesanato da região Norte do Piauí.

Segundo a teoria de Vidal de La Blache citada por Santos (2012, p. 69), o homem cria, através do relacionamento constante e cumulativo com a natureza, “[...] um acervo de técnicas e hábitos, usos e costumes que lhe permitem utilizar os recursos naturais disponíveis”. Ainda de acordo com a teoria de Vidal, essas técnicas e costumes, denominados de gênero de vida, demonstram como a população utiliza esses recursos, podendo variar entre sociedades ou mesmo entre épocas.

Carl Sauer, também aludido por Santos (2012), afirma que a relação do homem com a natureza tem caráter não só cultural, mas político e técnico. Dessa forma, a produção humana vem acompanhada da produção do espaço, que é “[...] o resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço por meio dos objetos naturais e artificiais”. (SANTOS, 2012, p.70).

Para Lefebvre (2000), o espaço é um produto das práticas sociais, dessa forma, a produção da sociedade é fator determinante para a sua formação. Ainda sobre a opinião do autor supracitado, Schmid (2012, p.12) mostra que “[...] o espaço social aparece na dimensão da prática espacial como uma cadeia de rede de atividades ou interações interligadas, as quais por sua parte residem sobre uma base material determinada (morfologia, ambiente construído)”.

Já no que se refere à paisagem, de acordo com Santos (2012), a mesma se organiza de acordo com os processos específicos de cada produção, diante disso a paisagem urbana se torna mais heterogênea, pois apresenta diferentes tipos e níveis de produção. Outra característica típica da paisagem está relacionada ao fato de que a mesma vai se transformando à medida que os objetos ali encontrados vão sendo utilizados, uma vez que o mesmo objeto pode ter lógicas distintas com o passar o tempo, podendo, inclusive, perder sua utilidade. “O homem vai construindo novas maneiras de fazer coisas e novos modos de produção que reúnem sistemas de objetos e sistemas sociais. Cada período se caracteriza por um dado conjunto de técnicas”. (SANTOS, 2012, p. 74).

O espaço, ao contrário da paisagem que é vista como a materialização de um instante da sociedade, possui movimento e é visto como a união das formas geográficas e do contexto social. “O espaço é o resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade por meio da espacialidade. [...] A espacialidade seria um momento das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial”. (SANTOS, 2012, p. 80). Cabe ressaltar que o espaço é formado de fluxos e fixos.

Os fixos nos dão o processo imediato do trabalho. Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. Não é por outra razão que os diversos lugares, criados para exercitar o trabalho, não são idênticos e o rendimento por eles obtido está em relação com a adequação dos objetos ao processo imediato de trabalhos. Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão também a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo (SANTOS, 2012, p. 86).

Esse breve preâmbulo teórico é aqui colocado com a intenção de se abordar uma questão que em todos os momentos esteve entre as preocupações da autora, qual seja, mostrar como relações sociais e técnicas produtivas muito simples, ou pouco elaboradas, se espacializam em um meio natural, por tais razões, ainda pouco tocado e organizado. Tal é o caso do aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí, e discorrer sobre suas espacialidades é o objetivo seguinte, com foco nos municípios que o compõem, bem como nas regiões (bairros) nas quais se localizam as associações.

A aglomeração estudada está concentrada em quatro municípios espacialmente contíguos e limítrofes, mais precisamente Buriti dos Lopes, Parnaíba, Ilha Grande e Luis Correia. Observa-se, em uma macro escala, que existe uma proximidade territorial entre as municípios sedes da aglomeração, daí o uso do próprio conceito de aglomeração; mas essa proximidade geográfica não fica tão evidente quando se analisa a localização das associações propriamente ditas.

Assim, apesar de se tratar de municípios territorialmente pequenos e próximos um dos outros, o que se pôde notar, ao nível interno dos municípios, foram espacialidades de dispersão (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009), pois as associações se encontram isoladas e distribuídas em bairros ou regiões relativamente distantes entre si. No interior de cada município, não se observa um espaço de produção e comercialização contínuo, compacto, havendo associações localizadas em pontos diferentes e não tão próximos.

Já em uma micro escala, alguns pontos de espacialização das atividades produtivas se tornam evidentes, na medida em que as regiões (bairros) nas quais se localizam as associações possuem várias artesãs trabalhando em residências próximas, as quais têm as sedes como ponto de apoio, de coleta de matéria-prima, de divulgação das peças produzidas, de vendas ou mesmo como um local de convivência das artesãs para troca de informações diversas, como, por exemplo, tomar conhecimento de alguma inovação que permita a confecção de novas peças, com técnicas diversas de produção, ou da possibilidade de melhores preços de venda dos produtos, dentre outras.

Faz-se necessário esclarecer, também, a utilização, pelos moradores do Norte do Piauí, dos recursos naturais disponíveis na área, mais precisamente as palhas existentes na região, como carnaúba, taboa e agaves, para produção do artesanato, como uma forma de sobrevivência. Essa prática, mesmo presente há muitas décadas, está sendo cada vez mais comum, devido, principalmente, à dificuldade em se conseguir empregos formais. Tem-se, assim, a seguinte situação: o frágil crescimento econômico e a lenta progressão dos demais indicadores socioeconômicos, ao manterem o Norte do Piauí como uma região subdesenvolvida, fortalecem a tradição cultural e conferem uma importância adicional, superestimada, à fatura natural de matérias-primas vegetais..

Felizmente, apesar da falta de instruções técnicas a respeito da colheita dos recursos naturais disponíveis, existe um cuidado por parte dos artesãos, ou coletores, em colher da melhor maneira possível as palhas, no intuito de torná-las constantemente acessíveis. Seria como que uma consciência ecológica intuitiva, atuando de forma coletiva, para a preservação de um recurso que, bem ou mal, lhes garante condições mínimas de sobrevivência.

Sobre a afirmação de Lefebvre (2000) anteriormente citada, que as práticas sociais interferem diretamente na produção do espaço, pode-se afirmar que, apesar da importância do artesanato para a região no que se refere à sobrevivência dos artesãos, a prática artesanal (produção, exposição e venda) se projeta de maneira pouco explícita na paisagem local, sendo aquelas atividades ainda concentradas nas casas dos produtores e nas sedes das associações, estas sim constituindo os grandes marcos visuais da produção artesanal ali realizada.

A produção em pequena escala, a venda ainda modesta do artesanato na região, a pouca divulgação por parte dos artesãos e dos órgãos públicos, e a

maneira informal como o trabalho é desenvolvido podem ser consideradas justificativas para ausência de outros locais que caracterizem a prática artesanal na região Norte do Piauí, resultando assim numa espacialização de pouca visibilidade, enrustada, especialmente, nas residências dos artesãos e nas associações. Diante disso, conclui-se que a formação dos espaços urbanos que compõem o aglomerado produtivo teve pouca influência do artesanato; essa pouca visibilidade na paisagem impede, de certo modo, um melhor conhecimento, por parte de potenciais compradores, das associações e das peças produzidas. Tudo isso se relaciona, obviamente, com a fraca atuação das instituições e entidades públicas e particulares que, em teoria, seriam as responsáveis por ações de efetiva governança na área.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apraz pensar que a argumentação desenvolvida ao longo deste trabalho tenha corroborado a tese proposta na Introdução. Crer-se que as variáveis relacionadas na tese (baixo crescimento econômico de uma localidade, débil modernização de sua economia, quase ausência de indústrias modernas, fraca oferta de serviços, população com baixa escolaridade, alto nível de desemprego formal e o recurso à atividade informal) como estratégia de sobrevivência tenham sido corretamente demonstradas e inter-relacionadas na explanação desenvolvida sobre o exemplo empírico do aglomerado produtivo de artesanato da região Norte do Piauí.

Assim, o capítulo sobre a contextualização regional e nacional do aglomerado produtivo mostrou que o Piauí é o segundo Estado mais pobre do Brasil, além de ter o terceiro pior índice de desenvolvimento humano (IDH). Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em maio de 2015, 717.778 famílias estavam inscritas no Cadastro Único, sendo 448.217 beneficiárias do Programa Bolsa Família. Baseado no fato que, de acordo com o IBGE, o Piauí possui cerca de 853.000 famílias, concluiu-se que parte significativa da população vive de programas assistenciais do governo, ou seja, ou são pobres ou extremamente pobres.

Na análise mais específica da região na qual está localizado o aglomerado produtivo em estudo, pode-se perceber que as condições econômicas dos municípios são precárias, e mesmo Parnaíba, que é a segunda maior cidade do Estado, possui índices altíssimos de desigualdade social, pois ao mesmo tempo em que possui uma renda per capita de quase 6.500,00 reais, mais de 50% da população (cerca de 75.000 pessoas de um total de 146.729) eram, em abril de 2015, beneficiários do Programa Bolsa Família.

Observa-se também que, apesar de Buriti dos Lopes, Luis Correia, Ilha Grande e Parnaíba fazerem parte dos municípios que compõem o litoral piauiense, podendo ter seu desenvolvimento estimulado pelo turismo, graças às suas belas praias, além do Delta do Parnaíba, o que se vê são locais de crescimento econômico imperceptível, com poucos empregos formais, devido principalmente à ausência de grandes indústrias modernas, bem como à fraca oferta de atividades terciárias.

No que se refere à educação, dos 3,2 milhões de piauienses, 1,63 milhões são analfabetos ou possuem o ensino fundamental incompleto, provando assim o baixo índice de instrução da população e, conseqüentemente, a grande dificuldade em conseguir trabalhos formais no mercado cada vez mais exigente. Em se tratando de um Estado com baixa quantidade de indústrias, a oferta de emprego já é por si só reduzida, sendo as poucas vagas existentes ocupadas por pessoas de maior nível de escolaridade, apesar dos baixos salários. Não é raro encontrar no Piauí pessoas com nível superior completo, até mesmo pós-graduados, em ocupações cujo salário não ultrapassa o mínimo exigido pela Constituição.

Fatores como falta de incentivo do governo, pessoal não qualificado e modalidades de transportes ineficientes, fazem do Piauí um local sem atrativos para os empresários no processo de escolha de um local para instalar seus empreendimentos, preferindo eles outros Estados próximos, como o Maranhão e o Ceará. Sabe-se que o crescimento econômico depende, principalmente, de uma estrutura industrial sofisticada tecnologicamente, uma vez que resulta em articulações intra e inter setores complexos e, conseqüentemente, em mais empregos. Diante disso, pode-se afirmar que as condições econômicas do Piauí tendem a piorar, pois, além de não haver interesse dos empresários em abrir novas indústrias no Estado, alguns estão transferindo suas sedes para outros locais, como foi o caso da Suzano Papel, e as existentes estão reestruturando. O problema não é apenas local, obviamente além de sua secular fragilidade socioeconômica, o Piauí naturalmente sofre, assim como tantos outros estados brasileiros, os reflexos da crise macroeconômica que, desde fins de 2014 aflige o país.

A péssima realidade econômica piauiense e a necessidade das pessoas desempregadas, ou que recebem baixos salários, de obterem, ou aumentarem, sua renda, as têm motivado, tradicionalmente, a procurar ocupações informais dos mais diversos tipos como: vendedores ambulantes, feirantes, pedreiros, eletricitas, artesãos etc. No caso da região Norte do Piauí, essa informalidade já é tradicional, e o artesanato é uma das modalidades do trabalho informal mais comum de se encontrar, devido, principalmente, à grande quantidade de matérias-primas vegetais existentes no local e à facilidade de transmitir o ofício que, por se tratar de um conhecimento predominantemente tácito, não exige dos aprendizes nenhum nível de instrução, apenas uma capacidade de observação, já que se aprende fazendo.

É muito comum encontrar no litoral piauiense mães ensinando aos seus filhos o que aprenderam com outros membros de sua família ou de sua comunidade, como forma de aumentar a produção e, conseqüentemente, os valores arrecadados com as vendas das peças. Os jovens, sem muita perspectiva de emprego, graças às condições econômicas precárias do local em que vivem e ao seu baixo nível de escolaridade, veem no ofício de seus pais uma possibilidade de obtenção de renda, mesmo conscientes de que se a realidade local permanecer a mesma, dificilmente conseguirão sobreviver apenas com o que produzem.

O trabalho informal, como se pôde notar durante a análise do aglomerado de artesanato do Norte do Piauí, abrange a totalidade dos artesãos associados, bem como de outros membros de sua família. A falta de um registro trabalhista, que resulta na ausência de quaisquer tipos de direitos a esses trabalhadores, dentre eles salário fixo, aposentadoria, auxílio em caso de acidente e salário maternidade, é resultado, principalmente, da incapacidade do mercado de inserir toda a população economicamente ativa, bem como do nível de escolaridade insuficiente de alguns artesãos para ocupação em determinadas vagas existentes.

Como dito anteriormente, quanto menor a quantidade de vagas de ocupações formais, proveniente de uma estrutura econômica subdesenvolvida e da reestruturação produtiva, caracterizada pelo enxugamento no quadro de empregados, maiores serão as chances do aparecimento da informalidade, ou mesmo da ilegalidade. Os custos cada vez maiores de contratação de funcionários, devido aos altos tributos e taxas envolvidos, também é outro fator que influenciou significativamente a demissão de grande parte da população e a recontração de maneira informal ou ilegal.

No caso do aglomerado produtivo de artesanato em estudo, as artesãs recebem a encomenda de lojistas do Piauí ou de outros Estados que comercializam os produtos sem pagar nenhum direito trabalhista ao artesão e sem se preocupar com produção parada por ausência de funcionários, prejuízo por atraso na entrega, reclamações de sindicatos, ou outros problemas típicos de empresas que trabalham com funcionários formalizados. Os empresários pagam apenas o valor pedido pelas presidentes das associações que, devido ao baixo nível de escolaridade e a ineficiência no processo de gestão, podem cobrar preços inferiores ao que realmente o artesanato produzido valeria.

O trabalho informal, mais precisamente a produção artesanal, mesmo sendo vista como uma saída, temporária, para o desemprego estrutural que a região Norte do Piauí convive atualmente, não pode ser vista como uma solução definitiva, pelo menos não na forma como o artesanato é desenvolvido atualmente. Isso se deve a vários fatores, dentre eles: o valor arrecadado pelos artesãos nem sempre é suficiente para o seu sustento e de sua família; os rendimentos obtidos pelo setor informal, na maioria das vezes, são inferiores aos oferecidos em ocupações formais; a demanda artesanal é variável; a divulgação do artesanato local é de má qualidade, não gerando altos índices de produção; e a participação dos órgãos de apoio, como a PRODART e a SEDET, é quase inexistente, prejudicando o sucesso do aglomerado.

Outro fator, também relacionado à informalidade, que merece destaque, é a condição de trabalho precária a que estão submetidos os artesãos. Condições insalubres e desconfortáveis nas residências, extensas jornadas de trabalho em períodos de feiras ou de encomendas, ausência de políticas públicas de atenção à saúde e à educação dos artesãos e de suas famílias, são mais alguns exemplos que provam que o processo de trabalho do aglomerado produtivo de artesanato não é protegido por leis públicas, ficando os trabalhadores à mercê de imprevistos que podem impedi-los de produzir e, conseqüentemente, de arrecadar com a venda das peças.

Essa realidade com que o artesanato é ali faz com que dificilmente ele seja visto como única fonte de sustento familiar, sendo um ofício típico de mulheres, donas de casa, que encontraram na produção artesanal uma forma de aumentar a renda, trabalhando em algo que não as impeçam de continuar realizando seus afazeres domésticos, enquanto os homens possuem outras ocupações, na maioria das vezes, também informais, no entanto fora de suas casas.

Apesar de as artesãs acharem que por serem trabalhadoras autônomas decidem o que e quando produzir, além de definirem a quantidade de horas trabalhadas, o que se verificou durante a pesquisa é que elas possuem jornadas longas de trabalhos, pois precisam cumprir os prazos definidos pelos contratantes para poderem garantir o mínimo necessário para sobrevivência. Observa-se que o trabalho artesanal, nesse caso, apresenta características de exploração (como os custos que são todos por conta própria) tanto quanto alguns postos de trabalho

formais, com o agravante da ausência dos direitos trabalhistas, uma vez que não possuem nenhum vínculo empregatício com quem contrata.

É preciso esclarecer que a informalidade, além de resultar em consequências negativas para o trabalhador, também prejudica a comunidade. A não geração de impostos com esse tipo de ocupação contribui para que a região Norte do Piauí permaneça com um baixíssimo nível econômico, causando um círculo vicioso, onde o desemprego continuará aumentando, levando mais pessoas para informalidade, prejudicando constantemente a economia local e reduzindo ainda mais os empregos formais. A forma como o artesanato é desenvolvido na região, sem auxílio dos governantes e de maneira totalmente informal, dificilmente servirá de solução para os problemas econômicos e sociais locais que, da forma como estão, tendem a piorar gradativamente.

É indiscutível que o artesanato possui uma importância significativa para os moradores da região Norte do Piauí, que usam o ofício como meio de vida. Ante tal realidade, o Governo Estadual procura, por meio de algumas medidas e ações (nem sempre bem sucedidas) de estímulo à economia e à geração de emprego, impulsionar a economia regional, na tentativa de resolver a situação vigente. Entretanto, o que se observa no aglomerado é que a proximidade das associações é apenas física uma vez que elas trabalham de maneira isolada, sem integração e cooperação entre os membros formadores e com uma governança ineficiente. Apesar da participação do SEBRAE na promoção de feiras e eventos, bem como nos cursos que auxiliam a inovação, e da PRODART no auxílio transporte em algumas situações específicas já mostradas anteriormente, o apoio dado pelos órgãos que poderiam atuar diretamente na aglomeração é pouco eficaz e por esse motivo os resultados alcançados são bem inferiores aos que a capacidade técnica e os materiais permitiriam.

Conclui-se que o artesanato pode ajudar a melhorar a vida dos artesãos, de suas famílias e, de certa forma, da comunidade na qual a associação está localizada, haja vista que a região possui mão-de-obra e matéria-prima apropriadas para obtenção de resultados positivos e para geração de renda suficiente para o sustento dos membros formadores do aglomerado. No entanto, para que isso ocorra, é necessária uma maior participação dos órgãos de apoio às aglomerações produtivas, principalmente no que se refere ao incentivo à cooperação, inovação, disseminação do aprendizado, entre os atores, além de estimular a participação de

outras empresas públicas e privadas através de ajuda financeira, social, educacional, ou mesmo gerencial.

Por se tratar de uma região carente, faz-se necessário, também, que os governos Estadual e Municipal deem condições humanas mínimas de sobrevivência através de mais ações produtivas, além das assistenciais, pois o que se observa é que as transferências de recursos por parte do governo federal não fomentam o desenvolvimento econômico da região, gerando mais dificuldades socioeconômicas e, conseqüentemente, mais números de beneficiários de programas de combate à pobreza, como o Bolsa Família.

É indiscutível a importância que o programa Bolsa Família tem para o sustento da parcela pobre e extremamente pobre piauiense, bem como para a melhoria do comércio local, pois aumentou o poder de compra da população, que passou a consumir o mínimo necessário para sobrevivência. Sabe-se, também, que o programa estimula a melhoria da educação, forma mais correta de transformar a situação econômica das regiões periféricas, visto que a frequência escolar dos filhos dos beneficiários é uma condição exigida pelo Governo para o recebimento do benefício.

No entanto, falando de uma forma opinativa, o programa vem diminuindo cada vez mais a capacidade produtiva do piauiense, gerando acomodação de algumas pessoas que passaram a se contentar com o mínimo, mantendo, dessa forma, o Piauí na posição de segundo Estado mais pobre da Nação. É necessário esclarecer que, sem a participação direta do Estado (Governo) é utopia pensar que a condição atual dos piauienses pode ser alterada, pois nenhum agente interno tem força suficiente para modificar o grau de pobreza e subdesenvolvimento da região.

A falta de conhecimento da demanda por parte dos produtores e do produto por parte dos consumidores, ou a ausência da participação do poder público no que se refere à assessoria e divulgação, também podem ser consideradas outras causas dos baixos resultados atingidos pela aglomeração local estudada. Nesse caso, a importância econômica que o artesanato possui para a região não é suficiente para ser considerada a principal fonte de renda dos municípios sedes do aglomerado, pelo fato de que serviços, agricultura e turismo geram uma renda maior para os moradores, mesmo que muitas vezes insuficiente para a sobrevivência, obrigando grande parte da população a sobreviver de programas assistenciais do governo.

Enfim, pretende-se destacar a necessidade de se criar Políticas Públicas apropriadas para o enfrentamento dos problemas referentes à informalidade, baseado no fato de que dificilmente o mercado de trabalho no Brasil conseguirá, a médio prazo, atender toda a demanda de sua população economicamente ativa. Dessa forma, o trabalho informal continuará sendo uma estratégia de sobrevivência, ou complementação de renda, encontrada por uma parte significativa da população. O acesso à previdência social e aos direitos trabalhistas básicos é uma condição basal que esses trabalhadores necessitam para ter um mínimo de dignidade cidadã.

Espera-se que o presente trabalho possa servir de estímulo para outros estudos, principalmente relacionados a outras consequências negativas que a pobreza da região Norte do Piauí pode gerar aos moradores locais, ou mesmo ao Estado como um todo. Espera-se, também, que os resultados encontrados pela pesquisa sejam usados como dados para desenvolvimento de projetos de intervenção de melhoria da vida dos artesãos que, apesar das dificuldades que passam durante a realização do seu ofício, demonstram ter muito orgulho de sua arte e desejam reconhecimento, por parte da população e dos governantes.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBONIZIO, M. A. de O. **Aproximação teórica das intervenções de design no artesanato com os princípios pedagógicos de Paulo Freire: caminhos para uma prática emancipatória.** 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Design) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

ABREU, A. R. de P. **Avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção.** São Paulo: Hucitec, 1986.

ABREU, L. R. **Direitos Sociais no Brasil: Programa Bolsa Família e transferência de renda,** 2011. 202 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

ALBAGLI, S.; BRITO, J. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais.** Rio de Janeiro: REDESIST, 2003.

ALBAGLI, S; MACIEL, M.L. Capital social e empreendedorismo local. In: LASTRES et. al. (orgs). **Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

ALBAGLI, S; MACIEL, M L. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. **Ciência da Informação,** Brasília, v. 33, n. 3, p. 9-16, set./dez. 2004.

ALCOFORADO, F. **Globalização e desenvolvimento.** São Paulo: Nobel, 2006.

ALVES, A. E. S.; ALMEIDA, J. R. A. Trabalho informal em tempos "globalizacionistas". **Revista Histedbr On-line,** Campinas, n. Especial. mai. 2009.

AMARAL FILHO, J. Sistemas e arranjos produtivos locais. **Planejamento e políticas públicas.** v. 36, n.1, p.145-170 – Jan/Jun. 2011.

AMORIM, M. A.; MOREIRA, M. V.; IPIRANGA, A. S. R. A construção de uma metodologia de atuação nos arranjos produtivos locais (APL"s) no estado do Ceará: um enfoque na formação e fortalecimento do capital social e da governança. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local,** v. 4, n. 9, p. 25-34, set. 2004.

ANDRADE, M. A. Marx e o fundamento do modo de produção capitalista: a produção da mais-valia. In: IV Jornada internacional de políticas públicas, São Luis. **Anais...** Maranhão, 2009

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1973

ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul/set. 2011

ANTUNES, R; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 87, p.335-351, mai./ago. 2004.

ATAIDE, Y. D. B., Saga Nordestina: Identidade(s) cultural(is) e exclusão social. In: NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M., (orgs.) **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. **Análise do Mapeamento e das políticas para arranjo produtivos locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos impactos dos grandes projetos federais no Nordeste**: Mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio nos arranjos produtivos locais. Piauí, 2010.

BARROS, A. B. G.; SILVA, N. L. O. da S; SPINOLA, N. D. Desenvolvimento Local e Desenvolvimento Endógeno: questões conceituais. **RDE: Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, Ano VIII, n. 14, jun. 2006.

BARROSO NETO, E. **O que é artesanato**. Módulo 1. 2000.

BAYLINA, M. **Metodologia cualitativa y estudios de Geografia y género**. Universitat Autònoma de Barcelona, Departament de Geografia, 1997.

BECATTINI G., O Distrito Marshalliano, In: BENKO G.; LIPIETZ A., (orgs.) **As Regiões Ganhadoras: Distritos e redes. Os Novos Paradigmas da Geografia Econômica**, Oeiras: Celta Editora, 1994

BOYER R., As Alternativas ao Fordismo, In: BENKO G. e LIPIETZ A., (orgs.) **As Regiões Ganhadoras: Distritos e redes. Os Novos Paradigmas da Geografia Econômica**, Oeiras: Celta Editora, 1994

BRAZ, M. Inserção desvantajosa, atraso e subordinação das políticas de desenvolvimento econômico na economia piauiense. **Texto de Discussão**. Teresina, v. 1, n. 12, p. 1-13, 2007

BRITTO, J. Aprendizado, capacitação e cooperação em arranjos produtivos e inovativos locais de MPEs: implicações para políticas. In: Cassiolato, J. E.; Lastres, H. M. M. (orgs). **Cooperação e aprendizado em arranjos produtivos locais: em busca de um referencial analítico**. Nota técnica n. 04/04. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2004.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.17-18, p. 267-310, 2002.

BURSZTYN, M. **O Poder dos Donos**: Planejamento e Clientelismo no Nordeste. Petrópolis : Vozes, 1984.

CABETE, N. P. F.; DACOL, S. Identificação das características dos Arranjos Produtivos Locais. In: Encontro nacional de engenharia de produção – ENEGEP. **Anais...** Rio de Janeiro, 2008.

CALDAS, A. S.; CERQUEIRA, P. S.; PERIN, T. F. Mais além dos Arranjos Produtivos Locais: as indicações geográficas protegidas como unidades de desenvolvimento local. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v.7, n. 11, p. 5-16, 2005.

CAMPOS, R. R. et al. Aprendizagem por interação: pequenas empresas em sistemas produtivos e inovativos locais. In: LASTRES et. al. (orgs). **Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

CARCANHOLO, M. D. Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n.2, p. 247-272, maio/agosto, 2008.

CARNEIRO, F. M. **Indústria têxtil de crescimento econômico**: Uma abordagem geografia da evolução, estrutura e dinâmica da aglomeração produtiva de redes de dormir de Jaguaruana-Ceará, 2013. 244 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro: São Paulo, 2013.

CARVALHO, C. P. O. Nordeste: Sinais de um novo padrão de crescimento, Encontro Nacional de Economia – ANPEC. **Anais...** Salvador, 2008.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H.M.M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micros e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M. et al. (orgs). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais no Brasil. In: LASTRES et. al. (orgs). **Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M. et al. (orgs). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASTELL, M. **A sociedade em rede**. 4.ed. São Paulo-SP: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, C. F. F. **História do Piauí**, 2006.

CEPRO. Fundação centro de pesquisa econômicas e sociais do Piauí. **Piauí Visão Global**. 2 ed. Teresina. 2003.

CEPRO. Fundação centro de pesquisa econômicas e sociais do Piauí. **Piauí em Números**. Teresina. 2012.

CORREA, R. O.; LOPES, J. L. Mercado de Trabalho Informal: Um comparativo entre Brasil e Paraná numa trajetória de “10 anos”. In: Encontro de Produção Científica e Tecnológica – FECILCAM. **Anais...** Campo Mourão, 2009.

COSTA, M S. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n.58, 2010.

CUNHA, T B; VIEIRA, S. B. Entre o bordado e a renda: condições de trabalho e saúde das labirinteadoras de Juarez Távora/Paraíba. **Psicol. cienc. prof**, Brasília, v.29, n.2, jun, 2009.

DALLABRIDA, V. R. A gestão territorial através do diálogo e da participação. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, v.XI, n.1, ago, 2007.

DALLABRIDA, V. R e BCKER, D. F. Governança Territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**. Rio Grande do Sul: Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, v.1, n.2., jul/dez, 2003.

DEMIER, F. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky e a intelectualidade brasileira: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida. **Instituto de Estudos Socialistas**, São Paulo: n.16, p.75-107, v. 2. out, 2007

ERBER, F. S. Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito. **Nova economia**, Belo Horizonte: v.18, n.1, p.11-31, 2008

FAÇANHA, A. C. **Desenvolvimento territorial recente em espaços sub-regionais dinâmicos no Piauí**. 2009, 226 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife: Pernambuco, 2009.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FERREIRA, M. L. A. **Trabalho informal e cidadania: Heterogeneidade social e relações de gênero**. 2007, 165 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: Minas Gerais, 2007.

FREYRE, G. **Manifesto Regionalista**. 7 ed. Recife: Editora Massangana, 1996.

FUENTES, M. R. Setor informal e reestruturação produtiva: uma alternativa de emprego nos anos 90?, In L. Carleial e R. Valle (orgs.), **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 1997

FUINI, L. L. A Nova Dimensão da Competitividade: Territorialização e Arranjos Produtivos Locais. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia: v.9, n.25, mar. 2008.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

FURTARDO, C. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo: v. 1, n. 1, p. 12-19, dez. 1981.

GARCIA, M. C. P. **A dimensão territorial do desenvolvimento a partir de especificidades de APLs do Paraná.** 2011, 202 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Rio Claro: São Paulo, 2011.

GAROFOLI, G. Os sistemas de pequenas empresas: um caso paradigmático de desenvolvimento endógeno. In BENKO, G. e LIPIETZ, A (org.). **As regiões ganhadoras. distritos e redes: os novos paradigmas da Geografia Econômica.** Oeiras: Celta Editora, 1994.

GERARDI L. H. O.; SILVA, B.C.N. **Quantificação em Geografia.** São Paulo: Difel, 1981.

GIL, A. C., **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999

GODOY, J. H. A, Os Nordestes de Freyre e Furtado. **Política e sociedade,** Florianópolis: v. 12, n.24, mai/ago, 2013.

GOMES, C.A.F. **Planejamento e industrialização em regiões periféricas: as ideias da CEPAL no projeto paranaense de desenvolvimento.** 2010, 231 f.Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, 2010.

GRUPO DE TRABALHO ESTADUAL DE APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS. **Plano de desenvolvimento do artesanato da região Norte (Piauí),** 2013

GUIMARAES, I. B. Família, mercado de trabalho e estratégias no meio urbano. **Cadernos do CRH,** Salvador: v. 35, n. 1, p. 34-46, 2002.

GUIMARÃES NETO, L. O Nordeste, o planejamento regional e as armadilhas da macroeconomia. **Revista Estudos e Pesquisas.** Salvador: n.67, p.109-151, 2004.

GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. GTDN. **Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste.** Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1959.

HAIR, J. F et al. **Análise Multivariada de Dados.** 5ª. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

HOWELLS, J. R. L. Tacit knowledge, innovation and economic geography. **Urban Studies**: vol. 39, n 5-6, p. 871-884, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). **Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas**. Rio de Janeiro: IBASE, FINEP; 2008

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores Econômicos**, 2011

KATO, J. M.; PONCHIROLLI, O. P. O desemprego no Brasil e seus desafios éticos. **Revista da FAE**. Curitiba: v. 5, n. 3, p. 87-97, set./dez. 2002

KREIN, J. D.; PRONI, M. W. **Economia informal**: aspectos conceituais e teóricos. Brasília, Organização Internacional do Trabalho, Rio de Janeiro, 2010

LASTRES, H. e CASSIOLATO, J. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**, 2003.

LAVINAS, L; SORJ, B. **O trabalho a domicílio em questão: perspectivas brasileiras**. Parte do relatório intitulado: Trabalho a domicílio: novas formas de contratualidades, Organização Internacional do Trabalho, Rio de Janeiro, 1997.

LAVINAS, L.; SORJ, B.; LINHARES, L. e JORGE, A. Trabalho a domicílio: Novas formas de contratualidade, **Textos para discussão**: n 717, IPEA, 2000.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos), 2000

LEITE, C. K. S.; PERES, U. D. Paradigmas de desenvolvimento e disseminação de políticas: raízes federativas da criação do Programa Bolsa Família. Encontro anual da ANPOCS, 37. **Anais...** Águas de Lindóia: São Paulo, 2013.

LEMOS, C. Inovação em arranjos e sistemas de MPME. In: LASTRES et. al. (orgs). **Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

LEMOS, M.E.S. **O artesanato como alternativa de trabalho e renda**. Subsídios para avaliação do programa estadual de desenvolvimento do artesanato no município de Aquiraz – CE, 2011, 111 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2011

LIMA, A. M., **Saúde e segurança do trabalhador do barro em arranjos produtivos locais**: o caso do artesanato de barro nos bairros olarias e Poti Velho na cidade de Teresina – Piauí, 2011, 190 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Rio Claro: São Paulo, 2011.

LIMA, R. Artesanato: cinco pontos para discussão. **Palestra Artesanato Solidário**, 2005.

LINKE, P.P.; VELHO, A.P.M., Moda, artesanato e cultura. **Saber acadêmico**, São Paulo: n. 10, dez. 2010.

MARCONI, M A. ; LAKATOS, E M. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999

MARINHO, H. **Artesanato**: tendências do segmento e oportunidades de negócios, 2009

MARTINS, S. **Contribuição ao estudo científico do Artesanato**. Belo Horizonte: Imprensa oficial do Estado de Minas Gerais, 1973.

MARX, K. **O capital, crítica da economia política**, v. 1. Livro 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984

MARX, K., Trabalho Alienado e Superação Positiva da Auto Alienação Humana, In: FERNANDES, F. (org), **Coleção Grandes Cientistas Sociais**, n. 36, São Paulo, Ática: 1989.

MASSUQUETTI A, FRANCO JUNIOR M.C.R. O Sul e o Nordeste no Brasil: Uma análise das diferenças no desenvolvimento socioeconômico destas regiões. In: II Encontro de Economia Catarinense. **Anais...** Chapecó, 2008.

MATSUO, M. **Trabalho informal e desemprego: desigualdades sociais**. 2009. 384 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MATUSHIMA, M.K. **Especialização produtiva e aglomeração industrial: uma análise da indústria de confecções de Ibitinga – SP**. 2005, 183 f. Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Rio Claro: São Paulo, 2005.

MESQUITA, E. C. **Informalidade no mercado de trabalho de Fortaleza: Dimensão e características**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2008.

MIGLIORA, L. G. M. R. **Relações do trabalho I**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, **Programa do Artesanato Brasileiro** (Brasília), 2012

MYTELKA, L.; FARINELLI, F. Local clusters, innovation system and sustained competitiveness. In: **Arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2000.

NAVARRO, V.; PADILHA, V. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicol. Soc. Soc.**, Porto Alegre: v. 19, 2007.

NEVES, M. A.; PEDROSA, C.M., Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. **Sociedade e Estado**, Brasília: v. 22, n. 1, p. 11-34, jan./abr. 2007

OLIVEIRA, C.F.; VEIGA NETO, A.R., A negociação do artesanato nordestino nos mercados internacionais. **Revista Alcance**, UNIVALI: v.15, n. 3, p. 291-305, set/dez. 2008.

OLIVEIRA, S L. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 1997.

ORTIGOZA, S.A.G. CORTEZ, A.T.C., orgs. **Da produção ao consumo: impactos socioambientais no espaço urbano**. São Paulo: Editora UNESP, Cultura Acadêmica, 2009.

PAMPLONA, J. B. **Erguendo-se pelos próprios cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil.** São Paulo: Germinal, 2001.

PECK, J. A. **Invisible threads: homeworking, labour-market relations, and industrial restructuring in the australian clothing trade.** Environment and Planning D: Society and Space, v 10, n. 6, p. 671 - 689, 1992.

PELLEGRINO, A. C. G. T. **O Nordeste de Celso Furtado: Sombras do Subdesenvolvimento Brasileiro.** 2003, 188 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade Estadual de Campinas. Campinas: São Paulo, 2003.

PERES, T. H. de A., Comunidade Solidária: a proposta de um outro modelo para as políticas sociais. **Revista de Ciências Sociais**, v. 5. n. 1, jan/jun, 2005.

PETRINI, G.; FONSECA, R.; PORRECA, W., Pobreza, capital humano, capital social e familiar. **Memorandum**, n. 19, 184-197, 2010.

PINHEIRO, S. S.; SELINGARDI-SAMPAIO, S. **Relações de produção e de trabalho: uma análise geográfica da indústria de confecções em Rio Claro, S.P.** Geografia, v 19, n. 2, p. 37 - 77, 1994.

PIRES, E.L.S. et al. **Governança territorial: conceito, fatos e modalidades.** UNESP, IGCE: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, São Paulo, 2011.

POMPA, C. Leituras do „fanatismo religioso no sertão brasileiro. **Novos Estudos, Cebrap**: n. 69, jul, 2004

PORTER, M. E. **Cluster and the new economics of competition.** Harvard Business Review, 1998

PORTER, M. E. **Competição: estratégias competitivas essenciais.** Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 4 ed. 1999.

PORTUGAL, M. S.; GARCIA, L S. Notas sobre o desemprego estrutural no Brasil. , In L. Carleial e R. Valle (orgs.), **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 1997

REIS, J.T., **História do Trabalho e seu conceito**, 2012.

SANCHES, L.; SANTOS, M. A. A assessoria técnica para a produção de artesanato na economia solidária desenvolvida pelo profissional de moda como possibilidade de inclusão social: o caso Enlourescer. In I Conferência nacional de políticas públicas contra a pobreza e a desigualdade. 2010. **Anais...** Natal, 2010

SANTANA, R. N. M. **Evolução histórica da economia piauiense**. 2. Ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras/ Banco do Nordeste, 2001

SANTOS, G. A. G.; DINIZ, E. J.; BARBOSA, E. K. Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e vantagens Competitivas Locacionais. **Revista do BNDES**, v. 11, n. 22, p. 151-179, 2004

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 4ed, 2012.

SANTOS, T. S. *et al.* O artesanato como elemento impulsionador no desenvolvimento local. In: SEGET – Simpósio de excelência em gestão e tecnologia, **Anais...** Resende, 2010

SCHMIDT FILHO, R. CAVALCANTI FILHO, P.F.M.B. Arranjos produtivos locais no nordeste brasileiro: atual distribuição setorial das iniciativas. **Revista da ABET**, v. VI, n. 1, jan./jun. 2006

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: Em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo: n32, p. 89- 109, 2012.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARÁ (SEBRAE-PA). **Precificação no artesanato**, 2014

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARÁ (SEBRAE-PA). **Associação: Série empreendimentos coletivos**. Brasília, 2009

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARÁ (SEBRAE-PA). **Termo de referência para atuação do sistema SEBRAE em arranjos produtivos locais**. Brasília, 2003

SELINGARDI-SAMPAIO, S. **Indústria e Território em São Paulo: A estruturação do multicomplexo territorial industrial paulista (1950-2005)**. São Paulo: Alínea, 2009

SELINGARDI-SAMPAIO, S.; PINHEIRO, S. S. **Relações de produção e de trabalho na indústria, particularmente na de confecções: uma abordagem teórica.** Geografia, v 19, n. 2, p. 5 - 36, 1994

SILVIA, P. R. **Desigualdades na informalidade:** Análise comparada das regiões brasileiras e a percepção dos trabalhadores do setor, 2015, 120 f. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros: Minas Gerais, 2015.

SORDI, J. O.; COSTA, M. A. M. Identificação de atores do conhecimento e suas atividades no contexto de Arranjos Produtivos Locais. **Gestão e Regionalidade**, vol. 26 n. 77, mai-ago, 2010

SOUSA, L. G. A.; et al. Cooperação entre firmas localizadas em arranjos produtivos locais (APLs): um estudo nas empresas do vestuário de Londrina (PR). **Revista Gestão da Produção. Operações e Sistemas.** GEPROS. Ano 1, Ed. 3, agosto/2006

SOUZA, O. M.; MELO, J.J.P.; GOMES, R.W.F. Da manufatura à maquinaria: a subsunção real do trabalho ao capital. **Revista LABOR**, v.1, nº 7, 2012

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Desempenho econômico da Região Nordeste do Brasil 1960-97:** síntese. [Recife]: SUDENE, 1999

STORPER, M.; HARRISON, B. Flexibility, hierarchy and regional developments: the changing structure of industrial production systems and their forms of governance in the 1990s. In: **Research Policy**, North-Holland: v. 20, n. 5, 1991.

STORPER, M. VENABLES, A. J. **O burburinho:** a força econômica da cidade: In Diniz, C.C., Lemos, M. B. **Economia e Território.** Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2005

SUZIGAN, W.; GARCIA, R.; FURTADO, J. Estruturas de governança em arranjos ou sistemas locais de produção. **Revista Gestão da Produção**, São Carlos: v. 14, n. 2, p. 425-439, mai/ago, 2007.

SZAPIRO, M. H. de S. **Reestruturação do setor de telecomunicações na década de noventa:** um estudo comparativo dos impactos sobre o sistema de inovação no Brasil e na Espanha. 2005. 336 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

TAHIM, E. F. **Inovação e meio ambiente**: o desafio de arranjos produtivos locais de cultivo de camarão em cativeiro no Estado do Ceará, 2008, 318 f. Tese (Doutorado em Economia) Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ, Instituto de Economia, Rio de Janeiro, 2008

TEIXEIRA, T. R. A. **Competitividade e território**: uma análise do arranjo produtivo local potencial de cerâmica artística do município de Porto Ferreira. 2013. 180 f. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade Estadual de São Paulo. Rio Claro: São Paulo. 2013

TIRONI, L. F. **Os desafios e oportunidades da indústria brasileira**: o associativismo competitivo. Brasília, ago 2000.

TROTSKY, León. **História da revolução russa**. Ed. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VALE, G. M. V.; CASTRO J. M.. Clusters, Arranjos Produtivos Locais, Distritos Industriais: reflexões sobre aglomerações produtivas. **Análise Econômica**., Porto Alegre: ano 28, n.53, p. 81- 97, mar. 2010

VERA, L. C. R. G. **A aplicação dos elementos de meio ambiente do trabalho equilibrado como fator de desenvolvimento humano**, 2009, Dissertação (Mestrado em Organização e Desenvolvimento) FAE Centro Universitário, Curitiba, 2009.

VIANNA, S. O trabalho até a idade moderna. In: SÜSSEKIND, A.; MARANHÃO, D.; VIANNA, S. **Instituições de Direito do Trabalho**. 11. ed. São Paulo: vol. 1.1991.

VIEIRA, I. R.; LOIOLA, M. I. B. Percepção ambiental das artesãs que usam as folhas de carnaúba na área de proteção ambiental Delta do Parnaíba, Piauí, Brasil. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia: v. 26 n. 1, p. 63-76, jan/abr, 2014.

VILLELA, L. E.; PINTO, M. C. S. Governança e gestão social em redes empresariais: análise de três arranjos produtivos locais (APLs) de confecções no estado do Rio de Janeiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 2009

VILPOUX, O. F.; OLIVEIRA, E. J. Instituições informais e governanças em arranjos produtivos locais. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro: v. 14, n. 2, p. 85-111, jan./abr. 2010.

WOOD JR, T. Fordismo, Toyotismo e Volvismo. Os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: v. 32, n-4, p. 6-18, set./out, 1992.

ZAIDAN FILHO, M. **O fim do nordeste e outros mitos**. São Paulo: Cortez, 2001.

ANEXO A: FORMULÁRIO DE ENTREVISTA DOS ARTESÃOS

1. Responsável pelas informações:
2. Sexo: () masculino () feminino
3. Casado: () sim () não
4. Filhos: () sim () não
5. Faixa etária:
 - () 0 – 15 anos
 - () 16 a 25 anos
 - () 26 – 35 anos
 - () 36 a 50 anos]
 - () 51- 65 anos
 - () acima de 65 anos.
6. Grau de Escolaridade:
7. É nascido em Parnaíba? () sim () não Se não, veio de onde? Há quanto tempo? Por que veio?
8. A produção é própria? Ou encomenda?
9. Quais são os serviços realizados?
10. Recebe toda a matéria-prima da associação? () sim () não
11. Como é feito o pagamento das peças produzidas?
 - () lote
 - () peça
 - () outros – especificar
12. As ferramentas utilizadas são suas? () sim () não
13. Trabalha para mais de uma associação? () sim () não
14. Trabalha por conta própria? Se positiva a resposta, como consegue a matéria-prima?
15. Pessoas da família trabalham na atividade? () sim () não Quais?
16. Qual é a renda média mensal obtida com a atividade?
17. É suficiente para o sustento?
18. Se a resposta anterior for negativa, possui outra renda complementar? Qual?

19. Trabalha com a atividade o ano todo? () sim () não

19.1- Em caso positivo: Em quais meses existem mais encomendas ou mais produção?

19.2- Em caso negativo: Em quais meses exerce a atividade?

20. Há quanto tempo trabalha nesta atividade?

21. Que motivos o levaram a realizar este tipo de atividade?

22. O que acha desse tipo de trabalho?

ANEXO B: FORMULÁRIO DE ENTREVISTA DOS RESPONSÁVEIS LEGAIS DAS ASSOCIAÇÕES

1. Nome da Associação:
2. Ramo
3. Endereço
4. Telefone
5. Responsável pelas informações
6. Cargo dentro da associação do responsável pelas informações

I- Histórico da associação:

1. Ano de fundação
2. Ano de início de funcionamento
3. Origem do capital para a fundação

II - Localização

1. Por que a associação se localiza em ?
 estímulos e subsídios do poder público. Quais?
 situação geográfica da cidade (acessibilidade, meios de transportes, localização)
 mão de obra disponível e qualificada
 local de residência do artesão
 matéria-prima disponível
 Outros fatores.
Quais?
2. Houve mudança de endereço desde a instalação? Sim () Não()
Em caso afirmativo informe:
2.1-Ano de mudança
2.2-Motivos de mudança de endereço
3. Quais as vantagens da empresa estar localizada em Parnaíba?
 Proximidade com a residência do artesão
 matéria-prima disponível
 mão de obra disponível
 Por ser uma cidade turística
 Apoio de governantes
 Outros fatores.
Quais?
4. Quais as desvantagens da empresa estar localizada em Parnaíba?
 Distância da capital Teresina
 Dificuldade de transporte
 Dificuldade de acesso aos grandes comerciantes e compradores
 Dificuldade de acesso as empresas apoiadoras que se localizam em Teresina
 Outros fatores.
Quais?

III – Presidente da associação

1. Cidade de nascimento
2. Teve alguma atividade anterior a esta? () sim () não Qual?
3. Mantém outras atividades além desta? () sim () não Quais?
4. Trabalha também no setor de produção da empresa? () sim () não
5. Por que se tornou presidente da associação?
6. Grau de Escolaridade:

V – Produção e Mercado

1. Quais são os produtos fabricado?
2. Tem havido mudança no tipo de produto ou ele é o mesmo desde o início da associação? () sim () não
 - 2.1- Se houve mudança a causa foi devido a:
 - () mudanças da moda
 - () problema de concorrência
 - () falta de mercado
 - () outras causas – quais?
3. A empresa tem produção própria? () sim () não
 - 3.1- Em caso positivo a produção é por encomenda? () sim () não
 - 3.2- Existe produção descontínua para ser armazenada e vendida quando houver demanda? () sim () não
4. Quais são seus principais mercados?
 - 4.1-Parnaíba (%)
 - 4.2-Região norte do Piauí (%)
 - 4.3-Região próxima (citar cidades) (%)
 - 4.4-Teresina (área metropolitana) (%)
 - 4.5-Interior do Piauí (%)
 - 4.6-Outros estados brasileiros (%)
 - 4.7-Exterior (citar países) (%)
5. Formas de comercialização do produto:
 - () cooperativas
 - () loja própria
 - () a própria associação
 - () outros – especificar
6. Quais são as principais matérias-primas utilizadas?
 - 6.1-Qual sua procedência?
 - 6.2-Existe algum cuidado com a sustentabilidade?
 - 6.3-Houve capacitação para as pessoas responsáveis pela coleta da matéria-prima? Quem foi o responsável pela capacitação?
 - 6.4-Você tem conhecimento de alguma lei ou norma que regulamenta a coleta da matéria-prima?
 - 6.5-A matéria-prima é sazonal?
 - 6.6-Já ocorreu de faltar? Se sim que providências foram tomadas?
 - 6.7-O órgãos governamentais dão auxílio financeiro para obtenção da matéria-prima?

- 6.8-Qual o papel do região como fornecedora de matérias-primas?
 essencial(70 a 99%)
 majoritário(+de 50%)
 importante(30 a 50%)
 pouco expressivo(10 a 30%)

VI – Trabalho

1. Qual o número de artesãos formais da associação?
 - 1.1-Qual o número de pessoas ocupadas na produção?
 Homens_____ Mulheres_____
 - 1.2-Escolaridade:
 - 1.2.1- Analfabeto (%);
 - 1.2.2- Ensino Fundamental incompleto (%);
 - 1.2.3- Fundamental completo (%);
 - 1.2.4- Ensino Médio (%);
 - 1.2.5- Superior (%)
 - 1.3-Qual o número de pessoas ocupadas no setor administrativo?
 Homens_____ Mulheres_____
 - 1.4-Quais são as principais atividades desenvolvidas no setor administrativo?
 - 1.5-As pessoas ocupadas no setor administrativo também trabalham no setor de produção?

2. Pessoas das famílias dos artesãos formais trabalham na empresa?

sim não

 - 2.1- Se positivo, os familiares são formalizados? _____
 - 2.2- Se positivo, em quais setores?

produção

administração e gerenciamento

vendas e distribuição

outros– quais?

3. A mão de obra produtiva é especializada? sim não
 - 3.1-Qual a especialização requerida?

4. A associação treina sua própria mão de obra? (tem aprendizes?)

sim não

 - 4.1-Existe curso de capacitação para as pessoas que querem fazer parte da associação? Se positivo, como e por quem o curso é realizado?
 - 4.2-Existe curso de capacitação para as pessoas que querem aprender o ofício, mesmo não tendo interesse em fazer parte da associação? Se positivo, como e por quem o curso é realizado?
 - 4.3-Existe algum órgão responsável pela capacitação dos artesãos?
(SEBRAE, PRODART, SEDET)

5. O regime de trabalho é:

contínuo, com turnos de revezamento

diurno (8 horas)

não existe

outro tipo – especificar

6. Há limites de idade para os associados? () sim () não Por quê?
 6.1-Se positivo, o limite depende do cargo que o associado ocupa?
 6.1.1- Quais cargos exigem limite de idade e qual é o limite para esses cargos?
7. Qual a área de recrutamento da mão de obra? (municípios)
8. A mão de obra é encontrada na região?
9. Há preferência por artesãos que residam na própria região? Por quê?
10. No caso de artesãos oriundos de outras cidades, os mesmos pertencem à mão de obra ligada à produção? () sim () não Quantos?
11. Além de seus artesãos formais, a empresa aceita produção de outros artesãos informais? () sim () não
 11.1- Em caso positivo, esta prática é: () ocasional () permanente Por quê?
 11.2- Os artesãos informais trabalham:
 () em suas casas
 () na própria associação
 () com matérias-primas cedidas pela associação
 () Coletam as próprias matérias-primas
12. Quais as relações de trabalho que os artesãos formais têm com esta empresa?
 () recebem por hora/trabalho
 () recebem por peça ou lotes produzidos
 () tem salário mensal
 () outros tipos – especificar
13. Quais as relações de trabalho que os artesãos informais tem com esta empresa?
 () recebem por hora/trabalho
 () recebem por peça ou lotes produzidos
 () tem salário mensal
 () são registrados em carteira, com direitos e benefícios sociais(INSS, férias, 13º etc.)
 () outros tipos – especificar

VII– Mão de obra e produção

1. Tem havido flutuação no número de artesãos da associação? ()sim () não
 1.1-A flutuação é do tipo: () anual () sazonal
 1.2-A flutuação tem sido de que tipo: () ampliação () redução
 1.3-Em cada um dos casos, quais são as causas?
 1.3.1- A ampliação da produção:
 () por diminuição da concorrência
 () a empresa iniciou atividades de exportação
 () aumento da demanda
 () outros – especificar

1.3.2- Redução da produção:

- por retração de mercado
- por aumento da concorrência
- outros – especificar

1.4-Outros motivos da ampliação e/ou da redução do quadro de artesãos

2. Há empregados contratados por tempo determinado?(trabalhador temporário)
3. Há outras políticas flexíveis de trabalho? Quais são?
4. Há tarefas que são destinadas apenas aos homens e outras apenas as mulheres? sim não
 - 4.1-Em caso afirmativo da resposta anterior:
 - 4.1.1- Que tarefas são desempenhadas pela mão de obra masculina? Em que consistem?
 - 4.1.2- Que tarefas são desempenhadas pela mão de obra feminina? Em que consistem?
5. Qual é a média da renda dos artesãos?

VIII – Concorrência e cooperação

1. Onde se localizam os principais concorrentes da empresa?
 - Na própria região
 - Em Teresina (Capital)
 - Outras cidades do interior do Piauí – Quais?
 - outros estados – Quais
2. A empresa coopera (trabalha ou atua junto) com outras associações da região ou de outras cidades? sim não
3. Em caso afirmativo, em quais casos ocorre essa cooperação?
 - no desenvolvimento de novos produtos e *designs*
 - para atingir cotas de produção
 - para exportação de produtos
 - para compra de matérias-prima
 - para organização de feiras de venda e exposição de produtos
 - Outros – especificar
4. Onde se localizam essas empresas?
5. Em caso de negativo, quais problemas são gerados pela falta de cooperação?
6. Que vantagens a associação poderia ter caso houvesse cooperação com outras associações?
7. Que desvantagens a associação poderia ter caso houvesse cooperação com outras associações?

8. A associação investe em propaganda/marketing dos seus produtos? () sim () não
8.1-Em caso afirmativo, quais os meios de propaganda utilizados?
9. Investe no desenvolvimento de novos produtos e designs? () sim () não
10. A associação participa regularmente de alguma feira ou evento do setor de artesanato? () sim () não
10.1-Em caso afirmativo, onde ocorrem essas feiras e quais os motivos para participação da empresa?
11. A empresa mantém convênios ou é associada com alguma entidade?
11.1-Em caso afirmativo, com quais entidades ou associações:
() SENAC
() SEBRAE
() SEDET
() PRODART
() UNIVERSIDADES () SINDICATO PATRONAL
() outras
- 11.2-Qual o papel dessas entidades no desenvolvimento do artesanato da cidade?
12. O poder público (prefeitura, governo do estado e federal) tem tido um papel importante para o desenvolvimento do artesanato na região Norte do Piauí? Por quê?
13. Há legislações específicas que auxiliam e/ou dificultam o funcionamento da produção de artesanato em Parnaíba?
14. O que poderia ser feito para melhorar a situação da produção de artesanato em Parnaíba?
15. Como o artesão vê a atual situação do país em relação ao seu ramo de atividade? (problemas e/ou pontos positivos ou negativos)